

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

WAGNER ANIBAL DE OLIVEIRA

**A CULTURA POLÍTICA DOS BRASILEIROS NO PERÍODO DO
GOVERNO LULA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Bacharelado em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Aguiar

Florianópolis

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Wagner Anibal

A cultura política dos brasileiros no período do governo Lula (2003-2010) / Wagner Anibal Oliveira ; orientador, Itamar Aguiar - Florianópolis, SC, 2013.

260 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Cultura política. 3. Teoria do Desenvolvimento Humano. 4. Avaliação e confiança nas instituições democráticas. 5. Governo Lula. I. Aguiar, Itamar. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

WAGNER ANIBAL DE OLIVEIRA

**A CULTURA POLÍTICA DOS BRASILEIROS NO PERÍODO DO
GOVERNO LULA (2003-2010)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 15 de julho de 2013.

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof. Dr. Itamar Aguiar (Orientador)
Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC

Prof. Dr. Julian Borba
Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC

Prof. Me. Eriberto José Meurer
Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC

AGRADECIMENTOS

A todos os meus colegas e amigos do curso de graduação em Ciências Sociais por terem me propiciado a oportunidade de tão agradável e estimulante convívio, seja no plano das idéias como das relações e valores humanos.

Aos demais amigos, verdadeiros irmãos de jornada nesta vida.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina e em especial do Departamento de Ciências Sociais pelo privilégio da convivência e pela generosidade no diálogo de idéias.

Ao meu orientador, incansável Prof. Dr. Itamar Aguiar, pela paciência, amizade e proficiência de seus ensinamentos, sem os quais não se teria chegado a este resultado.

Ao Prof. Dr. Julian Borba pelos ensinamentos, comentários e sugestões, que muito me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Valdir Alvim por suas sugestões e comentários na qualificação do projeto de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Eriberto José Meurer pela gentileza de ter aceitado na última hora substituir o Prof. Valdir Alvim na banca de defesa do TCC.

A todos os professores deste país por se dedicarem a tão nobre e importante compromisso de formação das futuras gerações de brasileiros.

A todos aqueles que sonham e trabalham por um Brasil melhor, que trate com mais justiça e dignidade a sua gente.

Por último, à minha família, pai, mãe e irmão, especialmente à minha mãe, Raquel, por seu apoio e amor incondicionais.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar se houve mudança na cultura política do País, em razão da melhoria das condições sociais e econômicas da sociedade brasileira durante o governo Lula (2003-2010), no sentido do fortalecimento do conjunto de orientações, atitudes e valores de conteúdo democrático, tendo como referências a Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart e os estudos de legitimidade dos regimes democráticos, que tratam de questões como adesão à democracia, confiança nas instituições e desempenho do regime democrático. Assumindo-se a premissa da Teoria do Desenvolvimento Humano de que a redução das restrições materiais de existência das pessoas favoreceria os processos de mudança cultural, a pesquisa procurou identificar em um primeira etapa, com base nos *surveys* da Pesquisa Mundial de Valores, indícios de mudança do padrão de valores da sociedade brasileira para o que Inglehart denomina de valores pós-materialistas, que em suma referem-se à busca de autonomia dos indivíduos, liberdade de escolha e criatividade. A segunda etapa da pesquisa investigou, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarômetro, dimensões e categorias que normalmente são tratadas nos estudos de legitimidade de regime: adesão normativa à democracia; preferência entre democracia e outros regimes; satisfação com o desempenho da democracia; e confiança nas instituições políticas.

Palavras-chave: democracia; cultura política; teoria do desenvolvimento humano; adesão à democracia; confiança nas instituições políticas.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate whether there was any change in Brazilian political culture, due to the improvement of social and economic conditions of Brazilian society during the Lula government (2003-2010), in the sense of strengthening the set of orientations, attitudes and values of democratic content, taking as reference the Theory of Human Development from Inglehart and studies of legitimacy of democratic regimes, dealing with issues such as adherence to democracy, trust in institutions and performance of system. Assuming the assumption of the Theory of Human Development that the reduction of material constraints of existence on societies favor the processes of cultural change, the research sought to investigate in a first step, based on surveys of the World Values Survey, covering the period 2005-2007, would have been evidence in Brazilian society to change the default values for what Inglehart calls post-materialist values, which in essence refers to the pursuit of autonomy from individual, freedom of choice and creativity. In a second step, the research investigated, based on the data made available by "Latinobarômetro" the period 2003-2010, dimensions and categories that are typically addressed in studies of regime legitimacy: normative adherence to democracy, preference between democracy and other systems, satisfaction with the performance of democracy, and trust in political institutions.

Keywords: democracy; political culture; theory of human development; adherence to democracy; trust in political institutions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. Distribuição percentual da renda nacional.....	32
Tabela 1.2. Evolução do investimento estrangeiro direto no Brasil.....	33
Tabela 1.3. Evolução do PIB e dos componentes da demanda agregada (Variação % REAL – Média anual.....)	36
Tabela 1.4. Taxa de crescimento (% do PIB) dos BRICS (2005 e 2010).....	36
Tabela 1.5. Taxa de crescimento (% do PIB) da América Latina e Caribe por países (2003-2009).....	37
Tabela 1.6. Evolução da dívida líquida do governo federal (2003-2010).....	38
Tabela 1.7. Orçamento fiscal e da seguridade social (2003-2009).....	39
Tabela 2.1. Percentual de população pobre no Brasil.....	59
Tabela 2.2. Gastos sociais da União excluídos gastos com a previdência social no período 2003-2009	60
Tabela 2.3. Execução do orçamento social da UNIÃO excluídos gastos com a previdência social no período 2003-2009 (em %).....	61
Tabela 3.1. Rendimentos médios reais recebidos no mês em todas as fontes, segundo categorias selecionadas no período 2003 a 2007	64
Tabela 3.2. Variação per capita da renda média por décimos de renda no BRASIL (2009/2001).....	65
Tabela 3.3. Evolução do coeficiente de GINI (1976 a 2009).....	66
Tabela 3.4. Rendimentos médios reais recebidos no mês de acordo com setor de atividade	67
Tabela 3.5. Rendimentos médios reais recebidos no mês de acordo com grau de instrução	67
Tabela 3.6. Geração líquida de empregos formais no Brasil no período 2003-2010.....	68
Tabela 3.7. Composição da ocupação segundo setor de atividade	69
Tabela 3.8. Evolução das classes econômicas (2009-2003).....	69
Tabela 3.9. Renda domiciliar total por classe econômica.....	70
Tabela 3.10. Pirâmide populacional dividida em classes econômicas...70	
Tabela 3.11. Participação em organizações sociais (%).....	72
Tabela 4.1. Média de anos de estudos de instrução formal, segundo categorias selecionadas - Brasil e grandes regiões – período 2003 a 2008 (população com idade de 15 anos ou mais).....	89
Tabela 4.2. Variação percentual anual de anos de estudo de instrução formal, segundo categorias selecionadas - Brasil e grandes regiões – período de 2003 a 2008 (população com idade de 15 anos ou mais.....	89

Tabela 4.3. Média de anos de estudo de instrução formal, segundo faixas etárias (1995 a 2008).....	90
Tabela 4.4. Variação percentual anual de anos de estudo de instrução formal, segundo faixas etárias (2003 a 2008).....	91
Tabela 4.5 Taxa de analfabetismo, segundo categorias selecionadas – Brasil e grandes regiões (1995 a 2008).....	91
Tabela 4.6 Taxa de analfabetismo segundo faixas etárias	92
Tabela 4.7 Variação percentual anual da taxa de analfabetismo, segundo faixas etárias (2003 a 2008).....	92
Tabela 4.8 Proporção de pessoas com diploma de ensino fundamental, na faixa etária de 15 a 18 anos (1995 a 2008).....	93
Tabela 4.9. Proporção de pessoas com diploma de ensino médio, na faixa etária de 18 a 24 anos (2003 a 2008).....	93
Tabela 4.10. Proporção de pessoas com diploma de curso superior, segundo faixas etárias (2003 a 2008).....	94
Tabela 4.11. Composição da ocupação segundo grau de instrução.....	95
Tabela 5.1 - Cruzamento entre as ondas da pesquisa mundial de valores (1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007) e o índice de pós-materialismo de 4 itens.....	129
Tabela 5.2 - Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores no Chile (1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007).....	130
Tabela 5.3 - Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores nos EUA (1994-1999, 1999-2004 e 2005-2007)	131
Tabela 5.4 – Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores na Suécia (1994-1999, 1999-2004 e 2005-2007)	132
Tabela 5.5 Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores no Uruguai (1994-1999 e 2005-2007).....	133
Tabela 5.6 – Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e importância da política na vida	134
Tabela 5.7 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e interesse pela política	136
Tabela 5.8 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: assinatura de petição	138
Tabela 5.9 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: participação em boicotes	140
Tabela 5.10 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: demonstrações pacíficas de protesto	142

Tabela 5.11 - Associação entre nível educacional e índice de pós-materialismo 4 itens	144
Tabela 5.12 - Associação entre idade e índice de pós-materialismo 4 itens	146
Tabela 5.13 - Cruzamento entre ano de nascimento e as ondas da pesquisa mundial de valores (1989-1993 1994-1999 e 2005-2007) ...	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS POLÍTICAS DE GOVERNO ADOTADAS NO PERÍODO 2003-2010 E SEUS RESULTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA.....	15
2.1 A POLÍTICA ECONÔMICA.....	16
2.1.1 A nova ordem capitalista mundial.....	16
2.1.2 A reinserção do Brasil na nova ordem mundial: Consenso de Washington e reformas neoliberais nos anos 1990.....	19
2.1.3 Reestruturação produtiva da economia brasileira	21
2.1.4 Financeirização e vulnerabilidade externa.....	25
2.1.5 O desempenho da economia brasileira no período 2003-2010.....	29
2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	43
2.3 REDUÇÃO DA POBREZA E ASCENSÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA.....	64
2.4 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	75
2.5 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS	87
3 CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO DO GOVERNO LULA.....	95
3.1 DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA.....	96
3.2 DEFINIÇÃO DE CULTURA POLÍTICA.....	97
3.3 CARACTERÍSTICAS DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: CONSERVADORISMO, AUTORITARISMO E PERSONALISMO	98
3.4 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE INGLEHART.....	100
3.5 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS SOBRE O BRASIL.....	109

3.6 ADESÃO NORMATIVA, CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DO REGIME DEMOCRÁTICO.....	115
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	124
4.1 MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA..	124
4.2 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PÓS-MATERIALISMO E DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL NO PERÍODO 2005-2007.....	128
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA MUNDIAL DE VALORES PARA O PERÍODO 2005-2007.....	147
4.4 MUDANÇA GERACIONAL E INTERGERACIONAL DE VALORES A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA MUNDIAL DE VALORES.....	148
4.5 RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM BASE NOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO.....	153
4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO PARA O PERÍODO 2003-2010.....	161
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
APÊNDICE A – TABELAS DO LATINOBARÔMETRO	178

INTRODUÇÃO

Na última década, a partir de 2003, tornou-se frequente a veiculação de notícias nos mais diversos meios de comunicação dando conta de inúmeras mudanças de natureza social, política e econômica que estariam ocorrendo no país.

A ascensão de uma nova classe média, os avanços na redução da pobreza e das desigualdades sociais por meio do programa Bolsa-Família, a diminuição da taxa de desemprego mediante o crescimento econômico equilibrado, com controle da inflação, tudo isso constituía um amálgama de realizações que impressionava e intrigava ao mesmo tempo.

Foi justamente nesse cenário de aparente transformação da realidade brasileira que gradativamente surgiu o interesse em tentar compreender a real dimensão e amplitude de tais acontecimentos, relacionando-os mais propriamente com as áreas de estudo das Ciências Sociais. No entanto, faltava ainda um objeto de pesquisa a ser definido.

O contato com a tese desenvolvida por Ednaldo Aparecido Ribeiro (*Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil*) forneceu-me a inspiração para o tema de pesquisa e me apresentou um novo arcabouço teórico e conceitual, condensado na Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart, a partir do qual as mudanças em curso na sociedade brasileira poderiam ser interpretadas e relacionadas com o estudo de mudanças na cultura política no país.

No entanto, o que a princípio pareceu uma facilidade (continuação da pesquisa realizada por Ednaldo Ribeiro), mostrou-se um grande desafio de articulação e síntese, com uma abrangência e desdobramento muito maior do que inicialmente planejado, tendo em vista a multiplicidade dos assuntos abarcados, as dimensões de análise envolvidas, o período de estudo compreendido (2003-2010) e o próprio tratamento exigido das extensas bases de dados utilizadas na pesquisa.

A relevância desse tema de pesquisa, a cultura política dos brasileiros, e seus efeitos sobre o fortalecimento do regime democrático, vincula-se ao caráter incompleto ou deformado da democracia brasileira, conforme sublinhado por inúmeros autores, tais como Vianna (2006), querendo com isso designar, dentre outros aspectos, que os princípios de liberdade e igualdade nos quais se assenta um regime democrático não fincaram raízes e frutificaram de modo homogêneo e abrangente na sociedade brasileira.

Quando se pensa no desenvolvimento de democracias em países com grandes desigualdades sociais e econômicas, como é o caso do Brasil, não é suficiente apenas estabelecer e garantir o exercício formal de direitos políticos para que a condição de cidadania seja considerada efetivada e o regime democrático consolidado. É preciso também se pensar em termos de desenvolvimento da democracia social.

Nesse sentido, é imprescindível ter em conta a importância de se assegurar para a grande massa de brasileiros, que vivem em situação de pobreza e exclusão social, o usufruto de direitos sociais básicos que possibilitem o exercício pleno e digno da cidadania e seu reconhecimento como sujeitos autônomos e membros efetivos da sociedade política, e como tais com o direito a participar da riqueza socialmente produzida no país, o que envolve necessária e prioritariamente a garantia de condições mínimas de subsistência e bem-estar, por meio do acesso a bens e serviços essenciais como educação, saúde, assistência social, emprego e renda.

Essa visão da democracia brasileira como um processo inacabado mantém uma linha de continuidade com um pensamento social e político (GOMES, 1978; RODRIGUES, 1982; SANTOS, 1998; MARTINS, 1999) que tem assinalado as ambigüidades, contradições e dualismos de nossa formação histórica e social.

Isso tem se refletido em última instância na conformação de uma cidadania de desiguais, excludente, tutelada de cima para baixa, como cita, por exemplo, Sales (1994), e que revela a permanência na sociedade brasileira de traços característicos de uma tradição conservadora e autoritária, a despeito da feição jurídico-institucional de inclinação republicana e liberal de que se reveste o Estado brasileiro.

Frente a esse passado, de 'história lenta', como diria Martins (1999), que preserva o passado sob o manto do moderno, constituiu verdadeiro acontecimento a vitória nas eleições presidenciais de 2002 de um candidato de origem popular e passado operário, filiado ainda a um partido de esquerda.

Isso representou um marco na história política brasileira e um evento de grande significado no imaginário político e social, que sintetizou fortemente expectativas e esperanças no sentido de que talvez fosse realmente viável resgatar as promessas não cumpridas pela democracia brasileira, parafraseando Bobbio (2000), por meio do resgate da dívida social e promoção de um padrão de desenvolvimento mais justo, com redistribuição de renda. Diante de tal acontecimento, Vianna (2006) chega a dizer que a história brasileira havia finalmente sido absolvida.

A partir desse cenário de importantes mudanças ocorridas nos últimos anos durante o governo Lula, colocam-se os seguintes questionamentos: teria havido também na sociedade brasileira uma mudança no padrão de atitudes, valores, e crenças que orientam o relacionamento das pessoas com as instituições políticas e com a própria política? Teria havido a configuração de atitudes e valores menos autoritários, com ênfase na autonomia e liberdade de escolha das pessoas?

Dentro dessa perspectiva, pretende-se investigar com esta pesquisa se houve mudança na cultura política brasileira, em razão da melhoria das condições sociais e econômicas do país durante o governo Lula, no sentido do fortalecimento do conjunto de orientações, atitudes e valores de conteúdo democrático, tendo como referências a Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart e a abordagem de legitimidade dos regimes democráticos, que trata de questões como a adesão à democracia, confiança nas instituições e desempenho do regime democrático.

A partir desse objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar e analisar as principais políticas adotadas durante o governo Lula (2003-2010) nas áreas econômica e social;
- b) apresentar e analisar os resultados alcançados no tocante ao desenvolvimento da cidadania no país no período 2003-2010: redução da pobreza, geração de empregos, crescimento da renda e diminuição das desigualdades sociais, elevação do nível educacional e participação social;
- c) apresentar os conceitos de democracia e cultura política e caracterizar os traços principais da cultura política brasileira;
- d) apresentar o referencial teórico referente à Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart (aspectos teóricos, possibilidades e limitações no estudo da realidade brasileira);
- e) apresentar o referencial teórico referente à abordagem de legitimidade do regime democrático (adesão normativa à democracia, confiança nas instituições e desempenho do regime democrático);
- f) investigar a partir dos dados disponibilizados pela Pesquisa Mundial de Valores, referentes ao período 2005-2007, os seguintes pontos:

- comportamento do índice de pós-materialismo de 4 itens, que é uma medida da presença de valores pós-materialistas na sociedade, conforme será explicado adiante;
- comportamento das ações de participação política não convencional;
- mudança de valores pós-materialistas dentro de uma geração e entre gerações; e
- g) verificar se houve mudança do padrão de orientações, atitudes, crenças e de confiança dos brasileiros no tocante à política, ao regime democrático e suas instituições no período 2003-2010, com base nos dados disponibilizados pelo Latinobarômetro.

Além desta breve introdução, o presente trabalho compõe-se dos seguintes capítulos: 2. As políticas de governo adotadas no período 2003-2010 e seus resultados para o desenvolvimento da cidadania; 3. Cultura política brasileira no período do governo Lula; 4. Resultados da pesquisa; e 5. Considerações finais.

De forma resumida, no capítulo 2 são analisadas as políticas econômica e social do governo Lula e seus reflexos sobre o crescimento econômico, geração de renda e de empregos, redução da pobreza, diminuição das desigualdades sociais, ascensão da nova classe média, evolução dos indicadores educacionais e participação social.

No capítulo 3 são apresentados os conceitos, categorias e teorias utilizadas no desenvolvimento da pesquisa: definições de democracia e cultura política; características da cultura política brasileira; a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart, e o enfoque de legitimidade do regime democrático.

No capítulo 4 são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, tendo por base o tratamento de dados selecionados da Pesquisa Mundial de Valores de Inglehart e do Latinobarômetro. Por último, são feitas as considerações finais sobre a mudança na cultura política dos brasileiros no período 2003-2010.

2 AS POLÍTICAS DE GOVERNO ADOTADAS NO PERÍODO 2003-2010 E SEUS RESULTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

Neste capítulo pretende-se apresentar as principais políticas de governo adotadas no período 2003-2010, bem como os seus resultados.

A análise dessas políticas e ações, principalmente na esfera social e econômica, é crucial para se entenderem as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos seguintes aspectos: 1.crescimento da renda; 2. redução da pobreza e das desigualdades sociais; 3. evolução dos indicadores educacionais; 4.ascensão da chamada nova classe média; e 5. participação social.

2.1 A POLÍTICA ECONÔMICA

Esta seção tem o propósito de situar o Brasil dentro da nova ordem capitalista mundial, caracterizada pela reorganização do capital produtivo, financeirização da economia com livre movimentação de capital, e surgimento de novas tecnologias de informação, comunicação e transporte.

A partir da apresentação e discussão das características dessa nova ordem capitalista ou nova fase de desenvolvimento do capitalismo, será possível compreender as condições e determinantes do comportamento e da evolução das principais variáveis macroeconômicas, no período 2003-2010, bem como analisar a natureza da política econômica adotada e sua influência direta nas políticas sociais empreendidas.

Inicialmente, serão apresentados os traços gerais dessa ordem capitalista mundial, sua influência e impacto sobre a economia brasileira nos anos 90, para em seguida se analisar propriamente a política econômica adotada no período 2003-2010.

2.1.1 A NOVA ORDEM CAPITALISTA MUNDIAL

Do ponto de vista econômico e político, Cardoso de Mello (1997) define o centro capitalista – EUA, Europa e Japão - por três tipos de controles: o primeiro se exerceria sobre o processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalista nas quais estaria encarnado o poder financeiro; o segundo referente à moeda e às finanças internacionalizadas, o que por sua vez pressupõe o poder industrial; e o terceiro diz respeito ao poder político-militar. Por seu turno, três elementos caracterizam a Periferia subdesenvolvida: a natureza dinamicamente dependente do sistema produtivo; a fragilidade monetária e financeira externa e a subordinação político-militar.

A natureza hierarquizada e excludente do sistema capitalista pode ser verificada pela constatação de que a partir dos anos 70 do séc. XX poucos países periféricos puderam construir sistemas industriais integrados, dentre estes Brasil e Coréia. No entanto, ao contrário do Brasil, a Coréia conseguiu internalizar as condições básicas para tornar o seu capitalismo dinâmico, isto é, dotado de um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação.

Para a grande maioria dos países periféricos fica evidente o caráter excludente do sistema capitalista e a ilusão do desenvolvimento (ARRIGHI, 1997), tendo em vista a exigência de um salto significativo em termos de produção econômica e desenvolvimento científico e tecnológico o que supõe mudanças extraordinárias das estruturas econômicas preexistentes e a existência de condições financeiras praticamente inalcançáveis.

Com o término do ‘anos dourados’ do capitalismo, período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial e fins dos anos 1960, entra em processo de gestação, a partir dos anos 70, as novas forças e fatores que irão modelar a nova fase do capitalismo mundial, caracterizada por um movimento de intensa concentração do comando capitalista em todos os níveis: sobre o progresso técnico, a moeda, as condições de financiamento e o ajuste dos balanços de pagamentos.

Sob o prisma da concorrência, nota-se o acirramento da competição entre as grandes empresas no espaço das economias centrais, em um processo de crescente centralização e concentração de capital. Em outra dimensão, a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros permitem o retorno do sistema de livre movimento dos capitais anterior à crise de 1929. Há também mudanças qualitativas significativas como a que se traduz na supremacia dos mercados de capitais em relação ao tradicional sistema de crédito bancário.

Nesse contexto, Cardoso de Mello (1997) nota um alinhamento das posições cada vez mais uniformes do Centro capitalista quanto ao papel reservado à Periferia, no sentido de abertura à concorrência externa e à aplicação dos seus capitais produtivos e especulativos. A Periferia volta a se constituir em um espaço privilegiado a serviço da lógica de acumulação das economias centrais, em razão de vantagens associadas a matérias-primas, custo de mão-de-obra, proximidade de mercados regionais, incentivos oferecidos por governos locais e grandes diferenciais de taxas de juros em razão da debilidade estrutural de seu balanço de pagamentos. O resultado é a desorganização e desarticulação das estruturas produtivas mais integradas.

Cardoso de Mello (1997) lembra que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo, mas aparece por assim dizer encoberta pelo véu tecnológico das forças produtivas desencadeadas pela Terceira Revolução Tecnológica - microeletrônica e telecomunicações - sob o qual também se camufla o conflito entre capital produtivo e capital especulativo. A esse conjunto de forças que impulsiona, regula e restringe o comportamento das economias periféricas, Cardoso de Mello (1997) denomina de contra-revolução liberal-conservadora.

Chesnais (1996) ao contextualizar com mais rigor o termo 'globalização' prefere utilizar a expressão 'mundialização do capital', para se referir à nova configuração do capitalismo mundial e aos seus mecanismos de desempenho e regulação, caracterizados pela capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, enfoque e conduta 'globais', propiciados pelas novas tecnologias de informação e de telecomunicações. Esses grandes grupos são o elemento central da nova dinâmica de acumulação capitalista.

Do ponto de vista da forma e atuação dessas grandes corporações, o grupo japonês *keiretsu* é bastante ilustrativo do novo paradigma organizacional e produtivo que privilegia a denominada empresa-rede. Altamente diversificados, mas com estrutura flexível e muito descentralizada, seu objetivo é a cooperação em todos os planos (financeiro, tecnológico, industrial e comercial) e o fluxo de informações recíprocas entre parceiros. Os membros de um grupo industrial são coordenados por meio de suas relações com o mesmo grande banco e a mesma grande firma comercial, tanto pelos vínculos de participação no capital como pelas equipes de direção. Eles também compartilham os laboratórios de pesquisa, o pessoal de acompanhamento (contabilidade e comercialização) e a capacidade de produção.

Nessa nova fase do capitalismo, outra dimensão importante é a financeira que, cada vez mais, comanda a repartição e a destinação social da riqueza criada na esfera produtiva. Chesnais (1996) destaca que um dos fenômenos mais marcantes desde os anos 80 tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, do PIB, ou do comércio exterior. Essa dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos:

inflação do valor dos ativos, ou formação de capital fictício; e transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este.

Chesnais (1996) critica a idéia de que haveria uma tendência de convergência de desenvolvimento entre países e regiões com a ‘globalização’ e lembra que esse termo tem uma conotação ideológica muito forte que serve aos propósitos dos países da chamada ‘Tríade’ (EUA, Europa e Japão), no sentido de se promover uma liberalização e desregulamentação de mercados nos países periféricos, para que seus grandes grupos econômicos possam implementar mais eficazmente estratégias mundiais de atuação e de acumulação de capital.

Implementadas a partir dos anos 80 do séc. XX em diversos países da América Latina, o processo de liberalização e desregulamentação de mercados, seguindo a lógica de acumulação de capital retratada acima, inicia-se no Brasil no começo dos anos 1990, conforme será abordado a seguir.

2.1.2 A REINSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL: CONSENSO DE WASHINGTON E REFORMAS NEOLIBERAIS NOS ANOS 1990

Fiori (1999) destaca que na ausência de um padrão monetário internacional e com o imenso poder das finanças privadas globalizadas e desreguladas, os países periféricos, de moedas fracas e dificuldades recorrentes de balanço de pagamentos, tendem a experimentar ciclos curtos e modestos de crescimento econômico, sustentáveis apenas durante períodos de disponibilidade de capitais e créditos internacionais.

Tal quadro, delineado desde o início dos anos 70, evidencia com mais clareza as relações entre o poder dos Estados e das moedas, das quais decorre uma ordem hierárquica internacional que dificulta o desenvolvimento e a mobilidade ascendente das economias nacionais.

Deve-se ressaltar que associado com a idéia de globalização encontra-se o Neoliberalismo que, de forma resumida, pode ser definido como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, tendo surgido na década de 1970, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo.

Os princípios básicos do Neoliberalismo são: mínima participação estatal nos rumos da economia de um país; pouca intervenção do governo no mercado de trabalho; política de privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; abertura da economia para a entrada de multinacionais; adoção de medidas contra o protecionismo econômico; Estado mínimo e desburocratizado; e defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

Em 1989, em Washington, reuniram-se diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Mundial – BIRD, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do governo americano para discutir e avaliar a implementação de reformas econômicas em países latino-americanos. As conclusões desse encontro, de natureza acadêmica, e que em síntese reafirmam os princípios neoliberais anteriormente expostos, ficaram conhecidas como Consenso de Washington e acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para a concessão de créditos para os países latino-americanos em dificuldades econômicas.

É a partir desse receituário que ocorre a reinserção do Brasil na economia internacional nos anos 1990, efetivada por reformas de cunho liberal (privatizações, abertura e desregulamentações de mercados e estabilidade monetária), iniciadas no governo Collor de Mello e aprofundadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso. A propósito desse último, Fiori (1999) assinala que os ajustamentos econômicos promovidos tiveram ainda como base de sustentação ideológica a Teoria da Dependência na vertente proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

A referida Teoria da Dependência pregava que um desenvolvimento dependente e associado às economias centrais era viável do ponto de vista capitalista e não tendia necessariamente à estagnação. As possibilidades de desenvolvimento dependeriam das estratégias de ajustamento às mudanças internacionais adotadas pelas elites empresariais e políticas de cada país e, também, em função da forma de articulação interna entre os seus segmentos mais e menos dinâmicos do ponto de vista econômico.

Ademais, na impossibilidade de uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento, a única via consistente seria a abertura do mercado interno para os capitais estrangeiros, o que foi amplamente feito nos anos 90 no Brasil.

Não obstante, a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, ao mesmo tempo em que possibilitaram a retomada e

intensificação dos fluxos de capitais e investimentos diretos estrangeiros para o Brasil, resultado da redução da taxa de juros nos EUA no início dos anos 90, do surgimento de novos produtos e serviços financeiros e do próprio movimento de acirramento da concorrência do capital financeiro internacional, por outro lado, imprimiu um padrão de instabilidade à economia brasileira, do ponto de vista de crescimento econômico, que é altamente suscetível ao comportamento dos mercados cambial e financeiro.

Fiori (1999) destaca que desde meados dos anos 80 tem ficado mais evidente entre diversos analistas e economistas, muitos deles ligados a instituições multilaterais como o Banco Mundial, que a simples competição intercapitalista em mercados desregulados e globalizados não assegura o desenvolvimento, nem muito menos a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia do sistema capitalista mundial.

Apesar disso, inicia-se no Brasil nos anos 1990 um processo amplo de reformas de natureza neoliberal, envolvendo a desregulamentação e liberalização de mercados e de fluxos de capital, no bojo do qual há a crença de que possa se constituir uma nova via de desenvolvimento econômico, baseada no Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

No entanto, ao contrário dos ciclos anteriores de crescimento econômico (1956-1961; 1968-73; 1974-79), nos quais o IDE teve um papel crucial na formação de importantes setores de nossa economia, as novas formas de atuação do IDE a partir dos anos 1990 provocaram a desnacionalização e desindustrialização de importantes cadeias produtivas no país, conforme se verá na seção seguinte.

Retratar adequadamente esse processo e suas implicações estruturais para a economia brasileira é fundamental para se compreenderem os constrangimentos e as condições com que se depararão os formuladores da política econômica no período 2003-2010, notadamente quanto ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

2.1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nesta seção serão examinados os efeitos da abertura e desregulamentação de mercados sobre a economia brasileira nos anos 1990, principalmente no tocante à estrutura industrial que sofreu um

processo de especialização regressiva, segundo Coutinho (1998), com sérias implicações na redução da capacidade exportadora do país.

Medeiros e Serrano (1999) explicam que nos anos 70, com o aprofundamento da presença de empresas transnacionais nos setores mais dinâmicos da indústria brasileira, a hipótese de ter se firmado um ciclo industrial endógeno no Brasil baseou-se no fato de como as empresas líderes na fase expansiva eram em grande parte filiais de empresas transnacionais, sempre que houvesse expectativas de rentabilidade positiva, as necessidades de divisas que excedessem as receitas usuais das exportações seriam supridas pelas próprias empresas e bancos coligados.

Nesse quadro, até os anos 1970, a entrada de capitais externos no Brasil guiou-se sobretudo pelo ciclo interno, isto é, pelas oportunidades de acumulação de capital. É justamente quando a rentabilidade interna das aplicações do capital estrangeiro diminui que este pressiona por maiores remessas e amortização e juros da dívida superiores à entrada bruta de capitais.

Nessa perspectiva, o tamanho do mercado interno e as possibilidades de investimento criadas pelo Estado desenvolvimentista conduziam a ciclos de endividamento e de atração de capital externo, num contexto de abundante oferta de crédito internacional a juros baixos, que sustentavam a dinâmica expansiva interna.

No entanto, a partir de meados da década de 70, com a Terceira Revolução Industrial, baseada no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de telecomunicações, com as transformações decorrentes do estreitamento entre pesquisa científica, tecnologia e produção industrial, com as novas possibilidades de atuação e organização produtivas dos grupos transnacionais e com o fim das restrições de acesso e atuação nos mercados periféricos, a natureza e a lógica de atuação do Investimento Direto Estrangeiro – IDE sofrem importantes mudanças.

Ao contrário dos ciclos anteriores de crescimento (1956-1961; 1968-73; 1974-79), nos quais o IDE teve papel crucial na implantação dos modernos setores no Brasil e ajudou na configuração de uma estrutura industrial diversificada e abrangente, dentro de um projeto de desenvolvimento gerido e implementado por um Estado que viabilizou as condições necessárias de infra-estrutura, os anos 1990 evidenciaram que as novas formas de atuação do IED no país provocaram um processo de desnacionalização e desindustrialização de cadeias produtivas no país.

Os processos de abertura e desregulamentação promovidos nos anos 90 acarretaram um retrocesso da estrutura industrial brasileira, com aumento da concentração industrial naqueles segmentos de pouco dinamismo, notadamente intensivos em recursos naturais e trabalho, sem grandes perspectivas de uma melhor inserção competitiva nos mercados globais, a não ser nos tradicionais mercados de commodities. Em um contexto de rápidas e profundas mudanças econômicas e tecnológicas, o Brasil nos anos 1990 distancia-se da fronteira tecnológica e do padrão de desenvolvimento e crescimento de outros países de industrialização recente com uma trajetória econômica mais consistente e dinâmica.

A reespecialização da economia brasileira, com redução da diversificação da sua estrutura produtiva, resultou em pauta exportadora mais concentrada em setores de menor conteúdo tecnológico e mais baixo dinamismo na economia internacional.

Do ponto de vista qualitativo, a principal característica dessa onda de investimentos é o predomínio das aquisições de empresas e não a instalação e expansão de filiais. Em relação ao impacto do novo fluxo de IED nas contas externas, observou-se a expansão acelerada das importações, tanto em função da lógica setorial dos investimentos voltados para *non-tradeables*, quanto pelo maior coeficiente de importações das empresas estrangeiras. Essa mudança na estrutura patrimonial das empresas brasileiras confere peso estrutural ao maior coeficiente de importações e ao déficit nos serviços. Desse modo, no desigual processo de expansão da produtividade registrado no setor industrial brasileiro, este se tornava menos competitivo do ponto de vista externo.

Cabe observar que o aumento do coeficiente importado decorrente da especialização da estrutura industrial brasileira verificada nos anos 1990 gerou, como um de seus efeitos, a tendência, em um contexto de crescimento econômico, da elevação do volume de importações e portanto de fragilização do desempenho da conta corrente do balanço de pagamentos, restringindo assim as perspectivas de crescimento econômico de longo prazo. Esse aspecto será explorado mais à frente com Amitrano (2010) e com a análise da evolução das contas do balanço de pagamentos no período 2003-2010.

Coutinho (1998) ao explicar que houve uma especialização regressiva da economia brasileira assinala a clara correlação existente entre o baixo dinamismo de muitos setores industriais e a marcante penetração de produtos importados. De outro lado, nos setores em que o desempenho recente da oferta doméstica foi mais dinâmico cresceu a

importações de matérias-primas, insumos, partes e componentes, reduzindo-se o grau de agregação de valor ao longo das respectivas cadeias industriais, com impactos negativos sobre o potencial de crescimento desses setores.

A propensão à rápida reversão do superávit comercial é indicativo da fragilidade estrutural da posição competitiva brasileira, baseada em setores produtores de commodities, de grandes escalas de produção, intensivos em matérias-primas de base agrícola, em recursos naturais e energia, com grau relativamente baixo de transformação industrial. Essa fragilidade da nossa posição competitiva se expressa na vulnerabilidade comercial em quase todas as áreas de manufatura de alto valor agregado e especialmente de sofisticado conteúdo tecnológico.

Outro aspecto da dimensão da tendência de desindustrialização indica que em vários segmentos de bens de capital, informática e telecomunicações, eletrônicos de consumo, componentes, autopeças e várias especialidades na área de química e farmacêutica, a produção no Brasil foi simplesmente suprimida e substituída por importações.

Coutinho e Belluzo (1996) destacam que desde a década de 80 estreitaram-se os vínculos entre o investimento das multinacionais nos vários mercados e os fluxos de comércio intra-empresa e intra-indústria. O mercado interno deixou de ser o alvo principal do investimento direto. Nas decisões de investimento, passou-se a buscar uma divisão do trabalho interna à empresa que contemplasse configurações mais eficientes para o suprimento dos mercados regionais bem como o abastecimento do mercado mundial.

Nesse contexto, Coutinho (1998) observa que nos anos 80, a reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial decorrente da Terceira Revolução Industrial reorientou os fluxos de investimento direto, o comércio internacional e o movimento de capitais nas economias centrais. Poucos países em desenvolvimento conseguiram inserir-se autonomamente nessa nova fase do capitalismo e aqueles que o fizeram, principalmente, China, Coréia do Sul e Taiwan, souberam se articular à reestruturação do sistema industrial japonês nas décadas de 70 e 80.

O autor argumenta que a economia brasileira, sujeita desde o início da década de 80, à crise da dívida externa no início dos anos 80 e diante de um quadro macroeconômico marcado pela ameaça de hiperinflação e de esgotamento da capacidade fiscal e de financiamento do Estado, não propiciou as condições favoráveis para que a estrutura empresarial pudesse crescer rapidamente e se concentrar em grandes

grupos privados, capazes de se postar ativamente enquanto atores internacionais.

Desse modo, a economia brasileira bastante combatida pelas condições macroeconômicas adversas vigentes nos anos 80, alcança o limiar dos anos 90 com sérias debilidades estruturais de competitividade, tendo em vista os novos requisitos e condições que caracterizam o novo paradigma tecnoeconômico, cuja dinâmica apoia-se na constante inovação e desenvolvimento tecnológico.

Em síntese, a reespecialização regressiva da economia brasileira nos anos 1990, decorrente da abertura e desregulamentação de mercados, provocou a supressão ou redução de importantes segmentos de bens de capital, informática e telecomunicações, química e farmacêutica, dentre outros, afetados pela importação de bens mais baratos.

Houve também um processo de maior concentração industrial em setores de baixo dinamismo e conteúdo tecnológico, o que por sua vez reduziu a pauta de exportação de produtos manufaturados de mais alto valor agregado. As exportações brasileiras passam a se concentrar em produtos intensivos em matéria-prima, recursos naturais ou energia, com baixa transformação industrial, a exemplo das commodities, cujos preços estão mais sujeitos a variações no mercado internacional.

Esse aspecto somado à elevação do coeficiente de importação, em razão da especialização da economia brasileira, confere às contas externas brasileiras (conta corrente do balanço de pagamentos) uma posição de fragilidade estrutural em momentos de crescimento econômico - uma vez que aumentam as importações - ou de oscilação dos preços de commodities.

Essa fragilidade estrutural da economia brasileira, no tocante às suas contas externas, constituirá sério constrangimento à gestão da política econômica no período 2003-2010, afetando inclusive as perspectivas de crescimento econômico sustentável no longo prazo.

2.1.4 FINANCEIRIZAÇÃO E VULNERABILIDADE EXTERNA

Pretende-se nesta seção retratar em linhas gerais a relação entre financeirização, vulnerabilidade externa e implementação das reformas neoliberais nos anos 1990 no país, e como tudo isso se traduz na configuração de um padrão de crescimento econômico caracterizado por ciclos curtos e taxas modestas.

Ao analisar as crises cambiais e financeiras ocorridas nos anos 90 em vários países emergentes, Medeiros e Serrano (1999) observam que tais crises foram sempre precedidas por elevação significativa dos empréstimos de curto prazo em relação às reservas e valorização da taxa de câmbio. Por outro lado, também notam que medidas de controle de capital de curto prazo, tanto na entrada como na saída, adotados por algumas economias, foram eficazes no sentido de reduzir o volume e alongar significativamente os prazos dos passivos externos dos países.

Dessa forma, de acordo com Medeiros e Serrano (1999) o tipo do regime cambial (caixa de conversão, sistema de bandas), o grau de credibilidade das autoridades monetárias, e o comportamento genérico de uma série de fundamentos fiscais privilegiados pelas teorias ortodoxas não são aspectos decisivos na deflagração dessas crises. No entanto, frisam que o comportamento do Banco Central no controle do grau de abertura financeira e no comando da política monetária é variável que influencia na possibilidade de ocorrência de crises cambiais.

Analisando a relação entre os problemas de liquidez e de sustentabilidade da trajetória de endividamento, Medeiros e Serrano (1999) apontam que os mecanismos de transmissão são a taxa de câmbio e a taxa de juros. Considerando que as entradas de capital de curto prazo estão associadas a um diferencial de taxa de juros (doméstica e externa) grande o bastante para compensar as desvalorizações esperadas na taxa de câmbio e o prêmio de risco do país receptor, os efeitos negativos dos fluxos de capitais sobre a competitividade das exportações acabam por deteriorar a relação entre o déficit de transações correntes e as exportações, que por sua vez induz a políticas restritivas que, ao pressionarem a taxa de juros, estimulam novos fluxos de recursos de curto prazo, debilitando progressivamente a estrutura de passivos.

Ademais, dadas essas características do padrão de financiamento externo, mesmo as fases de expansão da economia nacional tendem a ser constantemente constrangidas pela política fiscal e monetária, o que significa, em última análise, na configuração de ciclos de crescimento curtos e em patamares moderados.

Druck e Filgueiras (2007) assinalam que o conjunto das reformas que conformaram o novo modelo econômico liberal-periférico a partir dos anos 1990 implicou profundas transformações nos seguintes aspectos:

- 1) As relações capital/trabalho sofreram uma inflexão radical que, ao mudar a correlação de forças a favor do primeiro, implicou a desestruturação do mercado de trabalho e um processo generalizado de

precarização do trabalho - cuja face mais visível é o crescimento do desemprego aberto de caráter estrutural, o aumento da informalidade e o enfraquecimento dos sindicatos. Adicionalmente, essa inflexão passou a colocar em questão todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora desde os anos 30 do século passado - em particular através do ataque sistemático à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Constituição de 1988; e

2) A relação entre as distintas frações do capital foi reconfigurada, com o capital industrial perdendo a sua condição de hegemonia política e de líder do processo de desenvolvimento e da dinâmica macroeconômica. Em seu lugar assumiu o capital financeiro - nacional e internacional - e uma fração do capital industrial que se financeirizou organicamente. Nessa nova configuração, o sistema financeiro passou por um processo de concentração enorme e acentuou a sua natureza parasitária, continuando a operar, essencialmente, no financiamento da dívida pública.

A partir dos anos 70 com a crise do regime de acumulação capitalista de natureza keynesiano, baseado na demanda agregada e na produção, inicia-se a configuração de um novo regime de acumulação a partir da livre movimentação do capital financeiro sob as perspectivas de rentabilidade diferenciada da taxa de juros entre os países. A partir de então o capital financeiro tende a se tornar hegemônico na nova ordem capitalista, subordinando os demais tipos de capitais - produtivo, comercial, patrimonial - a sua lógica de acumulação.

O Brasil, por seu turno, a partir da crise da dívida externa dos anos 80 e do agravamento da situação fiscal do Estado, inicia um processo crescente de financeirização da economia, por meio da venda e compra de títulos públicos para arcar com crescentes déficits em suas contas. A debilidade fiscal do Estado, somando à inflação crônica, funda um padrão de financiamento dos déficits públicos e rolagem da dívida interna marcado por taxas de juros elevadas, que tendeu a permanecer ao longo das décadas subseqüentes, anos 1990 e 2000.

Na esfera produtiva, os processos de abertura e desregulamentação promovidos a partir do início dos anos 1990 acarretaram um retrocesso da estrutura industrial brasileira, com aumento da concentração industrial naqueles segmentos de pouco dinamismo, notadamente intensivos em recursos naturais e trabalho, sem grandes perspectivas de uma melhor inserção competitiva nos mercados globais, a não ser nos tradicionais mercados de *commodities*.

Por conta da abertura da economia, houve um grande afluxo de investimentos diretos estrangeiros para o país que ocasionou a

transferência de importantes e valiosos ativos domésticos, por meio de aquisições e fusões, o que resultou na diminuição do grau de nacionalização da estrutura de propriedade das empresas locais. O capital estrangeiro passou a dominar os setores industriais mais dinâmicos e com alto valor agregado, além de parcela considerável no setor de infra-estrutura, principalmente na área de telecomunicações, com o avanço do processo de privatizações.

Um dos efeitos desse aumento da participação do capital estrangeiro nos diversos setores da economia brasileira foi a tendência à fragilização da situação da conta de transações correntes, já que tal participação é acompanhada pelo aumento das importações de máquinas, equipamentos e insumos, bem como pela crescente remessa de juros, lucros, dividendos e *royalties*.

Retomando as considerações de Cardoso de Mello (1997), verifica-se que a inserção do Brasil na economia internacional, a partir dos anos 1990, dentro de um processo generalizado de abertura e desregulamentação da economia, seguindo os ditames das políticas liberais preconizadas pela FMI e pelo Banco Mundial, associado ainda a partir de 1994 com a priorização da estabilidade da moeda – o Real - aumentou o grau de exposição e fragilidade das contas externas.

A partir desse momento, a política macroeconômica tende a subordinar-se aos condicionantes de equilíbrio do balanço de pagamentos, para os quais a política monetária, por meio do manuseio principalmente da taxa de juros, desempenha papel primordial na atração de capital estrangeiro e na manutenção de um ambiente de estabilidade monetária.

Por seu turno, as políticas fiscal e orçamentária tendem a ficar atreladas aos condicionantes e imperativos da política monetária, uma vez que o regime de metas de inflação e a necessidade de cumprimento de superávits primários para pagamento da dívida pública passam a constituir constrangimentos permanentes em sua execução.

Os imperativos externos da política macroeconômica, combinados com o peso e influência crescentes do capital financeiro na gestão econômica, acabam se refletindo no estabelecimento de altas taxas de juros que provocam efeitos prejudiciais sobre as finanças públicas, em termos da elevação dos déficits internos e da necessidade de financiamento do setor público por meio do lançamento de títulos, o que acaba aumentando o estoque da dívida pública, bem como elevando os serviços e custos de rolagem dessa dívida.

Naturalmente, tal quadro de restrições interna e externa restringe a implementação de políticas de desenvolvimento de longo alcance,

tendo em vista a dificuldade em se estabilizar a taxa de juros em um patamar propício aos investimentos, e por um horizonte de tempo considerável.

Em resumo, o que se procurou demonstrar nesta seção, retomando as considerações de Fiori (1999), foi que a partir dos anos 1990 configura-se no país um padrão econômico caracterizado por ciclos curtos e modestos de crescimento que tendem a ser interrompidos quando do surgimento de riscos de descontrole da taxa de inflação ou de deterioração das condições externas relativas aos fluxos de capitais estrangeiros. É o que os economistas costumam designar por um processo *stop-and-go* ou mais vulgarmente como “voo da galinha”.

Por detrás desse padrão de baixo crescimento econômico, nota-se a subordinação da política macroeconômica aos condicionantes de equilíbrio do balanço de pagamentos, para o qual a taxa de juros desempenha papel crucial ao exercer atração do capital estrangeiro e ainda servir para o controle da inflação.

Nesse sentido, a gestão macroeconômica significa principalmente o manejo da política monetária, estando as políticas fiscal e orçamentária subordinadas àquela. Além da configuração de um padrão de baixo crescimento econômico, esse modelo de gestão macroeconômica tem o efeito de provocar o crescimento do estoque da dívida pública, com elevação crescente dos serviços e custos de rolagem dessa dívida.

Como se verá na seção seguinte, as despesas financeiras relativas à administração da dívida pública acabam absorvendo uma parcela considerável dos recursos públicos, o que afeta sobremaneira a capacidade de investimento do Estado e também o montante de recursos que poderiam ser alocados para outras áreas prioritárias, como educação e saúde.

De todo modo, são essas condições e determinantes estruturais com que a economia brasileira se defronta ao longo dos anos 2000 e que servirão para compreender o comportamento, a evolução das principais variáveis macroeconômicas e o ritmo de crescimento econômico durante o período 2003-2010, bem como a natureza das políticas adotadas, tanto na esfera econômica como social.

2.1.5 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2003-2010

Nesta seção pretende-se iniciar o estudo do desempenho da economia brasileira no período 2003-2010. Para tanto, resolveu-se

apresentar em traços rápidos algumas abordagens interpretativas distintas quanto à natureza da política econômica do governo Lula. Além do cotejamento das idéias defendidas pelos autores aqui citados, o objetivo é mostrar o caráter controverso desse debate e as inúmeras possibilidades de interpretação que suscita quanto à natureza das políticas do governo Lula.

Segundo Druck e Filgueiras (2007), o primeiro governo Lula (2003-2006) manteve a essência do modelo de desenvolvimento herdado do governo anterior, caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira. Os autores também assinalam que houve continuação às reformas liberais, através da implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos que abriu espaço para o capital financeiro. Na mesma direção, iniciou-se um processo para reformar a legislação sindical e sinalizou para uma reforma das leis trabalhistas, com o intuito de aprofundar a flexibilização já em curso.

Desse modo, na perspectiva dos autores citados, analisar as políticas econômica e social do governo Lula, a partir dessa percepção, significa distinguir, de um lado, o primeiro governo Cardoso (1995-1998) - período mais duro de implantação do novo modelo, no qual a dominância do capital financeiro, no interior do bloco de poder dominante, pode ser qualificada como inconteste e estrita; e, de outro, o segundo governo Cardoso (1999-2002) e o governo Lula (2003-2006) - no qual a hegemonia do capital financeiro persiste, mas com uma maior acomodação dos interesses de outras frações do capital participantes do bloco de poder, especialmente os seus segmentos exportadores.

Do ponto de vista estrutural, o que assegura e explica a linha de continuidade entre o segundo governo Cardoso e o governo Lula, com a manutenção do modelo econômico, da política macroeconômica e da política social é a permanência, ao longo de todo o período, do mesmo bloco de poder dominante, construído a partir do início dos anos 1990 sob os escombros do Modelo de Substituição de Importações (MSI) - bloco este que sofreu acomodações no começo do segundo governo Cardoso, mas que manteve como hegemônico, na sua direção política, o capital financeiro.

Filgueiras e Gonçalves (2007) analisando o desempenho da economia no primeiro governo Lula (2003-2006) ressaltam que apesar da conjuntura internacional extraordinariamente favorável desde 2003 o Brasil apresentou taxas modestas de crescimento econômico.

Os autores ressaltam que no período analisado houve o aprofundamento do padrão de especialização retrógrado, calcado na crescente participação de produtos primários no valor das exportações, e

que o desempenho recente do comércio exterior do Brasil não é o resultado de transformações estruturais e sim de circunstâncias conjunturais associadas às elevadas taxas de crescimento do comércio mundial e à melhora dos termos de troca. Segundo os autores citados, a manutenção de estruturas de produção e de um padrão de inserção internacional retrógrado tende a aumentar a vulnerabilidade externa estrutural do país.

A política econômica do governo Lula, na visão dos autores, representaria a consolidação do modelo liberal periférico que é caracterizado pela enorme desigualdade, reduzidas taxas de crescimento e investimento, inserção internacional passiva e grande vulnerabilidade externa estrutural.

A persistente manutenção de altas taxas de juros, apesar do controle inflacionário, estaria conduzindo a uma crescente financeirização da economia, privilegiando assim o grande capital financeiro, representado pelas companhias de seguros, fundos de investimentos e fundos de pensão, que quase sempre são filiais de grandes bancos, nacionais e estrangeiros.

Segundo os autores, essa face rentista do governo Lula, relacionada à crescente financeirização da economia, beneficia os estratos sociais e econômicos mais altos da sociedade, em detrimento das camadas mais populares, para as quais as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, constituiriam meros arremedos de uma política neoliberal intrinsecamente excludente e concentradora de riqueza.

Quanto à suposta redução das desigualdades de renda no país, Filgueiras e Gonçalves (2007) alertam que essa redução teria se verificado dentro da massa salarial, por meio de medidas como as transferências de renda via programas de assistência social, elevação real do salário mínimo e aquecimento do mercado de trabalho. Contudo, dentro da distribuição funcional da renda, a participação relativa do trabalho teria diminuído em relação à participação do capital.

Dados do IBGE, no entanto, abrangendo um período de análise maior em relação àquele adotado por Filgueiras e Gonçalves (2007), indicam que houve um crescimento relativo de 9,4% da distribuição da renda dos trabalhadores assalariados no período 2004-2010, enquanto que empresas, bancos e donos de terra tiveram uma queda de 8,4% na participação da renda nacional no mesmo período, conforme pode ser notado da TABELA 1.1 a seguir.

Tabela 1.1. Distribuição percentual da renda nacional

	1995	2000	2004	2008	2009	2010	Variação % período 2004-2010
Trabalhadores assalariados	42,6	40,5	39,3	41,8	43,4	43,0	9,41
Empresas, bancos e donos de terra	31,2	34,0	35,6	33,2	32,6	32,6	-8,43
Impostos	13,4	14,2	15,4	16,2	15,4	16,1	4,55
Trabalhadores autônomos e pequenas empresas informais	12,8	11,4	9,7	8,8	8,6	8,3	-14,43

Fonte: IBGE

Por seu turno, também analisando o período 2003-2006, Martins (2007) reconhece continuidades entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, mas ressalta as suas diferenças. Segundo o autor, a gestão de Fernando Henrique Cardoso pode ser inserida dentro de um padrão tipicamente neoliberal de políticas públicas: crescimento da dívida externa, expansão acelerada da dívida pública, expressivos déficits em conta corrente, elevadas taxas de juros, privatização, desmonte dos segmentos de maior valor agregado da indústria nacional, desregulamentação do mercado de trabalho e abertura comercial e financeira acelerada através de políticas de valorização cambial, o que implicou a multiplicação das dívidas em dólar no PIB nacional.

No entendimento do autor, o governo Lula enquadra-se mais tipicamente em um padrão de governo de terceira via, voltado para a contenção dos desequilíbrios macroeconômicos gerados no governo anterior e para a substituição da agenda de políticas públicas.

Segundo o autor, no centro da ação governamental está a construção de um ajuste na economia que neutralize a expansão dos desequilíbrios anteriores, vistos como geradores de inflação, e reverta-os. Assim, torna-se fundamental a geração de amplos superávits comerciais e fiscais que limitem a demanda agregada e conttenham a espiral do endividamento externo e interno. As políticas sociais, o combate à pobreza, a recuperação do setor industrial e do desenvolvimento tornam-se objetivos condicionados às metas de estabilidade macroeconômica.

No entendimento do autor, a tensão entre as agendas social, externa e de recuperação do desenvolvimento, de um lado, e o enfoque

ortodoxo sobre a inflação, de outro, que destina os superávits fiscais e comerciais para financiar os juros e serviços do endividamento, constitui uma importante dimensão do governo Lula.

Martins (2007) ressalta a contradição entre esta gestão que limita o crescimento econômico e o ambiente internacional que o estimula a partir de 2003, cujo reflexo é a expansão do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro – IDE na economia mundial. Entre 1994-2000, estes se expandem em 27,4% a.a., saltando de US\$ 288,5 bilhões, em 1994, para US\$ 1.249 bilhões em 2000. Recuam no contexto da crise de 2001-2002, alcançando US\$ 652 bilhões em 2002, mas se elevam a US\$ 896 bilhões em 2005, indicando o curso de uma nova trajetória de expansão.

Martins (2007) aponta uma queda na recepção desses investimentos pelo Brasil no âmbito da economia mundial e da América Latina. Entre 1995-2000, o IDE no Brasil representava 3% dos fluxos mundiais de capitais e 35% dos recebidos pela América Latina e, em 2005, respectivamente, 1,6% e 22%.

A Tabela 1.2 a seguir mostra a evolução do IDE no período 2003 a 2010, em termos de participação do PIB. É possível notar que a partir de 2007 as entradas de IDE apresentam crescimento significativo passando de aproximadamente R\$ 50 bilhões em 2007 para R\$ 78 bilhões em 2010.

Tabela 1.2. Evolução do investimento direto estrangeiro no Brasil

Ano	Entrada (milhões de reais)	Saída (milhões de reais)	Saldo (milhões de reais)	% PIB
2000	40.290	7.511	32.779	5,44
2001	30.017	7.559	22.458	4,41
2002	26.460	9.870	16.590	3,61
2003	19.238	9.094	10.144	2,00
2004	25.801	7.655	18.146	3,01
2005	30.062	14.996	15.066	1,91
2006	32.399	13.577	18.822	1,91
2007	50.233	15.648	34.585	2,77

Continua

Continuação

2008	71.836	26.778	45.058	3,36
2009	53.507	27.558	25.949	1,68
2010	78.667	30.206	48.461	1,21

Fonte: Banco Central

Quanto à crescente financeirização da economia brasileira, que vê como um entrave ao desenvolvimento, o autor recorda que a negociação brasileira do Plano Brady que se inicia durante o governo Collor (1990-1992) através de Pedro Malan, então consultor especial e negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa do Ministério da Fazenda, estabeleceu como contrapartida para a redução da dívida externa e de seus juros as aberturas comercial e financeira e a privatização da economia brasileira.

O crescimento da dívida interna, por conta da necessidade de captar liquidez internacional para cobrir os déficits em conta corrente produzidos pela valorização cambial, e a abertura comercial gerada pelo Plano Real aprofundam a financeirização da burguesia brasileira e suas expectativas de auferir rendas elevadas por uma vinculação privilegiada com o Estado através do mercado dos títulos da dívida pública.

A ampliação da dívida interna nos anos 1990 vem incorporar, entre um de seus importantes investidores, os fundos de pensão dos trabalhadores de empresas estatais ou ex-estatais. Ao final do governo FHC, em 2002, a dívida interna havia alcançado 41,5% do PIB e os seus detentores eram eminentemente atores nacionais: bancos comerciais nacionais, fundos de investimento financeiro, onde têm papel destacado os fundos de pensão.

Desenvolve-se um complexo sistema de poder econômico e - com a chegada de Lula à presidência - político, onde um grupo altamente estratificado de trabalhadores integra-se à financeirização da economia brasileira e amplia significativamente sua influência sobre as políticas públicas. De acordo com Martins (2007), a força destes segmentos junto ao Estado teria detido a redução mais expressiva das taxas de juros, mesmo com a eliminação dos déficits em conta corrente que normalmente é apresentado como uma das razões de seus patamares elevados.

Martins (2007) destaca os seguintes pontos em relação aos impactos e resultados das políticas macroeconômicas estabelecidas pelo governo Lula:

- a) o crescimento econômico está fortemente comprometido pelos altos juros praticados pelo Banco Central. O Brasil apesar do controle inflacionário e do equilíbrio do balanço de pagamentos ainda detém uma das taxas de juros reais mais altas do mundo; e
- b) O alcance das políticas sociais do governo Lula é profundamente limitado pelas restrições postas ao desenvolvimento econômico.

Em resumo, embora Druck e Figueiras (2007) sustentem que a política econômica do governo Lula seria uma continuação do modelo de desenvolvimento herdado do governo FHC, orientada por uma lógica de dominação financeira, e de outro lado, segundo Martins (2007), o governo Lula representaria um governo de terceira via, voltado para a contenção dos desequilíbrios macroeconômicos gerados no governo anterior e para a substituição da agenda de políticas públicas, ambos parecem concordar com os efeitos da política econômica adotada: crescimento econômico comprometido pelos altos juros e imposição de restrições sobre as políticas sociais.

Mudanças na economia brasileira

Analisando o período 1995-2009, Amitrano (2010) defende a hipótese de que a economia brasileira transitou de um regime de crescimento baixo e volátil – período 1995 a 2002 – para outro, de taxas moderadas e relativamente mais estáveis – período 2003 a 2009.

Segundo Amitrano (2010), um regime de crescimento econômico descreve o processo de geração da renda nacional inscrito em um determinado contexto histórico e institucional. Tal regime é composto por dois elementos principais que se reforçam mutuamente: um regime de demanda, associado aos componentes da demanda agregada; e um regime de produtividade, associado ao progresso técnico.

O primeiro procura descrever os determinantes do consumo das famílias, dos gastos do governo, do investimento e das exportações líquidas. Por sua vez, o segundo tenta explicitar o impacto das formas específicas de organização da produção e da inovação (estrutura setorial da produção, regras de concorrência, políticas de desenvolvimento, sistemas de inovação etc.), bem como do crescimento econômico, sobre a evolução da produtividade da economia.

A abordagem proposta pelo autor procura combinar a análise do “regime de crescimento” com os “modelos de restrição de divisas”. Sua principal vantagem reside, por um lado, em apontar a importância dos fatores de oferta, ou seja, da organização do processo produtivo e de inovação, porém subordinando sua dinâmica à evolução da demanda agregada e aos aspectos institucionais da economia. Por outro, em explicitar o papel central do setor externo na trajetória de crescimento econômico no longo prazo.

O ponto de partida desta análise é a observação dos chamados “fatos estilizados” da economia, que estão resumidos na Tabela 1.3 a seguir. Por fatos estilizados entende-se o conjunto de regularidades estatísticas que, grosso modo, permitem uma apreciação panorâmica da evolução das principais variáveis econômicas ao longo de um período.

Tabela 1.3. Evolução do PIB e dos componentes da demanda agregada (Variação % REAL – Média anual)

	1995- 1998	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2008	2009
PIB A PREÇOS DE MERCADO	2,5	2,1	3,5	5,6	-0,2
CONSUMO DAS FAMÍLIAS	3,6	1,7	3,2	6,7	4,1
CONSUMO DO GOVERNO	1,0	2,2	2,5	3,3	3,7
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	5,1	-4,3	4,3	15,9	-10,0
EXPORTAÇÕES	3,2	9,0	10,0	2,7	-10,3
IMPORTAÇÕES (-)	-12,1	-4,2	9,4	18,9	-11,5

Fonte: Sistema de Contas Nacionais /IBGE

O primeiro aspecto destacado pelo referido autor é a dinâmica do crescimento econômico que, a partir de 2003, ostentou taxas médias mais elevadas e ao mesmo tempo menos voláteis do que aquelas verificadas nos dois subperíodos anteriores, muito embora a taxa de crescimento no período considerado tenha se situado abaixo da taxa de crescimento dos BRICS e da média da América Latina e Caribe, de acordo com as Tabelas 1.4 e 1.5 a seguir.

Tabela 1.4. Taxa de crescimento (% do PIB) dos BRICS (2005 e 2010)

PAÍS	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China	10,1	11,0	11,5	9,0	8,7	10,3

Continua

Continuação

Índia	7,1	10,0	10	8,0	5,0	9,7
Rússia	6,4	10,0	9	7,0	-7,9	5,3
Brasil	3,2	4,0	5,7	5,1	0	7,5

Fonte: Banco Mundial

Tabela 1.5. Taxa de crescimento (% do PIB) da América Latina e Caribe por países (2003-2009)

Países	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Taxa média de crescimento do PIB 2003-2009
América Latina e Caribe (em desenvolvimento)	2,1	6,1	5,0	5,8	5,9	4,3	(1,9)	3,9
América Latina e Caribe (todos os níveis de renda)	2,2	6,1	5,0	5,8	5,9	4,3	(2,0)	3,9
Panamá	4,2	7,5	7,2	8,5	12,1	10,7	2,4	7,5
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	7,4
Trinidad e Tobago	14,4	7,9	5,8	13,5	4,6	2,3	(3,0)	6,5
Peru	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8	0,9	6,2
Venezuela	(7,8)	18,3	10,3	9,9	8,2	4,8	(3,3)	5,8
República Dominicana	(0,3)	1,3	9,3	10,7	8,5	5,3	3,5	5,5
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,3	7,5	8,5	2,9	5,2
Costa Rica	6,4	4,3	5,9	8,8	7,8	2,6	(1,5)	4,9
Suriname	6,0	8,0	3,9	5,0	5,2	5,1	-	4,8
Equador	3,6	8,0	6,0	3,9	4,0	7,2	0,4	4,7
Honduras	4,5	6,2	6,1	6,6	6,3	4,0	(1,9)	4,5
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	2,7	0,8	4,4
Bolívia	2,7	4,2	9,4	4,6	(0,0)	6,1	3,4	4,3
Chile	3,9	6,0	5,6	4,6	4,6	3,7	(1,5)	3,8
Belize	9,3	4,6	3,0	4,7	1,2	3,8	(0,0)	3,8
BRASIL	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	(0,6)	3,5
Guatemala	2,5	3,2	3,3	5,4	6,3	3,3	0,6	3,5
Paraguai	3,8	4,1	2,9	4,3	6,8	5,8	(3,8)	3,4
Nicarágua	2,5	5,3	4,3	3,9	3,2	7,5	(5,6)	3,0
Guiana e Guiana								
Francesa	(1,0)	3,3	(2,0)	5,1	7,0	2,0	3,3	2,5
El Salvador	2,3	1,9	3,1	4,2	4,6	2,4	(3,5)	2,1
Bermudas	2,9	3,6	5,2	6,4	4,2	(0,3)	(8,1)	2,0
México	1,4	4,0	3,2	4,9	3,3	1,5	(6,5)	1,7
Jamaica	5,0	1,4	1,0	2,7	1,4	(0,5)	(3,0)	1,1
Haiti	0,4	(3,5)	1,8	2,3	3,3	0,8	2,9	1,1

Fonte: Banco Mundial (Março 2011)

Este crescimento mais elevado e mais estável foi acompanhado de dois outros traços distintivos do período, a estabilidade de preços, verificada pelo comportamento do índice de inflação IPCA, e o equilíbrio fiscal, conforme a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) – Primário cujos valores positivos correspondem ao superávit primário.

Quanto ao comportamento da taxa de juros, Amitrano (2010) observa uma pequena queda no período 2003-2009, não obstante o controle inflacionário e o desempenho favorável das contas externas, conforme apontado anteriormente. O resultado da manutenção de patamares elevados da taxa de juros acaba refletindo-se em altos custos financeiros de rolagem da dívida (Tabela 1.7), bem como impactando a evolução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que no período 2003-2006 apresentou elevação em relação ao período anterior, apresentando posteriormente um queda no período 2007-2010.

De acordo com os dados da Tabela 1.6, a seguir, o total de despesas com o pagamento de juros decorrentes da dívida pública do governo federal, no período 2003 a 2010, foi de aproximadamente R\$ 957 bilhões (soma da rubrica ‘juros nominais’ no período 2003 a 2010). Por seu turno, a Tabela 1.7 mostra que os serviços da dívida pública interna (pagamento de principal + juros) alcançaram R\$ 1,2 trilhões, no período 2004 a 2009.

Tabela 1.6. Evolução da dívida líquida do governo federal no período 2003-2010 (em R\$ milhões)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Governo federal								
Dívida líquida total - saldo	584 544	610 078	660 186	727 319	808 095	760 249	971 724	1 044 518
Dívida líquida - variação anual	17 809	25 534	50 108	67 133	80 777	- 47 846	211 475	72 794
Fatores condicionantes:	17 809	25 534	50 108	67 133	80 777	- 47 846	211 475	72 794
NFSP	74 065	32 976	74 106	65 760	47 999	36 781	109 399	62 960
Primário	- 38 939	- 52 722	- 56 053	- 51 524	- 60 083	- 71 780	- 43 073	- 79 243
Juros nominais	113 003	85 698	130 159	117 283	108 082	108 560	152 472	142 203
Ajuste cambial	- 59 496	- 20 107	- 25 964	- 16 325	- 24 980	- 84 152	87 204	19 587

Continua

Continuação

Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 12 772	- 2 556	- 2 664	- 1 666	- 2 432	3 180	- 3 414	1 513
Dívida externa - metodológico	- 46 724	- 17 551	- 23 300	- 14 659	- 22 548	- 87 332	90 618	18 073
Dívida externa - outros ajustes ^{1/}	14 501	5 722	- 3 980	5 783	6 694	- 27 189	10 018	2 443
Reconhecimento de dívidas	- 11 260	7 021	5 946	12 499	51 064	27 480	4 855	- 12 196
Privatizações	0	- 78	0	- 583	0	- 767	0	0

FONTE: SIAFI - STN/CCONF/NUCOP e STN/COREM/GEREM

Tabela 1.7. Orçamento fiscal e da seguridade social (2003-2009)
Demonstrativo da despesa por função

(em bilhões de reais)							
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ENCARGOS ESPECIAIS	677,8	673,8	836,6	864,7	851,6	853,9	935,3
Refinanciamento da							
Dívida Interna	-	351,0	489,7	351,7	363,4	278,9	264,1
Refinanciamento da							
Dívida Externa	-	9,5	10,3	27,0	17,6	4,2	5,1
Serviço da Dívida Interna	-	127,0	136,4	253,2	195,6	228,8	293,6
Serviço da Dívida							
Externa	-	38,8	27,6	33,4	20,0	16,5	18,1
Transferências	-	107,5	134,5	143,0	159,5	171,2	145,4
Outros Encargos							
Especiais	-	38,4	35,8	54,4	91,8	125,7	142,6
Demais Subfunções	-	2,0	2,3	2,0	3,6	28,6	66,4

FONTE: SIAFI - STN/CCONF/NUCOP e STN/COREM/GEREM

Outros aspectos destacados pelo autor referem-se ao comportamento do saldo do balanço de pagamentos, da taxa de investimento e do consumo doméstico. A partir de 2003, notam-se, quanto a estas variáveis: *i*) saldos positivos e crescentes no balanço de pagamentos; *ii*) aumento da taxa de investimento; e *iii*) aceleração das taxas de crescimento do consumo doméstico.

Em relação ao comportamento das variáveis que projetam a evolução de longo prazo do regime de crescimento econômico, Amitrano (2010) salienta que a produtividade, após um longo período de declínio, iniciado na década de 1980, volta a crescer a partir de 2003. Quanto à defasagem tecnológica, mensurada pela razão entre a produtividade da economia dos EUA, país que simbolicamente

representa a fronteira tecnológica, e a produtividade da economia brasileira, após um longo período de ampliação desta defasagem, a partir do biênio 2007-2009 parece haver uma pequena reversão da tendência, indicando que a produtividade na economia brasileira passou a crescer mais rapidamente que na estadunidense.

Amitrano (2010) destaca a importância de se analisar, além dos fatos estilizados, conforme tratado anteriormente, os componentes da demanda agregada, que segundo a tradição pós-keynesiana se configura como o principal elemento condicionante do regime de crescimento, pois com ela se inicia o processo de expansão e se viabiliza, por meio das economias de escala dinâmicas, o progresso tecnológico e o surgimento de ciclos na economia. Neste sentido, a evolução dos seus diversos componentes pode ser compreendida como a principal evidência a caracterizar a existência ou não de um novo regime de crescimento na economia.

De acordo com o citado autor, o consumo das famílias representa um dos mais importantes componentes da demanda agregada e sua expansão depende, sobretudo, das condições de crédito (maiores volumes, prazos mais amplos e juros menores) e da distribuição pessoal e funcional da renda, de modo que transferências de renda de ricos para pobres e dos lucros para os salários tendem a ampliar o consumo agregado em virtude da maior propensão média a consumir de pobres e trabalhadores *vis-à-vis* ricos e capitalistas.

O investimento, por sua vez, depende da comparação entre a taxa de retorno esperada do empreendimento e a taxa de juros, de modo que quando a primeira é superior à segunda, decide-se investir. Ademais, outros fatores podem influenciar esta decisão, tais como as expectativas quanto ao futuro da economia e dos negócios, o grau de endividamento das empresas e o custo de financiamento dos bens de capital.

Por seu turno, as exportações líquidas (exportações menos importações) dependem da taxa de câmbio real, das elasticidades-preço e renda de exportações e importações e das rendas do resto do mundo e doméstica. Por fim, os gastos do governo podem ser considerados discricionários, dependendo, portanto, das decisões autônomas de cada governo.

Demanda doméstica: aumento do consumo das famílias

A partir de meados de 2003, a retomada da demanda doméstica, impulsionada inicialmente pelo aumento das exportações, parece ter

inaugurado um novo regime de crescimento. Um dos seus elementos constitutivos é o aumento recente do consumo das famílias, conforme pode ser verificado da Tabela 1.3 acima, associado a três fatores explicativos. O primeiro refere-se à articulação entre os programas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo e a forma de operação do sistema de seguridade social brasileiro.

Segundo Amitrano (2010), a unificação de diversos programas de transferência de renda em torno do Programa Bolsa Família possibilitou o crescimento do volume de recursos para este tipo de assistência, ao mesmo tempo em que permitiu a ampliação de seu grau de cobertura. Além disso, os aumentos reais de salário mínimo e suas repercussões diretas sobre os benefícios do sistema de seguridade social promoveram uma grande transferência de recursos para as famílias de baixa renda e com elevada propensão a consumir. Mais do que isto, tal movimento tem repercutido sobre as disparidades regionais, posto que o volume de recursos destinado às regiões mais pobres do país tem crescido a taxas muito mais elevadas que as das demais regiões.

Em segundo lugar, o consumo das famílias também foi impulsionado pela extraordinária expansão do crédito para pessoa física. Com o advento do crédito consignado, o volume de recursos livres para esta modalidade de financiamento teve uma trajetória de expansão bastante vigorosa, associada, inclusive, a uma redução significativa da taxa real de juros. O volume de concessões de crédito para pessoa física saltou de R\$ 35 bilhões em 2003 para aproximadamente R\$ 55 bilhões em 2009.

Por fim, as melhores condições da economia fizeram com que o mercado de trabalho reagisse de forma vigorosa, crescendo o número de ocupados e os salários reais. As consequências desse processo foram a redução da taxa de desemprego, simultaneamente ao aumento da massa salarial, e a redução da informalidade.

O segundo componente a comandar a expansão, e talvez o mais importante, é a formação bruta de capital fixo. Seu aumento foi resultado de três fatores: *i*) maior utilização da capacidade produtiva; *ii*) melhora dos preços relativos dos bens de capital; e *iii*) redução das taxas reais de juros.

Um aspecto central deste novo regime de crescimento tem sido sua ocorrência simultânea com a manutenção da taxa de inflação em patamar bastante baixo, para os padrões brasileiros, fato que se deve menos à sensibilidade da demanda agregada às oscilações da taxa de juros e mais ao impacto que a política monetária exerce sobre a taxa de câmbio, e esta sobre a inflação, através do canal dos custos.

À primeira vista, o aumento da demanda externa e sua maior contribuição ao crescimento no período recente sugeriam que a economia brasileira estaria assumindo traços de uma economia liderada pelo setor exportador, embora com a predominância da exportação de *commodities*. Porém, como visto anteriormente, ainda que o setor externo tenha cumprido um papel importante na expansão do produto entre 1999 e 2006, sua maior contribuição neste período parece estar associada a uma diminuição temporária dos constrangimentos externos, sobretudo no que diz respeito à liquidez internacional, em uma economia que passou a ser paulatinamente comandada pela demanda doméstica.

Neste sentido, o novo regime de crescimento econômico parece ter como uma de suas características centrais um relaxamento apenas temporário da restrição externa, decorrente tanto do aumento dos preços e do *quantum* das *commodities* brasileiras vendidas no mercado internacional, como do enorme afluxo de recursos advindos do exterior. No longo prazo, porém, é bastante provável que o ritmo de expansão da economia brasileira seja limitado pela taxa de crescimento que mantém em equilíbrio o balanço de pagamentos.

Em síntese, esta seção teve o objetivo de mostrar o desempenho da economia brasileira no período 2003-2010 e nesse sentido ajudar no esclarecimento do debate acerca desse aspecto tão importante do governo Lula.

Em primeiro lugar, é importante pontuar que embora Amitrano (2010) sustente que no período do governo Lula tenha se configurado no país um regime de crescimento de taxas moderadas e relativamente estáveis, contrapondo-se segundo o autor a um regime de crescimento baixo e volátil, verificado no período 1995 a 2002, cabem no entanto algumas relativizações.

Conforme demonstrado nas Tabelas 1.4 e 1.5, o crescimento do PIB brasileiro no período 2003-2010 ficou abaixo do crescimento verificado em outros países da América Latina e em patamar muito abaixo entre os BRICS, embora o cenário externo tenha sido muito favorável para as exportações de *commodities* e tenha se mantido relativamente sem turbulências no período entre 2003 e 2007. Outro aspecto a ser destacado nesse tocante foi o comportamento favorável do investimento direto estrangeiro no período do governo Lula, principalmente a partir de 2007, o que ajudou a equilibrar o balanço de pagamento e diminuir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Cabe frisar, por outro lado, que o cenário externo para o país foi bastante diferente no período do governo FHC, tendo sofrido os efeitos

de praticamente 4 (quatro) crises financeiras: México em 1994, Asiática em 1997/1998, Russa em 1998, e Argentina em 2001, que abalaram a confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira, provocando fuga de capitais, dificuldades no balanço de pagamentos e interrupção dos ciclos já curtos de crescimento econômico.

A despeito do crescimento econômico ter apresentado taxas moderadas no período 2003-2010, deve-se destacar o crescimento da distribuição da renda nacional para os trabalhadores assalariados, cerca de 9,41% no período 2004-2010, conforme indicado na Tabela 1.1.

Na base de explicações para esse crescimento da massa salarial em relação à renda nacional encontra-se, além do próprio cenário de crescimento econômico, com efeito sobre a redução da taxa de desemprego, a articulação entre os programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e a forma de operação do sistema de seguridade social brasileiro.

Como resultado desse crescimento e redistribuição da renda, que se combina com a expansão do crédito para pessoa física, assiste-se a uma trajetória de expansão do consumo das famílias, cujo componente dentro da demanda agregada ajudou a minimizar os efeitos da crise financeira de 2008.

Por fim, o aspecto negativo da gestão macroeconômica do período 2003-2010 ficou por conta da evolução do estoque da dívida pública (Tabelas 1.6 e 1.7), cujo crescimento acarretou consideráveis encargos para o seu refinanciamento e pagamento dos serviços.

Evidentemente, essa drenagem de expressivos recursos públicos para a esfera financeira (pagamento de R\$ 957 bilhões de juros no período 2003-2010), compromete a capacidade do Estado em realizar os investimentos necessários em áreas prioritárias de desenvolvimento, tanto econômico como social.

2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Abordar o desempenho das políticas sociais implementadas durante o governo Lula passa obrigatoriamente pela análise dos programas de transferência de renda e em especial do Bolsa Família, que se distingue como uma verdadeira marca e símbolo das ações empreendidas na área social, muito embora haja outras ações sociais com dispêndios de recursos orçamentários bem superiores àquele programa.

Há uma farta literatura que se propõe a analisar a natureza e os impactos do programa Bolsa Família em relação à mitigação e redução da pobreza e da miséria, diminuição das desigualdades sociais, e melhora da sociabilidade e da integração social do conjunto da população atendido pelos programas de transferência de renda.

Silva et al. (2011) adotam uma perspectiva histórica no estudo das políticas sociais no país, cujo início remonta ao Estado Vargas, e se estende mais recentemente às políticas de transferência de renda empreendidas a partir de 1995, tanto na esfera federal, como em estados e municípios.

A riqueza do estudo de Silva et al. (2011), que se distingue por considerar, além do debate ideológico que normalmente envolve esse tema, a análise e a problematização de aspectos relacionados ao tipo de desenho do programa, características operacionais e estratégias de implementação, merece ser aqui reproduzida em seus principais pontos, de modo a clarificar melhor a compreensão sobre os programas de transferência de renda que, conforme se verá adiante, constituem uma tendência não só no Brasil, mas na América Latina e na própria Europa (MOSER, 2011; SPOSATI, 2011).

De acordo com Silva et al. (2011, p. 15), os sistemas de proteção social são formas, mais ou menos, institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros. Tradicionalmente, nas sociedades contemporâneas, a proteção social tem-se estruturado em torno de alguns eixos: saúde, educação, previdência, trabalho e emprego e assistência social.

É importante salientar que um dos traços mais definidores das formas e sistemas de proteção social implica sempre numa transferência de recursos sociais, seja sob a forma de esforço ou trabalho, seja sob a forma de bens e serviços, ou sob a forma de dinheiro.

É preciso ainda destacar que os modernos sistemas de proteção social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades, mas representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades buscam responder a pelo menos três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção?

São as respostas a essas questões básicas que determinam a natureza dos sistemas de proteção social: universalismo versus particularismo; alto grau de generosidade versus baixo grau de generosidade; alto grau de efetivação de direitos sociais versus

afrouxamento da noção de direito social; mercantilização versus desmercantilização da proteção social; participação social democrática versus centralismo e autoritarismo na definição das políticas sociais; caráter público versus privado, etc (Ibidem, p. 19).

Os programas de transferência de renda no mundo

No plano internacional, o debate sobre os programas de transferência de renda vivencia uma ampliação mais precisamente a partir dos anos 80 do século passado, situando-se no âmbito das grandes transformações econômicas, sociais e no mundo do trabalho, em decorrência da Revolução Tecnológica da Era da Informação, e que são geradoras de profundo rearranjo do mercado capitalista, cuja maior manifestação são os processos de globalização e regionalização dos mercados, orientados pela internacionalização da econômica, sob a hegemonia do capital financeiro (Ibidem, p.15).

Nesse âmbito, o *Welfare State Keynesiano*, base da sociedade salarial em crise na maioria das sociedades de capitalismo avançado, sofre progressivamente questionamentos quanto a sua sustentação e legitimidade. O declínio do pleno emprego faz gerar uma sociedade marcada pela dualidade. De um lado, há pessoas muito bem empregadas e, de outro lado, um contingente mais amplo de pessoas desempregadas ou precária e instavelmente empregadas, fazendo com que o desenho tradicional do *Welfare State* – seguro social, constituído pela contribuição dos empregadores e empregados e assistência social, representada por auxílios destinados a categorias específicas em dificuldade (inválidos, desempregados, idosos) - não consiga dar resposta às novas questões sociais que se vêm desenvolvendo (Ibidem, p. 16).

Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho, ampliando e disseminando a pobreza, tanto nos países em desenvolvimento como nos países de capitalismo avançado.

Nesse contexto é que o debate internacional tem apontado os programas de transferência de renda como possibilidade de solução para a crise do emprego e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos de diferentes matizes teóricas, dentre as quais se destacam as seguintes perspectivas:

a) uma de natureza liberal/neoliberal que considera os programas de transferência de renda como mecanismo compensatório e residual,

eficiente no combate à pobreza e ao desemprego e enquanto uma política substitutiva dos programas e serviços sociais e como mecanismo simplificador dos sistemas de proteção social;

b) uma perspectiva de natureza progressista/distributivista que considera os programas enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como uma política de complementação aos serviços sociais básicos já existentes e voltados para a inclusão social; e

c) uma perspectiva que percebe os programas como mecanismo provisório para permitir a inserção social e profissional dos cidadãos, numa conjuntura de pobreza e de desemprego.

Essas perspectivas colocam a possibilidade de duas orientações para os programas de transferência de renda que vêm inspirando o debate e as experiências brasileiras. A primeira na dimensão de programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos liberais/neoliberais, mantenedores dos interesses do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivo garantir a autonomia do indivíduo como consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda; o objetivo é a reprodução da classe de trabalhadores.

A segunda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da cidadania universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. O impacto desejado é a inclusão social (Ibidem, p. 42-43).

O sistema de proteção social no Brasil em perspectiva histórica

Silva et al. (2011, p. 19) assinalam que a construção da proteção social estatal no país, que remonta aos anos 1930, mostra que a regulação do Estado brasileiro, no campo das políticas sociais, tem historicamente se efetivada mediante programas e ações fragmentadas, eventuais e, portanto, descontínuas, que possuem caráter compensatório e pouco contribuem para amenizar as condições de pobreza de largo contingente da população brasileira.

Esse sistema tem situado, historicamente, a população beneficiária no campo do não direito ou da cidadania regulada, deslocando o espaço do direito para o terreno do mérito, além de servir

como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político.

Apesar dos avanços no campo dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, inclusive com a introdução da noção de Seguridade Social antes inexistente, a partir dos anos 1990, com a crise fiscal do Estado e a opção do Governo brasileiro pelo projeto neoliberal, no plano da intervenção estatal, foram impostas limitações para os programas sociais, acompanhadas do desmonte dos direitos sociais conquistados. (Ibidem, p. 20)

Chega-se ao início do séc. XXI com um Sistema de Proteção Social marcado pelos traços da reforma dos programas sociais, sob a orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, expressos pela descentralização, privatização e focalização dos programas sociais.

Silva et al. (2011) lembram que o Governo FHC, ao eleger como prioridade absoluta o ajuste e a estabilidade econômica, como condição essencial para implantação tardia do projeto neoliberal no Brasil, não deu a devida atenção à agenda social brasileira, durante seu primeiro mandato, situação que se prolongou ainda durante os dois primeiros anos de seu segundo mandato (1999-2002). O governo brasileiro tenta reverter essa postura a partir de 2001, propondo criar uma rede de proteção social, cujo carro-chefe são os programas de transferência direta de renda a famílias pobres.

Além disso, as autoras citadas apontam limites históricos que imprimem especificidade a qualquer esforço de implementação desses programas no Brasil (Ibidem, p. 45):

- existência de um amplo contingente da população vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta, com uma longa história de exclusão social e limitado acesso a serviços sociais básicos;
- adoção de modelos econômicos concentradores e excludentes;
- um aparelho estatal, nos três níveis de governo, marcado pela limitação de recursos e má utilização, carência de técnicos capacitados, permeabilidade da máquina estatal aos interesses privados e à manipulação político-clientelista;
- incapacidade de focalização dos programas sociais no público que mais necessita deles;
- falta de tradição de acompanhamento e avaliação dos programas sociais;
- fragilidade da organização da sociedade, orientada por uma cidadania baseada no mérito em vez de nas necessidades;

Principais programas de transferência de renda do governo federal

As autoras também apresentam uma caracterização dos principais programas de transferência de renda, no âmbito federal, a saber: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Previdência Social Rural e programa Bolsa Família.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

A integração entre o PETI e o programa Bolsa Família vem ocorrendo desde 2006, buscando racionalizar a gestão de ambos os programas, com o incremento da intersetorialidade e da potencialidade das ações do Governo, na tentativa de evitar fragmentação, superposição de funções e desperdício de recursos públicos, o que segundo Silva et al. (2011) é um aspecto que denota a evolução na Política Social brasileira.

O PETI articula um conjunto de ações com o objetivo de retirar crianças e adolescentes de até 16 anos de práticas de trabalho infantil, exceto aqueles em situação de aprendiz a partir dos 14 anos. Integra o Sistema Único de Assistência Social, configurando-se mediante três eixos: transferência direta de renda a famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar.

O nível de corte da renda para inclusão no programa está definido para renda per capita familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que em 2010 houve o atendimento de 820 mil crianças/adolescentes em mais de 3,5 mil municípios, com repasse de R\$ 186 milhões.

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Trata-se de uma transferência monetária mensal no valor de 1 salário mínimo, previsto pela Constituição Federal de 1988 passando a ser concedido em 1996. É um benefício pago a pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e a pessoas portadoras de deficiências, consideradas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, obedecendo aos seguintes critérios: possuam renda familiar mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; não estejam vinculados a nenhum

regime de previdência social e não recebam benefícios de espécie alguma, ou seja, encontrem-se impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família.

A partir de 2007 o BPC passou a fazer parte da proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitutivo da Política Nacional de Assistência Social, integrado às demais políticas setoriais, voltando-se para o enfrentamento da pobreza, à garantia da proteção social, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

O público atendido em 2010 foi de 3.340.406 pessoas, sendo 1.737.476 de deficientes e 1.602.930 de idosos, com investimentos de aproximadamente R\$ 20,1 bilhões.

Previdência Social Rural

A Previdência Social Rural é um programa do Ministério da Previdência Social com significativo impacto na redução da pobreza entre a população idosa e na redistribuição de renda no país.

Trata-se de uma transferência monetária mensal para pessoas idosas, viúvas, pessoas em licença, em estado de recuperação por acidente de trabalho ou doença ou que se encontrem em regime especial de aposentadoria rural, desde que tenham trabalhado em atividades rurais, mesmo sem fluxo de contribuição contínuo.

Nesse regime encontravam-se, em 2008, 7,8 milhões de trabalhadores rurais, sendo que apenas cerca de 10% contribuíram para a Previdência Social. Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social de 2010 foram concedidos 8.280.544 benefícios rurais, com cobertura de recursos de aproximadamente R\$ 28 bilhões.

O Programa Bolsa Família

Diagnóstico elaborado no período de transição em 2002 sobre os programas de transferência de renda no Brasil apontava para os seguintes problemas (Ibidem, p. 136-138):

- existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no seu público-alvo, a exemplo do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e PETI;
- ausência de uma coordenação geral dos programas com rebatimentos negativos na implementação das ações, gerando

desperdício de recursos, cuja consequência maior é uma limitada efetividade nos resultados decorrentes desses programas;

- ausência de planejamento gerencial dos programas;

- falta de estratégia mais ampla que garanta a autonomização das famílias após o desligamento dos programas, verificando-se a não vinculação sistemática dos programas de transferência de renda com outros programas, projetos e ações, como projetos de desenvolvimento local, cooperativas, banco do povo e outros que ofereçam opções reais para a autonomia das famílias. Nesse sentido, esses programas se apresentam como um fim em si mesmos, não apontando para a real superação da situação de pobreza do grupo familiar, por ausência de articulação efetiva com outras políticas emancipatórias;

- fragmentação dos programas e até competitividade entre os diferentes setores responsáveis por cada um deles;

- introdução de um elemento inovador no âmbito das políticas sociais, que é a transferência de renda independente de contribuição prévia, sem que sejam superados os problemas tradicionais na gestão dessas políticas que seguem o mesmo modelo de fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição, pulverizando e elevando custos meios das operações;

- programas implementados, na sua grande maioria, por um quadro de pessoal que não integra os quadros efetivos dos respectivos setores, contratados por fora, não permitindo o desenvolvimento de uma cultura institucional de profissionalização e de continuidade das ações;

- estabelecimento de metas para os programas, mesmo os considerados universais como o Bolsa-Escola, aquém do número potencial de beneficiários, sendo critério fundamental o limite estabelecido pelo orçamento disponibilizado;

- orçamento alocado insuficiente, fazendo com que não só o público-alvo não seja totalmente atendido, como situando o valor monetário do benefício num patamar irrisório, incapaz de produzir impactos significativos na população beneficiária.

Essas constatações influenciaram a formulação do Programa Bolsa Família no sentido de se buscar a melhoria da gestão, racionalização de esforços, redução de custos, integração de programas e ações sociais que tivessem o mesmo público-alvo, promoção da intersetorialidade das políticas sociais, e maior focalização dos benefícios nas populações consideradas pobres e miseráveis, de acordo com os critérios de renda definidos.

O programa Bolsa Família, lançado em outubro de 2003, e oficialmente criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004,

unificou 4 programas já existentes de transferência de renda do governo federal: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação.

Os objetivos do programa Bolsa Família são o combate à fome, à pobreza e às desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; e a promoção da inclusão social, de modo a contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições pra que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

A unidade beneficiária é a família vivendo em situações de pobreza e extrema pobreza, tendo como público-alvo principal crianças de 0 a 17 anos; a linha de pobreza é definida pela renda per capita familiar situada entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00; e a linha de extrema-pobreza pela renda per capita familiar até R\$ 70,00 (valores atualizados).

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são:

- levar crianças até 7 anos para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação; realizar o pré-natal para gestantes e as mães que amamentam devem continuar o acompanhamento médico após o parto; participar de atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável; e

- matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês.

Sua execução se desenvolve de forma descentralizada, com a conjugação de esforços entre os entes federados: nível federal, estadual e municipal e a sociedade, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Destina-se a famílias pobres, sendo a família considerada enquanto grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros, o que é considerado por Silva et al. (2011) como um aspecto de avanço, já que tradicionalmente as políticas de transferência de renda focavam no indivíduo.

Sob a justificativa de ampliação de recursos, elevação do valor monetário do benefício e melhor atendimento, a proposta de unificação teve como propósito mais amplo manter um único programa de transferência de renda, articulando programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, na perspectiva de instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda.

Justificavam-se também pelos idealizadores do Programa Bolsa Família vantagens na focalização para melhor enfrentamento da pobreza no país, com ajustamento do foco e desenvolvimento de um processo sistemático de monitoramento e avaliação. O objetivo declarado seria simplificar o acesso aos benefícios, com a unificação dos programas de transferência de renda.

Dados de 2010 indicavam que o programa já atendia 12.995.195 famílias, representando cobertura de 98,26% das famílias cadastradas no perfil Bolsa Família, ou seja, com renda per capita familiar de até R\$ 140,00, com dispêndios aproximados de R\$ 13 bilhões.

Possibilidades e limitações dos programas de transferência de renda no país

Apesar de os resultados e impactos até então identificados em relação à implementação de programas de transferência de renda parecerem ainda limitados, subjetivos e de caráter mais imediato, embora a contribuição desses programas para a diminuição da indigência, da pobreza e da desigualdade no país seja uma realidade, alguns aspectos são destacados por Silva et al. (2011), tanto no sentido de indicação de possibilidades como dos obstáculos a serem superados para que esses programas atinjam os resultados esperados.

Um primeiro aspecto seria o significado real, mesmo de caráter imediato, que esses programas representam para as famílias beneficiárias, ao permitir a aquisição ou ampliação de uma renda, inexistente ou insignificante, proveniente do trabalho, até porque o mercado de trabalho, no Brasil, é por demais excludente, não permitindo o acesso de grande parte da população. Nesse sentido, esses programas, para muitas famílias, são a única possibilidade de uma renda, mesmo que muito baixa.

Por outro lado, esses programas podem propiciar condições progressivas, mesmo que a longo prazo de inclusão de futuras gerações formadas pelas crianças e adolescentes das famílias beneficiárias que são requisitadas a frequentar a escola, postos de saúde, sair da rua ou do trabalho penoso e degradante, podendo, portanto, elevar o número de anos de escolaridade do futuro trabalhador brasileiro para além da baixa média dos sete anos alcançados. Ressalte-se que a possibilidade dessa modificação está, em muito, condicionada a mudanças no sistema educacional brasileiro, com melhoria do ensino e a continuidade e sustentabilidade dos programas sociais (SILVA et al., p. 224-5).

Cita-se ainda que os programas de transferência de renda podem vir a contribuir para um novo aprendizado institucional, principalmente pela indicação ou tentativa de superação de duas tradições que marcaram os programas sociais no Brasil: isolamento e desarticulação dos programas entre si, bem como pouca atenção atribuída à avaliação de resultados. Articulação com outros programas sociais, principalmente no campo da educação, saúde, trabalho, podem significar um avanço para ampliação de possíveis impactos.

Ademais a forma descentralizada como esses programas são implementados pode criar espaço para o controle social, e a forma de transferência direta do benefício para o beneficiário mediante cartão magnético, pode possibilitar entre outros avanços, maior liberdade das famílias na aquisição dos bens e serviços que considerem atender melhor às suas necessidades; diminuição da possibilidade de corrupção por serem reduzidas as intermediações; simplificação do sistema de custos de administração ou custos meios e redução de práticas clientelistas, embora estas não possam ser consideradas efeitos automáticos dos programas de transferência de renda.

O acompanhamento e as avaliações já realizadas sobre programas de transferência de renda, no Brasil, têm apontado o grande limite que a inexistência ou as deficiências de programas e serviços sociais básicos – como aqueles nas áreas de saúde e educação – causam nos impactos esperados em termos de atendimento das necessidades básicas das famílias.

Nesse sentido, um dos aspectos inovadores e relevantes dos programas de transferência de renda, que é a possibilidade de funcionarem como porta de entrada, em relação às famílias beneficiadas, para outros programas e serviços, tendo em vista um atendimento múltiplo e intersetorial, fica bastante comprometido.

Segundo Silva et al. (2011), o cumprimento desse requisito implica a ampliação e democratização dos serviços sociais básicos, o que não vem ocorrendo satisfatoriamente no Brasil. Exige também o desenvolvimento de estratégias de gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, talvez o único caminho possível para enfrentar situações geradas por condições multicausais.

A ação intersetorial supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e dever ser princípio orientador da construção das redes municipais.

De acordo com as autoras citadas, a natureza e o nível dos diferentes impactos que os programas de transferência de renda vêm produzindo nas famílias têm se restringido, com poucas exceções, ao atendimento de suas necessidades básicas e imediatas, além de produzir algumas mudanças no que diz respeito às suas relações sociais e autoestima, o que não é desprezível, mas pouco ainda para produzir a autonomização das famílias com repercussões mais significativas na vida de seus membros e no sistema educacional, foco central no desenho desses programas.

Limitações do programa Bolsa Família

No tocante ao programa Bolsa Família, Silva et al (2011) apontam que a adoção do critério somente da renda para definição da linha de pobreza e para a inclusão das famílias a serem beneficiadas é insuficiente para dar conta da dimensão estrutural e multidimensional da pobreza. Ademais é estabelecida uma renda per capita familiar muito baixa, o que acaba limitando o acesso de muitas famílias que vivenciam situação de dificuldade. Tem-se ainda um benefício com valor monetário extremamente baixo e variado, limitando as possibilidades de impactos mais significativos sobre a pobreza das famílias.

Estudo de Soares (2006 apud SILVA et al., 2011, p. 218) demonstrou que o programa Bolsa Família, embora tenha sido capaz de melhorar a situação de vida das famílias beneficiadas, não possibilitou retirá-las do nível de pobreza em que se encontram. A mesma pesquisa indicou que só os programas de transferência de renda que transferem um salário mínimo para os indivíduos, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada e do Seguro Social Rural, apresentaram impacto significativo na redução da desigualdade e da pobreza no Brasil.

Outros estudos também tem identificado a fragilidade do Bolsa Família na sua articulação com uma política macroeconômica que garanta crescimento econômico sustentável e priorize a redistribuição de renda, registrando também frágil articulação com programas estruturantes que permitam o acesso das famílias a serviços sociais básicos e ao desenvolvimento de ações de qualidade nas áreas de educação, saúde e trabalho.

Outra dificuldade reside nos limites da descentralização. Esta é promissora quando coloca a possibilidade de participação ativa da população local nos programas sociais, como condição para democratizar o acesso da população e reduzir a fraude, que tem marcado a política social brasileira.

Todavia, pensar a descentralização, na realidade brasileira, é considerar a diversidade dos 5.565 municípios brasileiros, na sua grande maioria municípios pequenos, com população inferior a 10 mil habitantes, vivendo praticamente com recursos do fundo de participação, transferidos pelo Governo Federal; seus limites em termos materiais e de recursos humanos e, conseqüentemente, sua incapacidade gerencial. A isso, soma-se o cotidiano de uma prática administrativa marcada pelo patrimonialismo e uma prática política clientelista, além da fragilidade da organização popular, limitando o poder de real participação e controle social sobre as ações municipais.

Além do estudo de Silva et al. (2011), parece haver entre os demais autores pesquisados (MARTINS, 2007; SENNA et al., 2007; BOSCHETTI, 2007; MOURA, 2007; DRUCK e FILGUEIRAS, 2007; FREITAS, 2007; MARQUES e MENDES, 2007) consenso em relação a determinadas características do programa Bolsa Família, a saber: o caráter assistencialista do programa; a visão conservadora, focalizada e segmentada em relação ao tratamento da pobreza; a subordinação da lógica desse tipo de programa à agenda neoliberal implementada no país a partir dos anos 1990; e o fato de que não representa a garantia de um direito, mas tão-somente um programa de governo que pode ser alterado ou descontinuado a qualquer momento.

Apesar da polemização acerca da natureza e da orientação neoliberal do programa, há entre os autores pesquisados o reconhecimento da importância desse tipo de ação para aquelas pessoas que vivem em situação crônica de vulnerabilidade social e risco de sobrevivência.

Sposati (2011) e Moser (2011), a exemplo de Silva et al. (2011), demonstram que os programas de transferência de renda, destinados àquelas pessoas que vivem em estado de pobreza e miséria, e vinculados ao cumprimento de determinadas condicionalidades pela população atendida, estão se espalhando como uma tendência de políticas de proteção social, principalmente na América Latina e na Europa, que constituíram o universo de estudos das referidas autoras.

Moser (2011) aponta a configuração na Europa de uma nova geração de políticas sociais orientadas pela lógica da ativação, voltadas prioritariamente para a inserção das pessoas no mercado de trabalho. Essa nova geração de políticas sociais, decorrente de variadas transformações sociopolíticas, econômicas e culturais que vêm ocorrendo na União Européia a partir dos anos 1990, e que afetam os diferentes sistemas de proteção social conduziu à desestruturação de um modelo de provisão - o *welfare* - para a construção de um novo modelo

de regulação estatal - o *workfare* - partidário de uma racionalidade de retribuição expressa na obrigatoriedade de participação dos cidadãos em medidas de ativação voltadas ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, as políticas ativas de trabalho procuram responder às seguintes situações geradas pela crise da sociedade salarial, decorrente do escasseamento da oferta de emprego e do desemprego estrutural e persistente: 1) incapacidade de resposta das políticas passivas (compensatórias) em face de um número crescente de indivíduos persistentemente marginalizados; 2) o crescimento da despesa pública com as políticas sociais; 3) a armadilha da dependência e a "cultura de dependência", necessitando legitimar o Estado-Providência perante os contribuintes; 4) a inadequação dos instrumentos e de ajudas às necessidades dos indivíduos; e 5) a pressão das concepções neoliberais e conservadoras sobre a responsabilidade do Estado, da sociedade civil e do mercado.

A autora salienta que o conceito relativo à ativação das políticas sociais não é unívoco e que abarca dispositivos e práticas muito diferentes, conforme os países. Os conteúdos das medidas de ativação não se resumem, necessariamente, à reinserção no trabalho, podendo também englobar as áreas da inserção pela educação, a habitação, a saúde, a cultura ou, dito por outras palavras, todo um conjunto de processos de socialização que permitem ao indivíduo manter um vínculo à sociedade.

Moser (2011) pondera ainda que a compreensão da coerência societal das políticas de ativação adotadas por cada país deve levar em conta as diferentes concepções ideológicas quanto à articulação de direitos e responsabilidades entre a sociedade e os seus membros mais pobres.

Ao lado do conceito de políticas de ativação tem se disseminado na Europa outro enfoque que trata de políticas de *workfare* ou *welfare-to-work*, surgidas nos anos 1970 nos Estados Unidos. As políticas de *workfare* podem ser definidas como políticas que estabelecem a obrigatoriedade das pessoas trabalharem em troca dos subsídios da assistência social. Estas medidas visam, em primeiro lugar, ir ao encontro da luta contra a 'cultura de assistência' em que o sistema de ajuda social encerraria os mais desfavorecidos. O aspecto obrigatório, e mesmo punitivo, do *workfare* é o ser frequentemente acompanhado de mecanismos de supressão ou redução do montante dos subsídios, em caso de recusa do trabalho ou formação propostos. Nessa perspectiva, a pobreza é entendida como resultante de comportamentos individuais e

os pobres são considerados, antes de mais nada, como responsáveis da sua recusa ou incapacidade de se inserirem na sociedade.

As transformações do regime de proteção social na Europa, mas que podem ser extrapoladas para outras partes do mundo, como América Latina e o próprio Brasil, muito embora este nunca tenha de fato estruturado um regime de bem-estar social nos moldes europeus, podem ser resumidas na argumentação de Pereira (2009), segundo o qual estamos diante do declínio do Estado social keynesiano – garantidor de direitos universais - e da ascensão do Estado antissocial schumpeteriano – que proporciona benefícios sociais condicionados ao ‘mérito’ ou ao exercício do trabalho.

Na mesma linha de Silva et al. (2011), Senna et al. (2007) apontam as limitações no desenho do programa Bolsa Família quanto à escolha da renda monetária como principal critério de definição da condição de pobreza. Em relação ao cumprimento das condicionalidades – atendimento de um mínimo de frequência escolar de crianças e adolescentes, realização de exames de pré-natal e de acompanhamento das mães em período de aleitamento materno – é outro aspecto controverso e problemático, já que a princípio o descumprimento dessas condicionalidades pela população atendida poderia levar à exclusão do programa e, portanto, à interrupção da transferência dos benefícios, colocando-se novamente essas famílias em situação de risco.

Por último, Senna et al. (2007) apontam na execução do programa Bolsa Família a fragilidade do atendimento ao princípio de intersetorialidade e que prevê a integração de ações mais específicas de assistência social, com ações mais estruturais, vinculadas à prestação de serviços de saúde, educação, treinamento profissional, ações sócio-educativas e vinculação com programas de geração de renda e trabalho. A principal dificuldade é que muitas dessas ações, conforme previsto no desenho descentralizado do programa Bolsa Família, dependem da ação dos governos municipais, que em sua maioria não dispõem de recursos financeiros e de pessoal adequados para a prestação, por exemplo, de serviços de educação e saúde.

Por seu turno, Martins (2007) argumenta quanto à existência de uma tensão entre a agenda social e as políticas ortodoxas de gestão macroeconômica adotadas pelo governo Lula, que implicam em uma rigorosa disciplina fiscal e monetária, visando ao alcance de metas de inflação e de altos superávits primários para pagamento de juros e amortização da dívida pública, e que constroem a expansão dos investimentos na área social.

Ainda de acordo com o autor, as políticas de transferência de renda, apesar de sua importância para a redução da pobreza e da miséria, revestem-se de um caráter conservador e assistencial em razão dos critérios definidos de focalização da pobreza e também pelo fato de não haver o estabelecimento de um piso de valor dos benefícios atrelado ao salário mínimo, o que faz com que a gestão e continuidade desses programas fiquem ao sabor dos governos e subordinadas às prioridades e diretrizes da política econômica.

De outro prisma, Marques e Mendes (2007), ao contrário de Martins (2007), não vêem uma suposta tensão entre a agenda social e a política macroeconômica de orientação liberal do governo Lula, durante o seu primeiro mandato, mas sim uma conciliação entre medidas econômicas voltadas para o benefício do capital financeiro e do agronegócio, de um lado, e o atendimento dos grupos sociais mais pobres e excluídos, de outro, por meio de políticas sociais assistenciais.

Druck e Filgueiras (2007), seguindo essa mesma linha, sustentam que a política social focalizada do governo Lula representa a contra-face do ajuste fiscal de tendência neoliberal. Os autores argumentam que a natureza e as principais características da política social do governo Lula, em particular o programa focalizado de combate à pobreza denominado Bolsa Família, só podem ser devidamente compreendidas quando se articula a sua análise ao modelo econômico vigente, em particular à sua política econômica e aos seus impactos sociais.

Isto significa dizer que, para além de seus efeitos amenizadores da miséria e do sofrimento dos mais pobres, considerar essa política apenas em si mesma, fora dessa articulação, implica, necessariamente, em reificá-la - tendo como resultado final a despolitização do debate sobre a questão social e a legitimação da estratégia política liberal.

A partir desse enfoque, os autores argumentam que o conteúdo da política social do governo Lula, no essencial, é o mesmo da política social do governo anterior, apesar dos discursos em contrário, que tentam dignificá-la e diferenciá-la, apresentando-a como uma política supostamente articulada a medidas de natureza estrutural de combate à pobreza; e que esse tipo de política social, que se originou da preocupação das instituições multilaterais, em particular o FMI e o Banco Mundial, com a instabilidade política dos países da periferia do capitalismo - em muito agravada com a implementação das políticas e reformas econômicas liberais - passou a ser recomendada enfaticamente por essas instituições a partir, principalmente, do final dos anos 1990, após a ocorrência de sucessivas crises econômicas.

Dada a articulação dessas políticas sociais, recomendadas por instituições como o FMI e o Banco Mundial, com o projeto de reforma neoliberal, registra-se a partir dos anos 1990 uma tendência a se retirar o caráter universalista dos direitos, especialmente aqueles securitários, para uma política que se orienta gradativamente para uma avaliação dos atributos pessoais tornando-se dessa forma focalizada.

Além disso, na medida em que essas políticas sociais apresentam um viés compensatório - que procura contrabalançar os resultados negativos das reformas econômicas liberais em relação ao aumento do desemprego, da precarização e flexibilização do trabalho, e da concentração de renda – o valor dos benefícios é fixado em um patamar insuficiente para a superação da pobreza de modo que não se desestime a procura de trabalho, nem se crie uma dependência em relação ao Estado.

Afora isso, Druck e Filgueiras (2007) sustentam que é uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem disponibilizados, adequando-os ao permanente ajuste fiscal para garantir o pagamento da dívida pública.

Esse aspecto pode ser mais bem apreendido quando se analisa a própria definição de pobreza que é utilizada pelo programa Bolsa Família. Enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pelo programa, adota um índice de pobreza que abrange o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 140,00 por mês, o IPEA e outros órgãos, por outro lado, consideram pobres as pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo por mês.

As diferenças quanto ao percentual da população considerada pobre a partir da utilização de diferentes critérios de pobreza podem ser percebidas na a seguir.

Tabela 2.1. Percentual de população pobre no Brasil

Critério de pobreza	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Renda domiciliar per capita mensal de até meio salário mínimo	47,32	47,15	47,03	46,75	47,50	47,03	46,13
Renda domiciliar per capita mensal de até R\$140,00						24,69	23,25

Continua

Continuação

Critério de pobreza	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renda domiciliar per capita mensal de até meio salário mínimo	48,15	46,42	42,81	38,59	37,87	34,73	35,26
Renda domiciliar per capita mensal de até R\$140,00	24,89	22,40	20,95	17,26	16,09	14,07	13,29

Fonte: Dados do IPEA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Adotando-se a linha de pobreza de meio salário mínimo, a população considerada pobre passou de 48,15% em 2003 para 35,26% em 2009, redução de 12,89% de pessoas pobres, considerando-se o total da população brasileira. No período 1995-2002 do governo FHC, apenas 1,19% da população deixou a linha de pobreza.

Por outro lado, tomando-se como critério de pobreza a renda domiciliar mensal per capita de até R\$140,00, que é o critério utilizado no programa Bolsa Família, nota-se uma redução substancial da população considerada pobre, que passa de 24,89% em 2003 para 13,29% em 2009, considerando-se o total da população.

Druck e Filgueiras (2007), ao analisarem o período 2000-2005, apontavam que os gastos sociais que possuem uma maior capacidade para ter impacto estrutural no combate às desigualdades e à pobreza (saúde, educação, habitação e saneamento) perderam, ao longo do período estudado, participação relativa no orçamento social.

Adotando-se a mesma perspectiva de análise dos autores citados, porém focando o período 2003-2009, confirma-se a tendência assinalada pelos autores, conforme pode ser observada das Tabelas 2.2 e 2.3 a seguir.

Tabela 2.2. Gastos sociais da União excluídos gastos com a previdência social no período 2003-2009 (em bilhões R\$)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2009- 2003 (em %)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	8,40	13,80	15,80	21,50	24,70	28,80	33,30	296,08
EDUCAÇÃO	14,20	14,50	16,10	17,30	21,40	25,00	36,70	157,87

Continua

Continuação

SAÚDE	27,10	32,90	36,40	39,70	44,90	49,20	58,10	114
TRABALHO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	9,40	10,70	12,70	16,40	19,50	22,50	29,30	208,6
CULTURA DESPORTO E LAZER	1,40	2,60	3,50	4,18	4,70	4,40	4,80	238,9
HABITAÇÃO	0,23	0,32	0,49	0,55	0,73	0,86	1,10	383,95
SANEAMENTO	0,16	0,27	0,42	0,74	1,40	0,61	0,98	514,46
TOTAL DE GASTOS SOCIAIS	0,12	0,49	0,57	1,10	0,60	1,00	1,00	726,88
	0,06	0,08	0,09	0,06	1,50	1,70	3,00	5.044,48
	61,30	75,80	86,30	101,70	119,80	134,70	168,40	174,74

Fonte: Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional
 Demonstrativo da despesa por função (União) – Orçamento Fiscal e da
 Seguridade Social

Tabela 2.3. Execução do orçamento social da UNIÃO excluídos gastos com a previdência social no período 2003-2009 (em %)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ASSISTÊNCIA SOCIAL	13,73	18,28	18,30	21,18	20,62	21,40	19,79
EDUCAÇÃO	23,20	19,16	18,75	17,04	17,94	18,61	21,78
SAÚDE	44,32	43,47	42,25	39,06	37,50	36,52	34,52
TRABALHO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	15,49	14,11	14,73	16,14	16,36	16,72	17,40
CULTURA	2,33	3,45	4,15	4,12	3,99	3,30	2,88
DESPORTO E LAZER	0,38	0,43	0,57	0,54	0,61	0,64	0,66
HABITAÇÃO	0,26	0,36	0,49	0,72	1,18	0,71	0,58
SANEAMENTO	0,20	0,65	0,66	1,15	0,50	0,78	0,60
	0,10	0,10	0,10	0,06	1,30	1,32	1,79
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Governo Federal

Observando-se a Tabela 2.2 nota-se que os gastos com assistência social saltaram de aproximadamente R\$ 8,4 bilhões em 2003 para cerca

de R\$ 33,3 bilhões em 2009, aumento de 296%. Enquanto isso, os gastos com educação e saúde cresceram 157% e 114% respectivamente.

Na Tabela 2.3 pode-se notar com maior clareza a evolução do percentual de gastos com assistência social, dentro do orçamento social da União, que passou de 13,73% do orçamento em 2003 para 19,79% em 2009. No mesmo período, a participação dos gastos com educação decresceu de 23,20% do orçamento social para 21,78%, enquanto que os gastos com saúde passaram de 44,32% para 34,52% do orçamento.

Druck e Filgueiras (2007) argumentam que o Bolsa Família propiciou uma mediação política direta entre o presidente e o eleitor, sem a participação de partidos políticos ou outras instituições da democracia formal. Esse aspecto teria favorecido Lula na obtenção de votações expressivas justamente nos estados em que há um maior contingente de beneficiados do programa Bolsa Família.

Moura (2007), com o provocante título de seu artigo: “Bolsa Família: projeto social ou marketing político?”, argumenta que o lançamento do programa Fome Zero no início do primeiro mandato do governo Lula em 2003 foi fruto do discurso histórico do PT de defesa dos pobres, redução das desigualdades e promoção da inclusão social e que gerou na sociedade uma enorme expectativa de atendimento dessa demanda social.

O autor aponta uma série de fragilidades na concepção e implementação desse programa, o que decorreria de uma preocupação muito maior do governo em relação ao marketing político do que propriamente de uma preocupação com o conteúdo do programa e de uma concepção teórica e estratégica consistente visando a sua execução de acordo com a realidade existente.

Segundo o autor, baseando-se em pesquisas de opinião pública que apontavam a percepção crescentemente negativa do programa Fome Zero junto a diversos segmentos, o governo teria iniciado um trabalho de reposicionamento da marca Fome Zero, visando-lhe conferir algum conteúdo e sentido de existência.

O programa Bolsa Família, dessa forma, lançado ainda em outubro de 2003, em substituição precoce do programa Fome Zero, teria assumido o lugar de “grande marca” da política social do governo Lula e como tal se revestido de uma dimensão simbólica, imprescindível ao marketing eleitoral do presidente Lula, visto ter permitido difundir a idéia de que esse é um governo que faz pelos pobres mais do que qualquer outro que o antecedeu na história do país.

Freitas (2007) tece uma série de críticas à condução da política econômica do governo Lula, a qual caracteriza como tendo natureza

neoliberal, apesar de reconhecer algumas diferenças em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A autora observa que, contrariando todas as expectativas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, o governo Lula tornou-se o “governo do possível”, optando por um plano de reformas pontuais e conservadoras, a começar pela da Previdência Social.

Quanto ao lançamento do programa Bolsa Família, fruto da unificação de programas criados durante o governo FHC, a autora argumenta que isso foi antes uma tentativa de responder ao desgaste promovido pelo imobilismo nessa área – resultado do fracasso do programa Fome Zero - do que uma mudança efetiva.

Em termos de alocação orçamentária, a autora observa que o Bolsa Família representa menos de metade das verbas assistenciais, que não passam de 0,72% do PIB. Critica também o fato de que o programa atende às prescrições dos economistas de pensamento liberal, por ser focalizado, descentralizado e vinculado a contrapartidas. Além disso, considera os valores dos benefícios pequenos e os critérios de acesso rigorosos e excludentes, e a sua implementação não se faz acompanhada, ainda, do necessário aparato político-pedagógico de emancipação política, educacional e cultural.

Por último, Freitas (2007) assinala, do ponto de vista político, que a implementação do Programa Bolsa Família permitiu que o governo Lula estabelecesse fortes vínculos com a população por ele beneficiada, direta ou indiretamente, o que explica sua alta popularidade em várias regiões do país.

Em resumo, esta seção procurou apresentar diversos pontos de vista de análise sobre os programas de transferência de renda e, em especial, sobre o programa Bolsa Família.

Apesar do debate em torno da natureza e da orientação neoliberal do programa e mesmo sobre o conceito restrito de pobreza adotado, há entre os autores pesquisados o reconhecimento da importância desse tipo de ação para aquelas pessoas que vivem em situação crônica de vulnerabilidade social e risco de sobrevivência.

Ao largo dessa discussão, cabe aqui recuperar novamente a avaliação de Silva et al. (2011) de que o Governo FHC, ao eleger como prioridade absoluta o ajuste e a estabilidade econômica, como condição essencial para implantação tardia do projeto neoliberal no Brasil, não deu a devida atenção à agenda social brasileira.

Nesse ponto, parece bastante nítida a diferença de importância e prioridade atribuída pelo governo FHC e pelo governo Lula à agenda

social, não obstante o fato de que ambos os governos estiveram sujeitos ao mesmo compromisso de manutenção da estabilidade econômica.

O fato é que os programas de transferência de renda (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Benefício de Prestação Continuada, Previdência Social Rural e programa Bolsa Família), sofreram grande impulso e expansão durante o período do governo Lula, conforme pode ser verificado inclusive pelas Tabelas 2.2 e 2.3 acima, que mostram dentro do orçamento social da União o crescimento relativo dos recursos destinados à assistência social em comparação com outros gastos sociais relevantes, como educação e saúde.

2.3 REDUÇÃO DA POBREZA E ASCENSÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA

Além dos programas governamentais de transferência de renda caracterizados na seção anterior, foram também identificados como fatores que contribuíram para a redução do nível de pobreza o crescimento da economia e a formalização do emprego, que provocaram a elevação dos rendimentos médios reais, redução das desigualdades de renda dentro da massa salarial, redução da taxa de desemprego no período observado e mobilidade social.

Dados do IPEA (2009) apontam para a redução do nível de pobreza – renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo – de 42,25% da população no ano de 1995 para 30,8% no ano de 2007; e do nível de extrema pobreza – renda domiciliar per capita de até ¼ do salário-mínimo – de 20,30% da população no ano de 1995 para 11,81% no ano de 2007. No período 2003-2009, aproximadamente 17 milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza.

O rendimento médio real (descontada a inflação) passou de R\$ 423,03 em 2003 para R\$ 724,24 em 2007, crescimento de aproximadamente 71%, conforme pode ser notado da Tabela 3.1 a seguir.

Tabela 3.1 - Rendimentos médios reais recebidos no mês em todas as fontes, segundo categorias selecionadas no período 2003 a 2007 (Em R\$)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	423,03	484,2	563,94	646,01	724,24
Urbana	458,63	527,41	616,27	703,57	785,93

Continua

Continuação

Área Metropolitana	537,77	616,00	732,60	822,56	920,81
Área Urbana Não Metropolitana	410,22	474,00	545,39	631,67	705,10
Rural	199,70	237,80	267,33	309,65	362,50
Gênero					
Masculino	573,07	651,60	750,12	848,77	953,68
Feminino	286,22	332,10	393,66	461,50	514,69
Faixa Etária (anos)					
16 - 17	46,64	54,52	64,57	70,73	87,50
18 - 24	178,72	211,65	248,11	278,82	330,18
25 - 29	340,18	389,37	462,55	524,81	597,77
30 - 49	522,29	595,13	678,81	772,09	846,47
50 - 59	625,14	695,88	826,20	943,29	1.031,77
60 anos ou mais	538,41	617,38	722,79	819,20	916,50
Ignorada	371,62	228,82	455,03	-	-
Grau de Instrução					
Menos que 8 anos	243,39	285,65	330,00	381,48	434,63
8 a 10	287,40	323,46	367,76	419,21	477,13
11 anos ou mais	843,86	928,92	1.056,55	1.160,03	1.254,70
Não-determinado	252,11	296,01	350,58	385,91	394,71

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA

Dentro dessa perspectiva de elevação do rendimento médio, cabe destacar que os 10% mais pobres tiveram um crescimento anual da renda média de 6,7% no período 2001-2009, enquanto que os 10% mais ricos tiveram crescimento anual de 1,49%. A Tabela 3.2 a seguir mostra que no período 2001-2009 houve maior crescimento da renda média nos extratos mais baixos de renda da sociedade brasileira.

Tabela 3.2 – Variação per capita da renda média por décimos de renda no BRASIL (2009/2001)

Percentual de crescimento anual da renda média (2009/2001)	6,7	6,13	5,75	5,26	4,83	4,55	3,87	3,22	2,4	1,49
Décimos de Renda	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV

Esse quadro permitiu a redução da desigualdade de renda no Brasil, atingindo o coeficiente GINI o menor valor desde que se iniciou

o seu registro em 1960. A Tabela 3.3 mostra a evolução do coeficiente GINI a partir de 1976.

Tabela 3.3. Evolução do coeficiente de GINI no período 1976 a 2009

Ano	Coeficiente	Ano	Coeficiente
1976	0,623	1995	0,601
1977	0,625	1996	0,602
1978	0,604	1997	0,602
1979	0,593	1998	0,600
1981	0,584	1999	0,594
1982	0,591	2001	0,596
1983	0,596	2002	0,589
1984	0,589	2003	0,583
1985	0,598	2004	0,572
1986	0,588	2005	0,569
1987	0,601	2006	0,563
1988	0,616	2007	0,556
1989	0,636	2008	0,548
1990	0,614	2009	0,543
1992	0,583		
1993	0,604		

Fonte: IPEADATA a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE.

Observação: Quanto mais próximo o coeficiente estiver de 0 (zero) menor é a desigualdade de renda.

Apesar desse avanço, Neri (2010) assinala que a desigualdade no Brasil permanece entre as dez maiores do mundo e que levaria 30 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos EUA.

Quando se consideram os rendimentos médios reais recebidos mensalmente, de acordo com o setor de atividade, a Tabela 3.4 mostra que os setores de administração pública, agrícola e construção foram os que obtiveram maiores ganhos no período 2003-2009.

Tabela 3.4 - Rendimentos médios reais recebidos no mês de acordo com setor de atividade (em R\$)

Setor de Atividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação percentual 2009/2003
Administração Pública	1.692,22	1.784,36	1.839,17	2.053,52	2.113,10	2.172,00	2.274,48	34,4
Agrícola	404,46	423,86	437,20	477,52	499,23	520,24	531,41	31,3
Comércio/Serviços	881,52	889,72	931,92	992,18	1.008,11	1.049,40	1.019,46	15,6
Construção	715,84	730,52	785,18	815,92	854,54	887,10	906,24	26,6
Indústria	964,16	953,74	1.012,24	1.076,79	1.078,10	1.088,42	1.142,37	18,4
Outras atividades	1.047,34	1.050,49	1.086,19	1.157,42	1.195,75	1.202,96	1.250,96	19,4

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Em relação aos rendimentos médios reais recebidos mensalmente, de acordo com o grau de instrução, a Tabela 3.5 indica que o estrato de mais baixa escolaridade (até 8 anos de estudo) foi o que teve o maior ganho no período 2003-2009.

Tabela 3.5 - Rendimentos médios reais recebidos no mês de acordo com grau de instrução (em R\$)

Grau de instrução	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação percentual 2009/2003
Menos que 8 anos	376,60	395,94	412,59	451,06	468,18	490,98	503,85	33,8
8-10 anos	441,85	445,90	458,20	496,06	515,18	530,37	530,14	19,9
11 anos ou mais	1.328,34	1.328,44	1.358,51	1.408,69	1.391,70	1.404,24	1.408,66	6,0
Não determinado	366,77	392,93	419,36	451,09	413,46	431,57	419,99	14,5

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Ascensão da nova classe média

A grande mobilidade social verificada durante o período do governo Lula mereceu a atenção de vários analistas e estudiosos, entre os quais se destacam as pesquisas de Neri (2008a, 2008b, 2010) e Souza e Lamounier (2010).

Conforme Neri (2010), a despeito da importância das políticas assistenciais e dos reajustes dos benefícios da Previdência Social atrelados ao salário-mínimo, o principal fator impulsionador da expressiva mobilidade social no período 2003-2010, que o autor denomina de ascensão da nova classe média no Brasil, foi o aquecimento da economia e a geração líquida de empregos, aproximadamente 10,6 milhões no período citado, de acordo com dados da Tabela 3.6 a seguir.

Tabela 3.6. Geração líquida de empregos formais no Brasil no período 2003-2010

ANO	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS GERADOS
2003	645.433
2004	1.523.276
2005	1.253.981
2006	1.228.686
2007	1.617.392
2008	1.452.204
2009	955.110
2010	1.954.531

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

O setor de construção foi o que mais cresceu no período 2003-2009, em termos de composição da ocupação, passando de 6,7% em 2003 para 7,5% em 2009. Por sua vez, o setor agrícola diminuiu a sua participação na composição da ocupação, passando de 19,7% em 2003 para 16,4% em 2009 (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 - Composição da ocupação segundo setor de atividade (percentual)

Setor de Atividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição percentual 2009/2003
Administração Pública	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,0	5,2	1,9%
Agrícola	19,7	20,0	19,5	18,5	17,6	16,8	16,4	- 16,8%
Comércio/Serviços	17,7	17,3	17,8	17,6	18,0	17,4	17,7	0
Construção	6,7	6,5	6,6	6,7	6,8	7,6	7,5	11,9%
Indústria	14,5	14,8	15,1	15,0	15,3	15,3	14,8	2%
Outras atividades	36,2	36,2	36,0	37,1	37,2	38,0	38,3	5,8%

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

O citado autor mostra que no período 2003-2009, a classe C, que corresponderia à nova classe média brasileira, teve um crescimento percentual de 34,32% o que representou o ingresso de aproximadamente 29 milhões de brasileiros, conforme Tabela 3.8 a seguir.

Tabela 3.8 – Evolução das classes econômicas (2009-2003)

CLASSE	Varição Percentual	Diferença populacional
E	-45,5	-20.481.069
D	-11,63	-2.431.443
C	34,32	29.063.545
B	38,51	3.391.694
A	40,99	3.253.636

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV

Neri (2010) desenvolve a noção de classe econômica a partir do olhar sobre toda a distribuição de renda no Brasil, organizando-a sob a forma de estratos. De acordo com essa noção, a classe C é aquela que aufer a renda média brasileira, ou seja, é a classe média no sentido estatístico. Situa-se entre a mediana da renda, isto é, entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos.

Segundo a metodologia adotada por Neri (2010), o que também distingue a nova classe média, além da renda, é o seu potencial de consumo e as expectativas sobre o futuro. De acordo com o autor, a classe média é aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro, ou seja, é portadora de um anseio de “subir na vida” pelo seu esforço e trabalho.

A partir dessa metodologia, Neri (2010) define os seguintes limites inferior e superior de renda domiciliar para a divisão das classes econômicas. Conforme pode ser visto na Tabela 3.9, situam-se na classe C as famílias com renda total entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00, valores de 2010.

Tabela 3.9. Renda domiciliar total por classe econômica

CLASSE	LIMITE INFERIOR (R\$)	LIMITE SUPERIOR (R\$)
E	0	705
D	705	1.126
C	1.126	4.854
B	4.854	6.329
A	6.329	

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV

Com esse crescimento, a pirâmide populacional do Brasil dividida em classes econômicas (Tabela 3.10) passa ser constituída de um estrato intermediário, correspondente à classe C, que em 2009 abrangeu um contingente de aproximadamente 95 milhões de brasileiros, representando 50,5% da população brasileira.

Tabela 3.10 – Pirâmide populacional dividida em classes econômicas

CLASSE	Ano 2003	Ano 2009
AB	13.322.409	19.967.739
C	65.871.283	94.934.828
DE	96.204.328	73.291.816

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV

Neri (2010) destaca o peso eleitoral dessas mudanças, salientando que a classe C poderia decidir sozinha um pleito eleitoral. Além disso, destaca o enorme poder de compra desse contingente, respondendo por 46,24% do consumo em comparação com 44,12% das classes AB.

Em relação à escolaridade e acesso a ativos digitais, nota-se que os integrantes da classe C possuem em média 7,18 anos de estudo, o que é uma baixa média, em comparação com os 12 anos de estudo das classes AB. O acesso a computador com internet também é baixo entre os membros da classe - 33,90% - enquanto que entre os membros da classe AB o percentual é de 75,82%, dados de 2009 (NERI, 2010).

Ricci (2010, p.74-75) considera a inserção de amplas massas despossuídas ao mercado de consumo de classe média, como o fenômeno sociológico mais significativo por que passou o país na primeira década do séc. XXI e que formatou o Lulismo como programa de modernização e gerenciamento político.

O autor frisa que a inserção social desse enorme contingente se deu pelo consumo e não pelas práticas políticas ou sociais, além do fato de ter sido um processo de inclusão social a partir do Estado, como tradutor dos interesses sociais desorganizados. Para Ricci (2010), a nova classe média é a chave explicativa para o Lulismo.

Segundo esse autor, a nova classe média é muito distinta, em imaginário e representação social, da classe média tradicional. *“É composta por quem não tem hábito de leitura e é absolutamente pragmático. Assim, valores universais e regras gerais são colocados sob suspeição com facilidade, a não ser que vinculadas aos valores religiosos”*.

Citando o estudo de Souza e Lamounier (2010, p.113), Tabela 3.11, Ricci (2010, p.79) assinala que a participação da nova classe média em organizações sociais se dá mais fortemente em organizações religiosas. Souza e Lamounier (2010) se perguntam se a participação em uma única organização indicaria aumento do capital social, o grau de confiança na ação coletiva para alteração da realidade, e qual seria o impacto das práticas religiosas sobre a concepção de participação na vida política e social do país.

Tabela 3.11. Participação em organizações sociais (%)
(Ano de referência 2008)

ORGANIZAÇÕES	CLASSE A/B	CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E
RELIGIOSA	24	31	44	52
ESPORTIVA	9	15	13	11
PROFISSIONAL	26	10	5	5
VOLUNTÁRIA	11	10	7	7
ESTUDANTIL	5	8	10	8
INTERNET	7	9	4	2
BAIRRO	2	5	7	8
CULTURAL	2	5	4	4
ECOLÓGICA	7	4	4	0
POLÍTICA	7	3	4	3

Fonte: Pesquisa sobre Classe Média 2008 (Souza e Lamounier, 2010).

Pode-se notar da Tabela 3.11 que o percentual de participação social em organizações religiosas tende a aumentar nas classes econômicas mais baixas, muito embora mesmo nas classes A/B o percentual de participação nesse tipo de associação seja também significativo, em comparação com outros tipos de participação. Chama também atenção o baixo percentual de participação em organizações políticas, ecológicas e de bairro, entre todas as classes econômicas.

Ricci (2010), baseando-se em pesquisa sobre associativismo paulistano, desenvolvida pelo Projeto Democracia Participativa (UFMG) e Instituto Criterium, em 2003, observa que “*os associados de entidades de natureza religiosa parecem adotar um padrão de exclusividade mais acentuado, atuando com maior fidelidade e restringindo sua participação em eventos da própria organização confessional*”.

Segundo Ricci (2010):

Uma das consequências desta prática mais exclusivista, fincada na propagação dos valores e afirmação de sua religião, é o menor número de associados de entidades de tipo religioso que

compreendem o funcionamento dos órgãos públicos que os associados de entidades não religiosas: 56% disseram que passaram a compreender a partir de seu envolvimento com associações sociais e comunitárias, contra 67% dos associados de entidades não religiosas. No mesmo sentido, os associados de entidades de tipo religioso parecem envolvidos com um ideário mais refratário às relações com instâncias mais institucionalizadas e formais da política. Esse segmento mantém menor contato com órgãos públicos (80% disseram que nunca tiveram contato), que o outro segmento de associados (65% dos associados de entidades não religiosas (Ibidem, p. 81).

Ricci (2010) levanta a hipótese explicativa de que o associativismo religioso é marcado por uma lógica mais intimista e localizada que dificulta a inserção e compreensão da lógica pública institucionalizada, que se apresenta mais impessoal, formal e racional.

Por fim, o autor conclui que:

A relação entre a emergência da nova classe média, fortemente referenciada no ideário comunitário e religioso, cuja participação vincula-se à defesa da família e/ou na valorização de sua religião, parece indicar um possível padrão de participação social pouco afeto à conquista de direitos universais e amplos. Ao contrário, a cultura política intimista e particularista parece prevalecer, o que dá contornos objetivos ao pragmatismo nas relações políticas que porventura forem estabelecidas por este segmento social (Ibidem, p. 85).

Em síntese, houve grande mobilidade social durante o período do governo Lula, que conforme já frisado anteriormente decorreu não somente das ações governamentais de transferência de renda e aumentos reais do salário mínimo, mas principalmente do crescimento econômico e elevação do nível de emprego.

No entanto, deve-se fazer uma ressalva quanto à noção de nova classe média elaborada por Neri (2010), que é baseada na noção de classe econômica, cuja estratificação se dá estritamente em função da renda da pessoa. Assim, segundo o citado autor, pertence à nova classe média toda família que aufera renda domiciliar mensal total entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00. Para Neri (2010), a classe C (nova classe média) é aquela que aufera a renda média brasileira, ou seja, é a classe média no sentido estatístico.

Muito diferente é o conceito sociológico de classe social. Para Marx, por exemplo, a estrutura de classes só pode ser compreendida a partir da estrutura econômica de uma determinada sociedade e das relações de produção que se estabelecem. No caso das sociedades capitalistas, a distinção fundamental que estrutura e organiza as classes sociais é a que se dá entre aqueles que são os detentores do capital (capitalistas) e aqueles que vendem sua força de trabalho (proletariado). A partir das relações de produção estabelecidas entre esses dois grupos surgem vinculações e posicionamentos ideológicos e políticos distintos que ao cabo servirão para configurar propriamente as classes sociais.

Segundo Pinheiro (1977), as classes sociais só podem ser definidas historicamente enquanto pensadas nas relações com outras classes, dentro de uma estrutura de classes, quando então se estabelecem relações de antagonismo e de complementaridade, segundo critérios sociais, políticos, econômicos e ideológicos.

Para o citado autor, é sempre difícil precisar os limites exatos de uma classe, tendo em conta que inúmeras formas de transição atenuam as diferenças sociais na estrutura de classe, sendo que esse problema é ainda maior no que diz respeito às classes médias porque se compõem de conjuntos que têm diversa localização ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação desses limites.

As classes médias e seus conjuntos têm em comum sua coincidência negativa de não pertencerem nem à burguesia nem ao proletariado. Desse modo, o reconhecimento desses conjuntos como fazendo parte da mesma classe será possível graças ao fato de terem efeitos ao nível ideológico e ao nível político.

Nesse sentido, a estratificação de classes definida estritamente pelo critério econômico, conforme tratado por Neri (2010), não coincide com a definição sociológica de classe social, que leva em consideração, além do aspecto propriamente econômico, as dimensões ideológica e política.

2.4 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação e o controle sociais exercidos pela sociedade civil sobre todas as etapas do processo de formulação e implementação de políticas públicas, bem como sobre o desempenho em geral do governo e de seus atores, configura importante fator para o fortalecimento e aprimoramento dos sistemas democráticos e, em especial, daquilo que Morlino (2010) denomina de qualidade da democracia.

Para além da existência formal de instituições e procedimentos eleitorais típicos de um regime democrático, os estudos sobre qualidade da democracia enfocam a efetividade do desempenho das instituições democráticas no sentido de cumprimento de seus objetivos e de adequação às justificações ético-normativas de sua existência.

Nesse contexto, estudar a participação social no Brasil no período 2003-2010 é procurar investigar em que medida houve o fortalecimento da sociedade civil e o desenvolvimento de mecanismos e instituições de participação que possibilitem, franqueiem o acesso às instâncias e aos processos de poder e decisão governamental.

De acordo com Avritzer (2010), os estudos sobre a participação social no Brasil pós-1988 apontavam como características de longo prazo da participação a dinâmica mais horizontal da relação entre os atores sociais e uma relação de autonomia e dependência em relação ao Estado que teriam reflexos, por sua vez, na configuração de uma dimensão democratizante e na preocupação em ampliar o acesso da população de baixa renda a bens públicos geridos pelo Estado.

Esses estudos sobre participação tornaram-se mais complexos nos últimos dez anos a partir da implementação de diversas formas de participação local com o formato de conselhos de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, assistência social, meio ambiente, surgidos de legislações locais no começo dos anos 1990, e, em 2000, com a aprovação do Estatuto das Cidades.

Essas inovações institucionais ampliaram fortemente a presença da participação social no Brasil para além das grandes capitais das regiões Sul e Sudeste, abrangendo assim cidades de pequeno e médio porte. Com esta expansão, surgiram novos problemas de pesquisa associados com a hipótese de regiões participativas *versus* regiões não participativas no Brasil, com trabalhos mostrando uma dinâmica bastante complexa da participação, especialmente na região Nordeste do país.

Outras duas grandes preocupações analíticas que vêm marcando a literatura sobre participação social, de acordo com Avritzer (2010),

referem-se aos efeitos democráticos da participação dos atores da sociedade civil nas políticas sociais; e aos efeitos distributivos da participação social. O referido autor lembra que a literatura sobre movimentos sociais e participação do começo dos anos 1990 postulava uma relação quase que automática entre participação e melhoria da qualidade da democracia.

Grande parte destes estudos tomava a simples presença dos atores de baixa renda ou o número de associações civis envolvidas nas políticas participativas como evidência de seus efeitos democratizantes. Mas tais estudos, em geral, não avançaram no sentido de demonstrar a relação entre as práticas implantadas em uma determinada forma de participação e os seus efeitos democratizantes.

Quanto à segunda preocupação analítica, qual seja, a capacidade das formas de participação de aumentar o acesso da população de baixa renda a bens públicos, aspecto este que remete à questão dos efeitos distributivos da participação social, Avritzer (2010) assinala que os primeiros textos sobre participação pressupunham uma quase automaticidade entre participação e maior acesso da população de baixa renda a bens públicos. Para muitos autores, bastava mostrar a condição socioeconômica dos participantes para corroborar tal suposição.

De acordo com Avritzer (2010) o primeiro texto a avançar metodologicamente na identificação da relação entre participação e acesso a bens públicos foi de Marquetti (2003). Nesse artigo, o autor estabeleceu uma correlação entre os planos de investimentos gerados pelo orçamento participativo (OP) e a incidência da pobreza na cidade de Porto Alegre, mostrando forte correlação entre OP e acesso da população de baixa renda a bens públicos. No entanto, assinala Avritzer (2010), Marquetti (2003) não foi capaz de mostrar que todos os bens públicos distribuídos pelos planos de investimentos foram deliberados pelo orçamento participativo.

Não obstante a forte proliferação de conselhos de políticas públicas nos diversos municípios brasileiros, a partir do início dos anos 1990, inclusive destacando-se a experiência de orçamento participativo em Porto Alegre que é posteriormente expandida para 192 cidades, Avritzer (2010) faz as seguintes ressalvas. Primeiro, muitas cidades de pequeno e médio porte instalam conselhos que não existem na prática apenas para efeitos de recebimento de recursos do governo federal. Segundo, um grande número de conselhos que existem nas pequenas e médias cidades tem pouca ou nenhuma autonomia em relação aos governos municipais.

Quanto ao papel desempenhado efetivamente pelos conselhos de políticas públicas em relação ao acesso de bens públicos, apesar de não existir até o momento uma avaliação mais precisa, pesquisa realizada por Avritzer (2010), utilizando-se da noção de propensão participativa, aponta para uma possível relação, ainda que exploratória e não linear, entre o grau de propensão participativa de cada município e o nível de acesso a bens públicos.

A noção de propensão participativa foi desenvolvida em pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na qual se diferenciaram as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, de acordo com quatro grandes variáveis: densidade participativa, durabilidade das instituições participativas, diversidade destas instituições no papel por elas desempenhado nas políticas públicas e capacidade deliberativa destas instituições. Tal classificação gerou um ranking participativo entre as cidades com mais de 100 mil habitantes.

Avritzer (2010), analisando a evolução do acesso a bens públicos nas áreas de educação e saúde (número de matrículas no ensino fundamental; número de creches municipais; e número de consultas médicas no Sistema Único de Saúde) nos diferentes tipos de cidades, verificou que municípios com alta propensão participativa demonstravam diferenças positivas no acesso a bens públicos, em relação àqueles de baixa propensão participativa.

Quanto à participação social no nível federal, o autor aponta que no governo Lula houve uma orientação genericamente participativa desde o início do seu primeiro mandato que se traduziu em reforço dos conselhos de políticas nas áreas em que eles já existiam; criação de novos conselhos em áreas sem tradição de participação; e realização de um conjunto de conferências que ajudaram a estabelecer as prioridades dos diferentes ministérios.

Até 2003, só havia conselhos nacionais nas áreas de saúde, assistência social, direitos das crianças e adolescentes e meio ambiente. Os conselhos de que trata o referido autor são os conselhos organizadores de políticas sociais que contam com a participação da sociedade civil organizada e que possuem as seguintes características: *i*) surgiram por meio da ação do movimento da sociedade civil durante a Constituinte ou depois dela; *ii*) implicaram a estruturação da participação nos três níveis da Federação; *iii*) articula-se com políticas participativas estaduais e municipais; e *iv*) controlam, em geral, algum instrumento de financiamento de políticas públicas.

O citado autor assinala que a adoção e o aperfeiçoamento dos conselhos ocorreram com importantes variações no período analisado

(2003-2006), destacando o funcionamento dos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho das Cidades e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Conselhos nacionais de políticas públicas e participação social

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) já era um conselho importante desde os anos 1990. Ele é parte da legislação nacional de saúde e parte da infraestrutura participativa da saúde que é a mais bem organizada no Brasil. Segundo o IBGE, dados de 2009, apenas 22 dos 5.563 municípios brasileiros não possuíam conselhos municipais de saúde. O CNS tem importantes atribuições tais como a gestão do Fundo Nacional de Saúde e a aprovação das prestações de conta de fundo a fundo.

Dentre as melhorias ocorridas no governo Lula, Avritzer (2010) destaca a participação do Ministro de Estado da Saúde em cerca de 91% das reuniões do Conselho, em comparação com a frequência de 14% no governo FHC; a representação da sociedade civil passou a ser eleita por associações do setor em vez de ser indicada pelo governo; e a realização de importantes avanços na comunicação com os conselhos locais de saúde local.

Na área de assistência social, o advento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), política integrada aprovada como prioridade principal da IV Conferência Nacional de Assistência Social e implantada pelo CNAS, ajudou no estabelecimento de um sistema organizado de participação social na área da assistência. Foram também melhor integradas as relações entre o conselho nacional e os locais, no caso de transferências fundo a fundo.

O Conselho das Cidades, por sua vez, foi criado durante o governo Lula em estreita articulação com a Conferência das Cidades. Em termos da concepção da política participativa, a área de políticas urbanas é uma das que melhor se estruturou no governo Lula, tendo claro um processo de priorização de demandas que surgiram nas duas conferências da cidade. A conferência das cidades se estruturou em quatro áreas, nas quais três demandas principais foram apresentadas. Cada uma dessas demandas passou a ser implementada a partir das ações do conselho, cujos membros da sociedade civil foram eleitos nas conferências. O principal avanço na área das cidades foi a estruturação de um sistema de participação nas políticas urbanas. Essa estrutura organiza as políticas urbanas nos três níveis de governo e poderá ser

utilizada para a implantação de políticas de redução da desigualdade urbana.

Por seu turno, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um dos mais antigos entre aqueles que têm uma participação organizada da sociedade civil. No governo Lula, o Conama passou a fazer parte de uma estrutura mais clara de participação social na área do meio ambiente. Entre os principais avanços cabe ressaltar a participação regular da ministra do Meio Ambiente nas reuniões e a eleição dos representantes da sociedade civil – mesmo que alguns sejam ainda indicados pelo presidente. O principal ganho organizativo na área do meio ambiente é a integração entre as conferências e o conselho, ambos fazendo parte da estrutura institucional do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Assim, de acordo com Avritzer (2010), podem-se fazer duas observações importantes em relação ao funcionamento dos conselhos nacionais no governo Lula. Em primeiro lugar, o governo Lula aparece em uma posição de continuidade com as políticas de participação local que surgiram no Brasil na década de 1990, criando novos conselhos e reforçando aqueles já existentes.

Além disso, conforme exposto anteriormente, aparentemente houve uma iniciativa de emponderamento desses conselhos, que variou segundo as características, capacidades e tradição de participação social de cada conselho, que pode ser percebida pelos seguintes aspectos: maior interesse de participação dos Ministros de Estados das respectivas áreas nas reuniões dos Conselhos; maior autonomia da sociedade civil na indicação de representantes para os conselhos; e aumento da capacidade de influência dos conselhos na definição e condução de políticas públicas.

Em segundo lugar, de acordo com Avritzer (2010) não há ainda no governo federal um papel muito claro para os conselhos nacionais fora dos assim chamados sistemas de gestão que incluem a saúde, a assistência social, a criança e o adolescente e o meio ambiente.

Outro aspecto da participação social no governo Lula diz respeito à expansão das conferências para o conjunto das áreas de políticas públicas. Segundo Avritzer (2010), no primeiro governo Lula foram realizadas 36 conferências nacionais, sendo nove em 2003, oito em 2004, nove em 2005 e oito em 2006. As conferências nacionais tiveram diversos papéis relevantes, entre os quais se destaca a criação de uma agenda para a sociedade civil em áreas importantes de políticas públicas. Até então, as agendas da sociedade civil no Brasil eram basicamente locais.

Avritzer (2010) destaca que há elementos de diferenciação entre as conferências, decorrentes da variação da tradição de participação da sociedade civil em uma área específica. Assim, quando se analisam três critérios – a preparação das conferências em unidades da Federação, o caráter deliberativo ou consultivo da conferência, a existência e o número de resoluções – nota-se que nas de saúde, assistência social e cidades essas conferências envolveram preparação em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, produziram resoluções e foram deliberativas, nos casos da saúde e da assistência social, e consultivas, no caso das cidades, ainda que o ministério tenha assumido o compromisso político de implementar as resoluções das conferências.

De acordo com Avritzer (2010), o governo Lula trilhou um caminho importante na implementação da participação social no nível federal de governo no Brasil. O autor destaca que esta forma de participação, apesar de prevista em diversos mecanismos constitucionais, não fazia parte, até 2003, da institucionalidade do nível federal de governo, com exceção da operação de alguns poucos conselhos nacionais.

Apesar disso, Avritzer (2010) pontua duas questões cruciais para uma avaliação do impacto dessas experiências participativas: houve democratização do governo em função desses maiores níveis de participação social, no âmbito dos conselhos e das conferências nacionais? Tem sido possível à sociedade civil pautar as políticas públicas no nível federal de governo por meio dos mecanismos participativos?

O autor responde parcialmente a essas perguntas. É possível afirmar que, no tocante à democratização da relação do governo federal com a sociedade civil, avanços importantes foram feitos no estabelecimento de uma agenda comum na área de políticas sociais. Essa agenda, que é gerada nas conferências nacionais, avançou bastante, mas ainda falta uma maneira clara de o governo federal negociar a implementação da agenda que tem sido produzida pelas conferências. Neste caso, portanto, os avanços são parciais.

É possível também perceber forte avanço no acesso da população de baixa renda a bens públicos, mas, diferentemente do que ocorreu em experiências locais, conforme mostrado anteriormente na pesquisa sobre propensão participativa, isso se deveu antes de tudo a programas de transferência de renda, e apesar de ter havido tentativas de vincular transferência de renda e participação social não se observam até o momento muitos avanços, ou seja, há ainda pouca participação dos beneficiários na condução desses programas.

Participação: burocracia versus democracia

Prosseguindo a análise da evolução da participação social no governo Lula, Lopez (2010) traz à discussão uma questão crucial que envolve a relação intrinsecamente tensa entre a burocracia e a democracia que são fenômenos característicos das sociedades modernas.

Regidas por lógicas distintas, a burocracia, entendida tanto como forma de organização do poder estatal como de expressão da dominação racional-legal, orienta-se pela busca da eficiência, pela conformidade de procedimentos, e pelo tecnicismo decorrente da complexificação dos assuntos públicos, o que favorece sobremaneira a conformação de uma tendência ao exercício do monopólio, por um grupo restrito de técnicos e de carreiras profissionais constituídas no âmbito do Estado, no tocante à discussão, formulação e gestão das políticas públicas.

Por sua vez, a democratização da gestão pública orienta-se por uma lógica distinta, que busca assegurar o controle e a participação da sociedade civil, tanto em relação aos processos decisórios quanto em relação ao desempenho governamental.

Uma das expressões desse anseio de maior controle social sobre a gestão pública é a constituição daquilo que a literatura designa como *accountability*, que se refere à atribuição de responsabilidades pelas ações e políticas realizadas, bem como pela sua prestação de contas.

Uma das formas de *accountability* é a vertical que caracteriza a relação de responsabilização das autoridades políticas eleitas perante a massa de eleitores que constituem a sociedade civil. O desafio que se coloca é ampliar e aprimorar os instrumentos de *accountability*, de modo a torná-los mais efetivos em disciplinar e sintonizar a burocracia pública com os interesses e objetivos definidos nas esferas políticas e/ou sociais.

Lopez (2010) destaca que no governo Lula avançaram iniciativas no sentido de conferir maior transparência ao desempenho da gestão pública, por meio da disponibilização de informações sobre as políticas e ações de governo para acesso pelo público em geral, principalmente na áreas orçamentária e financeira, de que são exemplos os avanços nos procedimentos de governo eletrônico e sistema de compras pela internet.

Outro ponto destacado pelo autor foi o crescimento do número de ouvidorias públicas federais nos últimos anos: de 40, em 2003, para 152 em 2009. As ouvidorias públicas constituem um canal para que os cidadãos possam manifestar sua opinião, crítica ou reclamação a respeito da prestação de serviços públicos.

Apesar desses avanços, Lopez (2010) aponta os seguintes desafios para a expansão e o fortalecimento da participação social na gestão pública: rotinizar a participação por meio da institucionalização formal das conferências nos três níveis de governo; criar mecanismos de financiamento para sua realização periódica e fortalecer os mecanismos de acompanhamento coletivo da implementação das deliberações produzidas no processo de negociação das conferências.

Essas alterações podem fomentar de forma expressiva a formulação de políticas públicas “de baixo pra cima”, em oposição à histórica preferência nacional por desenhar políticas mediante processos decisórios “de cima pra baixo”, que refle o elevado nível de centralização administrativa no Brasil.

Quanto aos atuais processos decisórios participativos, como são os conselhos e as conferências, Lopez (2010) alerta que um dos pontos cruciais de aprimoramento deve ser a implementação de mecanismos que evitem o controle da agenda por parte do governo e a seleção dos grupos representados por critérios que não ampliam a participação, mas reforçam as estruturas de poder preexistentes àqueles arranjos. Do contrário, pode-se reviver, em novas bases, o Estado corporativo, que utiliza o discurso da participação e o direito ao controle social da implementação das decisões como recursos apenas para legitimar decisões previamente concentradas e concertadas pelas elites decisórias.

A esse respeito Lavallo (2010), referindo-se particularmente ao caso dos conselhos setoriais federais, ressalta problema similar que trata da resistência de movimentos ou das organizações da sociedade mais frágeis a participar dos conselhos por temerem a cooptação do Estado e/ou a perda de sua identidade.

Outro problema ressaltado é a baixa rotatividade dos representantes junto aos conselhos, seja das lideranças, seja dos movimentos e organizações sociais, que resistem a abandonar seus postos, o que reproduz um círculo vicioso: são exatamente os segmentos já mais organizados e mais institucionalizados que tendem a ocupar a maior parte dos espaços dessa esfera pública.

Por último, Lopez (2010) argumenta que a incorporação de novos atores na esfera pública amplia o universo das crenças e ideologias que competem para legitimar novos modelos de ação pública e estatal. Esse processo apresenta o potencial de:

(...) revitalização do universo da política e de torná-la uma esfera menos moldada pela influência desigual de pressupostos ideológicos ou

interesses políticos e econômicos de elites restritas, que se apresentam, contudo, travestidos na roupagem do julgamento e da avaliação técnicos.

Prosseguindo a discussão a respeito da atuação dos conselhos de políticas públicas como canal de participação social e de representação institucionalizada de interesses, Abreu (2010) apresenta uma investigação do arranjo institucional de alguns conselhos nacionais, partindo de problematizações levantadas por outras pesquisas de âmbito local (FUKS, PERISSINOTTO e SOUZA, 2004) que ressaltam a centralidade do Estado no poder de agenda dos conselhos; a dificuldades de lidar com a pluralidade de interesses; a utilização de padrões clientelistas; e a recusa do Estado em partilhar o poder.

Os pontos analisados por Abreu (2010), em relação ao formato institucional de alguns conselhos nacionais (Saúde, Educação e Cidades), abordam os seguintes aspectos:

- Forma de indicação dos representantes não governamentais: este é um aspecto primordial para que se entenda a proporção da representação dos segmentos em cada conselho e para a compreensão de como se dá a relação entre o governo e os representantes na escolha destes, bem como a forma de legitimação dos representantes;

- Caráter das decisões (deliberativo ou consultivo): este talvez seja o aspecto mais apontado na literatura e diz respeito à força das decisões do conselho;

- Gestão de recursos: indica o impacto financeiro das decisões do conselho, e tem relação com o fato de o conselho ter ou não um ou mais fundos de recursos subordinados às suas decisões;

- Autonomia para elaboração de políticas;

- Número de conselheiros do poder público e de segmentos da sociedade civil: neste ponto, temos a dimensão numérica da representação, por segmento;

- Presidência: a literatura e os próprios conselheiros, em reuniões, questionam bastante o fato de o presidente ser ou não obrigatoriamente alguém do governo;

- Quóruns (discussão e votação): tal aspecto é importante para saber se algum dos setores representados tem condições de, isoladamente, compor maiorias;

- Divisão em câmaras e comitês técnicos: este aspecto ajuda a entender o grau de especialização do conselho e de possibilidade de assessoramento e assistência aos representantes não governamentais,

podendo inclusive intensificar a expressão de interesses conflitantes em um ambiente ainda mais especializado;

- Necessidade de homologação das decisões pelo titular do Executivo correspondente à área do conselho.

Em relação ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), Abreu (2010) assinala que o alcance das decisões do Conselho é bastante amplo. Na dinâmica dos trabalhos do CNS, a autora observou que as diversas comissões apresentam uma agenda bastante intensa e a participação dos conselheiros é bastante ativa, sendo necessário para a instalação do plenário o quórum por maioria absoluta, o que demanda a presença de um grande número de conselheiros não governamentais.

A autora destaca que a participação do governo é bastante grande. Vários debates ocorridos no CNS são realizados tendo como ponto de partida exposições do governo, o que dá a este um poder de voz bastante grande, além do evidente poder de agenda decorrente das próprias atividades rotineiras da administração do Estado. Além disso, as decisões do CNS necessitam de homologação do titular do Ministério da Saúde (MS) para que produzam efeitos. O processo eleitoral dos representantes de movimentos sociais é bastante organizado e abrangente, o que dá a esses conselheiros grande legitimidade popular em relação ao Ministério da Saúde.

Em relação ao Conselho Nacional de Educação (CNE), há regras de escolha de conselheiros que procuram contemplar a representação de todas as regiões do país e das diversas modalidades de ensino. De acordo com Abreu (2010) essas disposições indicam uma preocupação muito mais com a qualidade pessoal e a origem territorial dos conselheiros do que com o segmento que eles representam, o que tem reflexos sobre o tipo de representação de interesses no conselho. Além disso, o poder discricionário do chefe do Executivo em relação à escolha dos conselheiros é bastante grande, o que deixa a qualidade da representação à mercê da orientação que o Executivo pretenda dar ao CNE.

Embora o CNE seja um conselho deliberativo e tenha a competência de estabelecer normas e diretrizes para a educação nacional, o controle social sobre os gastos nacionais em educação não é exercido por ele. Além disso, ainda que a Política Nacional de Educação também se estruture com conselhos municipais e estaduais, sua organização é bastante diferente da área de saúde e prevê formas bastante diferentes de envolvimento da sociedade e da comunidade local. De certa forma, essa diferença de estrutura ajuda a justificar o processo de escolha dos membros do CNE, baseada muito mais no

mérito do conselheiro do que em sua relação com movimentos sociais. Os representantes, aqui, portanto, têm uma legitimidade muito mais meritocrática.

Por seu turno, em relação ao Conselho das Cidades (ConCidades), Abreu (2010) observa que o poder de agenda – proposição de resoluções e de temas para debate – é concentrado no governo, que, conforme a característica da proposição tem o apoio do setor empresarial ou dos demais setores e, com isso, consegue formar as maiorias necessárias para votação. Além disso, o Ministro das Cidades dispõe de poder de não homologar as decisões do conselho, embora, evidentemente, o uso desse poder tenha grande custo político.

A respeito dos interesses expressos no ConCidades, Abreu (2010) assinala que, embora o Ministério das Cidades afirme em documento oficial que a atuação do Conselho garante a pactuação entre os diferentes interesses defendidos pelos atores envolvidos, a realidade é que o interesse de um dos setores deve ser amparado pelo Estado, mormente o governo federal, para que seja expresso por meio de uma resolução.

O que o ConCidades parece garantir, de forma inequívoca, é a expressão desses interesses, que são aceitos ou não, conforme as regras definidas na votação. E a maneira que funciona esse conselho parece sugerir que um de seus maiores méritos é garantir alguma dificuldade para que o governo forme a maioria e, ao mesmo tempo, prover um canal institucional para que os setores da sociedade civil, principalmente os movimentos populares, possam exercer alguma pressão política pelo atendimento de suas demandas.

Convergência institucional na participação

Em suma, como pontos convergentes de formato institucional, pode-se dizer que todos esses conselhos fazem parte da estrutura dos respectivos ministérios e secretarias especiais e em todos eles o titular da respectiva pasta tem o poder de homologação ou de dar algum tipo de parecer final sobre a resolução aprovada pelo conselho. Além disso, em todos eles, o Estado tem um poder de agenda bem superior ao dos demais setores, como, aliás, já apontava a literatura sobre conselhos em outras esferas de governo.

De acordo com Abreu (2010) essas características não reduzem a importância dos conselhos, mas certamente importam muito mais em uma idéia de “a sociedade no Estado” do que o contrário disso. E sempre se trata de uma sociedade especializada, o que constitui um

aspecto positivo, na medida em que possibilita que os respectivos órgãos, ao tomar suas decisões, estejam informados sobre as diversas demandas e perspectivas existentes na sociedade para cada setor.

Mas a maneira como cada conselho estrutura e canaliza essas demandas da sociedade é diferente, principalmente no que tange ao conflito de interesses. No CNS, a voz predominante é a dos setores populares, em contraposição com os interesses dos empresários da área da saúde e eventualmente dos próprios interesses do governo. O fato de esses representantes terem este canal contribui para que os interesses do próprio governo estejam mais claros e também para que, antes que sejam tomadas as decisões necessárias para a implementação de políticas públicas, elas tenham de ser submetidas ao juízo de representantes especializados.

Situação diferente é a encontrada no CNE. Tanto na educação básica quanto na educação superior, a presença da “sociedade no Estado” não resulta tanto de legitimação popular, mas sim de uma espécie de “delegação” de competência do MEC a pessoas de competência reconhecida nas suas áreas, para estabelecer as diretrizes nacionais da educação.

Além disso, o poder final dado ao titular do MEC, de homologar ou não as decisões, garante que resoluções muito divergentes da política ministerial em curso não se tornem viáveis. Embora o conselho tenha certa autonomia na elaboração dessas diretrizes, ele interfere muito pouco na política educacional como um todo.

No caso do Conselho das Cidades, os interesses em conflito são mais perceptíveis não só em sua estrutura, mas principalmente na dinâmica de suas reuniões. Ali, provavelmente em razão da natureza evidentemente conflitiva dos assuntos que envolvem questões de território – construção civil e ocupação do solo, são dois exemplos disso –, há a polarização entre, de um lado, o setor popular e aqueles que o apoiam e, de outro, o setor dos empresários da área. Além disso, talvez justamente por este canal de expressão dos interesses ser recente, o grau de contundência que os interesses são defendidos é bastante alto e os debates são bastante acalorados, resultando em uma oposição entre o governo e os setores sociais demandantes.

Concluindo, a pesquisa de Abreu (2010) mostra que diferentes estruturas institucionais importam em uma diferente organização da representação de interesses que, por sua vez, terá relação com o tipo de política que se pretende implementar.

Em resumo, o que se pretendeu mostrar nesta seção é que houve no período do governo Lula um esforço para se expandirem os espaços

institucionais de participação social e os mecanismos para o exercício da *accountability* vertical, a exemplo das iniciativas de promoção de transparência governamental, de implantação de ouvidorias públicas, criação de novos conselhos nacionais de políticas públicas e realização de conferências.

Apesar do expressivo crescimento das iniciativas do governo federal voltadas para a promoção da participação social e democrática na discussão e formulação de propostas de políticas governamentais, a exemplo das conferências nacionais, não há ainda estudos e pesquisas que demonstrem, de forma conclusiva, a efetiva incorporação dessas propostas, oriundas desse processo de discussão social, na agenda de políticas do governo, seja por meio da estruturação de novos programas de governo ou reorientação e mudança das políticas públicas em curso.

2.5 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

A importância da educação, no caso medida pelo nível de escolaridade e anos de instrução formal de uma determinada população, como um dos fatores associados às diferenças de atitudes e valores políticos dentre o conjunto da sociedade, é atestada em vários estudos.

Na própria teoria do desenvolvimento humano, conforme se verá adiante, o nível educacional das pessoas é considerado um elemento-chave para o desenvolvimento cognitivo e que contribui para a emergência de um padrão de atitudes críticas e de contestação em relação às instituições e autoridades existentes.

Moisés (1995), por exemplo, constatou diferenças significativas quanto à confiança nas instituições democráticas, satisfação com o desempenho do regime e atitudes de cinismo e deferência política a partir do nível de escolaridade das pessoas. Utilizando-se dados de 1989, o autor verificou que pessoas com nível de escolaridade maior, isto é, com ensino médio ou superior concluídos, apresentam menor nível de confiança política que as pessoas analfabetas ou com apenas o ensino fundamental. No mesmo sentido, constatou-se que pessoas mais escolarizadas são menos satisfeitas com o desempenho do governo em comparação com as de menor nível educacional.

Embora os resultados da pesquisa reportem-se a dados de 1989, retratando na ocasião um momento recente do processo brasileiro de redemocratização, de modo geral essas constatações mostram-se ainda

pertinentes e merecedoras de atenção em estudos realizados no momento presente.

Interessante ainda destacar as observações de Moisés (1995) quanto a esses resultados:

(...) coerentemente com outras descobertas das pesquisas reportadas neste livro, segundo as quais a educação desempenha, no Brasil, a função de um requisito básico de entrada no sistema de direitos de cidadania, o que explica que os mais pobres e os desprivilegiados sejam menos críticos em relação às instituições e os governos, não é sua inconsistência em relacionar-se com o mundo da política, mas o fato de que, desprovidos de instrumentos cognitivos adequados para manipular uma realidade que, por definição, se estrutura por normas e procedimentos traduzidos em termos conceituais, eles tendem a mesclar “cinismo” político com atitudes de ‘deferência’ (...) a atitude acrítica em face de instituições que sabidamente funcionam mal indica que, desprovidos de recursos de conhecimento que lhes permitam conectar sua experiência imediata com a complexidade do funcionamento da vida pública, esses grupos de cidadãos tendem a reproduzir hábitos ‘deferenciais’ diante dos que são ou que parecem ser hierarquicamente superiores (Moisés, 1995, p. 214).

Almeida (2007), por sua vez, abordando aspectos gerais da cultura brasileira, incluindo atitudes e valores de natureza cívica, constatou que pessoas de escolaridade mais alta tendem ser menos hierárquicas e patrimonialistas em relação às pessoas de menor escolaridade.

Nesse sentido, uma tentativa de melhor compreensão das eventuais mudanças no âmbito da cultura política durante o período do governo Lula passa necessariamente pelo exame da evolução dos indicadores educacionais.

Em um panorama geral, os dados do IPEA (2009) informam que a taxa da população brasileira com diploma de nível superior variou de 5,2% em 1992 para 6,7% em 2003 e deste para 7,4% em 2008. A taxa de analfabetismo variou de 17,2% da população em 1992 para 11,6%

em 2003 e deste para 10,0% em 2008. A taxa da população com diploma de nível médio saltou de 17,4% em 1992 para 39,7% em 2003 e deste para 50,2% em 2008.

Em relação à média de anos de estudo de instrução formal (Tabela 4.1), houve uma evolução favorável da média de anos de instrução formal entre a população brasileira, que passou de 6,7 anos em 2003 para 7,4 anos em 2008.

Tabela 4.1. Média de anos de estudos de instrução formal, segundo categorias selecionadas - Brasil e grandes regiões – período 2003 a 2008 (população com idade de 15 anos ou mais)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	6,7	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4
Norte	6,6	6,3	6,5	6,7	6,8	7,0
Nordeste	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2
Sudeste	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0	8,1
Sul	7,2	7,3	7,4	7,6	7,6	7,8
Centro-Oeste	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5	7,7

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Destaca-se também nos dados apresentados a diminuição da diferença da média de anos de estudo entre a população da região Nordeste em comparação com as demais regiões, tanto no período 1995-2002, como entre 2003-2008 (Tabela 4.2).

Tabela 4.2. Variação percentual anual de anos de estudo de instrução formal, segundo categorias selecionadas - Brasil e grandes regiões – período de 2003 a 2008 (população com idade de 15 anos ou mais)

Percentual de variação anual						Média anual de variação percentual (2003 a 2008)
	2003/4	2004/5	2005/6	2006/7	2007/8	
Brasil	1,63	1,89	2,75	1,64	2,24	2,03

Continua

Continuação

Norte	-5,76	3,35	3,17	2,32	2,55	1,13
Nordeste	3,60	2,61	3,62	2,84	3,43	3,22
Sudeste	2,00	1,39	2,56	1,45	1,29	1,74
Sul	1,56	1,67	2,19	0,55	3,07	1,81
Centro-Oeste	1,97	2,20	2,31	1,31	2,81	2,12

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE) organizados pelo
IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais
Elaboração pelo próprio autor

A Tabela 4.3 a seguir mostra a evolução da média de anos de estudo de instrução formal, segundo faixas etárias. Pode-se notar que o estrato da população, com idade entre 18 a 39 anos, apresenta a maior média de anos de estudo, em comparação com as demais faixas etárias. A Tabela 4.4 mostra, no entanto, que foram os estratos de maior faixa etária (50 anos ou mais) que apresentaram maior crescimento de escolaridade no período 2003-2008.

Tabela 4.3. Média de anos de estudo de instrução formal, segundo faixas etárias, no período 1995 a 2008

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Faixa Etária						
15 a 17 anos	6,91	7,00	7,10	7,16	7,21	7,30
18 a 24 anos	8,41	8,55	8,74	8,97	9,09	9,29
25 a 29 anos	7,96	8,11	8,39	8,69	8,91	9,17
30 a 39 anos	7,32	7,46	7,54	7,75	7,93	8,12
40 a 49 anos	6,69	6,79	6,89	7,07	7,20	7,50
50 a 59 anos	5,36	5,53	5,66	5,97	6,11	6,26
60 anos +	3,48	3,52	3,65	3,81	3,95	4,09

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Tabela 4.4. Variação percentual anual de anos de estudo de instrução formal, segundo faixas etárias (período 2003 a 2008)

Categorias	Variação % (2003/04)	Variação % (2004/05)	Variação % (2005/06)	Variação % (2006/07)	Variação % (2007/08)	Variação média anual
Faixa Etária						
15 a 17 anos	1,24	1,50	0,82	0,71	1,15	1,08
18 a 24 anos	1,72	2,24	2,62	1,32	2,21	2,02
25 a 29 anos	1,83	3,47	3,64	2,46	3,00	2,88
30 a 39 anos	1,88	1,06	2,82	2,30	2,39	2,09
40 a 49 anos	1,55	1,40	2,70	1,83	4,11	2,32
50 a 59 anos	3,16	2,33	5,46	2,28	2,53	3,15
60 anos +	1,11	3,69	4,59	3,51	3,70	3,32

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE) organizados pelo IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais
Elaboração pelo próprio autor

Em relação à evolução da taxa de analfabetismo, nota-se que ela passou de 11,6% em 2003 para 10% em 2008, considerando-se dados do Brasil (Tabela 4.5). O Nordeste continua sendo a região com maior taxa de analfabetismo (19,4%).

Tabela 4.5 Taxa de analfabetismo, segundo categorias selecionadas – Brasil e grandes regiões – período 1995 a 2008 (população com idade de 15 anos ou mais)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	11,6	11,5	11,1	10,5	10,1	10,0
Norte	10,6	12,7	11,6	11,3	10,8	10,7
Nordeste	23,2	22,4	21,9	20,7	19,9	19,4
Sudeste	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8	5,8
Sul	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,5
Centro-Oeste	9,5	9,2	8,9	8,3	8,0	8,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Em relação à evolução da taxa de analfabetismo, segundo faixas etárias, observa-se que ela vem decaindo desde 2003 em todas as faixas etárias. Nota-se uma relação positiva entre faixa etária e taxa de analfabetismo, isto é, quanto maior a faixa etária maior tende a ser a taxa de analfabetismo (Tabela 4.6). A faixa etária de 18 a 24 anos foi a que apresentou maior redução da taxa de analfabetismo no período de 2003-2008 (Tabela 4.7).

Tabela 4.6 Taxa de analfabetismo segundo faixas etárias (população com 15 anos ou mais)

Categories	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Faixa Etária						
15 a 17 anos	2,35	2,13	1,92	1,61	1,70	1,69
18 a 24 anos	3,84	3,65	3,30	2,80	2,45	2,36
25 a 29 anos	5,88	5,89	5,78	4,80	4,44	4,18
30 a 39 anos	8,39	8,01	7,80	7,27	6,66	6,64
40 a 49 anos	11,23	11,29	10,86	10,31	9,86	9,49
50 a 59 anos	18,37	18,11	17,40	16,15	15,18	14,36
60 anos +	32,63	32,01	31,19	29,48	28,66	27,97

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Tabela 4.7 Variação percentual anual da taxa de analfabetismo, segundo faixas etárias, no período 2003 a 2008 (população com 15 anos ou mais)

Categories Faixa Etária	Variation % (2003/04)	Variation % (2004/05)	Variation % (2005/06)	Variation % (2006/07)	Variation % (2007/08)	Variation average annual
15 a 17 anos	-9,11	-9,86	-16,59	5,65	-0,47	-6,08
18 a 24 anos	-4,99	-9,41	-15,26	-12,57	-3,41	-9,13
25 a 29 anos	0,23	-1,95	-17,00	-7,42	-5,89	-6,41

Continua

Continuação

30 a 39 anos	-4,63	-2,63	-6,78	-8,31	-0,36	-4,54
40 a 49 anos	0,57	-3,84	-5,11	-4,34	-3,69	-3,28
50 a 59 anos	-1,41	-3,91	-7,19	-6,03	-5,40	-4,79
60 anos +	-1,90	-2,56	-5,47	-2,80	-2,40	-3,03

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE) organizados pelo IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais
Elaboração pelo próprio autor

Quanto ao percentual de pessoas com diploma de ensino fundamental, na faixa etária de 15 a 18 anos, os dados da Tabela 4.8 mostram que esse percentual passou de 52,2% em 2003 para 60,9% em 2008, considerando-se a categoria Brasil.

Tabela 4.8 Proporção de pessoas com diploma de ensino fundamental, na faixa etária de 15 a 18 anos (1995 a 2008)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	52,2	53,9	55,8	57,4	59,6	60,9
15 anos	34,5	35,3	37,1	38,4	40,4	42,1
16 anos	51,3	53,0	54,5	55,6	57,6	58,7
17 anos	59,3	61,1	62,4	64,4	67,1	68,6
18 anos	64,0	66,0	68,1	70,4	73,1	74,8

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Quanto ao percentual de pessoas com diploma de ensino médio, na faixa etária de 18 a 24 anos, os dados da Tabela 4.9 mostram que esse percentual passou de 39,7% em 2003 para 50,2% em 2008, considerando-se a categoria Brasil.

Tabela 4.9. Proporção de pessoas com diploma de ensino médio, na faixa etária de 18 a 24 anos (2003 a 2008)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	39,7	41,5	43,7	46,4	47,8	50,2

Continua

Continuação

18 anos	22,0	24,0	26,2	27,9	30,8	30,9
19 anos	34,2	36,8	38,1	41,6	43,0	45,3
20 anos	41,0	43,3	44,0	47,4	49,3	51,2
21 anos	44,7	45,4	48,1	50,6	50,9	55,4
22 anos	45,4	47,8	49,7	52,4	52,4	55,6
23 anos	45,9	47,8	50,6	52,4	54,8	57,2
24 anos	45,7	46,2	50,3	52,9	54,3	56,5

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Por último, quanto ao percentual de pessoas com diploma de curso superior, os dados da Tabela 4.10 mostram que esse percentual passou de 7,9% em 2003 para 10% em 2008, considerando-se a categoria Brasil.

Tabela 4.10. Proporção de pessoas com diploma de curso superior, segundo faixas etárias (2003 a 2008)

Categorias	2003	2004	2005	2006	2007	2008
25 anos ou mais	7,9	8,1	8,3	9,0	9,3	10,0
25 a 29 anos	7,4	7,7	8,2	9,2	10,0	10,9
30 a 39 anos	8,4	8,7	9,0	9,5	9,8	10,7
40 a 49 anos	9,6	9,7	9,7	10,3	10,7	12,2
50 a 59 anos	8,6	9,2	9,3	10,2	10,1	9,9
60 anos ou mais	4,5	4,4	4,8	5,2	5,4	5,9

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE)

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Já a Tabela 4.11 abaixo mostra que houve melhoria do grau de instrução da população ocupada, tendo o percentual de pessoas com menos de 8 anos de estudo passado de 49,5% em 2003 para 39,2% em 2009. Já o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo passou de 33,5% em 2003 para 44,1% em 2009.

Tabela 4.11. Composição da ocupação segundo grau de instrução (percentual)

Grau de instrução	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição percentual 2009/2003
Menos que 8 anos	49,5	48,1	46,7	44,6	42,5	40,4	39,2	- 20,8
8-10 anos	16,3	16,6	16,3	16,5	17,0	17,1	16,3	0
11 anos ou mais	33,5	34,7	36,4	38,5	40,0	42,1	44,1	31,6
Não determinado	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Em resumo, os indicadores educacionais durante o período 2003-2010 mostraram evolução, embora se deva destacar a sua defasagem em comparação com indicadores de países mais desenvolvidos e mesmo da América do Sul, a exemplo de Argentina, Chile e Uruguai.

3 CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO DO GOVERNO LULA

Neste capítulo apresentam-se as definições de democracia e cultura política, e as características da cultura política brasileira. Em seguida é abordada a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart e suas limitações e possibilidades de aplicação no estudo da sociedade brasileira. Por último, são desenvolvidas as noções de adesão normativa, confiança nas instituições e satisfação com o desempenho do regime democrático

3.1 DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA

De acordo com Sartori (1994) a idéia ou conceito de democracia encontra-se amplamente difundido nas diversas sociedades de nosso tempo, muito embora não haja um verdadeiro consenso ou uniformidade de significados a respeito do que signifique democracia. Essa confusão de expressões e significados que orbitam sobre a idéia de democracia é algo que a enfraquece e desvaloriza, e enseja até mesmo a justificação

de formas políticas que em nada se assemelham com o conceito original do termo.

As razões para essa confusão e alargamento dos significados da democracia residem de um lado no próprio valor simbólico que a idéia de democracia assumiu nas sociedades ocidentais, como uma espécie de símbolo do ápice de desenvolvimento dessas sociedades. Nesse sentido, haveria uma tendência para que os diversos regimes políticos se autodenominassem como democráticos – mesmo que não o fossem inteiramente – com o propósito de assegurar a sua legitimação.

Mesmo para Sartori (1994), que defende uma concepção minimalista ou procedimental da democracia, caracterizada predominantemente pela participação convencional do público de massa por meio estritamente das eleições para escolha dos representantes políticos, na esteira de uma concepção democrática de elitismo competitivo, há o reconhecimento da importância da disseminação na sociedade de valores sociais e políticos de cunho democrático para a sustentação e aprimoramento da democracia.

Por seu turno, Hirst (1992) critica esse tipo de democracia representativa defendido por Sartori (1994) argumentando que nesse modelo de democracia não há efetivamente representação de interesses dos eleitores, os quais após as eleições pouco dispõem de meios institucionais para influir nas decisões políticas tomadas por seus supostos representantes eleitos. Ao invés da idéia de representação de interesses, esse modelo de democracia funciona na prática como forma de legitimação política das decisões tomadas.

Bobbio (2000) parte de uma definição mínima da democracia, de caráter procedimental, como um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados, e o compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria. Para a vigência de um regime verdadeiramente democrático o autor estabelece como condições da disputa eleitoral a existência de alternativas reais de escolha e a necessária garantia de direitos de liberdade, de opinião, e de reunião, em suma, direitos sobre os quais se assenta o Estado liberal.

Apesar de partir de uma definição mínima, é possível perceber em Bobbio (2000) uma inclinação para considerar a democracia em um sentido mais substantivo e participativo quando o autor discorre sobre as promessas ou ideais não cumpridos pelo regime democrático, dentre os quais se podem destacar a persistência das oligarquias - que impede que as elites políticas sejam responsivas perante a massa de eleitores - o

espaço limitado para a participação política dos cidadãos, e a falta de uma educação cívica que prepare as pessoas para o efetivo exercício da cidadania, a qual não se circunscreve simplesmente à participação eleitoral.

3.2 DEFINIÇÃO DE CULTURA POLÍTICA

As pesquisas sobre cultura política com a utilização de métodos quantitativos sofreram um salto de importância e um revigoração com os trabalhos de Almond e Verba (1963 apud MOISÉS, 1995), apesar das críticas quanto ao seu excessivo caráter culturalista e antropocêntrico.

De acordo com Almond e Verba (1963 apud RIBEIRO, 2008):

(...) a cultura política de um país é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros. Esse padrão poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico tendo como referência os objetos políticos.

Ainda conforme Almond e Verba (1963 apud RIBEIRO, 2008):

(..) as orientações, que devem ser entendidas como aspectos internalizados de objetos e relacionamentos seriam divididas em três tipos básicos: cognitivas, afetivas e avaliativas. As primeiras seriam conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações afetivas, por sua vez, se refeririam aos sentimentos de ligação e envolvimento partilhados pelos agentes em relação a tais objetos. Por fim, as orientações avaliativas envolveriam julgamentos e opiniões, que são a combinação dos dois tipos anteriores de orientações, pois para produzirem juízos sobre determinados objetos os indivíduos aliam conhecimentos e sentimentos.

Apesar das críticas aos estudos elaborados por Almond e Verba, por seu caráter dito antropocêntrico e de determinismo culturalista, a transcrita definição de cultura política ainda hoje se constitui referência para qualquer estudo nessa área.

Na linha dos estudos culturais utilizando-se de métodos quantitativos, cabe destacar no Brasil o trabalho de pesquisa realizado por Moisés (1995), analisando o período que se segue à promulgação da Constituição Federal de 1988.

Destaca-se no referido trabalho a abrangência nacional do estudo e dos temas abordados que se estendem da análise comparativa de valores entre países da América do Sul, que também atravessaram por um período de transição democrática, até a investigação das dimensões simbólicas e valorativas quanto ao novo regime democrático.

Quanto a esse último ponto, a pesquisa abrange uma avaliação dos brasileiros quanto à eficácia das instituições democráticas e ao desempenho governamental, com cruzamento de opiniões por variáveis sócio-econômicas, como sexo, nível de escolaridade e renda.

Ressalte-se também que Moisés (1995) adota um modelo balanceado de análise, que considera a importância e a interdependência de diversos fatores – econômicos, culturais, políticos e sociais - para explicar a transição para regimes democráticos e posteriormente para a sua consolidação. Enfatiza o papel das lideranças políticas em promover o aperfeiçoamento das instituições democráticas, principalmente no caso de países como o Brasil, que se caracterizam por uma democratização defeituosa ou incompleta. Nesse ponto, insere a importância da cultura política (comportamentos, atitudes, crenças, tanto das lideranças políticas como do público de massa) para a consolidação democrática.

3.3 CARACTERÍSTICAS DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: CONSERVADORISMO, AUTORITARISMO E PERSONALISMO

No Brasil, os estudos no campo da política e de sua formação social mais ampla são caudatários, com maior ou menor visibilidade de linhagem, de uma corrente de pensamento que identificou nas características físicas, sociais, econômicas e políticas do processo de colonização do território nacional, sob domínio português, as raízes da conformação de um padrão de controle da sociedade, que vem se reproduzindo até o presente, com traços profundos de exclusão, desigualdade, autoritarismo e personalismo como sugerem por exemplo Moisés (1995), Sales (1994), e Baquero (2001).

Essa herança cultural, de tendência conservadora e autoritária, teria sobrevivido e se desdobrado nos desenvolvimentos posteriores da

formação social brasileira, desde o período colonial, assumindo feições modernas dentro do processo civilizatório.

O resultado desse processo histórico foi o surgimento de dualismos e ambigüidades visíveis no funcionamento das instituições e nas práticas sociais do cotidiano cujo caráter foi captado sob diversos matizes por historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, cada qual apreendendo algum aspecto particular, mas que na essência retratam o mesmo e complexo fenômeno.

Assim, por exemplo, Gomes (1978) fala de uma ‘razão tupiniquim’; Rodrigues (1982) destaca a atitude de ‘conciliação’ presente nas elites políticas nacionais; Santos (1998) trata do ‘liberalismo às avessas’; Martins (1999) refere-se a uma ‘história lenta’; e Sales (1994) fala de uma espécie de cidadania concedida ou de uma cultura política da dádiva.

Em Roberto DaMatta o aparente conflito quanto ao surgimento de dois sistemas de valores concorrentes – um arcaico e outro moderno – vai ser resolvido pela dominância do primeiro em relação ao segundo. Nesse sentido, as relações e instituições revestir-se-iam de uma aparência de modernidade, mas operariam em última instância na resolução de conflitos societários e nos processos de decisão com base na lógica do arcaico, que seria presidida pelos princípios da hierarquia, personalismo e autoridade.

A presença ainda marcante de caracteres conversadores e autoritários na mentalidade e comportamento, seja tanto do público de massa, como das elites governantes, tem sido constatado por pesquisas, como se pode observar em Reis (2000) e Almeida (2007), e mostram a associação entre ideologia e cultura política, conforme destacado por Borba (2005).

A naturalização de certas idéias, atitudes e práticas sociais foi comprovada por Scalon (2004) ao pesquisar a percepção que os brasileiros possuem a respeito da desigualdade e da equidade dos critérios que justificam uma dada estratificação social.

Saes (2001), por sua vez, apresenta uma perspectiva do personalismo como característica das sociedades contemporâneas que afeta inclusive o campo da política e chama ainda a atenção para o surgimento de uma nova forma de populismo – o chamado populismo neoliberal.

3.4 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE INGLEHART

Uma das críticas mais contundentes sobre as teorias da modernização reside no seu caráter determinista, unilateral e linear, ou seja, na assunção de que fatores socioeconômicos são os principais responsáveis por mudanças na sociedade, em um sentido linear de progresso humano.

Esse enfoque simplista e determinista dificultou uma aceitação mais ampla da teoria da modernização entre estudiosos e pesquisadores já que desconsidera a complexidade e especificidade envolta nos processos de mudança social, cultural e política, e a persistência e influência das tradições culturais, como defendem Huntington, Putnam e Fukuyama.

Procurando superar essas visíveis deficiências do arcabouço teórico e explicativo da teoria da modernização, Inglehart e Welzel (2009) propuseram uma ampla revisão teórica que agregou além dos fatores sociais e econômicos, as trajetórias históricas, a herança cultural, e conhecimentos de psicologia cognitiva e da personalidade para tentar explicar a dinâmica de mudança cultural em cada país. Esse esforço de reconstrução da teoria da modernização empreendido pelos citados autores resultou na chamada Teoria do Desenvolvimento Humano.

Cabe de início ainda registrar que os estudos de Inglehart se notabilizaram desde os anos 70 quando o autor percebeu, concomitantemente com o surgimento dos novos movimentos sociais, caracterizados pela conquista de direitos das mulheres e de outros grupos marginalizados, além do próprio movimento verde, a emergência de um novo padrão de valores, calcados na autonomia e liberdade de escolha, e que tenderia a se difundir principalmente entre as sociedades ocidentais desenvolvidas. No Brasil, cabe citar que Rossiaud e Scherer-Warren (2000) estudaram as características e diferenciais de organização, estratégia e composição desses novos movimentos sociais que designa em seu conjunto como movimento-cidadão.

Baseado em inúmeras pesquisas empíricas e se valendo de estudos comparativos entre países, Inglehart e Welzel (2009) demonstraram a importância da modernização social e econômica como fator preditivo e impulsionador de processos de mudanças culturais, sem contudo desconsiderar as trajetórias históricas e a tradição cultural de cada nação.

Houve também um esforço de explicação teórica dos mecanismos que permitiam articular a relação entre mudanças sociais e

econômicas e as dimensões cognitivas e intersubjetivas das pessoas. O resultado da revisão empreendido por Inglehart e Welzel (2009) permitiu a construção de uma vertente robusta da teoria da modernização, assentada em uma abordagem multidisciplinar, multicausal e não-linear da mudança cultural.

Teoria do desenvolvimento humano

Segundo a Teoria do Desenvolvimento Humano, a transição das sociedades industriais para as chamadas pós-industriais¹, que se baseiam no uso intensivo de tecnologia, conhecimento e criatividade, favoreceria o surgimento daquilo que os citados autores denominam de valores pós-materialistas, que se referem à busca de autonomia das pessoas, valorização da liberdade de escolha e da criatividade.

Esses valores pós-materialistas, típicos das chamadas sociedades pós-industriais ou do conhecimento, tenderiam a substituir gradativamente os chamados valores tradicionais de natureza secular-racional, que se caracterizam pela ênfase na sobrevivência, busca da segurança material e predomínio de relações sociais estruturadas em hierarquias verticais.

Assim, o surgimento desses valores pós-materialistas decorreria das próprias características e exigências das chamadas sociedades do conhecimento, que são marcadas pela especialização funcional, complexidade social, diversificação das interações humanas e habilidades cognitivas das pessoas, e valorização da educação.

Nas análises comparativas entre países, Inglehart e Welzel (2009) constataram que o predomínio de valores pós-materialistas em determinada sociedade está relacionado com o nível de renda per capita daquele país, sendo que um patamar de renda per capita de nível médio,

¹ A expressão sociedade pós-industrial foi proposta por Daniel Bell (*O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977) para designar a série de transformações tecnológicas, econômicas e culturais que estavam ocorrendo nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a partir dos anos 1970, e que se refletiam o crescimento mais acelerado e peso relativamente maior do setor de serviços em comparação com o setor industrial, como motor da economia; no uso cada vez mais intenso e difundido das tecnologias de informação e de telecomunicações; e na importância do conhecimento e da criatividade na geração de valor.

como no caso do Brasil, já possibilitaria o surgimento de valores pós-materialistas.

Os autores associam esse nível médio de renda per capita como condição básica para o acesso de bens e serviços primários, como educação, cultura, saúde, informação e também o trabalho, gerando estímulos, conhecimentos e experiências de vida que se articulariam de forma a remodelar as dimensões cognitiva, afetiva e valorativa das pessoas.

A abordagem do desenvolvimento humano destaca a importância da articulação entre conhecimento (educação e cultura), relações sociais e experiências de vida de cada pessoa como fontes dinâmicas de mudança das visões de mundo, da forma como as pessoas veem o outro e a si próprias, por meio da definição de valores e sentidos de vida.

Um dos pressupostos fundamentais da teoria de Inglehart e Welzel (2009) é que as orientações valorativas dos indivíduos refletem as condições existenciais predominantes; se as condições existenciais se modificam, há uma tendência de que as orientações valorativas também se alterem.

Segundo os autores:

As orientações valorativas definem os padrões para metas desejáveis e indesejáveis. Essa função de definir metas faz das orientações por valores um regulador motivacional poderoso do comportamento humano (Ibidem, p. 45).

As orientações valorativas predominantes refletem as condições existenciais predominantes. Segundo, se as condições existenciais se modificam, há uma tendência de que as orientações valorativas também se alterem, mas apenas após um lapso de tempo significativo, necessário para que se reaja ao impacto das mudanças existenciais e se experimentem novas estratégias de vida, melhor ajustadas às novas condições (Ibidem, p.46).

As novas estratégias de vida têm mais probabilidade de ser adotadas pelos jovens do que pelos idosos, que têm mais dificuldade para abandonar hábitos e visões de mundo profundamente enraizadas. Mas uma vez que um

novo estilo de vida tenha surgido, as gerações seguintes poderão escolher entre diferentes arquétipos e adotarão aqueles que melhor se ajustarem às suas experiências existenciais (Ibidem, p. 46)

Nesse sentido, o desenvolvimento socioeconômico é crucial porque tem um forte impacto nas condições existenciais das pessoas e em suas chances de sobrevivência. A sobrevivência é uma meta humana tão básica que quando incerta determina toda a estratégia de vida de um indivíduo.

Na medida em que o desenvolvimento socioeconômico propicia um nível médio de renda para as pessoas que reduz o nível de pobreza, diminuem as restrições objetivas à autonomia, à criatividade e à escolha humanas. (Ibidem, p. 46)

Mudança de valores da sociedade

Inglehart e Welzel (2009) assinalam, contudo, que a mudança de valores de uma sociedade é um processo lento, gradual e principalmente visível na transição das gerações, já que depende em última análise da configuração das dimensões cognitiva e moral do indivíduo, que são relativamente estáveis ao longo da vida e decorrem das formas de socialização primária e secundária.

Esse ponto, aliás, constitui outro pressuposto central da teoria proposta pelos autores, isto é, a noção de que a estrutura básica de personalidade humana tende a se cristalizar quando o indivíduo atinge a idade adulta, com relativamente poucas mudanças daí por diante. Nesse sentido, a socialização precoce ou primária tende a ter mais peso do que a socialização tardia ou secundária.

Baseando-se em um extenso conjunto de evidências, os autores sustentam que os valores básicos das pessoas já estão substancialmente determinados na idade adulta, o que confere importância às experiências vividas durante seus anos de formação.

Esse aspecto mostra o peso relativo da tradição cultural e a possibilidade de surgimento de novos valores nos períodos de mudança intergeracional, dependendo das experiências vividas pelas gerações mais novas, atreladas às condições materiais de existência (Ibidem, p. 132).

Embora a educação formal seja um aspecto importante, os autores destacam principalmente a cognição e a experiência como fontes de mudança de valores. O fato é que as ditas sociedades do conhecimento, apoiadas em mídias de massa e modernas tecnologias da informação, desencadeiam um processo maciço de mobilização cognitiva, que aumenta a demanda de educação superior, torna as pessoas intelectualmente mais independentes, e permitem às pessoas livre acesso ao conhecimento, aumentando sua autonomia informacional (Ibidem, 61).

Ao aspecto cognitivo soma-se a experiência da segurança existencial, propiciada pelo desenvolvimento socioeconômico e pela satisfação das necessidades materiais de subsistência, que acaba influenciando na definição dos objetivos e estratégia de vida das pessoas, os quais tendem a focar a busca do bem-estar subjetivo, a realização pessoal, a autonomia e liberdade de escolha.

Os autores citam, por exemplo, a queda do comunismo em toda a Europa Central e do Leste, entre 1989 e 1991. Nos estados pós-soviéticos, esse fato produziu uma diminuição no padrão de vida das pessoas, o que teria contribuído para a mudança das expectativas de vida em um sentido mais pessimista.

O conhecimento científico não desapareceu e os níveis educacionais permaneceram tão altos como antes nessas sociedades, mas o sentimento predominante de segurança existencial e controle individual sobre a própria vida foi abalado o que favoreceu uma estagnação ou regressão aos valores tradicionais e de sobrevivência nessas sociedades.

Da mesma forma, em períodos de recessão econômica, que geram incerteza existencial, há uma tendência de reversão para os valores de sobrevivência em detrimento dos valores pós-materialistas (Ibidem, p. 169). Diante disso, os autores postulam que o sentimento de segurança existencial predominante em uma sociedade é mais importante do que fatores cognitivos (Ibidem, p. 62).

Por outro lado, não é suficiente existir um ambiente de segurança material para que os valores pós-materialistas se desenvolvam em determinada sociedade. Os autores citam o exemplo do Bahrein e Emirados Árabes Unidos que são ricos e maximizam a segurança existencial de suas populações por meio de extensos programas de transferência de renda.

Entretanto, essas sociedades não desenvolveram a diversificação ocupacional, a complexidade social e o conhecimento intensivo, tampouco houve grandes investimentos em capital humano, e desse

modo não surgiram as condições favoráveis para a individualização e a experiência da autonomia (Ibidem, p. 71).

Outro exemplo que serve para ilustrar o modo como a Teoria do Desenvolvimento Humano aborda os processos de mudança cultural foi a aprovação do divórcio na Itália e Irlanda. Previamente à aprovação do divórcio em si, fato que os autores denominam de ‘avanço súbito’, teriam ocorrido mudanças cumulativas e graduais nos valores da sociedade, durante décadas, ao longo das transições intergeracionais, e que culminaram por fim naquele avanço institucional, representado pela aprovação do divórcio (Ibidem, p. 62).

Mudança da natureza das ações cívicas e novas formas de participação política

Como consequências da mudança cultural, os autores assinalam a propensão ao surgimento de ações cívicas mais espontâneas, centradas em problemas e contestadoras das elites, e que caracterizam novas formas de participação política. Contrariamente às alegações de que o capital social² e a participação convencional em massa estão diminuindo – constatada pela queda ou estagnação do comparecimento do eleitor às urnas - segundo os autores, os públicos das sociedades pós-industriais estão intervindo de maneira mais ativa na política, mas estão modificando suas formas de participação (Ibidem, p. 69).

Quanto ao capital social, os autores argumentam que novas formas de redes de ação coletiva estão surgindo, organizadas por laços não hierárquicos, autônomas, mais espontâneas e pouco coesas. Diante desse quadro, o capital social não estaria desaparecendo, mas assumindo uma nova forma (Ibidem, p. 150).

Os autores distinguem aquilo que designam como capital social vinculante, presente em comunidades e grupos fechados (*bonding social capital*), que seria marcado por relações premidas principalmente pelas

² A concepção aqui adotada de capital social refere-se às redes de relacionamento baseadas na confiança, cooperação, reciprocidade, no compartilhamento de valores e de interesses e que permitem a estruturação de ações coletivas. A natureza do capital social pode se basear em normas sociais que vinculam fortemente as pessoas entre si e com determinados grupos, a exemplo de certos tipos de grupos religiosos, ou assumir uma natureza mais flexível, espontânea e de pouca coesão, como é o caso do capital social do tipo ‘ponte’ enfocado por Inglehart.

necessidades de sobrevivência. Em sociedades ou grupos nos quais as condições materiais de sobrevivência não estariam asseguradas, gerando assim um ambiente de insegurança existencial, haveria uma tendência para a prevalência de laços sociais condicionados pelo interesse do grupo ou da comunidade, em detrimento dos interesses individuais.

A forte coesão e confiança interna do grupo, a conformidade a regras tradicionais, a diferenciação ou discriminação em relação a grupos externos e a restrição social em relação às escolhas das pessoas, constituiriam as características predominantes que moldariam as relações sociais e condicionariam a estrutura psicológica do indivíduo nessa perspectiva do capital social vinculante.

Em contraposição, os autores definem o capital social do tipo ponte (*bridging social capital*), no qual a rede de relacionamentos estaria baseada na autonomia pessoal e na liberdade de escolha, de acordo com os seus interesses ou afinidades sociais. Esse último tipo de capital social é que estaria se desenvolvendo com o surgimento dos valores pós-materialistas.

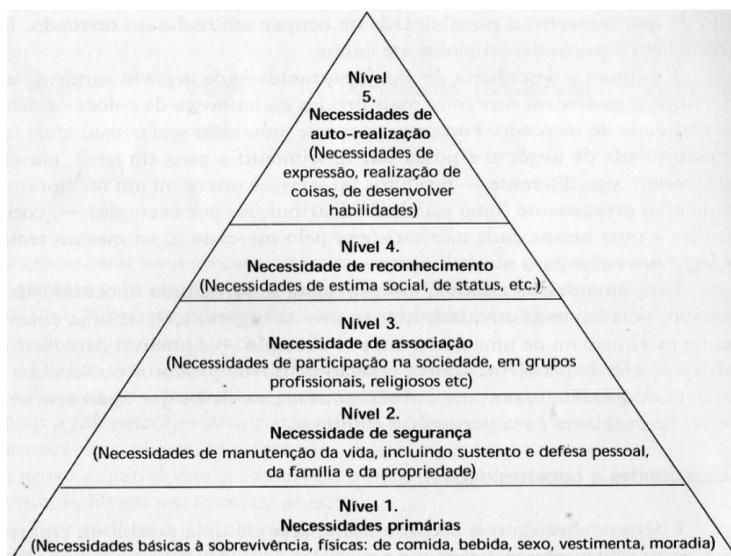
Em outro aspecto, essas novas formas de participação não convencional, caracterizadas por protestos, abaixo-assinados, boicotes de consumo, dentre outros, tendem frequentemente a ser auto-organizadas e auto-expressivas, assumindo a participação política um valor em si e não apenas uma forma para atingir metas específicas (Ibidem, p. 69).

Há também o surgimento de uma postura mais crítica em relação ao desempenho dos governos e das instituições, o que em seu conjunto aumentaria a propensão dos governantes em adotarem uma atitude maior de responsabilização e prestação de contas em relação aos seus atos.

A valorização crescente da escolha humana tem consequências importantes, gerando pressão no sentido de aumentar o poder da mulher, de elites mais responsivas, de liberdades civis e políticas efetivas (aumento das demandas societárias de democracia) e de instituições democráticas (Ibidem, p. 71).

A aspiração à escolha e à auto-expressão seriam necessidades humanas universais, conforme a pirâmide de necessidades de Maslow, ilustrada a seguir, na qual a busca de auto-realização representa o anseio mais elevado do indivíduo em busca do bem-estar subjetivo (Ibidem, p 177).

Pirâmide de necessidades de Maslow



Nas pesquisas realizadas em 73 sociedades diferentes, incluindo o Brasil, constatou-se uma correlação altamente significativa entre a satisfação existencial do indivíduo com a vida e sua percepção das escolhas de que dispõe para moldar a sua vida (Ibidem, p. 177).

Nesse sentido, os autores argumentam que na medida em que a democracia caracteriza-se idealmente como um regime que assegura a igualdade de direitos civis e políticos, a liberdade e autonomia de escolha, haveria uma relação entre os valores pós-materialistas e os valores e instituições democráticos, ou seja, o elo causal entre desenvolvimento socioeconômico e o surgimento/consolidação da democracia seriam os valores pós-materialistas (Ibidem, p. 183).

Dentro do conceito de democracia há, contudo, que se diferenciar entre as noções de democracia formal e efetiva. A primeira refere-se aos procedimentos que regulam a operação formal das instituições estatais que governam a sociedade. A ideia de democracia efetiva, por seu turno, reflete não apenas até que ponto as liberdades civis e políticas formais são institucionalizadas, mas também até que ponto essas liberdades são

efetivamente praticadas, indicando o grau de livre escolha das pessoas em sua vida (Ibidem, p. 192).

A partir dessa última noção, os autores construíram um índice de democracia efetiva que combina as medidas de direitos civis e políticos da *Freedom House* com as pontuações do item anticorrupção do Banco Mundial, que os autores veem como um indicador de “integridade das elites”, ou ainda como uma medida que refletiria a obediência às normas jurídicas pelo Estado (Ibidem, p. 193).

Enquanto que o Brasil, em uma escala de democracia formal (0 a 100), dados do período 2000-2002, situa-se no nível 65 (a título de comparação Chile e Uruguai encontram-se respectivamente nas escalas 85 e 97), na escala de democracia efetiva (0 a 100), o país situa-se apenas no nível 27, o que reflete um baixo nível de democracia efetiva (Chile e Uruguai situam-se respectivamente nas escalas 60 e 65) (Ibidem, p. 192-193).

Em resumo, as orientações valorativas predominantes refletem as condições existenciais predominantes. Se as condições existenciais se modificam, há uma tendência de que as orientações valorativas também se alterem, mas apenas após um lapso de tempo significativo, necessário para que se reaja ao impacto das mudanças existenciais e se experimentem novas estratégias de vida, melhor ajustadas às novas condições.

As novas estratégias de vida têm mais probabilidade de ser adotadas pelos jovens do que pelos idosos, que têm mais dificuldade para abandonar hábitos e visões de mundo profundamente enraizadas.

O desenvolvimento socioeconômico é crucial porque tem um forte impacto nas condições existenciais das pessoas e em suas chances de sobrevivência e assim diminui as restrições objetivas à autonomia, à criatividade e à escolha humanas. A redução da pobreza desempenha um papel crucial ao diminuir as restrições materiais à escolha humana e alimentar um sentimento de segurança existencial. Além disso, permite a elevação do nível de educação formal das pessoas e dá a elas maior acesso à informação por meio da mídia de massa.

Por fim, sociedades do conhecimento, caracterizadas pela especialização funcional, complexidade social e diversificação das interações humanas exigem habilidades cognitivas das pessoas e favorecem a independência.

3.5 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS SOBRE O BRASIL

Krischke (2005) encontrou limitações no modelo analítico de Inglehart e Welzel (2009) por considerá-lo generalizante demais e por não ter identificado um padrão linear de mudança cultural conforme predito pelo modelo, ao comparar os valores políticos nas cidades de Porto Alegre e Curitiba. Segundo Krischke (2005) esse fato serviu para evidenciar a importância dos contextos históricos relacionados a experiências do exercício da cidadania e de acesso à esfera pública. No caso em questão, a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre, ao contrário de Curitiba, teria constituído um grande diferencial na conformação dos valores cívicos existentes entre as duas cidades.

Ribeiro (2008), por sua vez, utilizando-se dos dados de duas ondas mundiais de pesquisa sobre valores (WVS, 1991 e 1997), e a partir do cruzamento de medidas de materialismo/pós-materialismo com variáveis relativas a distintas dimensões da cultura política, confirmou para o caso brasileiro algumas das teses defendidas pela Teoria do Desenvolvimento Humano, muito embora tenha também encontrado especificidades em nossa realidade.

No que diz respeito à chamada dimensão difusa do apoio político ou dimensão normativa da adesão à democracia, Ribeiro (2008, p. 243) constatou que os indivíduos com valores pós-materialistas, em comparação com os materialistas, são mais propensos a eleger a democracia como melhor forma de governo.

Em relação ao interesse e à participação política, os resultados também confirmaram as hipóteses da Teoria do Desenvolvimento Humano para o caso brasileiro, sendo verificado que os indivíduos com valores pós-materialistas são mais interessados e atribuem maior importância à política (Ibidem, p. 244).

Quanto à participação em instituições ou atividades políticas, como partidos e sindicatos, houve maior grau de ocorrência também entre os indivíduos que priorizam valores pós-materialistas, o que no caso representa um resultado contrário à hipótese assumida pela Teoria do Desenvolvimento Humano, que preconiza que a emergência dos valores pós-materialistas seria acompanhada por uma atitude de contestação das modalidades tradicionais de participação política, como no caso de partidos e sindicatos (Ibidem, p. 245).

Embora esse último resultado não se coadune com a expectativa da Teoria do Desenvolvimento Humano, Ribeiro (2008) interpreta como auspiciosa para o desenvolvimento democrático a associação entre valores pós-materialistas e participação política convencional, dado o histórico de baixa participação política na sociedade brasileira.

Esse sentido positivo da participação política é reforçado ao se observar que a ocorrência de formas de participação política não convencionais, como passeatas, greves ilegais, boicotes e ocupações, também é mais frequente em indivíduos classificados como pós-materialistas.

Assim, no caso brasileiro, ao contrário do previsto pela Teoria do Desenvolvimento Humano, entre os pós-materialistas o aumento das formas de participação não convencionais não acarretou o decréscimo da participação convencional, ou seja, os indivíduos pós-materialistas seriam mais participativos tanto nas modalidades tradicionais, quanto nas formas contestatórias (Ibidem, p. 245).

Ribeiro (2008) pondera que essa combinação de valorização tanto da participação tradicional, como as formas contestatórias, entre os pós-materialistas, não pode ser descartada como algo que não seria benéfico para o desenvolvimento democrático no Brasil, na medida em que se considera que o sistema partidário não se consolidou efetivamente na democracia brasileira.

Ao contrário de outras democracias ocidentais já consolidadas, que erigiram instituições e partidos políticos estáveis e plenamente arraigados na vida política dessas sociedades, o Brasil atravessa ainda um processo de aperfeiçoamento de suas instituições e de fortalecimento do sistema partidário.

Nesse sentido, Ribeiro (2008, p. 246) interpreta essa combinação de formas de participação política, presente entre os pós-materialistas, como expressão de uma atitude crítica de contestação, frente às autoridades e instituições democráticas existentes, sem contudo descartar o valor da participação política convencional, por meio de partidos e do próprio processo eleitoral.

Outro ponto a ser assinalado na pesquisa de Ribeiro (2008) diz respeito ao apoio específico ao regime democrático, também conhecido como dimensão instrumental da adesão, entre materialistas e pós-materialistas. Segundo a teoria de Inglehart e Welzel (2009), os pós-materialistas tenderiam a adotar uma postura mais crítica em relação às instituições políticas tradicionais, quando comparados aos indivíduos com valores materialistas ou tradicionais. No entanto, os dados da pesquisa referentes ao Brasil não apontam para a existência de

diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, ou seja, tanto os indivíduos classificados como materialistas, assim como os pós-materialistas, são críticos em relação ao desempenho das instituições democráticas (Ibidem, p. 246).

Apesar da constatação dessa atitude crítica frente às instituições democráticas existentes, que por sua vez se reflete no baixo nível de confiança política, verificada tanto entre materialistas e pós-materialistas, no caso brasileiro Ribeiro (2008) pondera que as suas causas são distintas daquelas verificadas entre países de democracia solidamente estabelecidas.

Enquanto nessas, a emergência e difusão de atitudes de crítica e desconfiança política frente às instituições democráticas refletiria, de fato, a difusão dos valores pós-materialistas no seio da sociedade, ocasionando o surgimento de cidadãos críticos, em países como o Brasil de democratização recente, esse argumento não poderia ser adotado de forma abrangente.

Segundo Ribeiro (2008), no caso brasileiro, a “desilusão e a insatisfação com o real funcionamento da democracia é que determinaria os níveis de confiança manifestos pelos cidadãos em relação às instituições”(Ibidem, p. 249).

Assim, a atitude de baixa confiança política não seria resultado da mudança cultural produzida pelo surgimento e difusão dos valores pós-materialistas no conjunto da sociedade brasileira, mas reflexo principalmente da insatisfação com o sistema político e o funcionamento das instituições existentes (Ibidem, p. 250).

Cabe, entretanto, ressaltar que no caso da pequena parcela de indivíduos, que apresentam valores pós-materialistas, o surgimento de atitudes de insatisfação e desconfiança perante às instituições democráticas pode ser compreendido como o surgimento de uma cidadania crítica nos moldes definidos por Inglehart e Welzel (2009), o que nesse caso tende a ser visto como uma postura favorável ao aprofundamento da democracia.

De modo geral, portanto, Ribeiro (2008) confirmou a pertinência das hipóteses da Teoria do Desenvolvimento Humano para o caso brasileiro, ainda que algumas especificidades tenham surgido em relação à realidade nacional.

Em outro estudo importante, Ribeiro e Borba (2010) testaram a aplicação da abordagem do desenvolvimento humano na investigação das modalidades de participação política em estudo comparativo envolvendo países latino-americanos, inclusive o Brasil.

Os autores constataram que a posição ocupada pelo indivíduo na estrutura social influencia diretamente a sua propensão ao engajamento político. No mesmo sentido, variáveis relacionadas à cultura política e à identidade (confiança nas instituições, atitudes democráticas e confiança interpessoal) interferem na propensão à participação política. Um dado a ser destacado, diretamente relacionado com a Teoria do Desenvolvimento Humano, é que a participação não convencional tem uma base atitudinal pró-democracia.

Os autores também constataram que no Brasil o índice de pós-materialismo, que reflete a presença dos valores pós-materialistas definidos por Inglehart e Welzel (2009), está relacionado positivamente com participação política convencional, não confirmando assim as expectativas da teoria de Inglehart e Welzel (2009) que predizem uma associação entre índice de pós-materialismo e participação política não convencional. No caso do Chile foi constatada a associação entre o índice de pós-materialismo e as formas de participação não convencional.

Em termos gerais, Ribeiro e Borba (2010) verificaram que a presença de valores pós-materialistas entre as pessoas afeta favoravelmente sua participação não convencional na América Latina, o que confirma as hipóteses de Inglehart e Welzel (2009).

A despeito dessas limitações e confirmações parciais, cabe assinalar que o modelo teórico de Inglehart é baseado principalmente no padrão de desenvolvimento e nas características das sociedades ocidentais (Europa e EUA), as quais são tomadas como padrão ou referencial para os demais países.

Em uma perspectiva ainda mais crítica, na Teoria do Desenvolvimento Humano a problematização da idéia de desenvolvimento econômico é evitada, ou seja, adota-se como pressuposto que os países tendem a alcançar certo nível de renda dentro de uma lógica assegurada de progresso social e econômico, ignorando portanto as inserções desiguais dos países no sistema mundial capitalista (CHESNAIS, 1996; ARRIGHI, 1997).

Da mesma forma, nos estudos de Inglehart e Welzel (2009) não são estudadas as especificidades de países de capitalismo tardio, como o Brasil, marcados por grandes desigualdades sociais e econômicas, nem tampouco considerados os efeitos da desregulamentação e precarização das relações de trabalho sobre a condição dos trabalhadores (ANTUNES, 2000).

Em suma, na Teoria do Desenvolvimento Humano há de certa forma a legitimação das formas de desenvolvimento desigual entre os

países capitalistas, bem como das relações capital-trabalho, caracterizadas pela flexibilidade e precarização das condições de trabalho, derivadas das novas formas de organização e produção capitalistas.

Não obstante essas críticas, a teoria de Inglehart e Welzel (2009) oferece perspectivas novas e interessantes de estudo quanto à emergência e difusão de valores, orientações e atitudes em nossa sociedade, sintetizados naquilo que os autores designam de valores de pós-materialistas, que, sem sombra de dúvida, mostram-se intimamente relacionados com os valores democráticos.

A disponibilização de uma extensa base de pesquisas comparativas, recobrando vários países, inclusive o Brasil, durante um período de quase 20 anos, constitui-se também em importante ferramenta de análise e pesquisa que não pode ser menosprezado.

Por outro lado, dentro de uma ótica mais metodológica, considera-se que o aparato conceitual e teórico de Inglehart e Welzel (2009) se complementa com outras abordagens de pesquisa normalmente utilizadas nos estudos de cultura política no país, que seriam a abordagem da legitimidade ou de apoio ao sistema político, e a abordagem comunitária ou de capital social.

A abordagem da legitimidade sustenta que o apoio de massa à democracia como um sistema de governança e a confiança de massa nas instituições públicas proporcionam às democracias a legitimidade de que necessitam para operar efetivamente (INGLEHART e WELZEL, p. 292).

No entanto, segundo esses autores, o enfoque da legitimidade não exige um público com virtudes como tolerância e confiança, ou seja, não se necessita de um público altamente cívico para que o regime democrático funcione adequadamente, desde que a maioria das pessoas apoie, confie e prefira as instituições democráticas a qualquer outro regime de governo (Ibidem, p. 292).

Inglehart e Welzel (2009) lembram ainda que a queda de confiança nas instituições democráticas é um fenômeno que vem sendo observado há décadas em quase todas as democracias ocidentais avançadas, o que teria motivado o surgimento de teses a respeito da existência de uma eventual crise de legitimidade ou ameaça à democracia (Ibidem, p. 298).

Para a abordagem do desenvolvimento humano, um alto nível de confiança nas instituições não é um indicador válido de uma cultura cívica pró-democrática. Da mesma forma, baixo nível de confiança nas instituições não significa necessariamente uma ameaça à democracia.

Os autores citam o exemplo de muitas democracias ocidentais em que a grande maioria do público apoia a democracia em detrimento de outras formas de governo, mas ao mesmo tempo expressam pouca confiança nas instituições e pouca satisfação com o funcionamento da democracia. Esse comportamento seria reflexo da emergência dos valores pós-materialistas que fazem com que as pessoas sejam mais críticas em relação ao governo ou às autoridades (Ibidem, p. 299-300)

Por sua vez, a abordagem comunitária enfatiza aqueles valores que vinculam os cidadãos à vida pública diária e fortalecem seus laços sociais e sua lealdade à comunidade. De um lado há uma vertente, representada por Putnam, entre outros, que sustenta que essas orientações comunitárias criam capital social e estão refletidas nas atividades das pessoas em associações voluntárias e em sua confiança em seus concidadãos (Ibidem, p. 293).

Para Inglehart e Welzel (2009), a obediência às normas, a confiança interpessoal dentro dos grupos e a atividade em associações não refletem necessariamente valores emancipadores e formas de capital social motivadas por estes. Os valores comunais podem ser autoritários e xenofóbicos, produzindo discriminação para aqueles que estão fora do grupo e por outro lado conformismo e disciplina coletiva em relação àqueles que estão dentro de grupos, ao invés de promover a liberdade individual e a autonomia (Ibidem, p. 294).

Apesar dos autores afirmarem a superioridade da abordagem do desenvolvimento humano sobre as abordagens de legitimidade e de capital social quanto aos estudos de cultura política, considera-se que há complementaridades importantes entre esses diferentes matizes conceituais e teóricos e que podem ser aproveitados especificamente no estudo da realidade brasileira.

Não se negando a validade das limitações apontadas por Inglehart quanto à abordagem da legitimidade e do capital social, mas o fato é que o fenômeno da confiança das pessoas nas instituições públicas apresenta perspectivas diferentes quando analisado sob a ótica de países como o Brasil em comparação com outras democracias consolidadas.

Conforme já assinalado anteriormente por Ribeiro (2008), enquanto que o decréscimo de participação política convencional e de confiança nas instituições públicas pode ser visto como reflexo do surgimento de cidadãos mais críticos, orientados por valores de autonomia e liberdade de escolha, em países desenvolvidos de democracia consolidada, no Brasil ao contrário as causas do baixo nível de confiança não podem ser atribuídas somente à emergência de cidadãos mais críticos. Um aprofundamento dessa discussão será

apresentado na seção seguinte que trata especificamente de confiança nas instituições, desempenho da democracia e avaliação de regime.

Por último, como exemplos de estudos no Brasil sobre a abordagem comunitária, cabe citar Borba e Silva (2004), Baquero (2003, 2004, 2007) e Baquero e Baquero (2007). Quanto aos estudos sobre adesão normativa à democracia, cabe destacar o trabalho de Reis (2000) no tocante à visão das elites brasileiras a respeito da pobreza e desigualdade no país.

3.6 ADESÃO NORMATIVA, CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DO REGIME DEMOCRÁTICO

Muito embora Inglehart e Welzel (2009, p. 195) na Teoria do Desenvolvimento humano sustentem a primazia da cultura política democrática em relação às instituições democráticas, no sentido de que o florescimento de uma cultura política democrática refletiria de forma mais imediata e significativa o surgimento dos valores pós-materialistas, atribuindo por outro lado pouco peso ao efeito das instituições democráticas sobre os valores pós-materialistas, os próprios autores reconhecem a complexidade e multidimensionalidade que envolve os estudos culturais em regimes democráticos.

No Brasil, autores como Moisés (1995, 2010) e Ribeiro (2008), tem adotado uma perspectiva multicausal nos estudos sobre a democratização no país, na qual as dimensões cultural, econômica, social, histórica e institucional são consideradas de forma articulada e interdependente, principalmente as dimensões cultural e institucional, tomadas reciprocamente como causa e consequência para o desenvolvimento de valores, atitudes e orientações democráticas no conjunto da sociedade brasileira.

Nesse sentido, deve-se salientar que os estudos sobre adesão ao regime democrático, que tratam da confiança nas instituições e satisfação com o regime, são importantes em países de democratização recente, como o caso do Brasil, que tem de enfrentar uma grande herança de problemas e demandas sociais, políticas e econômicas ainda não satisfatoriamente resolvidas e que exigem decisões muitas vezes impopulares (MOISÉS, 2010; RIBEIRO, 2008).

Segundo Moisés (2010, p. 46):

Enquanto nas democracias consolidadas os cidadãos críticos orientam sua desconfiança primordialmente para a adoção de novos modos de participação e mesmo para a reforma do sistema representativo, nas novas democracias a desconfiança dos parlamentos, partidos políticos, sistema judiciário e serviços públicos está associada com sentimentos negativos sobre a política, baixos níveis de participação ou interesse por assuntos públicos e até a preferência por modelos democráticos que descartam os parlamentos e os partidos políticos (...) A literatura especializada sustenta que a confiança política é um bem essencial para o sucesso da governança democrática – o processo por meio do qual políticas públicas percebidas socialmente como necessárias são formuladas e implementadas pelas autoridades com base na aquiescência e na cooperação dos cidadãos; por isso, decisões políticas que traduzem os anseios das majorias não enfrentam usualmente resistência ou impedimentos para sua execução. Mas governos, partidos e líderes políticos que têm de adotar políticas impopulares dependem da confiança dos eleitores. Nessa situação, a confiança representa uma espécie de capital de governança, ou seja, um facilitador da aceitação de decisões que, no ambiente de certezas provisórias que caracteriza o processo democrático, exigem amplo apoio público para serem bem-sucedidas.

Moisés (2010) lembra que a efetiva garantia de princípios e direitos no regime democrático ocorre por meio das instituições existentes, ou seja, não se pode analisar isoladamente a formação e desenvolvimento de valores, atitudes e orientações subjetivas de conteúdo democrático sem levar em conta o desempenho e o grau de confiança depositado pela sociedade nessas instituições. Essa perspectiva alinha-se às noções de qualidade da democracia, conforme visto em Morlino (2010), e de democracia efetiva, adotado por Inglehart e Welzel (2009) em seus estudos.

De acordo com Moisés (2010, p. 47):

(...) são as instituições de representação, de acesso à justiça, de formulação e de execução de políticas públicas que asseguram tanto a distribuição de poder como o direito dos cidadãos de avaliar o desempenho de seus representantes e dos que governam em seu nome.

A importância da confiança nas instituições políticas

As pesquisas sobre confiança originaram-se em três campos distintos: o da psicologia social que enfatiza a confiança interpessoal como decorrente de características psicológicas dos indivíduos; o da escolha racional que aborda as decisões de comportamento dos agentes, em um estrito cálculo de custos e benefícios, visando ao alcance de resultados desejados; e por último a perspectiva que defende que a confiança social se explica a partir do contexto sociocultural que a origina, tendo como expoentes autores como Putnam e Inglehart.

Putnam sustenta que o compartilhamento de valores comuns entre as pessoas favoreceria a disposição para agir coletivamente, criando um círculo virtuoso entre o desenvolvimento de normas e repertórios coletivos, participação social e redes facilitadoras de coordenação, o que contribuiria para o fortalecimento do capital social que influenciaria, por sua vez, o surgimento do capital político, impactando favoravelmente o próprio funcionamento do regime democrático (MOISÉS, 2010, p. 51).

Para Inglehart, haveria *“uma relação direta entre a estabilidade democrática, o enraizamento de valores democráticos na sociedade e o fenômeno da confiança interpessoal”* (MOISÉS, 2010, p. 51).

Moisés assinala, com base em Cohen (1999), que o aprofundamento da compreensão sobre a questão da confiança tem conduzido a:

(...) considerar ao mesmo tempo o compromisso moral que fundamenta a adesão dos cidadãos à comunidade política, as condições de emergência da sociedade civil e o complexo de normas e regras que organizam as instituições da esfera pública. A confiança decorreria do modo como esses fatores se

articulam e não, meramente, da simples existência do capital social (MOISÉS, 2010, p. 52).

Sztompka (1999 apud MOISÉS, 2010, p. 53) considera pelo menos cinco práticas que envolvem a confiança necessária para que a democracia tenha sucesso: comunicação entre os cidadãos com vistas à definição dos objetivos públicos; tolerância e a aceitação do pluralismo; consenso mínimo sobre o funcionamento dos procedimentos democráticos; civilidade requerida pela relação de atores que competem por objetivos diferentes; e a última é a participação dos cidadãos tanto em associações da sociedade civil, como em organizações de objetivos políticos.

Offe (1999 apud MOISÉS, 2010, p. 53) apresenta argumento mais complexo que leva em consideração o novo papel de articulador, assumido crescentemente pelo Estado nas sociedades contemporâneas, em razão da revisão de seu papel como único provedor de soluções coletivas, o que por sua vez faz com que a concretização de objetivos de interesse público se apoie cada vez mais na cooperação e coordenação social, para os quais o envolvimento dos cidadãos e a confiança nas instituições são essenciais. Nesse sentido, Offe enfoca na sua análise os recursos éticos e normativos das instituições.

Segundo Moisés (2010, p. 53-54):

Confiar em instituições suporia conhecer a idéia básica ou a função permanente atribuída a elas pela sociedade, a exemplo da crença de que a polícia existe para garantir a segurança e a vida das pessoas. Isso se explicitaria por meio de regras constitutivas das instituições, as quais estariam fundadas nos conteúdos éticos e normativos que resultam da permanente disputa pelo sentido da política (...) Isso significa que as instituições não são neutras, mas mecanismos de mediação política informados por valores derivados das escolhas da sociedade quanto a seus desafios políticos. A confiança política dos cidadãos não é, portanto, cega ou automática, mas depende das instituições estarem estruturadas para permitir que eles conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos.

Essa argumentação com base na dimensão ética e normativa conduz à idéia de que a confiança política dos cidadãos depende da coerência entre as justificações normativas das instituições e o seu funcionamento concreto, tendo como parâmetro de avaliação os objetivos para os quais essas instituições foram criadas, o que decerto implica, minimamente, no reconhecimento social de que essas instituições se coadunam com os princípios constitucionais que organizam a comunidade política em um Estado de Direito e que lhe conferem legitimidade, a exemplo da universalidade, probidade, imparcialidade e justiça.

Confiança política e apoio ao regime democrático

Moisés (2010, p. 58) ressalta a conexão entre confiança política e adesão ou apoio ao regime político, lembrando, contudo, que a dimensão da adesão ao regime – apoio à comunidade política, suas instituições e ao desempenho destas – é distinta da dimensão que aborda a avaliação de governantes e lideranças políticas em um governo específico ou mesmo o desempenho circunstancial do regime político.

O autor salienta que:

(...) estudos sobre atitudes e comportamentos das pessoas nas novas democracias mostraram que o apoio normativo ao regime democrático não se explica necessariamente pela influência das dimensões instrumentais do fenômeno, como o estado da economia, nem pela satisfação com a democracia realmente existente. A questão é mais complexa, envolve dimensões de natureza essencialmente política e, por essa razão, tem sido objeto de pesquisas contínuas (MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 156).

Meneguello (2010), estudando os componentes da adesão democrática entre o público brasileiro, mostrou que esse fenômeno está associado às ideias de participação político-eleitoral e eleições.

As pesquisas sobre confiança política ganharam impulso a partir do final dos anos sessenta do século passado com a generalização do fenômeno da desconfiança política em democracias consolidadas.

Na Itália, Japão e Alemanha, o cinismo e a indiferença em relação ao funcionamento das instituições públicas se “generalizaram a partir de experiências continuadas de corrupção, engessamento do sistema de partidos políticos e outros déficits de desempenho institucional” (MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 154).

Nas democracias mais antigas, como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá houve um decréscimo expressivo nos níveis de confiança e satisfação com o desempenho democrático desde o fim dos anos 1960. Enquanto no período compreendido entre o fim da 2ª Guerra Mundial e os anos 1960, cerca de 75% dos cidadãos manifestavam apreço e satisfação com o funcionamento das instituições e dos governos, atualmente, esse índice beira os 25%.

Essa mudança tem se refletido na queda das taxas de identificação partidária, mobilização dos eleitores, participação em eleições e interesse pela política. Situação melhor encontram-se Holanda, Noruega, Finlândia e Dinamarca, cujas instituições parecem responder melhor aos anseios da sociedade e cujos índices de confiança e satisfação democrática ainda são altos, embora também tenham apresentado oscilações (MOISÉS e CARNEIRO, 2010).

Naturalmente, essa realidade que alguns denominam como evidência da crise da democracia tem intrigado analistas, estudiosos e pesquisadores e provocado especulações e questionamentos a respeito de quais os efeitos dessa atitude disseminada de desconfiança em relação ao futuro da própria democracia.

Conforme visto anteriormente, Inglehart e Welzel (2009) interpretam essa atitude de desconfiança e crítica quanto às autoridades e instituições democráticas como algo salutar, positivo para o próprio aperfeiçoamento do regime, consequência do exercício de uma cidadania madura e dos anseios de autonomia e liberdade de expressão e escolha.

O fenômeno da desconfiança nas instituições políticas no Brasil

Para Moisés (2010, p. 60), contudo, os altos índices de desconfiança política nas novas democracias, incluído o Brasil, exige uma explicação distinta daquela adotada por Inglehart na análise de democracias consolidadas:

A situação das novas democracias sugere que o que está em questão não é uma crise circunstancial de confiança determinada pelo mau desempenho dos governos democráticos, mas um quadro generalizado de desconfiança nas instituições do regime democrático, as quais, em vários casos, ainda não se converteram em referência para a conduta dos cidadãos; em realidade, a descrença nas instituições serve de exemplo das enormes dificuldades enfrentadas pelo novo regime para conectar as pessoas comuns com as estruturas do sistema democrático.

Para o autor, embora a desconfiança política possa se associar com a dimensão de satisfação com o funcionamento concreto do regime democrático, ou melhor dizendo, de insatisfação, há contudo uma diferença importante entre elas. A satisfação resultaria do desempenho imediato dos governos e das instituições, ou seja, em determinado momento ela poderia ser positiva, negativa ou neutra, sujeita portanto às oscilações de desempenho da democracia.

Muito distinta é a natureza do fenômeno da desconfiança política que:

(...) traduziria uma visão crítica e de fundo, não necessariamente da esfera política como um todo, mas da capacidade das instituições democráticas de cumprir sua missão, ou seja, de produzir resultados políticos compatíveis com a sua justificação normativa (MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 159).

A preocupação quantos aos efeitos duradouros da desconfiança política em democracias recentes diz respeito à possibilidade de comprometimento da coordenação e cooperação sociais, em razão do descrédito entre as pessoas quanto às instituições existentes e aos princípios que as justificam e que embasam o funcionamento do sistema democrático, a exemplo da justiça, universalidade e impessoalidade. As atitudes de descrédito e de descrença generalizadas podem inclusive levar os públicos de massa a rejeitar o papel das autoridades e a questionar a própria necessidade de existência das instituições democráticas.

Apesar da existência de distintos modelos explicativos da confiança política (sociopsicológico, cultural, econômico e institucional), que enfatizam determinado componente (psicológico, cultura política, desempenho econômico de governos e desenho institucional) na análise da confiança e acabam contrapondo-se, Moisés não vê razões para desconsiderar as contribuições de cada modelo:

Muitos estudos recentes continuam a demonstrar que a cultura política exerce papel significativo para explicar a confiança política, adotando – para melhor integrar sua contribuição - o exame dos efeitos de sua articulação com outros fatores, como o desempenho econômico ou institucional de governos e regimes políticos. Não há razão, portanto, para contrapor as premissas do modelo cultural àquelas das abordagens estritamente institucionais (MOISÉS, 2010, p. 63).

É justamente a associação dos efeitos da socialização (socialização primária ocorrida no seio da família), a partir do qual é formado o conjunto de valores, crenças e atitudes do indivíduo, com o aprendizado contínuo (ressocialização), a partir das experiências dos membros adultos com as instituições existentes, que é possível explicar de forma mais satisfatória os nexos causais da confiança (MOISÉS, 2010, p. 63).

A experiência das pessoas com o sistema político e os processos institucionais, como a participação em eleições e o acesso a direitos estabelecidos por lei, é fundamental para a formação de juízos e atitudes quanto ao regime democrático e seu funcionamento, a exemplo da confiança política. São essas experiências que proporcionam a base de conhecimento e aprendizado contínuos para avaliação e discernimento quanto às distintas dimensões que envolvem o apoio normativo à democracia, o funcionamento permanente das instituições e as ações circunstanciais de determinado governo (MOISÉS e CARNEIRO, 2010).

Os cidadãos se identificam com as instituições porque aprendem a fazê-lo através de processos sucessivos de transmissão de significado delas para as diferentes gerações, mas, também, porque suas experiências políticas, ao longo de sua vida adulta, qualificam-nos para avaliar racionalmente o desempenho das instituições (EASTON, 1965, apud MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 160)

Assim, tanto o desenho institucional, com o seu conjunto de estruturas, normas de funcionamento, valores e repertórios de significados e justificações, como os componentes da cultura política devem ser analisados em conjunto para explicar a confiança política.

De modo análogo, estudos comparativos sobre o apoio à democracia em diferentes países chamaram a atenção para a sua natureza multidimensional, sugerindo que a legitimidade do regime democrático está associada a dois outros conjuntos de atitudes dos cidadãos, a confiança nas instituições democráticas e a sua satisfação com o desempenho prático do regime, muito embora essas três dimensões sejam tanto conceitualmente como empiricamente diferentes (GUNTHER e MONTEIRO, 2000, apud MOISÉS e CARNEIRO, 2010).

A constatação de que existe associação entre essas dimensões não significa por outro lado que haja consenso entre os pesquisadores em torno do sentido da relação entre apoio ao regime, confiança política e satisfação com o funcionamento da democracia. Por exemplo, enquanto Lopes (2004) mostrou que existe associação entre satisfação com a democracia e confiança nas instituições públicas, Meneguello (2005) concluiu que ela não está presente ou que, quando se mostra, é bastante fraca (MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 161). Desse modo, embora avanços tenham sido alcançados nos últimos tempos na compreensão do fenômeno do apoio democrático, faz-se necessário ainda o aprofundamento das pesquisas.

Em termos conceituais, a legitimidade democrática, ou apoio difuso ao sistema, na terminologia de David Easton, diz respeito às crenças dos cidadãos de que a democracia e os seus procedimentos constituem a forma mais apropriada de governo.

Por outro lado, a avaliação ou satisfação com o desempenho do regime são circunstanciais, baseadas na forma como as pessoas vivenciam na prática o acesso a direitos ou a resolução de demandas e problemas vistos como coletivamente importantes. Essa dimensão implicaria na comparação *“entre o que se tem e o que se acredita que se deveria ter, ou seja, envolveria a capacidade de governos e lideranças políticas específicas de enfrentar com eficácia os dilemas coletivos, segundo a percepção dos cidadãos”*(MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 159).

A partir da distinção original de David Easton entre apoio difuso e específico aos regimes democráticos, houve desenvolvimentos teóricos e conceituais que aprofundaram o estudo sobre o apoio político, de modo que essa dimensão pode ser pesquisada em cinco níveis: apoio

à comunidade política, apoio à democracia como um ideal, apoio ao desempenho prático do regime (satisfação com a democracia tal como ela existe), apoio às instituições democráticas, e o apoio a governos e/ou atores políticos específicos (MOISÉS e CARNEIRO, 2010, p. 161).

O primeiro nível refere-se ao modo como os cidadãos se vinculam ao Estado-Nação, isto é, à unidade territorial e política que define o parâmetro de direitos compartilhados e de sua identidade coletiva; ele pode ser medido, por exemplo, pela percepção dos direitos de cidadania e pelo sentimento de orgulho pela nacionalidade.

O segundo nível alude à adesão dos cidadãos ao regime democrático como um ideal, isto é, a valores como liberdade, igualdade, respeito e submissão à lei, participação cívica e tolerância ante os diferentes.

O terceiro nível refere-se ao desempenho do regime democrático no dia-a-dia, e pode ser avaliado através da satisfação dos cidadãos com o funcionamento da democracia realmente existente. O quarto nível alude ao funcionamento das instituições democráticas e o quinto e último nível diz respeito ao apoio específico a líderes e é medido pela avaliação do desempenho circunstancial de governos.

De acordo com Moisés e Carneiro (2010, p. 161), “*a principal vantagem dessa distinção analítica entre níveis empíricos diferentes é permitir explorar o fato de pessoas diferentes experimentarem de modo desigual as diversas dimensões do apoio político*”.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa enfocando-se a mudança na cultura política brasileira a partir da análise do comportamento do índice de pós-materialismo e das formas de participação política não convencional, no período 2005-2007, a mudança geracional e intergeracional de valores, tendo por base os dados da pesquisa mundial de valores, e o comportamento das categorias da abordagem de legitimidade de regime (adesão normativa à democracia, confiança nas instituições e satisfação com o desempenho do regime democrático), a partir das pesquisas do Latinobarômetro no período 2003-2010.

4.1 MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

A presente pesquisa sustenta a hipótese de que teria havido mudança no conjunto de valores, atitudes e orientações políticas dos

brasileiros no sentido de crescimento da adesão dos brasileiros à democracia, aumento da confiança nas instituições e melhora da avaliação de desempenho do regime democrático.

A fim de verificar se houve mudança na cultura política dos brasileiros no período 2003-2010 analisaram-se primeiramente os dados da Pesquisa Mundial de Valores de Inglehart disponibilizados para o período 2005-2007 e em seguida os dados do Latinobarômetro para o período 2003-2010, por meio da utilização de ferramenta e técnicas estatísticas.

No caso da Pesquisa Mundial de Valores coordenada por Inglehart estudou-se o comportamento do índice de pós-materialismo de 4 itens no período 2005-2007 comparando-o com o período de 1994-1999.

Embora o período analisado 2005-2007 seja bem menor que o período compreendido pela presente pesquisa (2003-2010), o que não permitiria portanto inferir conclusões sobre o crescimento ou não da presença de valores pós-materialistas entre os brasileiros no período 2003-2010, considerou-se mesmo assim conveniente incluir a sua análise com o propósito de colher eventuais indícios de mudança do conjunto de valores políticos, até porque conforme já assinalado por Ribeiro (2008), os chamados valores pós-materialistas de Inglehart apresentam um conteúdo de atitudes e orientações que são favoráveis ao desenvolvimento da democracia, sendo portanto relevante o seu estudo.

Na Pesquisa Mundial de Valores, o índice de pós-materialismo de 4 itens é calculado a partir das escolhas de preferência das pessoas (2 escolhas) dentre 4 (quatro) opções de metas/objetivos prioritários disponíveis, dando origem ao que Inglehart denomina de índice de pós-materialismo de 4 itens. A partir da combinação das preferências escolhidas, as pessoas são classificadas em materialistas, mistas ou pós-materialistas. Para o índice de pós-materialismo de 4 itens, os seguintes objetivos ou metas prioritárias eram apresentadas para escolha dos entrevistados:

- 1) manter a ordem;
- 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes;
- 3) combater o aumento de preços;
- 4) proteger a liberdade de expressão.

Além da análise da evolução desse índice no período 2005-2007, examinou-se o comportamento do conjunto de orientações das pessoas quanto aos aspectos abaixo indicados, ressaltando-se que os três últimos

pontos tratam de ações políticas não convencionais, bastante enfatizadas na teoria de Inglehart:

- importância da política na vida;
- interesse pela política;
- predisposição à assinatura de petição (abaixo-assinados para elaboração ou alterações de leis; solicitação de informações e esclarecimentos de órgãos públicos; reclamações quanto à prestação de serviços, etc)
- predisposição à participação em boicotes;
- predisposição a demonstrações pacíficas de protesto.

De forma complementar, testou-se a associação entre o índice de pós-materialismo de 4 itens e os seguintes pontos, por meio da aplicação de teste de associação qui-quadrado de Pearson e cálculo do coeficiente de correlação γ , que é utilizado para dados ordinais categorizados:

- importância da política na vida;
- interesse pela política;
- predisposição à assinatura de petição;
- predisposição à participação em boicotes;
- predisposição a demonstrações pacíficas de protesto; e
- nível educacional e idade.

O objetivo da realização desses testes foi verificar a existência de associação entre o índice de pós-materialismo e as dimensões citadas (importância da política na vida, interesse pela política, etc), conforme apregoa a Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart.

Outro ponto estudado foi a mudança de valores das pessoas de mesma geração e entre gerações a partir do exame do comportamento do índice de pós-materialismo de 4 itens. A teoria de Inglehart sugere que a mudança de valores é possível à medida que as condições materiais de existência se modificam e, principalmente, na mudança de gerações.

Desse modo, a partir dos resultados da Pesquisa Mundial de Valores de Inglehart nos períodos 1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007, analisou-se a evolução do índice de pós-materialismo de 4 itens para a geração de 1970 e as seguintes, também por meio da utilização de análise estatística.

Por último, investigou-se propriamente a mudança da cultura política no Brasil no período 2003-2010 utilizando-se dos dados do

Latinobarômetro³, que abrangem um amplo conjunto de questões sobre democracia, política e cidadania.

Nesse sentido, buscou-se verificar se houve mudança da cultura política dos brasileiros a partir da análise da evolução de atitudes e orientações sobre adesão normativa e efetiva dos brasileiros à democracia, avaliação e confiança nas instituições políticas. As seguintes questões foram abordadas, a partir do cruzamento das respostas com ano da pesquisa, faixa etária e escolaridade das pessoas:

- Escala de desenvolvimento da democracia
- Apoio à democracia
- Satisfação com a democracia
- Apoiaria um governo militar?
- Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos
- Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil?
- Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional
- Probabilidade de um golpe de estado no País
- Ação política: assinar uma petição
- Ação política: assistir a manifestações autorizadas
- Ordem versus liberdade
- Confiança interpessoal
- Confiança no Congresso Nacional
- Confiança nos partidos políticos
- Confiança na Administração Pública
- Confiança no governo
- Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional
- Avaliação dos partidos políticos
- Avaliação do funcionamento das instituições públicas
- O Estado pode solucionar problemas?

³ Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que é aplicado anualmente, abrangendo cerca de 19.000 mil entrevistas em 18 países da América Latina, o que representa uma população total de 400 milhões de habitantes. A corporação Latinobarômetro, responsável pela produção e divulgação das pesquisas de opinião, é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que se propõe a investigar o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto, utilizando-se para isso de indicadores de opinião pública para medir atitudes, valores e comportamentos (<http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>).

4.2 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PÓS-MATERIALISMO E DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL NO PERÍODO 2005-2007

Nesta seção, apresentam-se os resultados quanto ao comportamento do índice de pós-materialismo e das formas de participação política não convencional no período 2005-2007, cujos dados foram obtidos da Pesquisa Mundial de Valores. Em seguida, apresentam-se os resultados dos testes de associação qui-quadrado de Pearson e do coeficiente de correlação γ , realizados entre o índice de pós-materialismo de 4 itens e os seguintes pontos: importância da política na vida, interesse pela política, ação política: assinatura de petição, ação política: participação em boicotes, ação política: demonstrações pacíficas de protesto, nível educacional e idade.

Importa assinalar que a pesquisa de Inglehart cobre apenas o período 2005-2007. Desse modo os resultados apresentados não podem ser considerados conclusivos a respeito de eventuais mudanças ocorridas na cultura política do país no período 2003-2010. Os apontamentos feitos sobre a evolução de determinado tipo de orientação ou atitude devem ser, portanto, tratados como possíveis evidências de mudança que devem ser comparadas, analisadas e confirmadas com os resultados obtidos da pesquisa do Latinobarômetro que cobriu propriamente o período 2003-2010.

Índice de pós-materialismo de 4 itens

Conforme já explicado na metodologia, as pesquisas estruturadas por Inglehart (Pesquisa Mundial de Valores) apresentam duas variáveis que refletem a adesão das pessoas aos valores pós-materialistas: o índice de pós-materialismo de 4 itens e o índice de pós-materialismo de 12 itens.

O índice de pós-materialismo tem o propósito de medir a adesão dos indivíduos a objetivos e metas pós-materialistas e é calculado a partir das escolhas de objetivos e metas que as pessoas considerem prioritárias em suas vidas.

No caso do índice de pós-materialismo de 4 itens, os entrevistados são convidados a escolher quais seriam as suas primeira e segunda preferências dentre as seguintes opções: 1) manter a ordem; 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes; 3)

combater o aumento de preços; 4) proteger a liberdade de expressão. A partir das respostas, as pessoas são classificadas como materialistas, mistas ou pós-materialistas.

A Tabela 5.1 mostra que no período 2005-2007 houve pequena queda no percentual de pós-materialistas (10,9%) em comparação com o período 1994-1999 (11,7%). Em relação à proporção de materialistas, houve um ligeiro acréscimo de 30,8% (1994-1999) para 31,9% (2005-2007).

TABELA 5.1 - Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores (1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007)

		Wave * Post-Materialist index 4-item Crosstabulation			
		Post-Materialist index 4-item			Total
		Materialist	Mixed	Postmaterialist	
Wave 1989-1993	Count	720	894	128	1742
	% within Wave	41,3%	51,3%	7,3%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	47,2%	37,7%	30,6%	40,4%
	% of Total	16,7%	20,7%	3,0%	40,4%
1994-1999	Count	351	656	134	1141
	% within Wave	30,8%	57,5%	11,7%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	23,0%	27,7%	32,1%	26,4%
	% of Total	8,1%	15,2%	3,1%	26,4%
2005-2007	Count	456	819	156	1431
	% within Wave	31,9%	57,2%	10,9%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	29,9%	34,6%	37,3%	33,2%
	% of Total	10,6%	19,0%	3,6%	33,2%
Total	Count	1527	2369	418	4314
	% within Wave	35,4%	54,9%	9,7%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,4%	54,9%	9,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Para efeitos de comparação, por exemplo, no Chile (Tabela 5.2) o percentual de pós-materialistas passou de 17,2% em 1999-2004 para 12,9% em 2005-2007, enquanto que o percentual de materialistas por sua vez passou de 28% em 1999-2004 para 28,6% em 2005-2007, valores muito próximos ao do Brasil.

TABELA 5.2 - Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores no Chile (1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007)

		Wave * Post-Materialist index 4-item Crosstabulation			
		Post-Materialist index 4-item			Total
		Materialist	Mixed	Postmaterialist	
Wave 1989-1993	Count	359	806	270	1435
	% within Wave	25,0%	56,2%	18,8%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	29,3%	30,9%	36,6%	31,4%
	% of Total	7,9%	17,6%	5,9%	31,4%
1994-1999	Count	258	585	139	982
	% within Wave	26,3%	59,6%	14,2%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	21,0%	22,4%	18,9%	21,5%
	% of Total	5,6%	12,8%	3,0%	21,5%
1999-2004	Count	330	645	202	1177
	% within Wave	28,0%	54,8%	17,2%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	26,9%	24,7%	27,4%	25,7%
	% of Total	7,2%	14,1%	4,4%	25,7%
2005-2007	Count	280	572	126	978
	% within Wave	28,6%	58,5%	12,9%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	22,8%	21,9%	17,1%	21,4%
	% of Total	6,1%	12,5%	2,8%	21,4%
Total	Count	1227	2608	737	4572
	% within Wave	26,8%	57,0%	16,1%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	26,8%	57,0%	16,1%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

No caso dos EUA (Tabela 5.3) houve decréscimo no percentual de pós-materialistas que passou de 25% em 1999-2004 para 18,4% em 2005-2007. O percentual de materialistas cresceu de 9,7% em 1999-2004 para 20,9% em 2005-2007.

TABELA 5.3 - Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores nos EUA (1994-1999, 1999-2004 e 2005-2007)

		Post-Materialist index 4-item			
		Materialist	Mixed	Postmaterialist	Total
Wave 1994-1999	Count	191	936	361	1488
	% within Wave	12,8%	62,9%	24,3%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	34,1%	38,2%	41,0%	38,3%
	% of Total	4,9%	24,1%	9,3%	38,3%
1999-2004	Count	114	771	295	1180
	% within Wave	9,7%	65,3%	25,0%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	20,4%	31,5%	33,5%	30,3%
	% of Total	2,9%	19,8%	7,6%	30,3%
2005-2007	Count	255	742	225	1222
	% within Wave	20,9%	60,7%	18,4%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	45,5%	30,3%	25,5%	31,4%
	% of Total	6,6%	19,1%	5,8%	31,4%
Total	Count	560	2449	881	3890
	% within Wave	14,4%	63,0%	22,6%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	14,4%	63,0%	22,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Para a Suécia (Tabela 5.4) o percentual de pós-materialistas subiu de 22,2% em 1999-2004 para 25,5% em 2005-2007, enquanto que o

percentual de materialistas decresceu de 6,4% em 1999-2004 para 5,1% em 2005-2007.

TABELA 5.4 – Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores na Suécia (1994-1999, 1999-2004 e 2005-2007)

		Wave * Post-Materialist index 4-item Crosstabulation			
		Post-Materialist index 4-item			Total
		Materialist	Mixed	Postmaterialist	
Wave 1994-1999	Count	101	676	212	989
	% within Wave	10,2%	68,4%	21,4%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	47,2%	32,8%	31,1%	33,4%
	% of Total	3,4%	22,8%	7,2%	33,4%
1999-2004	Count	63	703	218	984
	% within Wave	6,4%	71,4%	22,2%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	29,4%	34,1%	32,0%	33,3%
	% of Total	2,1%	23,8%	7,4%	33,3%
2005-2007	Count	50	685	251	986
	% within Wave	5,1%	69,5%	25,5%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	23,4%	33,2%	36,9%	33,3%
	% of Total	1,7%	23,1%	8,5%	33,3%
Total	Count	214	2064	681	2959
	% within Wave	7,2%	69,8%	23,0%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	7,2%	69,8%	23,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

No caso do Uruguai (Tabela 5.5) houve ligeira queda no percentual de pós-materialistas que passou de 26,8% em 1994-1999 para

25,8% em 2005-2007, enquanto que o percentual de materialistas passou de 17,3% em 1994-1999 para 17,6% em 2005-2007.

TABELA 5.5 – Cruzamento entre índice de pós-materialismo de 4 itens e as ondas da pesquisa mundial de valores no Uruguai (1994-1999 e 2005-2007)

		Wave * Post-Materialist index 4-item Crosstabulation			
		Post-Materialist index 4-item			Total
		Materialist	Mixed	Postmaterialist	
Wave 1994-1999	Count	162	525	252	939
	% within Wave	17,3%	55,9%	26,8%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	50,6%	50,8%	52,1%	51,1%
	% of Total	8,8%	28,6%	13,7%	51,1%
2005-2007	Count	158	509	232	899
	% within Wave	17,6%	56,6%	25,8%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	49,4%	49,2%	47,9%	48,9%
	% of Total	8,6%	27,7%	12,6%	48,9%
Total	Count	320	1034	484	1838
	% within Wave	17,4%	56,3%	26,3%	100,0%
	% within Post-Materialist index 4-item	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	17,4%	56,3%	26,3%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre índice de pós-materialismo de 4 itens e importância da política na vida

Quanto à associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e importância da política na vida (Tabela 5.6), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), embora fraca (coeficiente de correlação $\gamma = -0,156$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,266$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,203$ para o período 2005-2007). De qualquer modo, são as pessoas consideradas pós-materialistas

que tendem a conferir mais importância à política em comparação com materialistas e mistos.

Destaque-se que o percentual de pessoas que consideram que a política é importante em suas vidas (soma das categorias “muito importante” e “importante”) aumentou no período 2005-2007, alcançando 55,3%, em comparação com o período 1994-1999, que apresentou o percentual de 51,4%.

TABELA 5.6 – Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e importância da política na vida

Post-Materialist index 4-item * Important in life: Politics * Wave Crosstabulation								
Wave				Important in life: Politics				Total
				Very important	Rather important	Not very important	Not at all important	
1989-1993	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	115	151	165	280	711
		Mixed	Count	192	196	197	301	886
		Postmaterialist	Count	38	38	24	27	127
	Total		Count	345	385	386	608	1724
1994-1999	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	45	100	78	118	341
		Mixed	Count	152	180	154	151	637
		Postmaterialist	Count	50	45	20	19	134
	Total		Count	247	325	252	288	1112
2005-2007	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	44	181	123	104	452
		Mixed	Count	123	323	221	145	812
		Postmaterialist	Count	42	72	26	16	156
	Total		Count	209	576	370	265	1420

Testes de qui-quadrado				
Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	28,168	6	,000
	Razão de verossimilhança	28,461	6	,000
	Associação Linear por Linear	24,911	1	,000
	N de Casos Válidos	1724		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	50,550	6	,000
	Razão de verossimilhança	51,243	6	,000
	Associação Linear por Linear	44,133	1	,000
	N de Casos Válidos	1112		

Continua

Continuação

2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	41,567	6	,000
	Razão de verossimilhança	41,042	6	,000
	Associação Linear por Linear	32,139	1	,000
	N de Casos Válidos	1420		
Total	Qui-quadrado de Pearson	121,327	6	,000
	Razão de verossimilhança	121,942	6	,000
	Associação Linear por Linear	108,799	1	,000
	N de Casos Válidos		4256	

Symmetric Measures

Wave				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
1989-1993	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,156	,033	-4,758	,000
	N de Casos Válidos			1724			
1994-1999	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,266	,038	-6,752	,000
	N de Casos Válidos			1112			
2005-2007	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,203	,036	-5,501	,000
	N de Casos Válidos			1420			
Total	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,210	,020	-10,236	,000
	N de Casos Válidos		Primeira ordem parcial	-,193			
				4256			

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre índice de pós-materialismo de 4 itens e interesse pela política

Quanto à associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e interesse pela política (Tabela 5.7), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), e de intensidade fraca a moderada (coeficiente de correlação $\gamma = -0,261$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,346$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,192$ para o período 2005-2007). De qualquer modo, são as pessoas consideradas pós-materialistas que tendem a demonstrar maior interesse pela política em comparação com materialistas e mistos

Destaque-se que o percentual de pessoas que demonstram interesse pela política (soma das categorias “muito interessado” e “algum interesse”) aumentou no período 2005-2007, alcançando 48,2%,

em comparação com o período 1994-1999, que apresentou o percentual de 30,7%.

TABELA 5.7 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e interesse pela política

Post-Materialist index 4-item * Interest in politics * Wave Crosstabulation							
Wave		Interest in politics				Total	
		Very interest ed	Somewhat interested	Not very interested	Not at all interested		
1989-1993	Post-Materialist index 4-item	Materialist	62	224	125	307	718
		Mixed	135	325	153	276	889
		Postmaterialist	41	47	13	27	128
		Total	238	596	291	610	1735
1994-1999	Post-Materialist index 4-item	Materialist	21	41	137	150	349
		Mixed	92	122	250	192	656
		Postmaterialist	33	40	39	20	132
		Total	146	203	426	362	1137
2005-2007	Post-Materialist index 4-item	Materialist	32	154	131	133	450
		Mixed	100	296	200	210	806
		Postmaterialist	30	66	35	20	151
		Total	162	516	366	363	1407

Testes de qui-quadrado				
Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	76,648	6	,000
	Razão de verossimilhança	71,243	6	,000
	Associação Linear por Linear	62,809	1	,000
	N de Casos Válidos	1735		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	76,612	6	,000
	Razão de verossimilhança	77,065	6	,000
	Associação Linear por Linear	72,551	1	,000
	N de Casos Válidos	1137		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	34,340	6	,000
	Razão de verossimilhança	35,655	6	,000
	Associação Linear por Linear	28,691	1	,000
	N de Casos Válidos	1407		
Total	Qui-quadrado de Pearson	161,329	6	,000
	Razão de verossimilhança	159,561	6	,000
	Associação Linear por Linear	149,634	1	,000
	N de Casos Válidos	4279		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,261 1735	,033	-7,734	,000
1994-1999	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,346 1137	,038	-8,729	,000
2005-2007	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,192 1407	,036	-5,297	,000
Total	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,249	,020	-12,037	,000
			Primeira ordem parcial	-,256			
				4279			

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre índice de pós-materialismo de 4 itens e ação política: assinatura de petição

Quanto à associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: assinatura de petição (Tabela 5.8), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), e de intensidade fraca a moderada (coeficiente de correlação $\gamma = -0,290$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,341$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,273$ para o período 2005-2007). De todo modo, são as pessoas consideradas pós-materialistas que tendem a demonstrar maior disposição em adotar esse tipo de comportamento em comparação com materialistas e mistos.

Destaque-se que o percentual de pessoas que estão dispostas a assinar uma petição (soma das categorias “já assinou” e “poderia assinar”) apresentou ligeiro aumento no período 2005-2007, alcançando 82,7%, em comparação com o período 1994-1999, que apresentou o percentual de 81,8%.

TABELA 5.8 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: assinatura de petição

Wave		Post-Materialist index 4-item * Political action: signing a petition * Wave Crosstabulation					
		Political action: signing a petition					
			Count	Have done	Might do	Would never do	Total
1989-1993	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	296	230	184	710
		Mixed	Count	497	276	119	892
		Postmaterialist	Count	86	29	13	128
	Total		Count	879	535	316	1730
1994-1999	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	114	141	90	345
		Mixed	Count	329	216	106	651
		Postmaterialist	Count	89	33	10	132
	Total		Count	532	390	206	1128
2005-2007	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	207	138	108	453
		Mixed	Count	480	217	120	817
		Postmaterialist	Count	112	29	15	156
	Total		Count	799	384	243	1426

Testes de qui-quadrado

Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	65,133	4	,000
	Razão de verossimilhança	64,912	4	,000
	Associação Linear por Linear	60,193	1	,000
	N de Casos Válidos	1730		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	56,683	4	,000
	Razão de verossimilhança	58,213	4	,000
	Associação Linear por Linear	54,452	1	,000
	N de Casos Válidos	1128		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	42,801	4	,000
	Razão de verossimilhança	42,921	4	,000
	Associação Linear por Linear	40,873	1	,000
	N de Casos Válidos	1426		
Total	Qui-quadrado de Pearson	158,429	4	,000
	Razão de verossimilhança	158,807	4	,000
	Associação Linear por Linear	152,938	1	,000
	N de Casos Válidos	4284		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-290	,036	-7,832	,000
	N de Casos Válidos			1730			
1994-1999	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-341	,042	-7,806	,000
	N de Casos Válidos			1128			
2005-2007	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-273	,040	-6,535	,000
	N de Casos Válidos			1426			
Total	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-295	,023	-12,638	,000
			Primeira ordem parcial	-,296			
	N de Casos Válidos	4284					

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: participação em boicotes

Quanto à associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: participação em boicotes (Tabela 5.9), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq a$): $p=0,000$ e $a=0,05$ (nível de significância de 5%), e de intensidade fraca a moderada (coeficiente de correlação $\gamma = -0,407$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,411$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,213$ para o período 2005-2007). De qualquer modo, são as pessoas consideradas pós-materialistas que tendem a demonstrar maior disposição em participar de boicotes em comparação com materialistas e mistos.

Destaque-se que o percentual de pessoas que estariam dispostas a participar de um boicote (soma das categorias “já participou” e “poderia participar”) apresentou ligeiro decréscimo no período 2005-2007, alcançando 33,6%, em comparação com o período 1994-1999, que apresentou o percentual de 35,3%. Cabe mencionar ainda que entre os pós-materialistas, houve aumento da participação efetiva em boicotes (“já participou”) no período 2005-2007, alcançando 16,9%, em comparação com período 1994-1999, que apresentou o percentual de 15,7%.

TABELA 5.9 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: participação em boicotes

.Post-Materialist index 4-item * Political action: joining in boycotts * Wave Crosstabulation							
Wave					Political action: joining in boycotts		
				Have done	Might do	Would never do	Total
1989-1993	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	30	199	456	685
		Mixed	Count	118	353	399	870
		Postmaterialist	Count	27	61	39	127
		Total	Count	175	613	894	1682
1994-1999	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	13	61	253	327
		Mixed	Count	36	194	411	641
		Postmaterialist	Count	21	64	49	134
		Total	Count	70	319	713	1102
2005-2007	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	19	101	324	444
		Mixed	Count	66	219	515	800
		Postmaterialist	Count	25	38	85	148
		Total	Count	110	358	924	1392

Testes de qui-quadrado

Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	109,587	4	,000
	Razão de verossimilhança	113,275	4	,000
	Associação Linear por Linear	108,404	1	,000
	N de Casos Válidos	1682		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	75,052	4	,000
	Razão de verossimilhança	71,781	4	,000
	Associação Linear por Linear	62,424	1	,000
	N de Casos Válidos	1102		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	30,187	4	,000
	Razão de verossimilhança	27,958	4	,000
	Associação Linear por Linear	24,364	1	,000
	N de Casos Válidos	1392		
Total	Qui-quadrado de Pearson	160,043	4	,000
	Razão de verossimilhança	158,443	4	,000
	Associação Linear por Linear	157,479	1	,000
	N de Casos Válidos	4176		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,407	,035	-10,917	,000
	N de Casos Válidos			1682			
1994-1999	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,411	,048	-7,962	,000
	N de Casos Válidos			1102			
2005-2007	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,213	,047	-4,443	,000
	N de Casos Válidos			1392			
Total	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,318	,024	-12,420	,000
	N de Casos Válidos		Primeira ordem parcial	-,352			
				4176			

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: demonstrações pacíficas de protesto

Quanto à associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: demonstrações pacíficas de protesto (Tabela 5.10), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), e de intensidade fraca a moderada (coeficiente de correlação $\gamma = -0,384$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,266$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,295$ para o período 2005-2007). De qualquer modo, são as pessoas consideradas pós-materialistas que tendem a demonstrar maior disposição em participar desse tipo de manifestação em comparação com materialistas e mistos.

Destaque-se que o percentual de pessoas que estariam dispostas a participar de demonstrações pacíficas de protesto (soma das categorias “já participou” e “poderia participar”) apresentou ligeiro decréscimo no período 2005-2007, alcançando 57,6%, em comparação com o período 1994-1999, que apresentou o percentual de 63,0%.

TABELA 5.10 - Associação entre índice de pós-materialismo 4 itens e ação política: demonstrações pacíficas de protesto

Post-Materialist index 4-item * Political action: attending lawful/peaceful demonstrations * Wave Crosstabulation							
Wave					Political action: attending lawful/peaceful demonstrations		
				Have done	Might do	Would never do	Total
1989-1993	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	75	256	381	712
		Mixed	Count	201	389	296	886
		Postmaterialist	Count	52	46	30	128
		Total	Count	328	691	707	1726
1994-1999	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	58	136	155	349
		Mixed	Count	165	251	237	653
		Postmaterialist	Count	60	46	28	134
		Total	Count	283	433	420	1136
2005-2007	Post-Materialist index 4-item	Materialist	Count	45	175	232	452
		Mixed	Count	148	333	331	812
		Postmaterialist	Count	56	61	38	155
		Total	Count	249	569	601	1419

Testes de qui-quadrado				
Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	120,813	4	,000
	Razão de verossimilhança	118,036	4	,000
	Associação Linear por Linear	112,585	1	,000
	N de Casos Válidos	1726		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	46,156	4	,000
	Razão de verossimilhança	44,808	4	,000
	Associação Linear por Linear	39,712	1	,000
	N de Casos Válidos	1136		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	66,685	4	,000
	Razão de verossimilhança	63,800	4	,000
	Associação Linear por Linear	58,852	1	,000
	N de Casos Válidos	1419		
Total	Qui-quadrado de Pearson	224,266	4	,000
	Razão de verossimilhança	216,972	4	,000
	Associação Linear por Linear	208,068	1	,000
	N de Casos Válidos	4281		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,384 1726	,033	-10,860	,000
1994-1999	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,266 1136	,042	-6,131	,000
2005-2007	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	-,295 1419	,038	-7,370	,000
Total	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero Primeira ordem- parcial	-,322 4281	,022	-14,251	,000

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre nível educacional e índice de pós-materialismo 4 itens

Quanto à associação entre nível educacional e índice de pós-materialismo 4 itens (Tabela 5.11), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), e de intensidade moderada (coeficiente de correlação $\gamma = 0,387$ para o período 1989-1993; $\gamma = 0,336$ para o período 1994-1999; e $\gamma = 0,407$ para o período 2005-2007). Quanto maior o nível de escolaridade, maior tende a ser o percentual de pessoas pós-materialistas.

Cabe ainda destacar que no estrato de pessoas com ensino superior, na pesquisa realizada em 1994-1999 havia 23,6% de pós-materialistas, 60,7% de mistos e 15,7% de materialistas. Em 2005-2007, a distribuição nesse estrato foi a seguinte: 20,4% de pós-materialistas, 67% de mistos e 12,7% de materialistas, ou seja, houve diminuição do percentual de pós-materialistas e materialistas.

TABELA 5.11 - Associação entre nível educacional e índice de pós-materialismo 4 itens

Education level (recoded) * Post-Materialist index 4-item * Wave Crosstabulation							
Wave		Post-Materialist index 4-item					
				Materialist	Mixed	Postmaterialist	Total
1989-1993	Education level (recoded)	Lower	Count	281	200	19	500
		Middle	Count	384	538	68	990
		Upper	Count	54	155	41	250
	Total	Count	719	893	128	1740	
1994-1999	Education level (recoded)	Lower	Count	196	279	31	506
		Middle	Count	133	292	70	495
		Upper	Count	22	85	33	140
	Total	Count	351	656	134	1141	
2005-2007	Education level (recoded)	Lower	Count	334	442	57	833
		Middle	Count	91	226	53	370
		Upper	Count	28	148	45	221
	Total	Count	453	816	155	1424	

Testes de qui-quadrado

Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	108,370	4	,000
	Razão de verossimilhança	105,936	4	,000
	Associação Linear por Linear	101,458	1	,000
	N de Casos Válidos	1740		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	56,829	4	,000
	Razão de verossimilhança	57,359	4	,000
	Associação Linear por Linear	55,015	1	,000
	N de Casos Válidos	1141		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	91,385	4	,000
	Razão de verossimilhança	95,774	4	,000
	Associação Linear por Linear	90,776	1	,000
	N de Casos Válidos	1424		
Total	Qui-quadrado de Pearson	208,254	4	,000
	Razão de verossimilhança	210,140	4	,000
	Associação Linear por Linear	201,561	1	,000
	N de Casos Válidos	4305		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	,387 1740	,035	10,275	,000
1994-1999	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	,336 1141	,043	7,459	,000
2005-2007	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	,407 1424	,038	10,097	,000
Total	Ordinal por Ordinal N de Casos Válidos	Gama	Ordem zero	,325	,022	14,160	,000
			Primeira ordem parcial	,382			
				4305			

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Teste de associação entre idade e índice de pós-materialismo 4 itens

Quanto à associação entre idade e índice de pós-materialismo 4 itens (Tabela 5.12), o teste qui-quadrado (Pearson Chi-square) mostrou a existência de associação ($p \leq \alpha$): $p=0,000$ e $\alpha=0,05$ (nível de significância de 5%), embora fraca (coeficiente de correlação $\gamma = -0,212$ para o período 1989-1993; $\gamma = -0,134$ para o período 1994-1999; e $\gamma = -0,082$ para o período 2005-2007). De todo modo, o teste indica que quanto menor a idade maior a propensão da pessoa em apresentar uma orientação de valores pós-materialista.

A Tabela 5.12 mostra, considerando-se os dados de 2005-2007, que o percentual de pessoas pós-materialistas é maior na faixa etária de 15 a 29 anos (13,1%), em comparação com as faixas etárias de 30 a 49 anos (10,6%) e de 50 anos ou mais (9%). Entretanto, os dados de 2005-2007 indicam que o grupo menos materialista se encontra na faixa etária de 30 a 49 anos (28,4%), em comparação com a faixa etária de 15 a 29 anos (31,7%) e de 50 anos ou mais (37,1%).

TABELA 5.12 - Associação entre idade e índice de pós-materialismo 4 itens

Age recoded (3 intervals) * Post-Materialist index 4-item * Wave Crosstabulation							
Wave		Post-Materialist index 4-item					
			Materialist	Mixed	Postmaterialist	Total	
1989-1993	Age recoded (3 intervals)	15-29 years	Count	241	383	57	681
		30-49 years	Count	267	358	55	680
		50 and more years	Count	212	153	16	381
	Total	Count	720	894	128	1742	
1994-1999	Age recoded (3 intervals)	15-29 years	Count	117	269	64	450
		30-49 years	Count	161	260	51	472
		50 and more years	Count	73	127	19	219
	Total	Count	351	656	134	1141	
2005-2007	Age recoded (3 intervals)	15-29 years	Count	138	240	57	435
		30-49 years	Count	169	364	63	596
		50 and more years	Count	148	215	36	399
	Total	Count	455	819	156	1430	

Testes de qui-quadrado				
Wave		Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
1989-1993	Qui-quadrado de Pearson	44,714	4	,000
	Razão de verossimilhança	44,706	4	,000
	Associação Linear por Linear	34,594	1	,000
	N de Casos Válidos	1742		
1994-1999	Qui-quadrado de Pearson	10,865	4	,028
	Razão de verossimilhança	11,017	4	,026
	Associação Linear por Linear	8,336	1	,004
	N de Casos Válidos	1141		
2005-2007	Qui-quadrado de Pearson	11,658	4	,020
	Razão de verossimilhança	11,520	4	,021
	Associação Linear por Linear	4,642	1	,031
	N de Casos Válidos	1430		
Total	Qui-quadrado de Pearson	43,087	4	,000
	Razão de verossimilhança	42,742	4	,000
	Associação Linear por Linear	37,533	1	,000
	N de Casos Válidos	4313		

Symmetric Measures				Valor	Erro padrão assintótico	T aprox.	Sig. Aprox.
Wave							
1989-1993	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,212	,035	-5,907	,000
	N de Casos Válidos			1742			
1994-1999	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,134	,044	-3,018	,003
	N de Casos Válidos			1141			
2005-2007	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,082	,040	-2,031	,042
	N de Casos Válidos			1430			
Total	Ordinal por Ordinal	Gama	Ordem zero	-,138	,023	-6,038	,000
	N de Casos Válidos			4313			
			Primeira ordem parcial	-,154			

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA MUNDIAL DE VALORES

De modo geral, os resultados da pesquisa indicam que houve no período 2005-2007 em comparação com o período anterior de 1994-1999 mudanças favoráveis no tocante ao conjunto de atitudes e orientações políticas da sociedade brasileira. Nesse conjunto cabe destacar o aumento do percentual de pessoas que consideram que a política é importante em suas vidas; que demonstram interesse pela política; e que estão predispostas a assinar uma petição. Por outro lado, constatou-se uma queda percentual na predisposição a ações políticas não convencionais que dizem respeito a participar de boicotes e de manifestações pacíficas de protesto.

Ressalte-se também que no período estudado confirmou-se a associação entre valores pós-materialistas com: importância atribuída à política; interesse pela política; e predisposição a ações políticas não convencionais (assinatura de petição, participação em boicotes e manifestações pacíficas de protesto).

Da mesma forma foi confirmada a associação entre valores pós-materialistas com idade e nível de escolaridade. O sentido da associação entre idade e valores pós-materialistas indica que quanto mais jovem a pessoa, maior a propensão a adotar valores pós-materialistas. No caso do nível de escolaridade, o sentido da associação indica que quanto

maior o nível de escolaridade, maior a propensão da pessoa em adotar valores pós-materialistas.

Quanto ao comportamento do índice de pós-materialismo de 4 itens, que apresentou ligeira redução no período 2005-2007, embora esse resultado não possa ser extrapolado para o período 2003-2010 como um todo, é oportuno tecer algumas considerações.

No modelo explicativo de Inglehart o aumento da renda, com a consequente redução do nível de pobreza e melhoria das condições materiais de existência, desempenha um papel relevante na medida em que possibilita o acesso das pessoas a bens e serviços primários, como educação, informação, saúde, cultura, lazer e trabalho, que por sua vez propiciariam as condições para o desenvolvimento cognitivo, mudança de relações sociais e para a vivência de experiências que seriam a base para a mudança de valores.

Desse modo, embora tenha havido melhoria das condições de vida dos brasileiros não é possível dizer com os dados disponíveis como essa redução das restrições materiais teria afetado o acesso das pessoas a outros bens essenciais, como educação e informação, e se eventualmente o crescimento dos rendimentos médios por pessoa estaria refletindo em alguma medida uma mudança ocupacional, no sentido de ter havido uma maior diversificação ocupacional e aumento da complexidade dos conteúdos do trabalho, tanto em termos cognitivos e informacionais como na constituição de redes de relacionamentos.

Dado o escopo delimitado desta monografia, a compreensão melhor quanto ao comportamento do índice de pós-materialismo no período 2005-2007 exigiria uma abordagem de pesquisa distinta.

Tendo em vista a grande diversidade de características populacionais, econômicas e, provavelmente, de orientação de valores das pessoas entre regiões e estados do país, seria necessário dispor de dados mais desagregados, de modo que fosse possível relacioná-los com variáveis sócio-demográficas, de perfil ocupacional, de orientação política e de configuração de redes sociais das pessoas entrevistadas. Assim, haveria condições para se tentar compreender melhor o comportamento do índice de pós-materialismo no país.

4.4 MUDANÇA GERACIONAL E INTERGERACIONAL DE VALORES A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA MUNDIAL DE VALORES

A Pesquisa Mundial de Valores entrevistou indivíduos com mesmo ano de nascimento durante as ondas de pesquisa de 1989-1993,

1994-1999 e 2005-2007, conforme consta da Tabela 5.13. O objetivo era acompanhar e identificar eventuais mudanças de valores de indivíduos da mesma geração e entre gerações.

Na Tabela 5.13 observa-se que na onda de pesquisa de 1989-1993 apenas os indivíduos nascidos em 1970 foram incluídos. Com faixa etária então compreendida entre 19 e 23 anos no momento da realização da pesquisa, 7,87% das pessoas pesquisadas foram classificadas como pós-materialistas, 55,56% em mistas; e 36,57% em materialistas, de acordo com o índice de pós-materialismo de 4 itens.

TABELA 5.13 - Cruzamento entre ano de nascimento e as ondas da pesquisa mundial de valores (1989-1993, 1994-1999 e 2005-2007)

Wave		Year of birth * Post-Materialist index 4-item * Wave Crosstabulation		Post-Materialist index 4-item			Total
				Materialist	Mixed	Postmaterialist	
1989-1993	Year of birth	1970	Count	158	240	34	432
			% within Year of birth	36,57%	55,56%	7,87%	1,0
	Total	Count	158	240	34	432	
			% within Year of birth	36,57%	55,56%	7,87%	1,0
1994-1999	Year of birth	1970	Count	10	17	2	29
			% within Year of birth	34,48%	58,62%	6,90%	1,0
		1971	Count	7	25	5	37
			% within Year of birth	18,92%	67,57%	13,51%	1,0
		1972	Count	9	21	4	34
			% within Year of birth	26,47%	61,76%	11,76%	1,0
		1973	Count	4	17	4	25
			% within Year of birth	16,00%	68,00%	16,00%	1,0
		1974	Count	7	17	3	27
			% within Year of birth	25,93%	62,96%	11,11%	1,0
		1975	Count	13	24	6	43
			% within Year of birth	30,23%	55,81%	13,95%	1,0
		1976	Count	14	28	9	51
			% within Year of birth	27,45%	54,90%	17,65%	1,0
		1977	Count	15	26	4	45
		% within Year of birth	33,33%	57,78%	8,89%	1,0	

Continua

Continuação

2005- 2007	1978	Count	10	26	6	42	
		% within Year of birth	23,81%	61,90%	14,29%	1,0	
	1979	Count	2	1	1	4	
		% within Year of birth	50,00%	25,00%	25,00%	1,0	
	Total	Count	91	202	44	337	
		Expected Count	91,0	202,0	44,0	337,0	
		% within Year of birth	27,00%	59,94%	13,06%	1,0	
	Year of birth	1970	Count	7	24	2	33
			% within Year of birth	21,21%	72,73%	6,06%	1,0
	1971	Count	8	26	5	39	
		% within Year of birth	20,51%	66,67%	12,82%	1,0	
	1972	Count	7	9	5	21	
		% within Year of birth	33,33%	42,86%	23,81%	1,0	
	1973	Count	10	19	4	33	
		% within Year of birth	30,30%	57,58%	12,12%	1,0	
	1974	Count	7	28	4	39	
		% within Year of birth	17,95%	71,79%	10,26%	1,0	
	1975	Count	14	17	5	36	
		% within Year of birth	38,89%	47,22%	13,89%	1,0	
	1976	Count	10	19	4	33	
		% within Year of birth	30,30%	57,58%	12,12%	1,0	
	1977	Count	8	17	3	28	
% within Year of birth		28,57%	60,71%	10,71%	1,0		
1978	Count	11	8	4	23		
	% within Year of birth	47,83%	34,78%	17,39%	1,0		
1979	Count	14	13	0	27		
	% within Year of birth	51,85%	48,15%	0,00%	1,0		
1980	Count	13	17	7	37		
	% within Year of birth	35,14%	45,95%	18,92%	1,0		
1981	Count	11	23	4	38		
	% within Year of birth	28,95%	60,53%	10,53%	1,0		
1982	Count	11	22	6	39		
	% within Year of birth	28,21%	56,41%	15,38%	1,0		

Continua

Continuação					
1983	Count	10	17	6	33
	% within Year of birth	30,30%	51,52%	18,18%	1,0
1984	Count	12	23	5	40
	% within Year of birth	30,00%	57,50%	12,50%	1,0
1985	Count	9	30	4	43
	% within Year of birth	20,93%	69,77%	9,30%	1,0
1986	Count	12	21	5	38
	% within Year of birth	31,58%	55,26%	13,16%	1,0
1987	Count	15	24	7	46
	% within Year of birth	32,61%	52,17%	15,22%	1,0
1988	Count	10	23	7	40
	% within Year of birth	25,00%	57,50%	17,50%	1,0
Total	Count	199	380	87	666
	% within Year of birth	29,88%	57,06%	13,06%	1,0

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se do software SPSS, a partir dos dados da pesquisa mundial de valores.

Na onda de pesquisa 1994-1999, as pessoas nascidas em 1970 apresentaram a seguinte orientação de valores: 6,9% foram classificadas em pós-materialistas, 58,62% em mistas; e 34,48% em materialistas, o que indicava ligeiro decréscimo no percentual de pós-materialistas e materialistas em comparação com a pesquisa anterior. Finalmente, na onda de pesquisa de 2005-2007, as pessoas nascidas em 1970 apresentaram a seguinte orientação de valores: 6,06% de pós-materialistas; 72,73% em mistas; e 21,21% em materialistas.

Analisando-se os resultados dessas pesquisas, destaca-se a acentuada queda no percentual de materialistas na geração de 1970, que passou de 36,57% em 1989-1993 para 21,21% em 2005-2007. Quando ao percentual de pós-materialistas, houve ligeira queda no período observado, passando de 7,87% para 6,06%.

Quando se comparam os valores da geração de 1970 com outras gerações, por exemplo, a de 1971, notam-se significativas variações nos percentuais relativos às orientações de valores. Na pesquisa de 1994-1999, 13,51% das pessoas nascidas em 1971 foram classificadas como pós-materialistas, ou seja, quase o dobro do percentual verificado para a geração de 1970. Quanto ao percentual de materialistas, a geração de

1971 apresentou a proporção de 18,92%, quase a metade do percentual verificado na geração de 1970.

Embora a princípio possa ser considerado que as gerações de 1970 e 1971 tenham estado sujeitas, grosso modo, a uma mesma conjuntura social, política e econômica e tenham vivenciado experiências parecidas, marcadas principalmente pela restrição de direitos políticos, em função do regime militar, o que sugeriria um conjunto de orientações valorativas parecido, o fato é que isso não foi constatado na pesquisa, tendo essas gerações apresentado orientações de valores bastante distintas.

Da mesma forma, quando se observa a composição das orientações de valores (pós-materialista, materialista e misto) para as demais gerações não é possível identificar uma tendência ou uma propensão maior de incidência de pessoas pós-materialistas nas gerações mais novas dos anos 80 em comparação com as gerações dos anos 70.

Por exemplo, a geração nascida em 1972 apresentou na pesquisa realizada em 2005-2007 as seguintes orientações de valores: 23,81% foram classificados como pós-materialistas e 33,33% como materialistas. Por sua vez, a geração nascida em 1987 apresentou na mesma pesquisa as seguintes orientações: 15,22% de pós-materialistas e 32,6% de materialistas.

Outro exemplo que retrata as mudanças de valores na mesma geração pode ser visto na análise das pessoas nascidas em 1976. Na pesquisa 1994-1999 a geração de 1976 apresentou as seguintes orientações de valores: 17,65% foram classificadas como pós-materialistas e 27,45% como materialistas. Já na pesquisa seguinte de 2005-2007, esse mesmo grupo apresentou a seguinte composição: 12,12% de pós-materialistas e 30,30% de materialistas, indicando assim tanto um decréscimo do percentual de pós-materialistas como aumento do percentual de materialistas, em comparação com a pesquisa anterior.

De todo modo, a fim de verificar a existência de eventual associação entre ano de nascimento e índice de pós-materialismo de 4 itens foram realizados testes de associação qui-quadrado para as distribuições referentes às pesquisas de 1994-1999 e 2005-2007. Os resultados mostraram independência entre essas variáveis.

No caso da pesquisa de 1994-1999, definindo-se nível de significância $\alpha = 0,05$ e grau de liberdade = 18, a estatística do teste qui-quadrado χ^2 foi calculada em 9,39, indicando p (probabilidade de significância) $> \alpha$, o que portanto mostra a independência entre ano de nascimento e índice de pós-materialismo.

Para a pesquisa de 2005-2007, definindo-se nível de significância $\alpha = 0,05$ e grau de liberdade = 36, a estatística do teste qui-quadrado χ^2 foi calculada em 34,19, indicando p (probabilidade de significância) $> \alpha$, o que portanto mostra também a independência entre ano de nascimento e índice de pós-materialismo.

Em síntese, os dados do cruzamento entre ano de nascimento e as ondas de pesquisa mostraram, conforme consta da Tabela 5.9, que as orientações de valores, medidas pelo índice de pós-materialismo de 4 itens, variam dentro de uma mesma geração ao longo dos anos e entre gerações.

4.5 RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM BASE NOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO

Nesta seção apresentam-se os resultados da pesquisa realizada com base nos dados do Latinobarômetro, compreendendo o período 2003-2010. Foram selecionadas perguntas que abordam aspectos de apoio difuso ao regime democrático, desempenho da democracia, avaliação e confiança nas instituições públicas e formas de participação política não convencional.

As questões levantadas e analisadas nesta seção ao mesmo tempo em que refletem uma abordagem complementar em relação à pesquisa de valores de Inglehart servem também como referencial de comparação com os resultados obtidos sobre formas de participação política não convencional e sobre atitudes e orientações pós-materialistas na sociedade brasileira, sintetizados na seção 4.3.

Escala de desenvolvimento da democracia no país

Em relação à pergunta sobre a escala de desenvolvimento da democracia no país (Tabela 6.1 - APÊNDICE A), observa-se que no período de 2005 a 2010 houve uma evolução favorável da percepção do grau de desenvolvimento da democracia no Brasil. Em 2005, 6,8% dos pesquisados consideraram o país totalmente democrático, enquanto que em 2010 esse percentual subiu para 16,9%. Houve também no mesmo período decréscimo no percentual daqueles que consideravam que o Brasil não é democrático, passando de 8,7% em 2005 para 1,2% em 2010. Para os demais graus de desenvolvimento da democracia (06 a 09), houve também crescimento dos respectivos percentuais.

Quando se analisam as respostas pela faixa etária do respondente (Tabela 6.2 - APÊNDICE A), nota-se que são as pessoas nas faixas etárias acima dos 41 anos que apresentam os percentuais mais altos quanto a considerar o Brasil totalmente democrático. Por outro lado, quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.3 - APÊNDICE A), observa-se que são as pessoas menos escolarizadas que tendem a atribuir um grau maior de desenvolvimento da democracia no país.

Apoio à democracia

Em relação à pergunta sobre apoio à democracia (Tabela 6.4 - APÊNDICE A), observa-se que no período de 2003 a 2010 houve uma evolução considerável do percentual de apoio à democracia como forma de governo preferível a qualquer outra, passando de 39,1% em 2003 para 60,9% em 2010. No entanto, observa-se também que o percentual daqueles que opinaram que um governo autoritário pode ser preferível em algumas circunstâncias manteve-se praticamente inalterado, apresentando o percentual de 21,1% em 2003 e 21,7% e, 2010. Tal fato evidencia a permanência de um substrato autoritário em nossa sociedade, tendo esse percentual evoluído pouco desde 1995.

Quando se analisam as respostas pela faixa etária do respondente (Tabela 6.5 - APÊNDICE A), nota-se que quanto maior a faixa etária maior é o apoio à democracia. Nas faixas etárias mais jovens, principalmente dos 15 aos 25 anos, o percentual de preferência da democracia a qualquer outra forma de governo tende a ser menor e a escolha de um governo autoritário tende a ser maior. Por outro lado, quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.6 - APÊNDICE A), observa-se que são as pessoas mais escolarizadas que tendem a apoiar mais a democracia.

Satisfação com a democracia

Em relação à pergunta sobre satisfação com a democracia (Tabela 6.7 - APÊNDICE A), observa-se que no período de 2003 a 2010 houve uma evolução considerável do percentual de pessoas que responderam estar satisfeitas com a democracia. A soma do percentual de ‘muito satisfeito’ e ‘bem satisfeito’ passou de 29,7% em 2003 para 52,1% em 2010.

Quando se analisam as respostas pela faixa etária do respondente (Tabela 6.8 - APÊNDICE A), nota-se que quanto maior a faixa etária mais tende a ser o nível de satisfação com a democracia (soma de ‘muito satisfeito’ e ‘bem satisfeito’). Os mais jovens, principalmente na faixa etária dos 15 aos 25 anos, são os que apresentam o maior percentual de insatisfação. Quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.9 - APÊNDICE A), observa-se que são as pessoas mais escolarizadas que tendem a se mostrar mais insatisfeitas com a democracia.

Apoio ao governo militar

Quanto à pergunta “Apoiaria um governo militar?”, observa-se a partir da Tabela 6.10 – APÊNDICE A que houve um fortalecimento da convicção democrática no país no período de 2004 a 2010. Em 2004, 35,2% responderam que apoiariam um governo militar no lugar do governo democrático. Em 2010, esse percentual caiu para 20,7%. Cabe notar que esse percentual mostra-se consistente com as respostas obtidas no quesito de apoio à democracia (Tabela 6.4 - APÊNDICE A), no qual 21% responderam que apoiariam um governo militar, dependendo das circunstâncias.

Quando se leva em consideração a faixa etária (Tabela 6.11 - APÊNDICE A), observa-se que são os mais velhos que tendem mais a afirmar essa opção por um governo militar, embora não seja desprezível esse percentual entre os mais jovens. Em 2010, 19,6% de pessoas na faixa etária dos 15 aos 25 anos escolheram essa opção, enquanto que na faixa etária dos 61 anos em diante houve 25% de respostas nesse sentido.

Quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.12 - APÊNDICE A), há uma tendência de que à medida que se eleva a escolaridade menor seja a opção por um governo militar, embora se deva destacar que em 2009 e 2010 tenha se constatado um relativo equilíbrio das respostas entre os níveis de escolaridade.

Não me importaria com um governo não democrático no poder se pudesse resolver os problemas econômicos

Quanto à afirmação “Não me importaria com um governo não democrático no poder se pudesse resolver os problemas econômicos” (Tabela 6.13 - APÊNDICE A), observa-se que em 2003, 71,5% das pessoas pesquisadas demonstraram estar de acordo com tal declaração

(soma das respostas “muito de acordo” e “de acordo”), enquanto em 2008, esse percentual caiu para 61,3%. Essas respostas indicam que a maioria dos brasileiros atribui maior importância à resolução dos problemas econômicos, à segurança e bem-estar material, do que propriamente com a existência de um governo democrático e com o rol de direitos e liberdades que o acompanha.

A Tabela 6.14 - APÊNDICE A mostra que são os mais jovens que tendem a rejeitar em maior proporção essa declaração, assim como os mais escolarizados (Tabela 6.15 - APÊNDICE A).

O governo pode desobedecer a lei, o parlamento e as instituições

Quanto à pergunta “Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil?” (Tabela 6.16 - APÊNDICE A), observa-se que em 2002, 47,% responderam que discordavam dessa possibilidade, enquanto que em 2010 esse percentual caiu para 40,9%. Tal quadro mostra que para a maioria dos brasileiros é legítimo o desrespeito às leis e às instituições, o que revela um traço autoritário e preocupante de nossa sociedade, uma vez que fica implícita a possibilidade de infringência de direitos e garantias individuais e coletivas a depender das circunstâncias.

Justamente são os mais jovens que demonstram uma tendência maior em concordar com essa afirmação (Tabela 6.17 - APÊNDICE A). Quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.18 - APÊNDICE A), nota-se que os mais escolarizados tendem a rejeitar mais essa afirmação, embora se deva destacar que na faixa de pessoas com superior completo, 50,0% responderam em 2010 que estavam “muito de acordo” e “de acordo” com essa afirmação, o que de fato é uma proporção expressiva.

Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional

Quanto à afirmação “Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional”, a Tabela 6.19 – APÊNDICE A indica que houve uma redução no período 2005-2010 do percentual de pessoas que responderam que “sem Congresso Nacional não poder haver democracia”, passando de 58,4% em 2005 para 50,5% em 2010. Ao se analisarem as respostas por faixa etária (Tabela 6.20 - APÊNDICE A), observa-se que são os mais jovens que tendem em maior proporção a admitir que a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional. Quando se analisam as respostas por nível de escolaridade (Tabela 6.21

- APÊNDICE A) verifica-se que são os mais escolarizados que respondem em maior proporção que a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional.

Probabilidade de um golpe de Estado no país

Quanto à probabilidade de um golpe de Estado no país (Tabela 6.22 - APÊNDICE A), houve um aumento do percentual de pessoas que consideram nada provável a ocorrência de um golpe de Estado, passando o percentual de 29,6% em 2009 para 34,3% em 2010. No entanto, é destacável que a grande maioria dos pesquisados admite alguma probabilidade de ocorrência de golpe no país. Quando se analisam as respostas por faixa etária (Tabela 6.23 - APÊNDICE A), verifica-se que são os mais jovens que consideram mais provável a ocorrência de um golpe militar. Já quando se leva em conta o nível de escolaridade (Tabela 6.24 - APÊNDICE A), nota-se que são os mais escolarizados que tendem a considerar mais provável a ocorrência de um golpe.

Formas de participação política não convencional

Em relação às formas de participação política não convencional, verifica-se pela Tabela 6.25 – APÊNDICE A que houve uma diminuição no percentual de rejeição à ação política de assinar uma petição entre a população pesquisada, passando o percentual de 66,3% em 2005 para 41,4% em 2008. Destaque-se também que o percentual entre aqueles que já assinaram uma petição passou de 7,5% em 2005 para 13,3% em 2008. Quando se analisam as respostas por faixa etária (Tabela 6.26 - APÊNDICE A), observa-se que são os mais jovens que tendem a ser menos refratários a esse tipo de ação política, o que acontece de igual modo entre os grupos mais escolarizados (Tabela 6.27 - APÊNDICE A).

Em relação à ação política: assistir a manifestações autorizadas (Tabela 6.28 - APÊNDICE A), verifica-se que também houve uma diminuição no percentual de rejeição a esse tipo de ação política, passando o percentual de 60,8% em 2003 para 38,7% em 2008. Destaque-se também que o percentual entre aqueles que já participaram de manifestações autorizadas passou de 12,1% em 2003 para 17,6% em 2008. Quando se analisam as respostas por faixa etária (Tabela 6.29 - APÊNDICE A), observa-se que são os mais jovens que tendem a ser menos refratários a esse tipo de ação política, o que acontece de igual modo entre os grupos mais escolarizados (Tabela 6.30 - APÊNDICE A).

Ordem versus liberdade

Em relação a escolha entre ordem e liberdade (Tabela 6.31 - APÊNDICE A), 57,2% das pessoas pesquisadas em 2004 responderam que preferem viver em uma sociedade ordenada ainda que se limitem algumas liberdades, enquanto que em 2009 esse percentual caiu para 56,2%. Os dados indicam que para a maioria dos brasileiros a manutenção da ordem se sobrepõe ao respeito a direitos e liberdades que seria típico em um Estado democrático de direito.

A Tabela 6.32 – APÊNDICE A indica que são os mais jovens que preferem liberdade em comparação à ordem, embora seja bastante expressivo o percentual entre aqueles que preferem viver em uma sociedade ordenada ainda que com limitação de algumas liberdades, cerca de 47% em 2009.

Quando se leva em conta a escolaridade (Tabela 6.33 - APÊNDICE A), são os mais escolarizados que preferem liberdade em comparação à ordem, embora seja bastante expressivo o percentual entre aqueles que preferem viver em uma sociedade ordenada ainda que com limitação de algumas liberdades, cerca de 40% em 2009.

Confiança interpessoal

Em relação à confiança interpessoal (Tabela 6.34 - APÊNDICE A), observa-se que houve aumento do percentual de confiança entre as pessoas, passando de 3,7% em 2003 para 10,2% em 2010. Quando se analisam as respostas por faixa etária (Tabela 6.35 - APÊNDICE A), nota-se que são os mais velhos que tendem a confiar mais nas pessoas, o mesmo acontecendo entre os mais escolarizados (Tabela 6.36 - APÊNDICE A).

Confiança no Congresso Nacional

Quanto à confiança no Congresso Nacional (Tabela 6.37 - APÊNDICE A), houve aumento do percentual de confiança no período 2003-2010. Entre aqueles que responderam que confiam muito no Congresso Nacional, o percentual passou de 6,7% em 2003 para 8,1% em 2010. No mesmo período, o percentual entre aqueles que não confiam no Congresso Nacional decresceu de 35,4% em 2003 para 21,3% em 2010. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.38

- APÊNDICE A), verifica-se que a confiança tende a ser maior entre os mais velhos, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.39 - APÊNDICE A).

Confiança nos partidos políticos

Quanto à confiança nos Partidos Políticos (Tabela 6.40 - APÊNDICE A), houve aumento do percentual de confiança no período 2003-2010. Entre aqueles que responderam que confiam muito nos partidos políticos, o percentual passou de 2,5% em 2003 para 5,0% em 2010. No mesmo período, o percentual entre aqueles que não confiam nos partidos políticos decresceu de 52,3% em 2003 para 41,5% em 2010. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.41 - APÊNDICE A), verifica-se que a confiança tende a ser maior entre os mais velhos, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.42 - APÊNDICE A).

Confiança na Administração Pública

Quanto à confiança na Administração Pública (Tabela 6.43 - APÊNDICE A), houve aumento do percentual de confiança no período 2005-2010. Entre aqueles que responderam que confiam muito na Administração Pública o percentual passou de 7,6% em 2005 para 8,8% em 2010. No mesmo período, o percentual entre aqueles que não confiam na Administração Pública decresceu de 30,1% em 2005 para 20,3% em 2010. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.44 - APÊNDICE A), verifica-se que a confiança tende a ser maior entre os mais velhos, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.45 - APÊNDICE A).

Confiança no governo

Quanto à confiança no Governo (Tabela 6.46 - APÊNDICE A), houve aumento do percentual de confiança no período 2003-2010. Entre aqueles que responderam que confiam muito no Governo o percentual passou de 11,7% em 2003 para 14,1% em 2010. No mesmo período, o percentual entre aqueles que não confiam no Governo decresceu de 38,0% em 2003 para 16,5% em 2010. Quando se considera a faixa etária

dos respondentes (Tabela 6.47 - APÊNDICE A), verifica-se que a confiança tende a ser maior entre os mais velhos, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.48 - APÊNDICE A).

Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional

Quanto à avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional (Tabela 6.49 - APÊNDICE A), houve melhora na avaliação no período 2006-2008. Entre aqueles que avaliaram bem, o percentual passou de 49,5% em 2006 (soma das respostas “muito bem” e “bem”) para 56,1% em 2018. No mesmo período, o percentual entre aqueles que avaliaram mal (soma das respostas “mal” e “muito mal”) decresceu de 50,6% em 2006 para 43,9% em 2018. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.50 - APÊNDICE A), verifica-se que são os mais velhos tendem mais a avaliar bem, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.51 - APÊNDICE A).

Avaliação dos partidos políticos

Quanto à avaliação dos partidos políticos (Tabela 6.52 - APÊNDICE A), houve melhora na avaliação no período 2006-2008. Entre aqueles que avaliaram bem, o percentual passou de 32,4% em 2006 (soma das respostas “muito bem” e “bem”) para 37,8% em 2008. No mesmo período, o percentual entre aqueles que avaliaram mal (soma das respostas “mal” e “muito mal”) decresceu de 67,6% em 2006 para 62,3% em 2008. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.53 - APÊNDICE A), verifica-se que os mais velhos tendem mais a avaliar bem, o mesmo acontecendo entre os menos escolarizados (Tabela 6.54 - APÊNDICE A).

Avaliação das instituições públicas

Quanto à avaliação do funcionamento das instituições públicas (Tabela 6.55 - APÊNDICE A), houve melhora na avaliação no período 2005-2008. Entre aqueles que avaliaram bem (soma das respostas “muito bem” e “bem”), o percentual passou de 15,3% em 2005 para 28,8% em 2008. No mesmo período, o percentual entre aqueles que avaliaram mal (soma das respostas “mal” e “muito mal”) decresceu de 32,8% em 2005 para 21,2% em 2008. Quando se considera a faixa etária dos respondentes (Tabela 6.56 - APÊNDICE A), verifica-se que há um

relativo equilíbrio de proporção nas respostas entre os grupos. Por outro lado, são os menos escolarizados que tendem mais a avaliar bem o funcionamento das instituições públicas (Tabela 6.57 - APÊNDICE A).

O Estado pode solucionar problemas?

Por último, quanto à pergunta “O Estado pode solucionar problemas?” (Tabela 6.58 - APÊNDICE A), cabe assinalar que no período 2003 a 2010 cresceu o percentual de pessoas que acreditam que o Estado pode solucionar grande parte dos problemas (soma das respostas “Todos os problemas”, “A maioria dos problemas” e “muitos problemas”), passando o percentual de 49,3% em 2003 para impressionantes 83,1% em 2010.

Quando se leva em conta a faixa etária (Tabela 6.59 - APÊNDICE A), nota-se que são os mais velhos que apresentam uma maior propensão a considerar que o Estado pode solucionar grande parte dos problemas. Analisando-se as respostas pelo nível de escolaridade (Tabela 6.60 - APÊNDICE A), não se identifica um padrão único de resposta. Nos níveis de escolaridade mais baixos, por exemplo, observa-se que os menos escolarizados tendem mais a considerar que o Estado não pode resolver nenhum problema, ao mesmo tempo em que também apresentam os maiores percentuais de resposta em relação a considerar que o Estado pode resolver todos os problemas. Para os estratos de escolaridade mais alta, por sua vez, há a tendência mais forte de considerar que o Estado pode resolver a “maioria dos problemas” ou “muitos problemas”.

4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO

Os resultados da pesquisa realizada indicam evolução favorável de inúmeros aspectos que tratam da adesão, avaliação e confiança nas instituições públicas e políticas do país, que se refletiram nos seguintes pontos: melhora da percepção dos brasileiros quanto ao grau de desenvolvimento da democracia no país; crescimento do apoio normativo à democracia como melhor forma de governo; aumento da satisfação com a democracia; redução do apoio a um governo militar; diminuição da probabilidade de um golpe de Estado no país;

crescimento da disposição para formas de participação política não convencional (assinar petições e assistir a manifestações autorizadas); crescimento da confiança interpessoal, no Congresso Nacional, nos partidos políticos, na Administração Pública e no governo; melhora da avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional, dos partidos políticos e das instituições públicas.

Em relação às formas de participação política não convencional, os resultados da pesquisa com base nos dados do Latinobarômetro são convergentes com as indicações da pesquisa de valores de Inglehart. Houve aumento da predisposição para ações políticas como assinar uma petição e participar de manifestações pacíficas de protesto.

Quanto ao aumento da confiança nas instituições políticas no período 2003-2010, evidenciado pelos resultados da pesquisa, cabe destacar a sua expressiva relevância quando se leva em conta o cenário crônico de altos níveis de desconfiança política entre as democracias jovens, incluindo o Brasil, conforme apontado por Moisés (2010).

Nesse sentido, o aumento da confiança nas instituições pode ser visto como sinal positivo de que o funcionamento concreto das instituições políticas vem produzindo resultados mais compatíveis com sua justificação normativa, diminuindo assim essa “visão crítica e de fundo” que alimenta a desconfiança política (MOISÉS, 2010).

O aumento da confiança pode também ser considerado influenciado pelo crescimento do interesse pela política e de sua importância na vida das pessoas, do aumento da adesão e satisfação com a democracia, que faz com que as instituições do sistema político tornem-se referência para a conduta dos cidadãos.

A esse respeito, Moisés e Carneiro (2010) constataram que a avaliação das instituições determina tanto o nível de desconfiança como a insatisfação com o regime, e que ainda fatores ligados à cultura política e ao desempenho do regime também influenciam na determinação daquelas atitudes. Segundo os autores, as dimensões relativas à satisfação com a democracia realmente existente e a confiança nas instituições fazem parte de um mesmo conjunto de atitudes políticas.

No entanto, apesar desses resultados favoráveis, a pesquisa indicou a permanência de significativos traços autoritários nas atitudes e orientações políticas dos brasileiros, bem como a presença de percepções ambíguas sobre o regime democrático e suas instituições.

O primeiro ponto a ser notado é que não obstante ter caído o apoio a um regime militar, passando de 35,2% em 2004 para 20,7% em 2010, ainda assim esse percentual é expressivo. Ainda mais significativo

foi a constatação de que 61,3% das pessoas pesquisadas responderam que não se importariam com um governo não democrático se ele pudesse resolver os problemas econômicos.

Em convergência com essas orientações autoritárias, houve elevação do percentual de pessoas que responderam que para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil, representando quase 60% da amostra.

Quanto à possibilidade de um golpe de Estado, embora tenha havido aumento no percentual de pessoas que descartam totalmente essa possibilidade em nosso país, alcançando quase 35%, a grande maioria das pessoas pesquisadas consideraram em diferentes graus que é possível a ocorrência de um golpe de Estado no país.

Em relação à escolha entre ordem e liberdade, os resultados obtidos também são expressivos. Aproximadamente 56% responderam que preferem viver em uma sociedade ordenada ainda que se limitem algumas liberdades. Combinado com esse traço aumentou também o percentual daqueles que acreditam que o Estado pode solucionar grande parte dos problemas, passando de 49,3% em 2003 para 83,1% em 2010.

Esses aspectos confirmam a continuidade da presença de importantes características da tradição cultural da política brasileira. Fazendo referência às ideias de Guillermo O’ Donnell e Francisco Weffort, Moisés e Carneiro (2010) assinalam que:

(...) as novas democracias latino-americanas misturam ingredientes democráticos com traços de sobrevivência autoritária e tem uma natureza delegativa, associada com a tradição de valorização dos executivos e das lideranças personalistas e carismáticas, das quais os eleitores esperam quase tudo, em detrimento da sua expectativa quanto ao papel das instituições cuja função é permitir que eles se representem e falem com voz própria na vida pública.

Ricci (2010) lembra ainda que a inserção social de grandes massas no mercado de consumo verificada no governo Lula ocorreu a partir do Estado, como tradutor dos interesses sociais desorganizados. Nessa mesma linha, Abreu (2010) ao analisar a participação social durante o período 2003-2010, assinala que houve um processo muito mais da “sociedade no Estado” do que o contrário.

Ainda segundo Ricci (2010), a nova classe média é “absolutamente pragmática”, colocando sob suspeição valores

universais e regras gerais, a não ser que vinculadas aos valores religiosos. Embora o autor tenha se referido ao estrato social representando pela nova classe média, que é bom frisar representa atualmente mais da metade da população brasileira, esse pragmatismo, combinado com autoritarismo, pode ser notado em outros estratos.

Quanto à pergunta “Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil?”, a Tabela 6.17 – APÊNDICE A indica que são os mais jovens que demonstram uma tendência maior em concordar com essa possibilidade.

Quanto à existência de um regime democrático sem um Congresso Nacional, são os mais jovens e os mais escolarizados que admitem em maior proporção essa opção. Da mesma forma, são esses grupos que consideram mais provável a ocorrência de um golpe militar. Embora em proporções menores, também é significativo o percentual de jovens e de pessoas mais escolarizadas que preferem viver em uma sociedade ordenada ainda que com limitação de algumas liberdades (47% e 40% respectivamente).

Se para Inglehart a mudança de valores é mais visível quando ocorrem mudanças de geração, sendo os mais jovens, portanto, aqueles que seriam mais propensos a adotar valores pós-materialistas, como autonomia e liberdade de escolha, os resultados aqui apresentados mostram ao contrário que, no período 2003-2010, houve o fortalecimento do conjunto de orientações e atitudes de natureza autoritária e pragmática em parcelas expressivas da população mais jovem, refletindo assim grande expectativa em relação ao papel do Estado, preocupação com a segurança material e valorização da ordem, mesmo com a perda de direitos e liberdades.

Desse modo, ao invés do fortalecimento entre as pessoas do anseio de autonomia e liberdade de escolha, conforme propugna Inglehart, e do próprio emponderamento da sociedade civil, notou-se no período estudado o aumento da propensão das pessoas a dependerem do Estado para a resolução dos problemas da sociedade, o que reforça a tese de Guillermo O’ Donnell e Francisco Weffort quanto ao caráter delegativo da democracia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No balanço final das realizações do governo Lula no período 2003-2010 é possível contabilizar ganhos e perdas, aspectos positivos e negativos das políticas de governo adotadas. Do lado positivo, é

inegável que a agenda social ganhou projeção e amplitude na agenda de governo, em claro contraste com o governo FHC, muito embora se deva assinalar que a gestão macroeconômica, bastante focada na estabilidade monetária e valendo-se nesse sentido do manejo rígido da taxa de juro, impôs limitações orçamentárias para uma maior expansão das políticas sociais, em geral, sem contar no pesado ônus deixado em termos de crescimento do estoque e dos serviços da dívida pública.

Se do lado positivo os programas de transferência de renda, com destaque para o programa Bolsa Família, ofereceram cobertura para milhões de brasileiros que viviam em situação crônica de vulnerabilidade social e risco de sobrevivência, permitindo inclusive que muitos saíssem da linha de pobreza (17 milhões de pessoas no período 2003-2010), por outro lado, a gestão da política monetária, excessivamente preocupada com o controle da inflação, fez com que a taxa de juro permanecesse em patamares desnecessariamente elevados.

Os efeitos desbalanceados dessa política econômica podem ser facilmente percebidos em uma simples comparação: enquanto o programa Bolsa Família atendeu quase 40 milhões de brasileiros em 2010, com dispêndios aproximados de R\$ 13 bilhões ao ano, houve o pagamento no período 2003-2010 de R\$ 957 bilhões a título dos serviços da dívida pública.

Essa tensão ou descompasso entre a política econômica e as políticas sociais, conforme extensamente retratada pelos autores anteriormente citados, deixa a forte impressão de que se poderia ter avançado mais, a exemplo de se transformarem os benefícios previstos pelo programa Bolsa Família em um direito social, devidamente reconhecido em lei, ou então de se ajustarem os benefícios para 1 (um) salário mínimo, patamar que muitos especialistas consideram como adequado para se transpor definitivamente a linha de pobreza.

Não obstante tudo isso, as realizações foram expressivas: 17 milhões de pessoas saíram da pobreza; 40 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social foram atendidas pelo programa Bolsa Família; mobilidade social de aproximadamente 30 milhões de pessoas que passaram a integrar a chamada nova classe média, que responde atualmente por quase 95 milhões de brasileiros, mais da metade da população; geração líquida de aproximadamente 10 milhões de empregos no período 2003-2010, tudo isso fruto da combinação dos seguintes fatores: crescimento e expansão dos programas de transferência de renda; aumentos reais do salário-mínimo; crescimento econômico moderado, mas suficiente para se permitir o crescimento da renda e a geração de emprego; e estabilidade econômica.

No que tange especificamente à hipótese de pesquisa, não obstante tenha havido o fortalecimento do conjunto de valores e atitudes democráticas, por outro lado esses resultados foram acompanhados pela permanência de traços autoritários na cultura política dos brasileiros, o que confirma mais uma vez as ambiguidades e paradoxos do regime democrático no Brasil.

Desse modo ao mesmo tempo em que houve no período estudado o crescimento da adesão normativa dos brasileiros à democracia, e a melhora geral na avaliação e confiança das instituições políticas, constatou-se também o crescimento do percentual de pessoas que consideraram ser possível uma democracia sem Congresso Nacional e que também consideraram que para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as demais instituições políticas, dependendo da situação.

Essas respostas, entre outras, colocam em discussão o real significado da constatação de fortalecimento da adesão dos brasileiros ao regime democrático, conforme verificado na pesquisa, e indicam no mínimo uma percepção bem particular de funcionamento da democracia no país.

Obviamente esse entendimento de que pode haver democracia sem Congresso Nacional e que o governo tampouco está obrigado a respeitar a lei e as instituições políticas típicas de um regime representativo não encontra acolhida em nenhum modelo normativo de democracia, por menos restritivo que seja.

O fato é que as melhorias sociais e econômicas observadas no período 2003-2010 parecem ter reforçado o papel do Poder Executivo Federal e em especial das lideranças personalistas e carismáticas, conforme expressão de O'Donnell e Welfort, como os grandes atores políticos responsáveis pela promoção direta dos anseios e interesses da sociedade, para o qual tanto o Congresso Nacional, como também a sociedade civil, desempenhariam papéis menores.

Retomando mais uma vez as considerações de Ricci (2010), a inserção social de grandes massas no mercado de consumo verificada no governo Lula ocorreu a partir do Estado, como tradutor dos interesses sociais desorganizados. Nessa mesma linha, Abreu (2010) ao analisar a participação social durante o período 2003-2010, assinala que houve um processo muito mais da “sociedade no Estado” do que o contrário.

Os estudos de Avritzer (2010), citados anteriormente, embora indiquem haver uma associação entre propensão participativa e acesso a bens públicos, o que a princípio poderia rebater o papel das lideranças personalistas e carismáticas como principais responsáveis pelas

melhorias sociais e econômicas observadas, restringiram-se aos municípios com população acima de 100 mil habitantes, o que dificulta a extrapolação desses resultados para o âmbito federal.

Dos resultados anteriormente apresentados, o que chamou mais a atenção foi a constatação de fortalecimento do conjunto de orientações e atitudes de natureza autoritária e pragmática em parcelas expressivas da população mais jovem, refletindo assim grande expectativa em relação ao papel do Estado, preocupação com a segurança material e valorização da ordem, mesmo com a perda de direitos e liberdades.

Desse modo, ao invés do fortalecimento entre as pessoas mais jovens do anseio de autonomia e liberdade de escolha, conforme propugna Inglehart, notou-se no período estudado o aumento da propensão desses extratos sociais mais jovens a dependerem do Estado para a resolução dos problemas da sociedade.

Por último, cabe destacar os avanços no conjunto de orientações, atitudes e crenças das pessoas em relação à política, ao regime democrático e suas instituições, principalmente no tocante ao aumento da confiança nas instituições. Esse ponto é bastante significativo quando se tem em vista o fenômeno crônico da desconfiança política no seio da sociedade brasileira, conforme abordado por Moisés e Carneiro (2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Representação de interesses nos conselhos nacionais de políticas públicas. In: **Estado, Instituições e Democracia: democracia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2010. v.2 (556 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMOND, G. A; VERBA, S. **The civic culture**. Boston: Little, Brown and Company, 1963.

AMITRANO, C. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: **Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas publicas**. Brasília : Ipea, 2010, Volume 1, p. 57-84.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____ **Uma esquerda fora do lugar: O Governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AVRITZER, Leonardo. O papel da participação nas políticas sociais do governo Lula. In: **Estado, Instituições e Democracia: democracia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília : Ipea, 2010. v.2 (556 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2001.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2011.

_____ Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, Nov. 2003.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2011.

_____ Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. In: **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, 2004, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1984/1733>>. Acesso em: 21 Fev. 2011.

_____ Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Publica**, Campinas, v. 13, n. 2, Nov. 2007.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2011.

BAQUERO, Ruthe; BAQUERO, Marcello. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, UNIOESTE, Cascavel/PR, vol. 6, n. 11, 2º sem. 2007.

Disponível em:
 <<http://200.201.8.27/index.php/ccsaemperspectiva/article/download/1506/1224>>. Acesso em: 21 Fev. 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Publica**, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Fev. 2011.

BORBA, Julian; SILVA, Lillian Lenite da. Sociedade Civil ou capital social? Um balanço teórico. **Alcance**, Itajaí, UNIVALI, Vol. 11, n.3, p. 461 – 475, Set. / Dez. 2004.

Disponível em:
 <<https://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1821/1448>>.
 Acesso em: 21 Fev. 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. O futuro das políticas sociais no governo Lula. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011

CARDOSO DE MELLO, J. M. Prólogo: A contra revolução liberal-conservadora e a tradição latino-americana. In: TAVARES. M. da C. e FIORI, J. L. (orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política globalizada**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 15-24.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, J. Trust, Voluntary Association and Workable Democracy: The Contemporary American Discourse of Civil Society. In: WARREN, E. M. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

COUTINHO, L.G. e BELLUZZO, L.G. de M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 7. dez-1996, p. 129-154.

COUTINHO, L.G. O desempenho da indústria sobre o real. In: Mercadante, A (org). **O Brasil pós-Real – a política econômica em debate**. SP: Unicamp-IE, 1998, p. 225-249.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007.

Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 nov. 2011.
EASTON, David. *System Analysis of Political Life*. New York, Wiley, 1965.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002 e 2006 (Banco de dados). In: **Consórcio de Informações Sociais**, 2010. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 23/08/2010.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 11-46.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; SOUZA, N. R. (Org.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2004.

GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1978.

GUNTHER, R; MONTERO, J. R. Legitimacy, Satisfaction and Disaffection in New Democracies. Paper apresentado na **conferência Political Disaffection in the European Democracies**, Santiago de Compostela, 2000.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HUNTINGTON, S, P. **The third wave-democratization in the late twentieth century**. Normam/London, University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 17, 2009, 3 volumes.

Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68#>. Acesso em: 21 Fev.2011.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2010, 3 volumes.

Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68#>. Acesso em: 21 Fev.2011.

KRISCHKE, Paulo J.. Regime ou cultura no estudo da democratização. **Lua Nova**, São Paulo, n.50, 2000.

Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2011.

_____ Governo Lula: políticas de reconhecimento e de redistribuição. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas**, UFSC, Florianópolis, v. 4. N. 47, out. 2003.

Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewArticle/2184>>. Acesso em: 24 Fev. 2011.

_____ A cultura política em Porto Alegre e Curitiba: democracia, modernização e o conteúdo da razão pública. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 1, Abr. 2005a.

Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Fev. 2011.

_____ Democratização cultural e políticas de reconhecimento: notas sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2005b.

Disponível

em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewArticle/695>>. Acesso em: 24 Fev. 2011.

LAVALLE, Adrián Gurza. O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo. *In: Estado, Instituições e Democracia*: democracia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, 2010. v.2 (556 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).

LOPEZ, Felix Garcia. Accountability e controle social na Administração Pública Federal. *In: Estado, Instituições e Democracia*: democracia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, 2010. v.2 (556 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011

MARQUETTI, A.; CAMPOS, G.; PIRES, R. **Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo**. São Paulo: Xamã Editora, 2008.

MARTINS, C. E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 nov. 2011.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, C. A. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (orgs). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 119-151.

MENEGUELLO, Rachel. Aspectos do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas**. São Paulo, Edusp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Democracia e desconfiança das instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas**. São Paulo, Edusp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime - O Caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas**. São Paulo, Edusp, 2010.

MORLINO, Leonardo. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em "Mesas Separadas"? In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas**. São Paulo, Edusp, 2010.

MOSER, Liliane. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, June 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

MOURA, Cleyton Domingues de. Subcidadania, desigualdade e desenvolvimento social no Brasil do século XXI. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 34, jan./jun. 2010.

Disponível em:
 <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/168/0>>.
 Acesso em: 21 Fev. 2011.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. Bolsa família: projeto social ou marketing político?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE,CPS, 2008a.
 Disponível em:
 <http://www3.fgv.br/ibrecps/M3/M3_ANovaClasseMedia_Port_2.pdf>
 Acesso em: 21 Fev. 2011.

_____. **Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2008b.

_____. **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. E. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

REIS, Elisa P.. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, Fev. 2000.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Fev. 2011.

RIBEIRO, Ednaldo A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. 2008. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, Junho 2010.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Fev. 2011.

RICCI, Rudá. **Lulismo: Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 25, 1994. Disponível em:
 <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm>. Acesso em: 18 Fev.2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994, 2v.

SCALON, Celi. O jeitinho brasileiro de conviver com as desigualdades de renda. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 8, 2004, Coimbra, Portugal.

SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007.

Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2011. 225p. 5ª edição.

SOARES, Fábio Veras et al. **Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza.** Brasília: Ipea, 2006.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, junho 2011.

Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

SZTOMPKA, P. **Trust – A Sociological Theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e a tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WORLD VALUES SURVEY 1981-2008 OFFICIAL AGGREGATE v.20090901, 2009. World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Aggregate File Producer: ASEP/JDS, Madrid. Disponível em:
<<http://www.wvsevdsb.com/wvs/WVSDData.jsp>>. Acesso em: 21 Fev. 2011.

APÊNDICE A – TABELAS DO LATINOBARÔMETRO

Tabela 6.1 – Escala de desenvolvimento da democracia.....	182
Tabela 6.2 – Escala de desenvolvimento da democracia (por faixa etária).....	182
Tabela 6.3 – Escala de desenvolvimento da democracia (por escolaridade).....	184
Tabela 6.4 – Apoio à democracia.....	186
Tabela 6.5 – Apoio à democracia (por faixa etária).....	186
Tabela 6.6 – Apoio à democracia (por escolaridade).....	188
Tabela 6.7 – Satisfação com a democracia.....	191
Tabela 6.8 – Satisfação com a democracia (por faixa etária).....	191
Tabela 6.9 – Satisfação com a democracia (por escolaridade).....	193
Tabela 6.10 – Apoiaria um governo militar?.....	196
Tabela 6.11 – Apoiaria um governo militar? (por faixa etária).....	197
Tabela 6.12 – Apoiaria um governo militar? (por escolaridade).....	197
Tabela 6.13 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos.....	199
Tabela 6.14 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (por faixa etária).....	200
Tabela 6.15 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (por escolaridade).....	200
Tabela 6.16 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil?.....	202
Tabela 6.17 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil? (por faixa etária).....	202

Tabela 6.18 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil? (por escolaridade).....	203
Tabela 6.19 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional.....	205
Tabela 6.20 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional (por faixa etária).....	205
Tabela 6.21 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional (por escolaridade).....	206
Tabela 6.22 – Probabilidade de um golpe de estado no País.....	209
Tabela 6.23 – Probabilidade de um golpe de estado no País (por faixa etária).....	209
Tabela 6.24 – Probabilidade de um golpe de estado no País (por escolaridade).....	210
Tabela 6.25 – Ação política: assinar uma petição.....	211
Tabela 6.26 – Ação política: assinar uma petição (por faixa etária).....	211
Tabela 6.27 – Ação política: assinar uma petição (por escolaridade).....	212
Tabela 6.28 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas.....	214
Tabela 6.29 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas (por faixa etária).....	214
Tabela 6.30 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas (por escolaridade).....	215
Tabela 6.31 – Ordem versus liberdade.....	217
Tabela 6.32 – Ordem versus liberdade (por faixa etária).....	218

Tabela 6.33 – Ordem versus liberdade (por escolaridade).....	219
Tabela 6.34 – Confiança interpessoal.....	221
Tabela 6.35 – Confiança interpessoal (por faixa etária).....	221
Tabela 6.36 – Confiança interpessoal (por escolaridade.....	223
Tabela 6.37 – Confiança no Congresso Nacional.....	226
Tabela 6.38 – Confiança no Congresso Nacional (por faixa etária).....	227
Tabela 6.39 – Confiança no Congresso Nacional (por escolaridade)..	229
Tabela 6.40 – Confiança nos partidos políticos	233
Tabela 6.41 – Confiança nos partidos políticos (por faixa etária).....	233
Tabela 6.42 – Confiança nos partidos políticos (por escolaridade).....	235
Tabela 6.43 – Confiança na Administração Pública	239
Tabela 6.44 – Confiança na Administração Pública (por faixa etária).	240
Tabela 6.45 – Confiança na Administração Pública (por escolaridade).....	241
Tabela 6.46 – Confiança no governo.....	243
Tabela 6.47 – Confiança no governo (por faixa etária).....	243
Tabela 6.48 – Confiança no governo (por escolaridade).....	245
Tabela 6.49 – Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional.....	249
Tabela 6.50 – Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional (por faixa etária).....	250
Tabela 6.51 – Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional (por escolaridade).....	251
Tabela 6.52 – Avaliação dos partidos políticos.....	252
Tabela 6.53 – Avaliação dos partidos políticos (por faixa etária).....	253
Tabela 6.54 – Avaliação dos partidos políticos (por escolaridade).....	253
Tabela 6.55 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas.	255

Tabela 6.56 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas (por faixa etária).....	255
Tabela 6.57 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas (por escolaridade).....	256
Tabela 6.58 – O Estado pode solucionar problemas?.....	257
Tabela 6.59 – O Estado pode solucionar problemas? (por faixa etária).....	258
Tabela 6.60 – O Estado pode solucionar problemas? (por escolaridade).....	259

TABELA 6.1 – Escala de desenvolvimento da democracia

BASE=6627 Ponderación		Año de investigación						
		Suma	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Escala de desarrollo de democracia	No es democrático	3,6 %	8,7 %	4,2 %	3,2 %	2,7 %	1,9 %	1,2 %
	02	2,7 %	4,0 %	3,0 %	4,0 %	3,1 %	1,5 %	1,1 %
	03	5,7 %	9,3 %	6,3 %	6,5 %	5,2 %	3,9 %	3,5 %
	04	9,2 %	12,9 %	13,7 %	9,8 %	8,7 %	5,9 %	4,5 %
	05	20,3 %	24,0 %	25,2 %	22,2 %	22,3 %	14,9 %	13,5 %
	06	13,7 %	12,5 %	10,7 %	13,5 %	16,9 %	15,3 %	12,9 %
	07	13,8 %	10,1 %	10,3 %	15,3 %	16,9 %	16,0 %	13,6 %
	08	13,9 %	8,9 %	10,6 %	12,5 %	12,8 %	18,3 %	19,8 %
	09	6,2 %	2,9 %	4,6 %	5,0 %	3,9 %	7,7 %	13,0 %
	Totalmente democrático	11,0 %	6,8 %	11,5 %	8,0 %	7,7 %	14,7 %	16,9 %
	Suma	6627 (100%)	1048 (100%)	1079 (100%)	1108 (100%)	1137 (100%)	1133 (100%)	1122 (100%)
	Base media	6627	1048	1079	1108	1137	1133	1122
Media	6,2	5,3	5,9	5,9	6,0	6,8	7,2	
Desv.Típica	2,32	2,38	2,38	2,24	2,11	2,17	2,14	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.2 – Escala de desenvolvimento da democracia (por faixa etária)

ASE=6627 Ponderación		Escala de desarrollo de democracia												
		Desv.Típica	No es democrático	02	03	04	05	06	07	08	09	Totalmente democrático	Suma	
Edad	15-25	2,24	3,7 %	2,8 %	6,7 %	10,5 %	22,4 %	14,6 %	13,7 %	12,0 %	5,2 %	8,2 %	1797 (100%)	
	Año de investigación	2005	2,29	8,3 %	4,8 %	10,2 %	14,9 %	27,0 %	11,1 %	8,6 %	6,3 %	3,5 %	5,4 %	315 (100%)
		2006	2,31	4,2 %	2,9 %	6,5 %	14,2 %	24,8 %	12,3 %	11,0 %	10,3 %	4,2 %	9,7 %	310 (100%)
		2007	2,17	2,6 %	3,5 %	9,4 %	11,0 %	22,9 %	13,5 %	15,2 %	11,3 %	3,9 %	6,8 %	310 (100%)
		2008	1,95	2,0 %	3,0 %	5,7 %	8,4 %	26,5 %	21,8 %	14,4 %	9,7 %	2,3 %	6,0 %	298 (100%)

Continúa

Continuação

	2009	2,10	2,1 %	1,8 %	4,2 %	8,8 %	17,6 %	15,8 %	17,6 %	16,9 %	6,3 %	8,8 %	284 (100%)
	2010	2,20	2,9 %	0,7 %	3,9 %	5,0 %	14,6 %	13,6 %	16,1 %	18,2 %	11,8 %	13,2 %	280 (100%)
	26-40	2,29	3,5 %	3,4 %	5,6 %	10,1 %	21,3 %	12,6 %	14,0 %	14,3 %	6,2 %	9,1 %	2154 (100%)
Año de investigación	2005	2,35	8,3 %	4,6 %	6,8 %	13,7 %	23,4 %	13,4 %	11,7 %	9,1 %	2,3 %	6,8 %	351 (100%)
	2006	2,32	4,5 %	3,4 %	7,0 %	14,6 %	29,2 %	8,7 %	10,1 %	8,1 %	5,6 %	8,7 %	356 (100%)
	2007	2,24	2,8 %	5,1 %	5,6 %	11,8 %	25,9 %	9,9 %	13,8 %	13,2 %	4,2 %	7,6 %	355 (100%)
	2008	2,16	3,3 %	4,1 %	5,8 %	8,5 %	20,3 %	15,1 %	17,8 %	14,5 %	4,9 %	5,8 %	365 (100%)
	2009	2,12	1,4 %	1,9 %	4,4 %	6,8 %	14,8 %	14,5 %	18,1 %	19,7 %	5,8 %	12,6 %	365 (100%)
	2010	2,13	1,1 %	1,4 %	4,1 %	5,2 %	14,4 %	14,1 %	12,2 %	20,4 %	14,4 %	12,7 %	362 (100%)
	41-60	2,36	4,0 %	2,2 %	5,4 %	8,2 %	17,9 %	14,5 %	14,2 %	14,3 %	6,9 %	12,3 %	1880 (100%)
Año de investigación	2005	2,44	10,2 %	2,2 %	11,3 %	9,1 %	21,2 %	13,9 %	11,7 %	10,9 %	2,9 %	6,6 %	274 (100%)
	2006	2,50	4,9 %	1,7 %	6,6 %	15,0 %	20,6 %	11,2 %	10,1 %	10,5 %	4,2 %	15,0 %	286 (100%)
	2007	2,24	4,4 %	4,0 %	5,0 %	8,7 %	20,8 %	15,4 %	16,8 %	12,1 %	6,0 %	6,7 %	298 (100%)
	2008	2,17	3,2 %	2,9 %	5,0 %	10,6 %	19,9 %	15,5 %	18,2 %	12,6 %	3,5 %	8,5 %	341 (100%)
	2009	2,18	2,0 %	1,2 %	3,5 %	4,4 %	14,0 %	17,2 %	13,4 %	18,1 %	10,2 %	16,0 %	343 (100%)
	2010	2,05	0,6 %	1,5 %	2,4 %	2,7 %	12,4 %	13,3 %	14,2 %	19,8 %	13,3 %	19,8 %	338 (100%)
	61 y más	2,36	2,4 %	2,0 %	4,4 %	6,0 %	18,2 %	12,3 %	12,4 %	16,2 %	6,8 %	19,2 %	796 (100%)
Año de investigación	2005	2,54	7,4 %	4,6 %	9,3 %	13,9 %	25,0 %	10,2 %	5,6 %	10,2 %	2,8 %	11,1 %	108 (100%)
	2006	2,35	1,6 %	4,7 %	3,1 %	7,1 %	25,2 %	11,0 %	9,4 %	18,1 %	3,9 %	15,7 %	127 (100%)
	2007	2,28	2,8 %	2,1 %	5,5 %	4,8 %	14,5 %	18,6 %	16,6 %	13,8 %	6,9 %	14,5 %	145 (100%)
	2008	2,09	1,5 %	0,8 %	3,0 %	5,3 %	24,1 %	14,3 %	16,5 %	15,0 %	5,3 %	14,3 %	133 (100%)
	2009	2,24	2,1 %	0,7 %	2,8 %	1,4 %	12,1 %	11,3 %	13,5 %	17,7 %	9,2 %	29,1 %	141 (100%)
	2010	2,09	-	-	3,5 %	5,6 %	11,3 %	7,7 %	11,3 %	21,1 %	11,3 %	28,2 %	142 (100%)
	Suma	2,32	3,6 %	2,7 %	5,7 %	9,2 %	20,3 %	13,7 %	13,8 %	13,9 %	6,2 %	11,0 %	6627 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.3 – Escala de desenvolvimento da democracia (por escolaridade)

BASE=6627 Ponderación		Escala de desarrollo de democracia											Suma	
		Desv. Típica	No es democrático	02	03	04	05	06	07	08	09	Total ente democrático		
Año de inversión	2005		2,38	8,7 %	4,0 %	9,3 %	12,9 %	24,0 %	12,5 %	10,1 %	8,9 %	2,9 %	6,8 %	1048 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,64	6,1 %	3,0 %	3,0 %	9,1 %	27,3 %	18,2 %	-	12,1 %	-	21,2 %	33 (100%)
		Básica incompleta	2,64	10,7 %	4,6 %	9,0 %	9,8 %	20,6 %	11,8 %	9,6 %	10,1 %	3,5 %	10,3 %	457 (100%)
		Básica completa	2,44	10,7 %	3,8 %	7,6 %	16,8 %	19,8 %	9,9 %	10,7 %	13,0 %	2,3 %	5,3 %	131 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,12	10,9 %	4,0 %	8,9 %	15,8 %	28,7 %	12,9 %	9,9 %	5,0 %	1,0 %	3,0 %	101 (100%)
		Secundaria, media, técnica completa	2,04	5,4 %	4,1 %	14,0 %	14,0 %	28,4 %	10,8 %	11,7 %	6,8 %	2,3 %	2,7 %	222 (100%)
		Superior Incompleta	1,76	3,6 %	1,8 %	3,6 %	14,3 %	30,4 %	21,4 %	14,3 %	3,6 %	7,1 %	-	56 (100%)
		Superior completa	1,75	2,1 %	2,1 %	6,2 %	20,8 %	29,2 %	18,8 %	8,3 %	8,3 %	2,1 %	2,1 %	48 (100%)
	2006		2,38	4,2 %	3,0 %	6,3 %	13,7 %	25,2 %	10,7 %	10,3 %	10,6 %	4,6 %	11,5 %	1079 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,46	2,4 %	4,9 %	2,4 %	7,3 %	19,5 %	4,9 %	9,8 %	26,8 %	4,9 %	17,1 %	41 (100%)
		Básica incompleta	2,47	4,3 %	3,7 %	5,4 %	12,6 %	23,9 %	10,1 %	10,1 %	11,1 %	5,2 %	13,6 %	485 (100%)
		Básica completa	2,45	2,3 %	1,5 %	8,4 %	19,1 %	22,9 %	10,7 %	5,3 %	8,4 %	6,1 %	15,3 %	131 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,10	2,1 %	4,3 %	9,6 %	16,0 %	30,9 %	7,4 %	10,6 %	10,6 %	3,2 %	5,3 %	94 (100%)
		Secundaria, media, técnica completa	2,32	6,0 %	2,0 %	5,5 %	14,1 %	28,6 %	10,6 %	9,5 %	11,1 %	3,5 %	9,0 %	199 (100%)
		Superior Incompleta	2,22	6,2 %	1,5 %	9,2 %	10,8 %	21,5 %	16,9 %	18,5 %	4,6 %	4,6 %	6,2 %	65 (100%)
		Superior completa	2,00	3,1 %	1,6 %	6,2 %	14,1 %	28,1 %	17,2 %	15,6 %	4,7 %	3,1 %	6,2 %	64 (100%)
	2007		2,24	3,2 %	4,0 %	6,5 %	9,8 %	22,2 %	13,5 %	15,3 %	12,5 %	5,0 %	8,0 %	1108 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,23	2,7 %	1,3 %	-	8,0 %	18,7 %	9,3 %	14,7 %	16,0 %	14,7 %	14,7 %	75 (100%)
		Básica incompleta	2,30	3,1 %	2,9 %	5,6 %	6,7 %	21,3 %	14,1 %	15,7 %	12,6 %	5,8 %	12,1 %	446 (100%)
		Básica completa	2,31	3,2 %	6,3 %	8,7 %	11,1 %	17,5 %	13,5 %	15,1 %	15,1 %	1,6 %	7,9 %	126 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,11	3,2 %	2,1 %	4,3 %	11,7 %	23,4 %	14,9 %	18,1 %	10,6 %	4,3 %	7,4 %	94 (100%)

Continúa

Continuação

		Secundaria, media, técnica completa	2,10	3,4 %	4,2 %	8,8 %	13,4 %	25,2 %	10,1 %	15,1 %	12,6 %	4,2 %	2,9 %	238 (100%)
		Superior Incompleta	1,72	1,8 %	7,1 %	10,7 %	12,5 %	33,9 %	12,5 %	12,5 %	8,9 %	-	-	56 (100%)
		Superior completa	1,94	4,1 %	8,2 %	6,8 %	12,3 %	19,2 %	24,7 %	13,7 %	8,2 %	2,7 %	-	73 (100%)
		2008	2,11	2,7 %	3,1 %	5,2 %	8,7 %	22,3 %	16,9 %	16,9 %	12,8 %	3,9 %	7,7 %	1137 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,53	7,5 %	2,5 %	3,8 %	5,0 %	21,2 %	11,2 %	16,2 %	13,8 %	5,0 %	13,8 %	80 (100%)
		Básica incompleta	2,14	1,2 %	2,2 %	5,2 %	6,9 %	22,9 %	13,5 %	17,2 %	12,8 %	6,4 %	11,6 %	406 (100%)
		Básica completa	1,91	2,2 %	2,2 %	5,1 %	8,0 %	28,5 %	19,0 %	16,1 %	10,2 %	4,4 %	4,4 %	137 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,12	3,6 %	7,3 %	4,5 %	7,3 %	21,8 %	24,5 %	16,4 %	6,4 %	1,8 %	6,4 %	110 (100%)
		Secundaria, media, técnica completa	1,97	3,5 %	2,3 %	5,1 %	12,1 %	21,4 %	18,3 %	16,7 %	15,6 %	1,6 %	3,5 %	257 (100%)
		Superior Incompleta	2,00	-	6,6 %	5,3 %	7,9 %	14,5 %	27,6 %	17,1 %	13,2 %	-	7,9 %	76 (100%)
		Superior completa	2,12	5,6 %	2,8 %	8,5 %	15,5 %	19,7 %	9,9 %	18,3 %	15,5 %	2,8 %	1,4 %	71 (100%)
		2009	2,17	1,9 %	1,5 %	3,9 %	5,9 %	14,9 %	15,3 %	16,0 %	18,3 %	7,7 %	14,7 %	1133 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,30	2,6 %	-	1,3 %	3,8 %	12,8 %	11,5 %	9,0 %	17,9 %	6,4 %	34,6 %	78 (100%)
		Básica incompleta	2,21	1,9 %	1,4 %	3,5 %	5,1 %	15,3 %	15,3 %	15,5 %	16,2 %	7,9 %	18,1 %	432 (100%)
		Básica completa	2,18	2,7 %	1,8 %	3,6 %	10,9 %	17,3 %	14,5 %	13,6 %	19,1 %	8,2 %	8,2 %	110 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,01	0,8 %	-	4,0 %	7,3 %	16,9 %	14,5 %	14,5 %	21,0 %	9,7 %	11,3 %	124 (100%)
		Secundaria, media, técnica completa	2,12	1,7 %	2,9 %	4,2 %	5,0 %	11,7 %	17,9 %	20,0 %	19,2 %	5,8 %	11,7 %	240 (100%)
		Superior Incompleta	2,16	2,5 %	1,2 %	7,5 %	5,0 %	18,8 %	16,2 %	12,5 %	18,8 %	11,2 %	6,2 %	80 (100%)
		Superior completa	2,02	1,4 %	1,4 %	4,3 %	7,2 %	14,5 %	11,6 %	23,2 %	21,7 %	5,8 %	8,7 %	69 (100%)
		2010	2,14	1,2 %	1,1 %	3,5 %	4,5 %	13,5 %	12,9 %	13,6 %	19,8 %	13,0 %	16,9 %	1122 (100%)
	Educación entrevistado	Analfabeto	2,01	1,2 %	1,2 %	-	1,2 %	14,0 %	14,0 %	12,8 %	16,3 %	17,4 %	22,1 %	86 (100%)
		Básica incompleta	2,17	0,8 %	0,8 %	4,2 %	4,2 %	13,5 %	11,7 %	10,3 %	19,9 %	13,8 %	20,7 %	377 (100%)
		Básica completa	1,97	-	0,8 %	2,5 %	1,7 %	13,3 %	16,7 %	10,0 %	17,5 %	18,3 %	19,2 %	120 (100%)
		Secundaria, media, técnica incompleta	2,25	2,1 %	3,2 %	5,3 %	6,4 %	8,5 %	16,0 %	19,1 %	18,1 %	9,6 %	11,7 %	94 (100%)

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	2,19	2,4 %	1,0 %	3,8 %	6,1 %	14,3 %	11,6 %	14,3 %	21,8 %	11,9 %	12,6 %	293 (100%)
	Superior Incompleta	1,93	1,4 %	-	4,1 %	4,1 %	13,5 %	13,5 %	24,3 %	20,3 %	8,1 %	10,8 %	74 (100%)
	Superior completa	1,98	-	1,3 %	1,3 %	5,1 %	15,4 %	12,8 %	16,7 %	20,5 %	9,0 %	17,9 %	78 (100%)
	Suma	2,32	3,6 %	2,7 %	5,7 %	9,2 %	20,3 %	13,7 %	13,8 %	13,9 %	6,2 %	11,0 %	6627 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.4 – Apoio à democracia

BASE=14677 Ponderación		Año de investigación								
		Suma	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Apoio a la democracia	La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno	50,2 %	39,1 %	48,4 %	46,7 %	54,4 %	50,5 %	53,2 %	61,3 %	60,9 %
	En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible	21,6 %	21,1 %	20,7 %	18,3 %	21,4 %	19,3 %	21,7 %	20,0 %	21,7 %
	A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	28,2 %	39,8 %	30,8 %	35,0 %	24,2 %	30,2 %	25,1 %	18,8 %	17,4 %
	Suma	14677 (100%)	1067 (100%)	1022 (100%)	956 (100%)	1020 (100%)	1034 (100%)	1063 (100%)	1082 (100%)	1062 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.5 – Apoio à democracia (por faixa etária)

BASE=9082 Ponderación		Apoio a la democracia				
		Suma	La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno	En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible	A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	
Año de investigación	2002	776 (100%)	47,4 %	18,8 %	33,8 %	
	Edad	15-25	252 (100%)	43,7 %	21,8 %	34,5 %
		26-40	271 (100%)	46,9 %	15,5 %	37,6 %
		41-60	184 (100%)	48,4 %	21,7 %	29,9 %
		61 y más	69 (100%)	60,9 %	13,0 %	26,1 %
	2003	1067 (100%)	39,1 %	21,1 %	39,8 %	
	Edad	15-25	324 (100%)	32,4 %	28,1 %	39,5 %
		26-40	347 (100%)	35,7 %	19,3 %	45,0 %
41-60		274 (100%)	46,3 %	16,1 %	37,7 %	

Continua

Continuação

	61 y más	121 (100%)	50,1 %	19,4 %	30,5 %
	2004	1022 (100%)	48,4 %	20,7 %	30,8 %
Edad	15-25	309 (100%)	48,9 %	19,4 %	31,7 %
	26-40	324 (100%)	43,8 %	21,3 %	34,9 %
	41-60	278 (100%)	51,4 %	20,5 %	28,1 %
	61 y más	111 (100%)	53,2 %	23,4 %	23,4 %
	2005	956 (100%)	46,7 %	18,3 %	35,0 %
Edad	15-25	287 (100%)	42,5 %	17,8 %	39,7 %
	26-40	325 (100%)	46,8 %	18,2 %	35,1 %
	41-60	243 (100%)	49,0 %	18,5 %	32,5 %
	61 y más	101 (100%)	52,5 %	19,8 %	27,7 %
	2006	1020 (100%)	54,4 %	21,4 %	24,2 %
Edad	15-25	300 (100%)	46,0 %	25,3 %	28,7 %
	26-40	337 (100%)	58,8 %	16,9 %	24,3 %
	41-60	267 (100%)	54,3 %	23,6 %	22,1 %
	61 y más	116 (100%)	63,8 %	19,0 %	17,2 %
	2007	1034 (100%)	50,5 %	19,3 %	30,2 %
Edad	15-25	286 (100%)	41,6 %	21,0 %	37,4 %
	26-40	339 (100%)	49,9 %	21,2 %	28,9 %
	41-60	284 (100%)	54,9 %	18,3 %	26,8 %
	61 y más	125 (100%)	62,4 %	12,8 %	24,8 %
	2008	1063 (100%)	53,2 %	21,7 %	25,1 %
Edad	15-25	281 (100%)	51,6 %	23,1 %	25,3 %
	26-40	345 (100%)	50,4 %	20,3 %	29,3 %
	41-60	316 (100%)	54,7 %	20,6 %	24,7 %
	61 y más	121 (100%)	60,3 %	25,6 %	14,0 %
	2009	1082 (100%)	61,3 %	20,0 %	18,8 %
Edad	15-25	273 (100%)	58,6 %	24,9 %	16,5 %
	26-40	356 (100%)	61,0 %	20,5 %	18,5 %
	41-60	318 (100%)	63,2 %	15,1 %	21,7 %
	61 y más	135 (100%)	63,0 %	20,0 %	17,0 %
	2010	1062 (100%)	60,9 %	21,7 %	17,4 %
Edad	15-25	267 (100%)	56,6 %	27,7 %	15,7 %
	26-40	343 (100%)	58,9 %	16,6 %	24,5 %
	41-60	321 (100%)	64,2 %	23,1 %	12,8 %
	61 y más	131 (100%)	67,2 %	19,1 %	13,7 %
	Suma	9082 (100%)	51,5 %	20,4 %	28,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalizeSample.jsp>)

TABELA 6.6 – Apoyo à democracia (por escolaridade)

BASE=9082 Ponderación		Apoyo a la democracia				
		Suma	La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno	En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible	A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	
Año de investigación	2002		776 (100%)	47,4 %	18,8 %	33,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	36 (100%)	47,2 %	22,2 %	30,6 %
		Básica incompleta	391 (100%)	45,3 %	17,1 %	37,6 %
		Básica completa	97 (100%)	41,2 %	16,5 %	42,3 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	76 (100%)	43,4 %	23,7 %	32,9 %
		Secundaria, media, técnica completa	106 (100%)	51,9 %	23,6 %	24,5 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	74,2 %	12,9 %	12,9 %
		Superior completa	39 (100%)	59,0 %	20,5 %	20,5 %
	2003		1067 (100%)	39,1 %	21,1 %	39,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	46 (100%)	43,4 %	10,0 %	46,6 %
		Básica incompleta	500 (100%)	36,8 %	20,2 %	43,0 %
		Básica completa	115 (100%)	25,5 %	19,1 %	55,4 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	115 (100%)	35,4 %	23,4 %	41,2 %
		Secundaria, media, técnica completa	151 (100%)	41,4 %	23,7 %	34,9 %
		Superior Incompleta	85 (100%)	50,1 %	26,5 %	23,4 %
		Superior completa	53 (100%)	69,2 %	23,6 %	7,1 %
	2004		1022 (100%)	48,4 %	20,7 %	30,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	58 (100%)	46,6 %	22,4 %	31,0 %
		Básica incompleta	490 (100%)	45,7 %	17,3 %	36,9 %
		Básica completa	85 (100%)	42,4 %	25,9 %	31,8 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	91 (100%)	45,1 %	24,2 %	30,8 %
Secundaria, media, técnica completa		147 (100%)	50,3 %	21,8 %	27,9 %	

Continua

Continuação

		Superior Incompleta	95 (100%)	58,9 %	24,2 %	16,8 %
		Superior completa	56 (100%)	66,1 %	26,8 %	7,1 %
		2005	956 (100%)	46,7 %	18,3 %	35,0 %
Educação entrevistado		Analfabeto	31 (100%)	51,6 %	9,7 %	38,7 %
		Básica incompleta	400 (100%)	41,8 %	17,5 %	40,8 %
		Básica completa	116 (100%)	40,5 %	15,5 %	44,0 %
		Secundária, média, técnica incompleta	92 (100%)	45,7 %	21,7 %	32,6 %
		Secundária, média, técnica completa	214 (100%)	50,5 %	21,5 %	28,0 %
		Superior Incompleta	56 (100%)	57,1 %	17,9 %	25,0 %
		Superior completa	47 (100%)	72,3 %	17,0 %	10,6 %
				2006	1020 (100%)	54,4 %
Educação entrevistado		Analfabeto	38 (100%)	55,3 %	13,2 %	31,6 %
		Básica incompleta	450 (100%)	49,3 %	22,9 %	27,8 %
		Básica completa	118 (100%)	45,8 %	28,8 %	25,4 %
		Secundária, média, técnica incompleta	88 (100%)	50,0 %	19,3 %	30,7 %
		Secundária, média, técnica completa	197 (100%)	62,4 %	17,3 %	20,3 %
		Superior Incompleta	66 (100%)	69,7 %	16,7 %	13,6 %
		Superior completa	63 (100%)	71,4 %	22,2 %	6,3 %
				2007	1034 (100%)	50,5 %
Educação entrevistado		Analfabeto	68 (100%)	51,5 %	19,1 %	29,4 %
		Básica incompleta	404 (100%)	51,2 %	17,1 %	31,7 %
		Básica completa	116 (100%)	40,5 %	22,4 %	37,1 %
		Secundária, média, técnica incompleta	87 (100%)	43,7 %	17,2 %	39,1 %
		Secundária, média, técnica completa	231 (100%)	50,2 %	22,9 %	26,8 %
		Superior Incompleta	55 (100%)	50,9 %	21,8 %	27,3 %
		Superior completa	73 (100%)	69,9 %	16,4 %	13,7 %
				2008	1063 (100%)	53,2 %

Continua

Continuação

Educación entrevistado	Analfabeto	64 (100%)	51,6 %	18,8 %	29,7 %
	Básica incompleta	373 (100%)	46,6 %	23,1 %	30,3 %
	Básica completa	128 (100%)	40,6 %	27,3 %	32,0 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	106 (100%)	51,9 %	25,5 %	22,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	248 (100%)	60,5 %	19,8 %	19,8 %
	Superior Incompleta	73 (100%)	67,1 %	13,7 %	19,2 %
	Superior completa	71 (100%)	73,2 %	16,9 %	9,9 %
2009		1082 (100%)	61,3 %	20,0 %	18,8 %
Educación entrevistado	Analfabeto	77 (100%)	50,6 %	18,2 %	31,2 %
	Básica incompleta	397 (100%)	56,4 %	20,4 %	23,2 %
	Básica completa	105 (100%)	61,0 %	26,7 %	12,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	119 (100%)	52,9 %	31,1 %	16,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	236 (100%)	67,4 %	14,8 %	17,8 %
	Superior Incompleta	79 (100%)	67,1 %	19,0 %	13,9 %
	Superior completa	69 (100%)	88,4 %	8,7 %	2,9 %
2010		1062 (100%)	60,9 %	21,7 %	17,4 %
Educación entrevistado	Analfabeto	78 (100%)	71,8 %	20,5 %	7,7 %
	Básica incompleta	360 (100%)	59,4 %	22,2 %	18,3 %
	Básica completa	109 (100%)	56,0 %	29,4 %	14,7 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	88 (100%)	52,3 %	15,9 %	31,8 %
	Secundaria, media, técnica completa	279 (100%)	61,6 %	20,4 %	17,9 %
	Superior Incompleta	72 (100%)	61,1 %	25,0 %	13,9 %
	Superior completa	76 (100%)	71,1 %	17,1 %	11,8 %
Suma		9082 (100%)	51,5 %	20,4 %	28,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.7 – Satisfação com a democracia

BASE=9898 Ponderación		Satisfacción con la democracia				
		Suma	Muy satisfecho	Más bien satisfecho	No muy satisfecho	Nada satisfecho
Año de investigación	2002	869 (100%)	1,7 %	22,1 %	51,7 %	24,5 %
	2003	1132 (100%)	0,8 %	28,9 %	48,9 %	21,4 %
	2004	1107 (100%)	0,9 %	29,1 %	49,1 %	20,9 %
	2005	1109 (100%)	1,8 %	21,6 %	48,4 %	28,2 %
	2006	1138 (100%)	4,0 %	34,4 %	47,4 %	14,2 %
	2007	1131 (100%)	2,7 %	29,5 %	49,8 %	18,0 %
	2008	1154 (100%)	2,9 %	36,8 %	45,1 %	15,3 %
	2009	1136 (100%)	3,3 %	47,2 %	34,9 %	14,6 %
	2010	1122 (100%)	3,4 %	48,7 %	33,6 %	14,3 %
	Suma	9898 (100%)	2,4 %	33,5 %	45,3 %	18,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.8 – Satisfação com a democracia (por faixa etária)

BASE=9029 Ponderación			Satisfacción con la democracia				
			Suma	Muy satisfecho	Más bien satisfecho	No muy satisfecho	Nada satisfecho
Año de investigación	2003		1132 (100%)	0,8 %	28,9 %	48,9 %	21,4 %
	Edad	15-25	332 (100%)	0,3 %	22,0 %	57,8 %	19,9 %
		26-40	370 (100%)	1,4 %	27,8 %	49,2 %	21,6 %
		41-60	293 (100%)	0,3 %	31,5 %	45,9 %	22,2 %
		61 y más	137 (100%)	1,3 %	43,0 %	33,0 %	22,7 %
	2004		1107 (100%)	0,9 %	29,1 %	49,1 %	20,9 %
	Edad	15-25	323 (100%)	0,6 %	21,1 %	57,3 %	21,1 %
		26-40	343 (100%)	1,7 %	28,0 %	48,1 %	22,2 %
		41-60	310 (100%)	0,3 %	32,9 %	47,1 %	19,7 %
		61 y más	131 (100%)	0,8 %	42,7 %	36,6 %	19,8 %

Continua

Continuação

2005		1109 (100%)	1,8 %	21,6 %	48,4 %	28,2 %
Edad	15-25	325 (100%)	1,5 %	17,5 %	54,2 %	26,8 %
	26-40	357 (100%)	2,2 %	19,3 %	48,7 %	29,7 %
	41-60	296 (100%)	1,7 %	24,3 %	44,3 %	29,7 %
	61 y más	131 (100%)	1,5 %	31,3 %	42,7 %	24,4 %
2006		1138 (100%)	4,0 %	34,4 %	47,4 %	14,2 %
Edad	15-25	321 (100%)	4,7 %	34,9 %	48,0 %	12,5 %
	26-40	367 (100%)	3,8 %	29,4 %	50,4 %	16,3 %
	41-60	307 (100%)	2,9 %	32,9 %	49,2 %	15,0 %
	61 y más	143 (100%)	4,9 %	49,7 %	34,3 %	11,2 %
2007		1131 (100%)	2,7 %	29,5 %	49,8 %	18,0 %
Edad	15-25	311 (100%)	1,9 %	26,4 %	54,3 %	17,4 %
	26-40	362 (100%)	1,9 %	25,7 %	53,3 %	19,1 %
	41-60	307 (100%)	3,3 %	30,3 %	47,6 %	18,9 %
	61 y más	151 (100%)	4,6 %	43,7 %	36,4 %	15,2 %
2008		1154 (100%)	2,9 %	36,8 %	45,1 %	15,3 %
Edad	15-25	299 (100%)	2,3 %	33,1 %	47,5 %	17,1 %
	26-40	367 (100%)	1,6 %	33,0 %	50,7 %	14,7 %
	41-60	351 (100%)	2,8 %	39,0 %	42,7 %	15,4 %
	61 y más	137 (100%)	7,3 %	49,6 %	30,7 %	12,4 %
2009		1136 (100%)	3,3 %	47,2 %	34,9 %	14,6 %
Edad	15-25	285 (100%)	2,5 %	46,3 %	36,8 %	14,4 %
	26-40	365 (100%)	4,1 %	43,8 %	36,4 %	15,6 %
	41-60	337 (100%)	3,3 %	48,4 %	33,8 %	14,5 %
	61 y más	149 (100%)	2,7 %	54,4 %	30,2 %	12,8 %
2010		1122 (100%)	3,4 %	48,7 %	33,6 %	14,3 %
Edad	15-25	273 (100%)	1,8 %	44,0 %	39,2 %	15,0 %
	26-40	357 (100%)	2,2 %	49,6 %	32,5 %	15,7 %
	41-60	347 (100%)	5,2 %	50,4 %	30,3 %	14,1 %
	61 y más	145 (100%)	4,8 %	51,0 %	33,8 %	10,3 %
Suma		9029 (100%)	2,5 %	34,6 %	44,6 %	18,3 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.9 – Satisfação com a democracia (por escolaridade)

BASE=9029 Ponderación		Satisfação con la democracia					
		Suma	Muy satisfecho	Más bien satisfecho	No muy satisfecho	Nada satisfecho	
Año de investigación	2003		1132 (100%)	0,8 %	28,9 %	48,9 %	21,4 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	-	40,2 %	37,0 %	22,8 %
		Básica incompleta	545 (100%)	0,9 %	33,3 %	43,0 %	22,8 %
		Básica completa	117 (100%)	1,6 %	22,5 %	55,8 %	20,1 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	114 (100%)	-	23,0 %	63,0 %	14,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	158 (100%)	0,6 %	23,2 %	55,4 %	20,8 %
		Superior Incompleta	88 (100%)	-	24,8 %	50,4 %	24,9 %
		Superior completa	54 (100%)	1,8 %	23,5 %	54,1 %	20,5 %
		2004		1107 (100%)	0,9 %	29,1 %	49,1 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	76 (100%)	-	47,4 %	32,9 %	19,7 %
		Básica incompleta	546 (100%)	1,3 %	33,9 %	43,8 %	21,1 %
		Básica completa	86 (100%)	-	20,9 %	57,0 %	22,1 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	93 (100%)	1,1 %	23,7 %	46,2 %	29,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	153 (100%)	1,3 %	21,6 %	56,2 %	20,9 %
		Superior Incompleta	96 (100%)	-	19,8 %	65,6 %	14,6 %
		Superior completa	57 (100%)	-	15,8 %	68,4 %	15,8 %
		2005		1109 (100%)	1,8 %	21,6 %	48,4 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	44 (100%)	2,3 %	43,2 %	36,4 %	18,2 %
		Básica incompleta	505 (100%)	2,4 %	25,7 %	44,4 %	27,5 %

Continua

Continuação

	Básica completa	132 (100%)	0,8 %	18,9 %	43,9 %	36,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	100 (100%)	-	9,0 %	67,0 %	24,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	224 (100%)	1,3 %	15,2 %	52,2 %	31,2 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	3,6 %	19,6 %	50,0 %	26,8 %
	Superior completa	48 (100%)	2,1 %	22,9 %	56,2 %	18,8 %
2006		1138 (100%)	4,0 %	34,4 %	47,4 %	14,2 %
Educação entrevistado	Analfabeto	47 (100%)	6,4 %	63,8 %	21,3 %	8,5 %
	Básica incompleta	529 (100%)	4,3 %	36,7 %	43,5 %	15,5 %
	Básica completa	132 (100%)	4,5 %	31,1 %	53,0 %	11,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	98 (100%)	3,1 %	39,8 %	44,9 %	12,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	203 (100%)	3,0 %	30,5 %	52,2 %	14,3 %
	Superior Incompleta	66 (100%)	3,0 %	21,2 %	65,2 %	10,6 %
	Superior completa	63 (100%)	3,2 %	19,0 %	57,1 %	20,6 %
2007		1131 (100%)	2,7 %	29,5 %	49,8 %	18,0 %
Educação entrevistado	Analfabeto	80 (100%)	5,0 %	48,8 %	33,8 %	12,5 %
	Básica incompleta	461 (100%)	3,9 %	32,3 %	46,9 %	16,9 %
	Básica completa	127 (100%)	1,6 %	19,7 %	53,5 %	25,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	96 (100%)	-	28,1 %	47,9 %	24,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	238 (100%)	2,1 %	27,3 %	54,2 %	16,4 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	-	23,2 %	58,9 %	17,9 %
	Superior completa	73 (100%)	1,4 %	21,9 %	60,3 %	16,4 %

Continua

Continuação

2008		1154 (100%)	2,9 %	36,8 %	45,1 %	15,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	90 (100%)	5,6 %	54,4 %	21,1 %	18,9 %
	Básica incompleta	411 (100%)	3,2 %	38,4 %	42,6 %	15,8 %
	Básica completa	134 (100%)	3,0 %	30,6 %	55,2 %	11,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	112 (100%)	2,7 %	31,2 %	48,2 %	17,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	260 (100%)	1,5 %	33,8 %	49,2 %	15,4 %
	Superior Incompleta	75 (100%)	1,3 %	38,7 %	48,0 %	12,0 %
	Superior completa	72 (100%)	4,2 %	34,7 %	47,2 %	13,9 %
2009		1136 (100%)	3,3 %	47,2 %	34,9 %	14,6 %
Educação entrevistado	Analfabeto	88 (100%)	2,3 %	60,2 %	26,1 %	11,4 %
	Básica incompleta	425 (100%)	3,1 %	49,9 %	33,4 %	13,6 %
	Básica completa	108 (100%)	3,7 %	47,2 %	37,0 %	12,0 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	122 (100%)	4,9 %	45,9 %	32,0 %	17,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	243 (100%)	1,2 %	42,4 %	36,6 %	19,8 %
	Superior Incompleta	81 (100%)	2,5 %	44,4 %	48,1 %	4,9 %
	Superior completa	69 (100%)	10,1 %	36,2 %	36,2 %	17,4 %
2010		1122 (100%)	3,4 %	48,7 %	33,6 %	14,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	93 (100%)	2,2 %	50,5 %	39,8 %	7,5 %
	Básica incompleta	377 (100%)	3,7 %	53,6 %	30,8 %	11,9 %
	Básica completa	121 (100%)	4,1 %	44,6 %	39,7 %	11,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	89 (100%)	-	40,4 %	38,2 %	21,3 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	290 (100%)	4,5 %	46,6 %	33,1 %	15,9 %
	Superior Incompleta	74 (100%)	2,7 %	52,7 %	28,4 %	16,2 %
	Superior completa	78 (100%)	2,6 %	42,3 %	32,1 %	23,1 %
Suma		9029 (100%)	2,5 %	34,6 %	44,6 %	18,3 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalizeSample.jsp>)

TABELA 6.10 – Apoiaria um governo militar?

BASE=4182 Ponderación		Año de investigación				
		Suma	2004	2005	2009	2010
Apoyaría Ud un gobierno militar	Apoyaría un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático	30,4 %	35,2 %	34,5 %	30,9 %	20,7 %
	En ninguna circunstancia apoyaría un gobierno militar	69,6 %	64,8 %	65,5 %	69,1 %	79,3 %
	Suma	4182 (100%)	1048 (100%)	1029 (100%)	1102 (100%)	1003 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalizeSample.jsp>)

TABELA 6.11 – Apoiaria um governo militar? (por faixa etária)

BASE=4182 Ponderación		Apoiaría Ud un gobierno militar			
		Suma	Apoiaría un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático	En ninguna circunstancia apojaría un gobierno militar	
Año de investigación	2004		1048 (100%)	35,2 %	64,8 %
	Edad	15-25	316 (100%)	23,4 %	76,6 %
		26-40	332 (100%)	36,7 %	63,3 %
		41-60	284 (100%)	40,8 %	59,2 %
		61 y más	116 (100%)	49,1 %	50,9 %
	2005		1029 (100%)	34,5 %	65,5 %
	Edad	15-25	309 (100%)	31,4 %	68,6 %
		26-40	337 (100%)	29,7 %	70,3 %
		41-60	265 (100%)	38,9 %	61,1 %
		61 y más	118 (100%)	46,6 %	53,4 %
	2009		1102 (100%)	30,9 %	69,1 %
	Edad	15-25	277 (100%)	33,2 %	66,8 %
		26-40	354 (100%)	26,3 %	73,7 %
		41-60	330 (100%)	31,5 %	68,5 %
		61 y más	141 (100%)	36,9 %	63,1 %
	2010		1003 (100%)	20,7 %	79,3 %
Edad	15-25	240 (100%)	19,6 %	80,4 %	
	26-40	320 (100%)	19,1 %	80,9 %	
	41-60	307 (100%)	21,5 %	78,5 %	
	61 y más	136 (100%)	25,0 %	75,0 %	
Suma		4182 (100%)	30,4 %	69,6 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.12 – Apoiaria um governo militar? (por escolaridade)

BASE=4182 Ponderación		Apoiaría Ud un gobierno militar			
		Suma	Apoiaría un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático	En ninguna circunstancia apojaría un gobierno militar	
Año de investigación	2004		1048 (100%)	35,2 %	64,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	45,5 %	54,5 %
		Básica incompleta	519 (100%)	40,8 %	59,2 %
		Básica completa	86 (100%)	32,6 %	67,4 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica incompleta	91 (100%)	30,8 %	69,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	148 (100%)	25,0 %	75,0 %
	Superior Incompleta	93 (100%)	28,0 %	72,0 %
	Superior completa	56 (100%)	23,2 %	76,8 %
2005		1029 (100%)	34,5 %	65,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	40 (100%)	42,5 %	57,5 %
	Básica incompleta	458 (100%)	40,6 %	59,4 %
	Básica completa	124 (100%)	31,5 %	68,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	96 (100%)	33,3 %	66,7 %
	Secundaria, media, técnica completa	210 (100%)	30,5 %	69,5 %
	Superior Incompleta	54 (100%)	14,8 %	85,2 %
	Superior completa	47 (100%)	19,1 %	80,9 %
2009		1102 (100%)	30,9 %	69,1 %
Educação entrevistado	Analfabeto	89 (100%)	29,2 %	70,8 %
	Básica incompleta	408 (100%)	33,6 %	66,4 %
	Básica completa	102 (100%)	27,5 %	72,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	119 (100%)	35,3 %	64,7 %
	Secundaria, media, técnica completa	237 (100%)	28,7 %	71,3 %
	Superior Incompleta	80 (100%)	25,0 %	75,0 %
	Superior completa	67 (100%)	29,9 %	70,1 %
2010		1003 (100%)	20,7 %	79,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	89 (100%)	19,1 %	80,9 %
	Básica incompleta	335 (100%)	21,5 %	78,5 %
	Básica completa	101 (100%)	18,8 %	81,2 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica incompleta	84 (100%)	22,6 %	77,4 %
	Secundaria, media, técnica completa	256 (100%)	22,7 %	77,3 %
	Superior Incompleta	64 (100%)	20,3 %	79,7 %
	Superior completa	74 (100%)	13,5 %	86,5 %
Suma		4182 (100%)	30,4 %	69,6 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.13 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos

BASE=3251 Ponderación		Identificador de país				
		Suma	Brasil			
			Suma	Año de investigación		
				2003	2004	2008
No me importaría un gobierno no democrático en el poder si resuelve los problemas económicos	Muy de acuerdo	30,4 %	30,4 %	38,1 %	32,7 %	20,8 %
	De acuerdo	34,8 %	34,8 %	33,4 %	30,0 %	40,5 %
	En desacuerdo	16,9 %	16,9 %	10,7 %	16,9 %	22,8 %
	Muy en desacuerdo	17,9 %	17,9 %	17,8 %	20,3 %	15,9 %
	Suma	3251 (100%)	3251 (100%)	1089 (100%)	1039 (100%)	1123 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.14 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (por faixa etária)

BASE=3251 Ponderación		No me importaría un gobierno no democrático en el poder si resuelve los problemas económicos					
		Suma	Muy de acuerdo	De acuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo	
Año de investigación	2003	1089 (100%)	38,1 %	33,4 %	10,7 %	17,8 %	
	Edad	15-25	325 (100%)	37,2 %	33,8 %	12,0 %	16,9 %
		26-40	352 (100%)	36,4 %	30,4 %	14,5 %	18,8 %
		41-60	282 (100%)	37,2 %	38,4 %	6,1 %	18,2 %
		61 y más	130 (100%)	46,8 %	29,5 %	7,3 %	16,4 %
	2004	1039 (100%)	32,7 %	30,0 %	16,9 %	20,3 %	
	Edad	15-25	319 (100%)	29,8 %	35,1 %	16,6 %	18,5 %
		26-40	325 (100%)	36,3 %	26,8 %	16,3 %	20,6 %
		41-60	284 (100%)	31,3 %	28,9 %	18,7 %	21,1 %
		61 y más	111 (100%)	34,2 %	27,9 %	15,3 %	22,5 %
	2008	1123 (100%)	20,8 %	40,5 %	22,8 %	15,9 %	
	Edad	15-25	293 (100%)	18,8 %	39,2 %	27,3 %	14,7 %
		26-40	357 (100%)	21,0 %	42,0 %	21,6 %	15,4 %
		41-60	337 (100%)	22,6 %	40,1 %	21,4 %	16,0 %
		61 y más	136 (100%)	20,6 %	40,4 %	19,9 %	19,1 %
	Suma	3251 (100%)	30,4 %	34,8 %	16,9 %	17,9 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.15 - Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (por escolaridade)

BASE=3251 Ponderación		No me importaría un gobierno no democrático en el poder si resuelve los problemas económicos					
		Suma	Muy de acuerdo	De acuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo	
Año de investigación	2003	1089 (100%)	38,1 %	33,4 %	10,7 %	17,8 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	50 (100%)	46,8 %	32,6 %	9,2 %	11,4 %
		Básica incompleta	516 (100%)	41,7 %	34,0 %	9,8 %	14,5 %
		Básica completa	114 (100%)	36,1 %	35,5 %	14,1 %	14,4 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	114 (100%)	37,9 %	27,1 %	14,9 %	20,0 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	155 (100%)	32,8 %	35,3 %	9,0 %	23,0 %
	Superior Incompleta	86 (100%)	30,7 %	31,4 %	14,9 %	23,0 %
	Superior completa	53 (100%)	26,7 %	35,5 %	3,7 %	34,0 %
2004		1039 (100%)	32,7 %	30,0 %	16,9 %	20,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	43,6 %	25,5 %	14,5 %	16,4 %
	Básica incompleta	510 (100%)	37,1 %	30,2 %	14,9 %	17,8 %
	Básica completa	84 (100%)	36,9 %	22,6 %	16,7 %	23,8 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	94 (100%)	34,0 %	31,9 %	16,0 %	18,1 %
	Secundaria, media, técnica completa	146 (100%)	24,0 %	31,5 %	24,0 %	20,5 %
	Superior Incompleta	93 (100%)	18,3 %	35,5 %	20,4 %	25,8 %
	Superior completa	57 (100%)	21,1 %	28,1 %	15,8 %	35,1 %
2008		1123 (100%)	20,8 %	40,5 %	22,8 %	15,9 %
Educação entrevistado	Analfabeto	78 (100%)	23,1 %	50,0 %	23,1 %	3,8 %
	Básica incompleta	401 (100%)	21,7 %	45,9 %	21,7 %	10,7 %
	Básica completa	136 (100%)	25,7 %	33,1 %	25,7 %	15,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	107 (100%)	22,4 %	42,1 %	20,6 %	15,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	254 (100%)	16,1 %	39,8 %	25,2 %	18,9 %
	Superior Incompleta	75 (100%)	24,0 %	29,3 %	21,3 %	25,3 %
	Superior completa	72 (100%)	15,3 %	26,4 %	19,4 %	38,9 %
Suma		3251 (100%)	30,4 %	34,8 %	16,9 %	17,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.16 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil?

BASE=3211 Ponderación		Año de investigación			
		Suma	2002	2009	2010
Para el gobierno está permitido el desobedecer la ley, al parlamento y/o a las instituciones para tratar una situación difícil	Muy de acuerdo	19,8 %	31,5 %	14,6 %	15,7 %
	De acuerdo	32,2 %	20,9 %	30,2 %	43,4 %
	En desacuerdo	20,3 %	14,9 %	25,0 %	19,9 %
	Muy en desacuerdo	27,7 %	32,8 %	30,3 %	21,0 %
	Suma	3211 (100%)	922 (100%)	1160 (100%)	1129 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.17 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil? (por faixa etária)

BASE=3211 Ponderación			Para el gobierno está permitido el desobedecer la ley, al parlamento y/o a las instituciones para tratar una situación difícil				
			Suma	Muy de acuerdo	De acuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo
Año de investigación	2002		922 (100%)	31,5 %	20,9 %	14,9 %	32,8 %
	Edad	15-25	279 (100%)	31,2 %	23,7 %	14,3 %	30,8 %
		26-40	318 (100%)	32,7 %	19,5 %	15,7 %	32,1 %
		41-60	230 (100%)	33,5 %	20,4 %	11,7 %	34,3 %
		61 y más	95 (100%)	23,2 %	18,9 %	21,1 %	36,8 %
	2009		1160 (100%)	14,6 %	30,2 %	25,0 %	30,3 %
	Edad	15-25	291 (100%)	15,1 %	32,6 %	25,4 %	26,8 %
		26-40	367 (100%)	13,1 %	31,1 %	23,4 %	32,4 %
		41-60	355 (100%)	14,9 %	27,6 %	27,0 %	30,4 %
		61 y más	147 (100%)	16,3 %	29,3 %	23,1 %	31,3 %
	2010		1129 (100%)	15,7 %	43,4 %	19,9 %	21,0 %

Continua

Continuação

Edad	15-25	277 (100%)	16,2 %	48,0 %	19,1 %	16,6 %
	26-40	363 (100%)	15,2 %	41,9 %	21,5 %	21,5 %
	41-60	342 (100%)	17,3 %	44,2 %	15,8 %	22,8 %
	61 y más	147 (100%)	12,2 %	36,7 %	27,2 %	23,8 %
Suma		3211 (100%)	19,8 %	32,2 %	20,3 %	27,7 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.18 – Para o governo é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil? (por escolaridade)

BASE=3211 Ponderación			Para el gobierno está permitido el desobedecer la ley, al parlamento y/o a las instituciones para tratar una situación difícil				
			Suma	Muy de acuerdo	De acuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo
Año de investigación	2002		922 (100%)	31,5 %	20,9 %	14,9 %	32,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	62 (100%)	38,7 %	22,6 %	14,5 %	24,2 %
		Básica incompleta	493 (100%)	34,3 %	18,9 %	13,2 %	33,7 %
		Básica completa	104 (100%)	33,7 %	24,0 %	13,5 %	28,8 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	81 (100%)	23,5 %	24,7 %	16,0 %	35,8 %
		Secundaria, media, técnica completa	111 (100%)	26,1 %	26,1 %	22,5 %	25,2 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	22,6 %	12,9 %	19,4 %	45,2 %
		Superior completa	40 (100%)	17,5 %	20,0 %	12,5 %	50,0 %
		2009		1160 (100%)	14,6 %	30,2 %	25,0 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	92 (100%)	17,4 %	28,3 %	27,2 %	27,2 %

Continua

Continuação

	Básica incompleta	446 (100%)	15,5 %	29,8 %	26,0 %	28,7 %
	Básica completa	106 (100%)	17,0 %	33,0 %	25,5 %	24,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	124 (100%)	15,3 %	33,1 %	21,0 %	30,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	242 (100%)	13,6 %	32,6 %	26,9 %	26,9 %
	Superior Incompleta	81 (100%)	12,3 %	28,4 %	23,5 %	35,8 %
	Superior completa	69 (100%)	5,8 %	18,8 %	17,4 %	58,0 %
2010		1129 (100%)	15,7 %	43,4 %	19,9 %	21,0 %
Educação entrevistado	Analfabeto	98 (100%)	10,2 %	44,9 %	24,5 %	20,4 %
	Básica incompleta	375 (100%)	16,5 %	44,8 %	19,5 %	19,2 %
	Básica completa	122 (100%)	12,3 %	49,2 %	18,0 %	20,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	93 (100%)	17,2 %	41,9 %	18,3 %	22,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	290 (100%)	16,9 %	43,4 %	20,7 %	19,0 %
	Superior Incompleta	73 (100%)	19,2 %	34,2 %	23,3 %	23,3 %
	Superior completa	78 (100%)	14,1 %	35,9 %	15,4 %	34,6 %
Suma		3211 (100%)	19,8 %	32,2 %	20,3 %	27,7 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.19 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional

BASE=5796 Ponderación		No puede haber democracia sin un congreso nacional		
		Suma	Sin Congreso Nacional no puede haber democracia	La democracia puede funcionar sin Congreso Nacional
Año de investigación	2002	753 (100%)	61,9 %	38,1 %
	2005	992 (100%)	58,4 %	41,6 %
	2006	992 (100%)	60,2 %	39,8 %
	2008	1016 (100%)	53,1 %	46,9 %
	2009	1020 (100%)	53,6 %	46,4 %
	2010	1023 (100%)	50,5 %	49,5 %
	Suma	5796 (100%)	56,0 %	44,0 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.20 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional (por faixa etária)

BASE=5796 Ponderación		No puede haber democracia sin un congreso nacional			
		Suma	Sin Congreso Nacional no puede haber democracia	La democracia puede funcionar sin Congreso Nacional	
Año de investigación	2002	753 (100%)	61,9 %	38,1 %	
	Edad	15-25	241 (100%)	57,7 %	42,3 %
		26-40	262 (100%)	61,8 %	38,2 %
		41-60	181 (100%)	64,1 %	35,9 %
		61 y más	69 (100%)	71,0 %	29,0 %
	2005	992 (100%)	58,4 %	41,6 %	
	Edad	15-25	288 (100%)	59,4 %	40,6 %
		26-40	323 (100%)	59,8 %	40,2 %
		41-60	262 (100%)	51,9 %	48,1 %
		61 y más	119 (100%)	66,4 %	33,6 %
	2006	992 (100%)	60,2 %	39,8 %	
	Edad	15-25	288 (100%)	60,4 %	39,6 %
26-40		323 (100%)	57,0 %	43,0 %	

Continua

Continuação

	41-60	265 (100%)	61,1 %	38,9 %
	61 y más	116 (100%)	66,4 %	33,6 %
2008		1016 (100%)	53,1 %	46,9 %
Edad	15-25	277 (100%)	46,9 %	53,1 %
	26-40	331 (100%)	55,9 %	44,1 %
	41-60	296 (100%)	54,7 %	45,3 %
	61 y más	112 (100%)	55,4 %	44,6 %
2009		1020 (100%)	53,6 %	46,4 %
Edad	15-25	261 (100%)	47,9 %	52,1 %
	26-40	336 (100%)	50,3 %	49,7 %
	41-60	300 (100%)	58,7 %	41,3 %
	61 y más	123 (100%)	62,6 %	37,4 %
2010		1023 (100%)	50,5 %	49,5 %
Edad	15-25	255 (100%)	48,2 %	51,8 %
	26-40	329 (100%)	50,2 %	49,8 %
	41-60	312 (100%)	49,4 %	50,6 %
	61 y más	127 (100%)	59,1 %	40,9 %
Suma		5796 (100%)	56,0 %	44,0 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.21 – Não pode haver democracia sem um Congresso Nacional (por escolaridade)

BASE=5796 Ponderación		No puede haber democracia sin un congreso nacional			
		Suma	Sin Congreso Nacional no puede haber democracia	La democracia puede funcionar sin Congreso Nacional	
Año de investigación	2002		753 (100%)	61,9 %	38,1 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	39 (100%)	79,5 %	20,5 %
		Básica incompleta	376 (100%)	67,3 %	32,7 %
		Básica completa	93 (100%)	58,1 %	41,9 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	72 (100%)	56,9 %	43,1 %
		Secundaria, media, técnica completa	104 (100%)	51,0 %	49,0 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	51,6 %	48,4 %

Continua

Continuação

	Superior completa	38 (100%)	47,4 %	52,6 %
2005		992 (100%)	58,4 %	41,6 %
Educação entrevistado	Analfabeto	38 (100%)	71,1 %	28,9 %
	Básica incompleta	440 (100%)	60,7 %	39,3 %
	Básica completa	114 (100%)	51,8 %	48,2 %
	Secundária, média, técnica incompleta	92 (100%)	59,8 %	40,2 %
	Secundária, média, técnica completa	214 (100%)	57,5 %	42,5 %
	Superior Incompleta	52 (100%)	44,2 %	55,8 %
	Superior completa	42 (100%)	59,5 %	40,5 %
2006		992 (100%)	60,2 %	39,8 %
Educação entrevistado	Analfabeto	36 (100%)	83,3 %	16,7 %
	Básica incompleta	433 (100%)	58,9 %	41,1 %
	Básica completa	120 (100%)	57,5 %	42,5 %
	Secundária, média, técnica incompleta	85 (100%)	58,8 %	41,2 %
	Secundária, média, técnica completa	191 (100%)	59,2 %	40,8 %
	Superior Incompleta	64 (100%)	56,2 %	43,8 %
	Superior completa	63 (100%)	69,8 %	30,2 %
2008		1016 (100%)	53,1 %	46,9 %
Educação entrevistado	Analfabeto	65 (100%)	56,9 %	43,1 %
	Básica incompleta	350 (100%)	56,3 %	43,7 %
	Básica completa	119 (100%)	44,5 %	55,5 %
	Secundária, média, técnica incompleta	98 (100%)	49,0 %	51,0 %
	Secundária, média, técnica completa	243 (100%)	52,7 %	47,3 %
	Superior Incompleta	70 (100%)	55,7 %	44,3 %
	Superior completa	71 (100%)	52,1 %	47,9 %

Continua

Continuação

2009		1020 (100%)	53,6 %	46,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	63 (100%)	65,1 %	34,9 %
	Básica incompleta	367 (100%)	57,8 %	42,2 %
	Básica completa	102 (100%)	54,9 %	45,1 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	116 (100%)	39,7 %	60,3 %
	Secundaria, media, técnica completa	225 (100%)	48,9 %	51,1 %
	Superior Incompleta	78 (100%)	43,6 %	56,4 %
	Superior completa	69 (100%)	69,6 %	30,4 %
2010		1023 (100%)	50,5 %	49,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	73 (100%)	57,5 %	42,5 %
	Básica incompleta	335 (100%)	50,4 %	49,6 %
	Básica completa	113 (100%)	46,9 %	53,1 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	88 (100%)	51,1 %	48,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	272 (100%)	49,3 %	50,7 %
	Superior Incompleta	69 (100%)	36,2 %	63,8 %
	Superior completa	73 (100%)	67,1 %	32,9 %
Suma		5796 (100%)	56,0 %	44,0 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

ABELA 6.22 – Probabilidade de um golpe de estado no País

BASE=2060 Ponderación		Año de investigación		
		Suma	2009	2010
Probabilidad de un Golpe de Estado en (país)	Muy probable	9,5 %	11,3 %	7,6 %
	Bastante probable	27,4 %	27,6 %	27,2 %
	Poco probable	31,2 %	31,5 %	30,8 %
	Nada probable	31,9 %	29,6 %	34,3 %
	Suma	2060 (100%)	1035 (100%)	1025 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.23 – Probabilidade de um golpe de estado no País (por faixa etária)

BASE=2060 Ponderación			Probabilidad de un Golpe de Estado en (país)				
			Suma	Muy probable	Bastante probable	Poco probable	Nada probable
Año de investigación	2009		1035 (100%)	11,3 %	27,6 %	31,5 %	29,6 %
	Edad	15-25	264 (100%)	12,1 %	29,9 %	33,3 %	24,6 %
		26-40	339 (100%)	10,6 %	27,4 %	31,9 %	30,1 %
		41-60	307 (100%)	12,1 %	25,1 %	32,6 %	30,3 %
		61 y más	125 (100%)	9,6 %	29,6 %	24,0 %	36,8 %
	2010		1025 (100%)	7,6 %	27,2 %	30,8 %	34,3 %
	Edad	15-25	251 (100%)	10,0 %	31,5 %	27,5 %	31,1 %
		26-40	335 (100%)	7,2 %	28,1 %	33,4 %	31,3 %
		41-60	319 (100%)	6,9 %	26,3 %	30,1 %	36,7 %
		61 y más	120 (100%)	5,8 %	18,3 %	32,5 %	43,3 %
	Suma		2060 (100%)	9,5 %	27,4 %	31,2 %	31,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.24 – Probabilidade de um golpe de estado no País (por escolaridade)

BASE=2060 Ponderación		Probabilidad de un Golpe de Estado en (país)					
		Suma	Muy probable	Bastante probable	Poco probable	Nada probable	
Año de investigación	2009	1035 (100%)	11,3 %	27,6 %	31,5 %	29,6 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	73 (100%)	9,6 %	26,0 %	21,9 %	42,5 %
		Básica incompleta	375 (100%)	12,8 %	31,2 %	29,6 %	26,4 %
		Básica completa	103 (100%)	11,7 %	27,2 %	34,0 %	27,2 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	116 (100%)	13,8 %	29,3 %	30,2 %	26,7 %
		Secundaria, media, técnica completa	224 (100%)	12,1 %	23,7 %	32,1 %	32,1 %
		Superior Incompleta	76 (100%)	3,9 %	18,4 %	42,1 %	35,5 %
		Superior completa	68 (100%)	5,9 %	30,9 %	36,8 %	26,5 %
	2010	1025 (100%)	7,6 %	27,2 %	30,8 %	34,3 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	75 (100%)	1,3 %	24,0 %	30,7 %	44,0 %
		Básica incompleta	338 (100%)	9,8 %	29,0 %	29,6 %	31,7 %
		Básica completa	109 (100%)	3,7 %	32,1 %	31,2 %	33,0 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	90 (100%)	15,6 %	25,6 %	33,3 %	25,6 %
		Secundaria, media, técnica completa	268 (100%)	5,6 %	26,9 %	31,3 %	36,2 %
		Superior Incompleta	69 (100%)	8,7 %	29,0 %	31,9 %	30,4 %
		Superior completa	76 (100%)	6,6 %	17,1 %	30,3 %	46,1 %
	Suma	2060 (100%)	9,5 %	27,4 %	31,2 %	31,9 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.25 – Ação política: assinar uma petição

BASE=5233 Ponderación		Año de investigación					
		Suma	2002	2005	2006	2007	2008
Acción política: Firmar una petición	La ha realizado	18,8 %	24,4 %	7,5 %	37,4 %	8,8 %	13,3 %
	La podría realizar	39,1 %	48,7 %	26,2 %	38,4 %	38,1 %	45,3 %
	Nunca la haría	42,1 %	26,9 %	66,3 %	24,2 %	53,1 %	41,4 %
	Suma	5233 (100%)	981 (100%)	1082 (100%)	1176 (100%)	956 (100%)	1038 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.26 – Ação política: assinar uma petição (por faixa etária)

BASE=5233 Ponderación		Acción política: Firmar una petición				
		Suma	La ha realizado	La podría realizar	Nunca la haría	
Año de investigación	2002		981 (100%)	24,4 %	48,7 %	26,9 %
	Edad	15-25	289 (100%)	22,5 %	57,4 %	20,1 %
		26-40	331 (100%)	25,4 %	48,6 %	26,0 %
		41-60	255 (100%)	25,9 %	46,7 %	27,5 %
		61 y más	106 (100%)	22,6 %	30,2 %	47,2 %
	2005		1082 (100%)	7,5 %	26,2 %	66,3 %
	Edad	15-25	309 (100%)	4,2 %	28,5 %	67,3 %
		26-40	350 (100%)	8,9 %	34,6 %	56,6 %
		41-60	289 (100%)	8,3 %	20,8 %	70,9 %
		61 y más	134 (100%)	9,7 %	11,2 %	79,1 %
	2006		1176 (100%)	37,4 %	38,4 %	24,2 %
	Edad	15-25	325 (100%)	32,9 %	44,0 %	23,1 %
		26-40	371 (100%)	40,2 %	39,6 %	20,2 %
		41-60	321 (100%)	42,1 %	33,0 %	24,9 %
		61 y más	159 (100%)	30,8 %	34,6 %	34,6 %
	2007		956 (100%)	8,8 %	38,1 %	53,1 %
	Edad	15-25	255 (100%)	4,3 %	47,1 %	48,6 %
		26-40	301 (100%)	6,3 %	45,5 %	48,2 %
		41-60	272 (100%)	11,8 %	29,4 %	58,8 %
		61 y más	128 (100%)	17,2 %	21,1 %	61,7 %
2008		1038 (100%)	13,3 %	45,3 %	41,4 %	
Edad	15-25	267 (100%)	13,1 %	49,1 %	37,8 %	
	26-40	346 (100%)	11,3 %	46,5 %	42,2 %	
	41-60	300 (100%)	13,7 %	47,0 %	39,3 %	
	61 y más	125 (100%)	18,4 %	29,6 %	52,0 %	
Suma		5233 (100%)	18,8 %	39,1 %	42,1 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.27 – Ação política: assinar uma petição (por escolaridade)

BASE=5233 Ponderación		Acción política: Firmar una petición				
		Suma	La ha realizado	La podría realizar	Nunca la haría	
Año de investigación	2002		981 (100%)	24,4 %	48,7 %	26,9 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	69 (100%)	15,9 %	43,5 %	40,6 %
		Básica incompleta	539 (100%)	17,3 %	48,8 %	34,0 %
		Básica completa	108 (100%)	29,6 %	48,1 %	22,2 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	82 (100%)	34,1 %	51,2 %	14,6 %
		Secundaria, media, técnica completa	111 (100%)	36,9 %	53,2 %	9,9 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	38,7 %	41,9 %	19,4 %
		Superior completa	41 (100%)	53,7 %	46,3 %	-
	2005		1082 (100%)	7,5 %	26,2 %	66,3 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	50 (100%)	6,0 %	6,0 %	88,0 %
		Básica incompleta	496 (100%)	5,4 %	17,5 %	77,0 %
		Básica completa	122 (100%)	8,2 %	31,1 %	60,7 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	98 (100%)	7,1 %	29,6 %	63,3 %
		Secundaria, media, técnica completa	219 (100%)	6,4 %	40,2 %	53,4 %
		Superior Incompleta	51 (100%)	5,9 %	39,2 %	54,9 %
		Superior completa	46 (100%)	37,0 %	41,3 %	21,7 %
	2006		1176 (100%)	37,4 %	38,4 %	24,2 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	56 (100%)	17,9 %	33,9 %	48,2 %
		Básica incompleta	555 (100%)	29,9 %	39,5 %	30,6 %
		Básica completa	133 (100%)	33,8 %	39,1 %	27,1 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica incompleta	98 (100%)	38,8 %	41,8 %	19,4 %
	Secundaria, media, técnica completa	205 (100%)	48,3 %	39,5 %	12,2 %
	Superior Incompleta	65 (100%)	56,9 %	36,9 %	6,2 %
	Superior completa	64 (100%)	70,3 %	23,4 %	6,2 %
2007		956 (100%)	8,8 %	38,1 %	53,1 %
Educação entrevistado	Analfabeto	76 (100%)	6,6 %	22,4 %	71,1 %
	Básica incompleta	366 (100%)	6,8 %	26,5 %	66,7 %
	Básica completa	105 (100%)	7,6 %	33,3 %	59,0 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	80 (100%)	7,5 %	51,2 %	41,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	212 (100%)	6,1 %	51,9 %	42,0 %
	Superior Incompleta	49 (100%)	10,2 %	59,2 %	30,6 %
	Superior completa	68 (100%)	32,4 %	51,5 %	16,2 %
2008		1038 (100%)	13,3 %	45,3 %	41,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	78 (100%)	10,3 %	33,3 %	56,4 %
	Básica incompleta	360 (100%)	9,2 %	45,3 %	45,6 %
	Básica completa	121 (100%)	6,6 %	48,8 %	44,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	104 (100%)	10,6 %	51,9 %	37,5 %
	Secundaria, media, técnica completa	235 (100%)	16,6 %	44,7 %	38,7 %
	Superior Incompleta	72 (100%)	26,4 %	45,8 %	27,8 %
	Superior completa	68 (100%)	29,4 %	44,1 %	26,5 %
Suma		5233 (100%)	18,8 %	39,1 %	42,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.28 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas

BASE=6742 Ponderación		Año de investigación						
		Suma	2002	2003	2005	2006	2007	2008
Acción política: Asistir a manifestaciones autorizadas	La ha realizado	16,2 %	25,1 %	12,1 %	12,2 %	16,7 %	15,2 %	17,6 %
	La podría realizar	35,3 %	33,9 %	27,2 %	26,3 %	41,7 %	39,4 %	43,7 %
	Nunca la haría	48,4 %	41,0 %	60,8 %	61,5 %	41,6 %	45,4 %	38,7 %
	Suma	6742 (100%)	979 (100%)	1174 (100%)	1172 (100%)	1166 (100%)	1109 (100%)	1142 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.29 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas (por faixa etária)

BASE=6742 Ponderación			Acción política: Asistir a manifestaciones autorizadas				
			Suma	La ha realizado	La podría realizar	Nunca la haría	
Año de investigación	2002	Edad		979 (100%)	25,1 %	33,9 %	41,0 %
		15-25	289 (100%)	23,5 %	42,2 %	34,3 %	
		26-40	331 (100%)	26,6 %	33,8 %	39,6 %	
		41-60	255 (100%)	26,7 %	31,4 %	42,0 %	
	61 y más	104 (100%)	21,2 %	17,3 %	61,5 %		
	2003	Edad		1174 (100%)	12,1 %	27,2 %	60,8 %
		15-25	334 (100%)	10,8 %	44,9 %	44,3 %	
		26-40	377 (100%)	13,3 %	26,5 %	60,2 %	
		41-60	310 (100%)	14,8 %	16,9 %	68,3 %	
	61 y más	153 (100%)	6,3 %	10,8 %	82,9 %		
	2005	Edad		1172 (100%)	12,2 %	26,3 %	61,5 %
		15-25	333 (100%)	10,5 %	37,8 %	51,7 %	
		26-40	379 (100%)	15,6 %	31,1 %	53,3 %	
		41-60	315 (100%)	12,1 %	15,6 %	72,4 %	
	61 y más	145 (100%)	7,6 %	10,3 %	82,1 %		
	2006	Edad		1166 (100%)	16,7 %	41,7 %	41,6 %
		15-25	325 (100%)	16,0 %	51,4 %	32,6 %	
		26-40	374 (100%)	16,3 %	47,6 %	36,1 %	
		41-60	313 (100%)	20,4 %	31,9 %	47,6 %	
	61 y más	154 (100%)	11,7 %	26,6 %	61,7 %		
2007	Edad		1109 (100%)	15,2 %	39,4 %	45,4 %	
	15-25	301 (100%)	12,3 %	49,2 %	38,5 %		
	26-40	357 (100%)	16,0 %	43,4 %	40,6 %		

Continúa

Continuação

	41-60	303 (100%)	16,8 %	32,3 %	50,8 %
	61 y más	148 (100%)	16,2 %	24,3 %	59,5 %
2008		1142 (100%)	17,6 %	43,7 %	38,7 %
Edad	15-25	294 (100%)	17,0 %	52,4 %	30,6 %
	26-40	368 (100%)	19,3 %	43,8 %	37,0 %
	41-60	340 (100%)	16,5 %	40,6 %	42,9 %
	61 y más	140 (100%)	17,1 %	32,9 %	50,0 %
Suma		6742 (100%)	16,2 %	35,3 %	48,4 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.30 – Ação política: assistir a manifestações autorizadas (por escolaridade)

BASE=6742 Ponderación			Acción política: Asistir a manifestaciones autorizadas			
			Suma	La ha realizado	La podría realizar	Nunca la haría
Año de investigación	2002		979 (100%)	25,1 %	33,9 %	41,0 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	70 (100%)	20,0 %	32,9 %	47,1 %
		Básica incompleta	535 (100%)	19,1 %	33,3 %	47,7 %
		Básica completa	108 (100%)	26,9 %	31,5 %	41,7 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	83 (100%)	28,9 %	41,0 %	30,1 %
		Secundaria, media, técnica completa	111 (100%)	40,5 %	34,2 %	25,2 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	32,3 %	38,7 %	29,0 %
		Superior completa	41 (100%)	53,7 %	31,7 %	14,6 %
	2003		1174 (100%)	12,1 %	27,2 %	60,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	67 (100%)	2,8 %	10,8 %	86,3 %
		Básica incompleta	571 (100%)	8,3 %	20,3 %	71,4 %
		Básica completa	120 (100%)	9,9 %	32,0 %	58,1 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	117 (100%)	11,9 %	46,1 %	42,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	157 (100%)	15,9 %	38,6 %	45,6 %

Continúa

Continuação

	Superior Incompleta	87 (100%)	19,5 %	36,8 %	43,7 %
	Superior completa	54 (100%)	45,3 %	19,0 %	35,7 %
2005		1172 (100%)	12,2 %	26,3 %	61,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	54 (100%)	1,9 %	5,6 %	92,6 %
	Básica incompleta	558 (100%)	7,5 %	19,2 %	73,3 %
	Básica completa	133 (100%)	10,5 %	33,1 %	56,4 %
	Secundária, media, técnica incompleta	101 (100%)	14,9 %	36,6 %	48,5 %
	Secundária, media, técnica completa	224 (100%)	15,6 %	42,0 %	42,4 %
	Superior Incompleta	55 (100%)	20,0 %	29,1 %	50,9 %
	Superior completa	47 (100%)	53,2 %	14,9 %	31,9 %
2006		1166 (100%)	16,7 %	41,7 %	41,6 %
Educação entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	10,9 %	27,3 %	61,8 %
	Básica incompleta	547 (100%)	12,4 %	38,6 %	49,0 %
	Básica completa	132 (100%)	16,7 %	40,2 %	43,2 %
	Secundária, media, técnica incompleta	97 (100%)	14,4 %	53,6 %	32,0 %
	Secundária, media, técnica completa	205 (100%)	21,5 %	48,3 %	30,2 %
	Superior Incompleta	66 (100%)	27,3 %	51,5 %	21,2 %
	Superior completa	64 (100%)	35,9 %	34,4 %	29,7 %
2007		1109 (100%)	15,2 %	39,4 %	45,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	90 (100%)	12,2 %	30,0 %	57,8 %
	Básica incompleta	434 (100%)	11,1 %	32,0 %	56,9 %
	Básica completa	125 (100%)	14,4 %	37,6 %	48,0 %
	Secundária, media, técnica incompleta	96 (100%)	16,7 %	49,0 %	34,4 %
	Secundária, media, técnica completa	235 (100%)	14,5 %	49,8 %	35,7 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	26,8 %	50,0 %	23,2 %

Continua

Continuação

	Superior completa	73 (100%)	37,0 %	43,8 %	19,2 %
2008		1142 (100%)	17,6 %	43,7 %	38,7 %
Educação entrevistado	Analfabeto	89 (100%)	6,7 %	43,8 %	49,4 %
	Básica incompleta	408 (100%)	13,2 %	41,4 %	45,3 %
	Básica completa	133 (100%)	16,5 %	42,9 %	40,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	112 (100%)	15,2 %	48,2 %	36,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	253 (100%)	20,9 %	46,6 %	32,4 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	27,6 %	47,4 %	25,0 %
	Superior completa	71 (100%)	39,4 %	36,6 %	23,9 %
Suma		6742 (100%)	16,2 %	35,3 %	48,4 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.31 - ORDEM VERSUS LIBERDADE

BASE=3387 Ponderación		Identificador de país				
		Suma	Brasil			
			Suma	Año de investigación		
				2004	2006	2009
Orden v/s libertad	Prefiero vivir en una sociedad ordenada aunque se limiten algunas libertades	56,8 %	56,8 %	57,2 %	57,1 %	56,2 %
	Prefiero vivir en una sociedad donde se respeten todos los derechos y libertades, aunque haya algún desorden	43,2 %	43,2 %	42,8 %	42,9 %	43,8 %
	Suma	3387 (100%)	3387 (100%)	1113 (100%)	1126 (100%)	1148 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.32 - ORDEM VERSUS LIBERDADE (por faixa etária)

BASE=3387 Ponderación		Orden v/s libertad			
		Suma	Prefiero vivir en una sociedad ordenada aunque se limiten algunas libertades	Prefiero vivir en una sociedad donde se respeten todos los derechos y libertades, aunque haya algún desorden	
Año de investigación	2004		1113 (100%)	57,2 %	42,8 %
	Edad	15-25	328 (100%)	54,0 %	46,0 %
		26-40	349 (100%)	58,5 %	41,5 %
		41-60	308 (100%)	57,5 %	42,5 %
		61 y más	128 (100%)	61,7 %	38,3 %
	2006		1126 (100%)	57,1 %	42,9 %
	Edad	15-25	313 (100%)	48,9 %	51,1 %
		26-40	361 (100%)	60,7 %	39,3 %
		41-60	305 (100%)	59,3 %	40,7 %
		61 y más	147 (100%)	61,2 %	38,8 %
	2009		1148 (100%)	56,2 %	43,8 %
	Edad	15-25	289 (100%)	47,1 %	52,9 %
		26-40	364 (100%)	57,7 %	42,3 %
		41-60	346 (100%)	59,2 %	40,8 %
		61 y más	149 (100%)	63,1 %	36,9 %
	Suma		3387 (100%)	56,8 %	43,2 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.33 - ORDEM VERSUS LIBERDADE (por escolaridade)

BASE=3387 Ponderación		Orden v/s libertad			
		Suma	Prefiero vivir en una sociedad ordenada aunque se limiten algunas libertades	Prefiero vivir en una sociedad donde se respeten todos los derechos y libertades, aunque haya algún desorden	
Año de investigación	2004	1113 (100%)	57,2 %	42,8 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	76 (100%)	51,3 %	48,7 %
		Básica incompleta	562 (100%)	55,2 %	44,8 %
		Básica completa	86 (100%)	55,8 %	44,2 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	92 (100%)	58,7 %	41,3 %
		Secundaria, media, técnica completa	151 (100%)	62,3 %	37,7 %
		Superior Incompleta	94 (100%)	60,6 %	39,4 %
		Superior completa	52 (100%)	67,3 %	32,7 %
	2006	1126 (100%)	57,1 %	42,9 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	52 (100%)	55,8 %	44,2 %
		Básica incompleta	526 (100%)	60,8 %	39,2 %
		Básica completa	129 (100%)	47,3 %	52,7 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	90 (100%)	53,3 %	46,7 %
		Secundaria, media, técnica completa	200 (100%)	58,0 %	42,0 %
Superior Incompleta		65 (100%)	44,6 %	55,4 %	

Continua

Continuação

	Superior completa	64 (100%)	62,5 %	37,5 %
2009		1148 (100%)	56,2 %	43,8 %
Educação entrevistado	Analfabeto	94 (100%)	67,0 %	33,0 %
	Básica incompleta	434 (100%)	55,5 %	44,5 %
	Básica completa	107 (100%)	51,4 %	48,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	123 (100%)	48,8 %	51,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	241 (100%)	58,9 %	41,1 %
	Superior Incompleta	80 (100%)	51,2 %	48,8 %
	Superior completa	69 (100%)	62,3 %	37,7 %
Suma		3387 (100%)	56,8 %	43,2 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.34 – Confianza interpersonal

BASE=10496 Ponderación			Confianza Interpersonal		
			Suma	Se puede confiar en la mayoría de las personas	Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás
Identificador de país	Brasil		10496 (100%)	6,1 %	93,9 %
	Año de investigación	2002	981 (100%)	3,2 %	96,8 %
		2003	1182 (100%)	3,7 %	96,3 %
		2004	1188 (100%)	4,1 %	95,9 %
		2005	1195 (100%)	5,7 %	94,3 %
		2006	1179 (100%)	5,4 %	94,6 %
		2007	1197 (100%)	5,7 %	94,3 %
		2008	1199 (100%)	8,6 %	91,4 %
		2009	1192 (100%)	7,6 %	92,4 %
		2010	1183 (100%)	10,2 %	89,8 %
Suma		10496 (100%)	6,1 %	93,9 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.35 – Confianza interpersonal (por faixa etária)

BASE=10496 Ponderación			Confianza Interpersonal		
			Suma	Se puede confiar en la mayoría de las personas	Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás
Año de investigación	2002		981 (100%)	3,2 %	96,8 %
	Edad	15-25	287 (100%)	2,1 %	97,9 %
		26-40	332 (100%)	1,8 %	98,2 %
		41-60	258 (100%)	5,4 %	94,6 %
		61 y más	104 (100%)	4,8 %	95,2 %
	2003		1182 (100%)	3,7 %	96,3 %
	Edad	15-25	333 (100%)	3,3 %	96,7 %
		26-40	381 (100%)	2,6 %	97,4 %
		41-60	313 (100%)	5,1 %	94,9 %
		61 y más	155 (100%)	4,3 %	95,7 %

Continua

Continuação

2004		1188 (100%)	4,1 %	95,9 %
Edad	15-25	336 (100%)	2,7 %	97,3 %
	26-40	371 (100%)	4,6 %	95,4 %
	41-60	332 (100%)	4,5 %	95,5 %
	61 y más	149 (100%)	5,4 %	94,6 %
2005		1195 (100%)	5,7 %	94,3 %
Edad	15-25	340 (100%)	6,2 %	93,8 %
	26-40	382 (100%)	4,7 %	95,3 %
	41-60	322 (100%)	7,1 %	92,9 %
	61 y más	151 (100%)	4,0 %	96,0 %
2006		1179 (100%)	5,4 %	94,6 %
Edad	15-25	324 (100%)	4,9 %	95,1 %
	26-40	375 (100%)	4,8 %	95,2 %
	41-60	320 (100%)	6,2 %	93,8 %
	61 y más	160 (100%)	6,2 %	93,8 %
2007		1197 (100%)	5,7 %	94,3 %
Edad	15-25	319 (100%)	5,0 %	95,0 %
	26-40	385 (100%)	4,9 %	95,1 %
	41-60	317 (100%)	6,9 %	93,1 %
	61 y más	176 (100%)	6,2 %	93,8 %
2008		1199 (100%)	8,6 %	91,4 %
Edad	15-25	304 (100%)	8,9 %	91,1 %
	26-40	378 (100%)	6,6 %	93,4 %
	41-60	365 (100%)	10,4 %	89,6 %
	61 y más	152 (100%)	8,6 %	91,4 %
2009		1192 (100%)	7,6 %	92,4 %
Edad	15-25	292 (100%)	5,8 %	94,2 %
	26-40	378 (100%)	6,1 %	93,9 %
	41-60	361 (100%)	9,7 %	90,3 %
	61 y más	161 (100%)	9,3 %	90,7 %
2010		1183 (100%)	10,2 %	89,8 %
Edad	15-25	286 (100%)	14,0 %	86,0 %
	26-40	372 (100%)	8,3 %	91,7 %
	41-60	363 (100%)	11,6 %	88,4 %
	61 y más	162 (100%)	4,9 %	95,1 %
Suma		10496 (100%)	6,1 %	93,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.36 – Confiança interpersonal (por escolaridade)

BASE=10496 Ponderación		Confiança Interpersonal			
		Suma	Se puede confiar en la mayoría de las personas	Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás	
Año de investigación	2002		981 (100%)	3,2 %	96,8 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	72 (100%)	5,6 %	94,4 %
		Básica incompleta	540 (100%)	2,2 %	97,8 %
		Básica completa	107 (100%)	3,7 %	96,3 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	83 (100%)	2,4 %	97,6 %
		Secundaria, media, técnica completa	110 (100%)	2,7 %	97,3 %
		Superior Incompleta	30 (100%)	13,3 %	86,7 %
		Superior completa	39 (100%)	5,1 %	94,9 %
	2003		1182 (100%)	3,7 %	96,3 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	69 (100%)	2,6 %	97,4 %
		Básica incompleta	575 (100%)	3,6 %	96,4 %
		Básica completa	122 (100%)	2,8 %	97,2 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	116 (100%)	5,1 %	94,9 %
		Secundaria, media, técnica completa	161 (100%)	1,9 %	98,1 %
		Superior Incompleta	85 (100%)	5,8 %	94,2 %
		Superior completa	53 (100%)	7,1 %	92,9 %
	2004		1188 (100%)	4,1 %	95,9 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	90 (100%)	3,3 %	96,7 %
		Básica incompleta	608 (100%)	3,5 %	96,5 %
		Básica completa	91 (100%)	2,2 %	97,8 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	94 (100%)	4,3 %	95,7 %
Secundaria, media, técnica completa		155 (100%)	3,9 %	96,1 %	

Continua

Continuação

	Superior Incompleta	94 (100%)	3,2 %	96,8 %
	Superior completa	56 (100%)	17,9 %	82,1 %
2005		1195 (100%)	5,7 %	94,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	3,6 %	96,4 %
	Básica incompleta	575 (100%)	3,7 %	96,3 %
	Básica completa	134 (100%)	4,5 %	95,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	102 (100%)	4,9 %	95,1 %
	Secundaria, media, técnica completa	227 (100%)	7,9 %	92,1 %
	Superior Incompleta	55 (100%)	14,5 %	85,5 %
	Superior completa	47 (100%)	17,0 %	83,0 %
2006		1179 (100%)	5,4 %	94,6 %
Educação entrevistado	Analfabeto	57 (100%)	5,3 %	94,7 %
	Básica incompleta	560 (100%)	4,3 %	95,7 %
	Básica completa	134 (100%)	3,7 %	96,3 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	4,1 %	95,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	203 (100%)	6,9 %	93,1 %
	Superior Incompleta	64 (100%)	12,5 %	87,5 %
	Superior completa	64 (100%)	9,4 %	90,6 %
2007		1197 (100%)	5,7 %	94,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	106 (100%)	3,8 %	96,2 %
	Básica incompleta	496 (100%)	5,2 %	94,8 %
	Básica completa	130 (100%)	5,4 %	94,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	98 (100%)	7,1 %	92,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	239 (100%)	5,9 %	94,1 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	5,4 %	94,6 %
	Superior completa	72 (100%)	9,7 %	90,3 %
2008		1199 (100%)	8,6 %	91,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	100 (100%)	7,0 %	93,0 %

Continua

Continuação

	Básica incompleta	439 (100%)	9,6 %	90,4 %
	Básica completa	137 (100%)	5,8 %	94,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	114 (100%)	6,1 %	93,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	260 (100%)	8,1 %	91,9 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	11,8 %	88,2 %
	Superior completa	73 (100%)	12,3 %	87,7 %
2009		1192 (100%)	7,6 %	92,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	105 (100%)	5,7 %	94,3 %
	Básica incompleta	457 (100%)	7,7 %	92,3 %
	Básica completa	111 (100%)	10,8 %	89,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	124 (100%)	2,4 %	97,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	245 (100%)	7,3 %	92,7 %
	Superior Incompleta	81 (100%)	3,7 %	96,3 %
	Superior completa	69 (100%)	18,8 %	81,2 %
2010		1183 (100%)	10,2 %	89,8 %
Educação entrevistado	Analfabeto	111 (100%)	7,2 %	92,8 %
	Básica incompleta	408 (100%)	8,8 %	91,2 %
	Básica completa	122 (100%)	13,1 %	86,9 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	7,2 %	92,8 %
	Secundaria, media, técnica completa	294 (100%)	12,2 %	87,8 %
	Superior Incompleta	74 (100%)	13,5 %	86,5 %
	Superior completa	77 (100%)	10,4 %	89,6 %
Suma		10496 (100%)	6,1 %	93,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.37 – Confianza no Congresso Nacional

BASE=10177 Ponderación			Confianza en Congreso				
			Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza
Identificador de país	Brasil		10177 (100%)	7,1 %	25,2 %	36,8 %	30,9 %
	Año de investigación	2002	947 (100%)	7,8 %	18,4 %	37,2 %	36,6 %
		2003	1157 (100%)	6,7 %	22,7 %	35,2 %	35,4 %
		2004	1149 (100%)	9,0 %	27,5 %	35,7 %	27,9 %
		2005	1152 (100%)	7,7 %	19,8 %	35,2 %	37,2 %
		2006	1135 (100%)	8,4 %	24,3 %	36,8 %	30,5 %
		2007	1158 (100%)	4,7 %	19,7 %	35,9 %	39,7 %
		2008	1162 (100%)	5,3 %	29,5 %	40,3 %	24,9 %
		2009	1161 (100%)	6,7 %	26,1 %	41,5 %	25,7 %
		2010	1156 (100%)	8,1 %	37,4 %	33,2 %	21,3 %
	Suma		10177 (100%)	7,1 %	25,2 %	36,8 %	30,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.38 – Confianza no Congresso Nacional (por faixa etária)

BASE=10177 Ponderación		Confianza en Congreso					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Año de investigación	2002	947 (100%)	7,8 %	18,4 %	37,2 %	36,6 %	
	Edad	15-25	289 (100%)	6,2 %	17,6 %	41,9 %	34,3 %
		26-40	319 (100%)	5,6 %	20,4 %	34,2 %	39,8 %
		41-60	243 (100%)	9,1 %	16,0 %	39,9 %	35,0 %
		61 y más	96 (100%)	16,7 %	19,8 %	26,0 %	37,5 %
	2003	1157 (100%)	6,7 %	22,7 %	35,2 %	35,4 %	
	Edad	15-25	339 (100%)	5,0 %	26,3 %	38,6 %	30,1 %
		26-40	379 (100%)	4,2 %	18,2 %	36,1 %	41,4 %
		41-60	297 (100%)	8,6 %	27,7 %	30,9 %	32,8 %
		61 y más	141 (100%)	13,6 %	15,7 %	33,6 %	37,1 %
	2004	1149 (100%)	9,0 %	27,5 %	35,7 %	27,9 %	
	Edad	15-25	335 (100%)	6,3 %	32,2 %	38,5 %	23,0 %
		26-40	358 (100%)	9,2 %	22,6 %	38,0 %	30,2 %
		41-60	316 (100%)	9,5 %	27,5 %	33,2 %	29,7 %
		61 y más	140 (100%)	13,6 %	28,6 %	28,6 %	29,3 %
	2005	1152 (100%)	7,7 %	19,8 %	35,2 %	37,2 %	
	Edad	15-25	332 (100%)	4,2 %	22,0 %	39,5 %	34,3 %
		26-40	370 (100%)	6,2 %	19,7 %	34,1 %	40,0 %
		41-60	314 (100%)	9,6 %	19,4 %	33,8 %	37,3 %
		61 y más	136 (100%)	16,2 %	15,4 %	31,6 %	36,8 %
2006	1135 (100%)	8,4 %	24,3 %	36,8 %	30,5 %		
Edad	15-25	323 (100%)	5,6 %	25,4 %	40,2 %	28,8 %	
	26-40	362 (100%)	6,4 %	23,5 %	37,8 %	32,3 %	

Continua

Continuação

	41-60	305 (100%)	10,8 %	24,3 %	34,8 %	30,2 %
	61 y más	145 (100%)	14,5 %	24,1 %	31,0 %	30,3 %
2007		1158 (100%)	4,7 %	19,7 %	35,9 %	39,7 %
Edad	15-25	313 (100%)	3,2 %	22,0 %	42,8 %	31,9 %
	26-40	375 (100%)	3,5 %	18,1 %	32,8 %	45,6 %
	41-60	316 (100%)	5,7 %	19,6 %	35,4 %	39,2 %
	61 y más	154 (100%)	8,4 %	18,8 %	30,5 %	42,2 %
2008		1162 (100%)	5,3 %	29,5 %	40,3 %	24,9 %
Edad	15-25	304 (100%)	4,9 %	29,9 %	42,1 %	23,0 %
	26-40	373 (100%)	4,0 %	27,1 %	43,7 %	25,2 %
	41-60	345 (100%)	5,5 %	30,7 %	35,7 %	28,1 %
	61 y más	140 (100%)	9,3 %	32,1 %	38,6 %	20,0 %
2009		1161 (100%)	6,7 %	26,1 %	41,5 %	25,7 %
Edad	15-25	290 (100%)	4,8 %	26,2 %	46,9 %	22,1 %
	26-40	373 (100%)	4,6 %	26,0 %	41,6 %	27,9 %
	41-60	351 (100%)	7,7 %	25,9 %	39,6 %	26,8 %
	61 y más	147 (100%)	13,6 %	26,5 %	35,4 %	24,5 %
2010		1156 (100%)	8,1 %	37,4 %	33,2 %	21,3 %
Edad	15-25	283 (100%)	8,8 %	40,3 %	31,4 %	19,4 %
	26-40	369 (100%)	7,0 %	35,2 %	34,7 %	23,0 %
	41-60	352 (100%)	8,0 %	36,1 %	33,8 %	22,2 %
	61 y más	152 (100%)	9,9 %	40,1 %	31,6 %	18,4 %
Suma		10177 (100%)	7,1 %	25,2 %	36,8 %	30,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.39 – Confianza no Congresso Nacional (por escolaridade)

BASE=10177 Ponderación		Confianza en Congreso					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Año de investigación	2002		947 (100%)	7,8 %	18,4 %	37,2 %	36,6 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	61 (100%)	16,4 %	27,9 %	29,5 %	26,2 %
		Básica incompleta	515 (100%)	10,3 %	18,1 %	32,6 %	39,0 %
		Básica completa	107 (100%)	3,7 %	15,0 %	49,5 %	31,8 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	82 (100%)	3,7 %	17,1 %	46,3 %	32,9 %
		Secundaria, media, técnica completa	110 (100%)	3,6 %	17,3 %	38,2 %	40,9 %
		Superior Incompleta	31 (100%)	-	16,1 %	41,9 %	41,9 %
		Superior completa	41 (100%)	-	24,4 %	48,8 %	26,8 %
		2003		1157 (100%)	6,7 %	22,7 %	35,2 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	61 (100%)	14,9 %	23,4 %	23,8 %	37,9 %
		Básica incompleta	557 (100%)	9,3 %	21,7 %	33,0 %	36,0 %
		Básica completa	121 (100%)	3,7 %	17,3 %	35,7 %	43,3 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	117 (100%)	7,2 %	30,6 %	36,6 %	25,6 %
		Secundaria, media, técnica completa	158 (100%)	1,3 %	23,2 %	39,7 %	35,8 %
		Superior Incompleta	88 (100%)	2,2 %	18,2 %	40,4 %	39,3 %
		Superior completa	54 (100%)	-	33,1 %	44,7 %	22,2 %
		2004		1149 (100%)	9,0 %	27,5 %	35,7 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	79 (100%)	11,4 %	13,9 %	36,7 %	38,0 %
		Básica incompleta	574 (100%)	11,8 %	28,6 %	31,4 %	28,2 %

Continua

Continuação

	Básica completa	91 (100%)	9,9 %	29,7 %	23,1 %	37,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	93 (100%)	6,5 %	32,3 %	39,8 %	21,5 %
	Secundaria, media, técnica completa	158 (100%)	4,4 %	27,2 %	46,2 %	22,2 %
	Superior Incompleta	97 (100%)	2,1 %	26,8 %	39,2 %	32,0 %
	Superior completa	57 (100%)	3,5 %	26,3 %	56,1 %	14,0 %
2005		1152 (100%)	7,7 %	19,8 %	35,2 %	37,2 %
Educação entrevistado	Analfabeto	53 (100%)	17,0 %	20,8 %	28,3 %	34,0 %
	Básica incompleta	537 (100%)	11,0 %	18,6 %	32,4 %	38,0 %
	Básica completa	133 (100%)	5,3 %	14,3 %	35,3 %	45,1 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	100 (100%)	3,0 %	25,0 %	42,0 %	30,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	227 (100%)	1,8 %	20,3 %	41,9 %	36,1 %
	Superior Incompleta	55 (100%)	9,1 %	20,0 %	27,3 %	43,6 %
	Superior completa	47 (100%)	4,3 %	34,0 %	38,3 %	23,4 %
2006		1135 (100%)	8,4 %	24,3 %	36,8 %	30,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	48 (100%)	31,2 %	18,8 %	25,0 %	25,0 %
	Básica incompleta	521 (100%)	10,9 %	26,9 %	34,5 %	27,6 %
	Básica completa	134 (100%)	6,0 %	20,9 %	38,8 %	34,3 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	4,1 %	24,7 %	40,2 %	30,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	206 (100%)	2,4 %	21,8 %	44,7 %	31,1 %
	Superior Incompleta	65 (100%)	9,2 %	24,6 %	35,4 %	30,8 %
	Superior completa	64 (100%)	-	21,9 %	31,2 %	46,9 %

Continua

Continuação

2007		1158 (100%)	4,7 %	19,7 %	35,9 %	39,7 %
Educação entrevistado	Analfabeto	92 (100%)	17,4 %	21,7 %	25,0 %	35,9 %
	Básica incompleta	473 (100%)	5,9 %	21,8 %	33,6 %	38,7 %
	Básica completa	130 (100%)	3,8 %	20,0 %	36,9 %	39,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	95 (100%)	1,1 %	11,6 %	48,4 %	38,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	239 (100%)	1,3 %	18,4 %	40,6 %	39,7 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	1,8 %	14,3 %	41,1 %	42,9 %
	Superior completa	73 (100%)	-	21,9 %	27,4 %	50,7 %
2008		1162 (100%)	5,3 %	29,5 %	40,3 %	24,9 %
Educação entrevistado	Analfabeto	85 (100%)	12,9 %	34,1 %	29,4 %	23,5 %
	Básica incompleta	420 (100%)	8,6 %	28,8 %	36,9 %	25,7 %
	Básica completa	135 (100%)	1,5 %	31,9 %	46,7 %	20,0 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	113 (100%)	1,8 %	23,9 %	45,1 %	29,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	260 (100%)	1,5 %	31,9 %	41,9 %	24,6 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	7,9 %	27,6 %	46,1 %	18,4 %
	Superior completa	73 (100%)	1,4 %	26,0 %	41,1 %	31,5 %
2009		1161 (100%)	6,7 %	26,1 %	41,5 %	25,7 %
Educação entrevistado	Analfabeto	95 (100%)	15,8 %	33,7 %	27,4 %	23,2 %
	Básica incompleta	439 (100%)	8,2 %	25,3 %	45,6 %	21,0 %
	Básica completa	110 (100%)	3,6 %	26,4 %	39,1 %	30,9 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	122 (100%)	9,0 %	21,3 %	48,4 %	21,3 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	246 (100%)	2,8 %	28,5 %	36,6 %	32,1 %
	Superior Incompleta	80 (100%)	2,5 %	20,0 %	46,2 %	31,2 %
	Superior completa	69 (100%)	4,3 %	27,5 %	39,1 %	29,0 %
2010		1156 (100%)	8,1 %	37,4 %	33,2 %	21,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	100 (100%)	10,0 %	41,0 %	29,0 %	20,0 %
	Básica incompleta	394 (100%)	11,2 %	39,1 %	29,9 %	19,8 %
	Básica completa	124 (100%)	6,5 %	40,3 %	35,5 %	17,7 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	96 (100%)	3,1 %	39,6 %	36,5 %	20,8 %
	Secundaria, media, técnica completa	290 (100%)	7,6 %	34,1 %	35,5 %	22,8 %
	Superior Incompleta	74 (100%)	8,1 %	33,8 %	31,1 %	27,0 %
	Superior completa	78 (100%)	1,3 %	32,1 %	41,0 %	25,6 %
Suma		10177 (100%)	7,1 %	25,2 %	36,8 %	30,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.40 – Confiança nos partidos políticos

BASE=10437 Ponderación			Confianza en los Partidos Políticos				
			Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza
Identificador de país	Brasil		10437 (100%)	3,4 %	15,8 %	33,7 %	47,1 %
	Año de investigación	2002	969 (100%)	2,7 %	10,1 %	29,1 %	58,1 %
		2003	1188 (100%)	2,5 %	13,2 %	32,0 %	52,3 %
		2004	1189 (100%)	3,9 %	18,9 %	34,1 %	43,1 %
		2005	1193 (100%)	3,4 %	12,3 %	31,9 %	52,3 %
		2006	1174 (100%)	4,2 %	18,6 %	36,1 %	41,1 %
		2007	1191 (100%)	2,2 %	13,9 %	32,5 %	51,4 %
		2008	1180 (100%)	3,2 %	17,5 %	36,1 %	43,2 %
		2009	1184 (100%)	3,5 %	17,3 %	36,7 %	42,5 %
		2010	1169 (100%)	5,0 %	19,7 %	33,8 %	41,5 %
	Suma		10437 (100%)	3,4 %	15,8 %	33,7 %	47,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.41 – Confiança nos partidos políticos (por faixa etária)

BASE=10437 Ponderación			Confianza en los Partidos Políticos				
			Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza
Año de investigación	2002		969 (100%)	2,7 %	10,1 %	29,1 %	58,1 %
	Edad	15-25	292 (100%)	2,1 %	12,0 %	32,2 %	53,8 %
		26-40	329 (100%)	1,5 %	9,4 %	27,1 %	62,0 %
		41-60	249 (100%)	4,0 %	8,4 %	30,1 %	57,4 %
		61 y más	99 (100%)	5,1 %	11,1 %	24,2 %	59,6 %
	2003		1188 (100%)	2,5 %	13,2 %	32,0 %	52,3 %
	Edad	15-25	339 (100%)	1,8 %	10,3 %	37,8 %	50,1 %
		26-40	385 (100%)	1,6 %	12,2 %	29,1 %	57,1 %

Continua

Continuação

	41-60	313 (100%)	3,0 %	18,4 %	31,0 %	47,6 %
	61 y más	151 (100%)	5,6 %	11,4 %	28,4 %	54,5 %
2004		1189 (100%)	3,9 %	18,9 %	34,1 %	43,1 %
Edad	15-25	339 (100%)	2,1 %	21,5 %	37,8 %	38,6 %
	26-40	372 (100%)	4,0 %	18,3 %	33,1 %	44,6 %
	41-60	330 (100%)	3,3 %	18,2 %	35,5 %	43,0 %
	61 y más	148 (100%)	8,8 %	16,2 %	25,7 %	49,3 %
2005		1193 (100%)	3,4 %	12,3 %	31,9 %	52,3 %
Edad	15-25	341 (100%)	2,1 %	11,4 %	34,9 %	51,6 %
	26-40	381 (100%)	2,6 %	10,8 %	32,3 %	54,3 %
	41-60	323 (100%)	3,7 %	14,9 %	30,3 %	51,1 %
	61 y más	148 (100%)	8,1 %	12,8 %	27,7 %	51,4 %
2006		1174 (100%)	4,2 %	18,6 %	36,1 %	41,1 %
Edad	15-25	328 (100%)	1,8 %	15,2 %	41,2 %	41,8 %
	26-40	373 (100%)	5,1 %	17,4 %	37,5 %	39,9 %
	41-60	320 (100%)	4,7 %	18,8 %	34,1 %	42,5 %
	61 y más	153 (100%)	5,9 %	28,1 %	26,1 %	39,9 %
2007		1191 (100%)	2,2 %	13,9 %	32,5 %	51,4 %
Edad	15-25	319 (100%)	0,6 %	11,3 %	40,1 %	48,0 %
	26-40	385 (100%)	1,8 %	13,8 %	29,4 %	55,1 %
	41-60	319 (100%)	2,8 %	15,4 %	31,3 %	50,5 %
	61 y más	168 (100%)	4,8 %	16,7 %	27,4 %	51,2 %
2008		1180 (100%)	3,2 %	17,5 %	36,1 %	43,2 %
Edad	15-25	304 (100%)	2,3 %	18,1 %	39,5 %	40,1 %
	26-40	377 (100%)	3,2 %	15,6 %	37,1 %	44,0 %
	41-60	355 (100%)	2,8 %	18,0 %	33,8 %	45,4 %

Continúa

Continuação

	61 y más	144 (100%)	6,2 %	19,4 %	31,9 %	42,4 %
2009		1184 (100%)	3,5 %	17,3 %	36,7 %	42,5 %
Edad	15-25	291 (100%)	2,1 %	16,2 %	44,3 %	37,5 %
	26-40	378 (100%)	3,2 %	14,6 %	38,9 %	43,4 %
	41-60	359 (100%)	4,2 %	18,7 %	34,0 %	43,2 %
	61 y más	156 (100%)	5,1 %	23,1 %	23,7 %	48,1 %
2010		1169 (100%)	5,0 %	19,7 %	33,8 %	41,5 %
Edad	15-25	282 (100%)	6,4 %	19,5 %	34,8 %	39,4 %
	26-40	374 (100%)	3,7 %	19,3 %	33,4 %	43,6 %
	41-60	356 (100%)	5,3 %	18,8 %	31,5 %	44,4 %
	61 y más	157 (100%)	5,1 %	22,9 %	38,2 %	33,8 %
Suma		10437 (100%)	3,4 %	15,8 %	33,7 %	47,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.42 – Confiança nos partidos políticos (por escolaridade)

BASE=10437 Ponderación		Confianza en los Partidos Políticos					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Año de investigación	2002	969 (100%)	2,7 %	10,1 %	29,1 %	58,1 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	68 (100%)	11,8 %	10,3 %	19,1 %	58,8 %
		Básica incompleta	528 (100%)	3,2 %	10,2 %	29,5 %	57,0 %
		Básica completa	106 (100%)	-	6,6 %	23,6 %	69,8 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	83 (100%)	-	12,0 %	34,9 %	53,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	112 (100%)	0,9 %	8,9 %	33,0 %	57,1 %

Continua

Continuação

	Superior Incompleta	31 (100%)	-	9,7 %	29,0 %	61,3 %
	Superior completa	41 (100%)	-	17,1 %	31,7 %	51,2 %
2003		1188 (100%)	2,5 %	13,2 %	32,0 %	52,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	67 (100%)	5,7 %	20,7 %	24,8 %	48,9 %
	Básica incompleta	580 (100%)	3,9 %	14,4 %	29,5 %	52,2 %
	Básica completa	121 (100%)	-	7,3 %	29,4 %	63,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	116 (100%)	2,2 %	10,3 %	40,3 %	47,1 %
	Secundaria, media, técnica completa	161 (100%)	-	8,6 %	35,9 %	55,5 %
	Superior Incompleta	88 (100%)	1,1 %	17,0 %	34,0 %	47,9 %
	Superior completa	54 (100%)	-	17,7 %	40,9 %	41,4 %
2004		1189 (100%)	3,9 %	18,9 %	34,1 %	43,1 %
Educação entrevistado	Analfabeto	89 (100%)	9,0 %	15,7 %	31,5 %	43,8 %
	Básica incompleta	600 (100%)	4,8 %	19,0 %	32,0 %	44,2 %
	Básica completa	93 (100%)	3,2 %	15,1 %	35,5 %	46,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	95 (100%)	3,2 %	16,8 %	42,1 %	37,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	158 (100%)	1,3 %	19,6 %	37,3 %	41,8 %
	Superior Incompleta	97 (100%)	-	21,6 %	36,1 %	42,3 %
	Superior completa	57 (100%)	1,8 %	26,3 %	33,3 %	38,6 %
2005		1193 (100%)	3,4 %	12,3 %	31,9 %	52,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	12,7 %	10,9 %	18,2 %	58,2 %
	Básica incompleta	572 (100%)	4,7 %	13,6 %	30,8 %	50,9 %
	Básica completa	135 (100%)	2,2 %	11,1 %	23,7 %	63,0 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica incompleta	102 (100%)	-	13,7 %	41,2 %	45,1 %
	Secundaria, media, técnica completa	226 (100%)	0,9 %	8,0 %	36,7 %	54,4 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	3,6 %	8,9 %	28,6 %	58,9 %
	Superior completa	47 (100%)	-	23,4 %	46,8 %	29,8 %
2006		1174 (100%)	4,2 %	18,6 %	36,1 %	41,1 %
Educação entrevistado	Analfabeto	55 (100%)	14,5 %	25,5 %	18,2 %	41,8 %
	Básica incompleta	548 (100%)	5,1 %	21,7 %	35,6 %	37,6 %
	Básica completa	135 (100%)	3,0 %	18,5 %	39,3 %	39,3 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	99 (100%)	3,0 %	16,2 %	38,4 %	42,4 %
	Secundaria, media, técnica completa	207 (100%)	1,9 %	14,5 %	36,7 %	46,9 %
	Superior Incompleta	66 (100%)	3,0 %	9,1 %	45,5 %	42,4 %
	Superior completa	64 (100%)	-	12,5 %	34,4 %	53,1 %
2007		1191 (100%)	2,2 %	13,9 %	32,5 %	51,4 %
Educação entrevistado	Analfabeto	103 (100%)	5,8 %	17,5 %	26,2 %	50,5 %
	Básica incompleta	491 (100%)	3,5 %	16,7 %	31,8 %	48,1 %
	Básica completa	131 (100%)	-	9,9 %	35,1 %	55,0 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	2,1 %	6,2 %	38,1 %	53,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	240 (100%)	0,4 %	13,3 %	32,5 %	53,8 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	-	14,3 %	35,7 %	50,0 %
	Superior completa	73 (100%)	-	9,6 %	31,5 %	58,9 %

Continua

Continuação

2008		1180 (100%)	3,2 %	17,5 %	36,1 %	43,2 %
Educação entrevistado	Analfabeto	92 (100%)	8,7 %	20,7 %	31,5 %	39,1 %
	Básica incompleta	428 (100%)	4,7 %	16,8 %	34,8 %	43,7 %
	Básica completa	137 (100%)	0,7 %	17,5 %	40,1 %	41,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	113 (100%)	1,8 %	21,2 %	33,6 %	43,4 %
	Secundaria, media, técnica completa	261 (100%)	1,5 %	16,9 %	36,4 %	45,2 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	2,6 %	17,1 %	38,2 %	42,1 %
	Superior completa	73 (100%)	1,4 %	13,7 %	42,5 %	42,5 %
2009		1184 (100%)	3,5 %	17,3 %	36,7 %	42,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	101 (100%)	7,9 %	22,8 %	26,7 %	42,6 %
	Básica incompleta	453 (100%)	4,6 %	18,1 %	35,5 %	41,7 %
	Básica completa	110 (100%)	1,8 %	17,3 %	40,0 %	40,9 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	125 (100%)	2,4 %	14,4 %	43,2 %	40,0 %
	Secundaria, media, técnica completa	245 (100%)	1,6 %	17,1 %	36,3 %	44,9 %
	Superior Incompleta	81 (100%)	1,2 %	11,1 %	39,5 %	48,1 %
	Superior completa	69 (100%)	2,9 %	17,4 %	40,6 %	39,1 %
2010		1169 (100%)	5,0 %	19,7 %	33,8 %	41,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	102 (100%)	2,0 %	21,6 %	34,3 %	42,2 %
	Básica incompleta	403 (100%)	6,5 %	20,8 %	31,8 %	40,9 %
	Básica completa	124 (100%)	5,6 %	21,8 %	41,1 %	31,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	96 (100%)	2,1 %	18,8 %	30,2 %	49,0 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	294 (100%)	5,4 %	17,3 %	35,7 %	41,5 %
	Superior Incompleta	72 (100%)	4,2 %	20,8 %	26,4 %	48,6 %
	Superior completa	78 (100%)	3,8 %	16,7 %	35,9 %	43,6 %
	Suma	10437 (100%)	3,4 %	15,8 %	33,7 %	47,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.43 – Confiança na Administração Pública

BASE=4678 Ponderación			Confianza en la Administración Pública				
			Suma	Mucho	Algo	Poca	Ninguna
Identificador de país	Brasil		4678 (100%)	7,1 %	31,4 %	38,3 %	23,2 %
	Año de investigación	2005	1163 (100%)	7,6 %	24,2 %	38,1 %	30,1 %
		2008	1173 (100%)	5,7 %	33,0 %	38,6 %	22,7 %
		2009	1172 (100%)	6,4 %	31,2 %	42,7 %	19,6 %
		2010	1170 (100%)	8,8 %	37,3 %	33,6 %	20,3 %
	Suma		4678 (100%)	7,1 %	31,4 %	38,3 %	23,2 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.44 – Confiança na Administração Pública (por faixa etária)

BASE=4678 Ponderación		Confianza en la Administración Pública					
		Suma	Mucho	Algo	Poca	Ninguna	
Año de investigación	2005		1163 (100%)	7,6 %	24,2 %	38,1 %	30,1 %
	Edad	15-25	335 (100%)	4,8 %	23,3 %	40,3 %	31,6 %
		26-40	375 (100%)	6,9 %	24,8 %	38,9 %	29,3 %
		41-60	316 (100%)	7,9 %	24,7 %	36,7 %	30,7 %
		61 y más	137 (100%)	15,3 %	24,1 %	33,6 %	27,0 %
	2008		1173 (100%)	5,7 %	33,0 %	38,6 %	22,7 %
	Edad	15-25	303 (100%)	5,0 %	38,9 %	40,9 %	15,2 %
		26-40	375 (100%)	5,1 %	32,8 %	37,1 %	25,1 %
		41-60	348 (100%)	6,3 %	27,0 %	40,2 %	26,4 %
		61 y más	147 (100%)	7,5 %	35,4 %	34,0 %	23,1 %
	2009		1172 (100%)	6,4 %	31,2 %	42,7 %	19,6 %
	Edad	15-25	289 (100%)	4,2 %	32,5 %	43,9 %	19,4 %
		26-40	376 (100%)	4,8 %	27,7 %	46,0 %	21,5 %
		41-60	355 (100%)	7,6 %	33,2 %	40,3 %	18,9 %
		61 y más	152 (100%)	11,8 %	32,9 %	38,2 %	17,1 %
	2010		1170 (100%)	8,8 %	37,3 %	33,6 %	20,3 %
	Edad	15-25	283 (100%)	8,1 %	37,5 %	31,8 %	22,6 %
		26-40	373 (100%)	5,6 %	35,4 %	38,9 %	20,1 %
		41-60	358 (100%)	9,5 %	39,9 %	29,9 %	20,7 %
61 y más		156 (100%)	16,0 %	35,3 %	32,7 %	16,0 %	
Suma		4678 (100%)	7,1 %	31,4 %	38,3 %	23,2 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.45 – Confianza na Administración Pública (por escolaridade)

BASE=4678 Ponderación		Confianza en la Administración Pública					
		Suma	Mucho	Algo	Poca	Ninguna	
Año de investigación	2005		1163 (100%)	7,6 %	24,2 %	38,1 %	30,1 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	53 (100%)	17,0 %	9,4 %	34,0 %	39,6 %
		Básica incompleta	548 (100%)	11,1 %	23,7 %	33,8 %	31,4 %
		Básica completa	132 (100%)	4,5 %	23,5 %	45,5 %	26,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	101 (100%)	1,0 %	25,7 %	41,6 %	31,7 %
		Secundaria, media, técnica completa	227 (100%)	3,1 %	22,9 %	45,4 %	28,6 %
		Superior Incompleta	55 (100%)	1,8 %	25,5 %	38,2 %	34,5 %
		Superior completa	47 (100%)	6,4 %	51,1 %	29,8 %	12,8 %
	2008		1173 (100%)	5,7 %	33,0 %	38,6 %	22,7 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	89 (100%)	12,4 %	30,3 %	31,5 %	25,8 %
		Básica incompleta	426 (100%)	8,0 %	29,1 %	39,4 %	23,5 %
		Básica completa	137 (100%)	3,6 %	32,1 %	46,0 %	18,2 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	112 (100%)	1,8 %	41,1 %	38,4 %	18,8 %
		Secundaria, media, técnica completa	260 (100%)	2,7 %	35,4 %	40,0 %	21,9 %
		Superior Incompleta	76 (100%)	5,3 %	44,7 %	27,6 %	22,4 %
		Superior completa	73 (100%)	5,5 %	27,4 %	35,6 %	31,5 %
	2009		1172 (100%)	6,4 %	31,2 %	42,7 %	19,6 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	96 (100%)	14,6 %	35,4 %	27,1 %	22,9 %
		Básica incompleta	449 (100%)	8,9 %	31,8 %	41,6 %	17,6 %
		Básica completa	109 (100%)	1,8 %	29,4 %	45,9 %	22,9 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	125 (100%)	4,8 %	30,4 %	46,4 %	18,4 %

Continúa

Continuação

		Secundaria, media, técnica completa	243 (100%)	3,7 %	29,6 %	44,0 %	22,6 %
		Superior Incompleta	81 (100%)	1,2 %	32,1 %	48,1 %	18,5 %
		Superior completa	69 (100%)	4,3 %	30,4 %	49,3 %	15,9 %
		2010	1170 (100%)	8,8 %	37,3 %	33,6 %	20,3 %
Educación entrevistado		Analfabeto	104 (100%)	9,6 %	34,6 %	34,6 %	21,2 %
		Básica incompleta	401 (100%)	11,7 %	35,7 %	32,7 %	20,0 %
		Básica completa	124 (100%)	8,1 %	47,6 %	27,4 %	16,9 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	96 (100%)	6,2 %	38,5 %	34,4 %	20,8 %
		Secundaria, media, técnica completa	295 (100%)	6,1 %	34,6 %	37,6 %	21,7 %
		Superior Incompleta	73 (100%)	9,6 %	43,8 %	27,4 %	19,2 %
		Superior completa	77 (100%)	6,5 %	35,1 %	36,4 %	22,1 %
		Suma	4678 (100%)	7,1 %	31,4 %	38,3 %	23,2 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.46 – Confiança no governo

BASE=10501 Ponderación		Confianza en el Gobierno					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Identificador de país	Brasil	10501 (100%)	11,7 %	29,8 %	35,2 %	23,3 %	
	Año de investigación	2002	982 (100%)	6,6 %	17,8 %	37,6 %	38,0 %
		2003	1180 (100%)	11,7 %	31,5 %	30,9 %	25,9 %
		2004	1196 (100%)	9,9 %	29,7 %	37,1 %	23,3 %
		2005	1185 (100%)	11,5 %	22,8 %	36,5 %	29,3 %
		2006	1193 (100%)	16,1 %	31,8 %	34,4 %	17,8 %
		2007	1195 (100%)	9,7 %	25,3 %	39,0 %	26,0 %
		2008	1194 (100%)	9,8 %	33,0 %	37,0 %	20,2 %
		2009	1199 (100%)	14,9 %	32,3 %	37,4 %	15,3 %
		2010	1177 (100%)	14,1 %	42,1 %	27,3 %	16,5 %
	Suma	10501 (100%)	11,7 %	29,8 %	35,2 %	23,3 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.47 – Confiança no governo (por faixa etária)

BASE=10501 Ponderación		Confianza en el Gobierno					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Año de investigación	2002	982 (100%)	6,6 %	17,8 %	37,6 %	38,0 %	
	Edad	15-25	292 (100%)	5,1 %	15,8 %	38,0 %	41,1 %
		26-40	332 (100%)	4,5 %	17,2 %	36,7 %	41,6 %
		41-60	254 (100%)	7,9 %	19,7 %	39,8 %	32,7 %
		61 y más	104 (100%)	14,4 %	21,2 %	33,7 %	30,8 %
	2003	1180 (100%)	11,7 %	31,5 %	30,9 %	25,9 %	
	Edad	15-25	337 (100%)	5,6 %	34,4 %	31,2 %	28,8 %

Continua

Continuación

	26-40	382 (100%)	9,7 %	27,2 %	32,5 %	30,6 %
	41-60	311 (100%)	13,2 %	34,4 %	31,7 %	20,8 %
	61 y más	150 (100%)	27,5 %	30,1 %	24,8 %	17,6 %
2004		1196 (100%)	9,9 %	29,7 %	37,1 %	23,3 %
Edad	15-25	342 (100%)	4,4 %	28,9 %	44,2 %	22,5 %
	26-40	375 (100%)	9,6 %	23,5 %	40,3 %	26,7 %
	41-60	332 (100%)	11,1 %	37,0 %	31,0 %	20,8 %
	61 y más	147 (100%)	20,4 %	30,6 %	26,5 %	22,4 %
2005		1185 (100%)	11,5 %	22,8 %	36,5 %	29,3 %
Edad	15-25	339 (100%)	7,4 %	22,1 %	39,2 %	31,3 %
	26-40	379 (100%)	9,8 %	24,0 %	38,0 %	28,2 %
	41-60	321 (100%)	12,8 %	22,7 %	36,4 %	28,0 %
	61 y más	146 (100%)	22,6 %	21,2 %	26,0 %	30,1 %
2006		1193 (100%)	16,1 %	31,8 %	34,4 %	17,8 %
Edad	15-25	326 (100%)	9,8 %	30,7 %	36,8 %	22,7 %
	26-40	379 (100%)	11,9 %	29,6 %	42,0 %	16,6 %
	41-60	327 (100%)	22,9 %	35,5 %	27,5 %	14,1 %
	61 y más	161 (100%)	24,8 %	31,7 %	25,5 %	18,0 %
2007		1195 (100%)	9,7 %	25,3 %	39,0 %	26,0 %
Edad	15-25	320 (100%)	6,9 %	23,8 %	45,6 %	23,8 %
	26-40	383 (100%)	8,9 %	23,2 %	37,3 %	30,5 %
	41-60	319 (100%)	8,5 %	27,3 %	39,5 %	24,8 %
	61 y más	173 (100%)	19,1 %	28,9 %	29,5 %	22,5 %
2008		1194 (100%)	9,8 %	33,0 %	37,0 %	20,2 %
Edad	15-25	304 (100%)	5,6 %	33,6 %	39,5 %	21,4 %
	26-40	378 (100%)	8,7 %	31,2 %	38,4 %	21,7 %

Continúa

Continuação

	41-60	363 (100%)	10,7 %	34,7 %	35,5 %	19,0 %
	61 y más	149 (100%)	18,8 %	32,2 %	32,2 %	16,8 %
2009		1199 (100%)	14,9 %	32,3 %	37,4 %	15,3 %
Edad	15-25	295 (100%)	7,8 %	30,2 %	42,4 %	19,7 %
	26-40	381 (100%)	13,9 %	30,7 %	38,8 %	16,5 %
	41-60	363 (100%)	18,7 %	34,2 %	34,4 %	12,7 %
	61 y más	160 (100%)	21,9 %	35,6 %	31,9 %	10,6 %
2010		1177 (100%)	14,1 %	42,1 %	27,3 %	16,5 %
Edad	15-25	285 (100%)	9,8 %	42,5 %	29,1 %	18,6 %
	26-40	374 (100%)	11,5 %	43,6 %	25,4 %	19,5 %
	41-60	358 (100%)	17,9 %	39,4 %	28,2 %	14,5 %
	61 y más	160 (100%)	19,4 %	44,4 %	26,2 %	10,0 %
Suma		10501 (100%)	11,7 %	29,8 %	35,2 %	23,3 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.48 – Confiança no governo (por escolaridade)

BASE=10501 Ponderación		Confianza en el Gobierno					
		Suma	Mucha confianza	Algo de confianza	Poca confianza	Ninguna confianza	
Año de investigación	2002	982 (100%)	6,6 %	17,8 %	37,6 %	38,0 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	70 (100%)	25,7 %	27,1 %	20,0 %	27,1 %
		Básica incompleta	537 (100%)	7,8 %	17,5 %	40,0 %	34,6 %
		Básica completa	108 (100%)	1,9 %	15,7 %	33,3 %	49,1 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	83 (100%)	1,2 %	12,0 %	39,8 %	47,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	112 (100%)	1,8 %	13,4 %	44,6 %	40,2 %

Continua

Continuação

	Superior Incompleta	31 (100%)	-	29,0 %	22,6 %	48,4 %
	Superior completa	41 (100%)	-	26,8 %	34,1 %	39,0 %
2003		1180 (100%)	11,7 %	31,5 %	30,9 %	25,9 %
Educação entrevistado	Analfabeto	66 (100%)	22,7 %	31,0 %	28,1 %	18,3 %
	Básica incompleta	577 (100%)	16,1 %	31,9 %	28,4 %	23,5 %
	Básica completa	120 (100%)	6,9 %	17,8 %	39,0 %	36,3 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	115 (100%)	7,3 %	30,2 %	33,0 %	29,5 %
	Secundaria, media, técnica completa	160 (100%)	3,7 %	32,9 %	30,4 %	32,9 %
	Superior Incompleta	88 (100%)	3,4 %	41,8 %	34,0 %	20,8 %
	Superior completa	53 (100%)	8,5 %	40,2 %	34,8 %	16,5 %
2004		1196 (100%)	9,9 %	29,7 %	37,1 %	23,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	90 (100%)	14,4 %	33,3 %	35,6 %	16,7 %
	Básica incompleta	606 (100%)	12,5 %	29,5 %	35,3 %	22,6 %
	Básica completa	93 (100%)	2,2 %	31,2 %	34,4 %	32,3 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	95 (100%)	7,4 %	22,1 %	37,9 %	32,6 %
	Secundaria, media, técnica completa	158 (100%)	7,0 %	29,7 %	41,1 %	22,2 %
	Superior Incompleta	97 (100%)	4,1 %	32,0 %	42,3 %	21,6 %
	Superior completa	57 (100%)	8,8 %	31,6 %	42,1 %	17,5 %
2005		1185 (100%)	11,5 %	22,8 %	36,5 %	29,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	56 (100%)	25,0 %	21,4 %	25,0 %	28,6 %
	Básica incompleta	565 (100%)	15,6 %	21,9 %	32,6 %	29,9 %
	Básica completa	133 (100%)	7,5 %	21,8 %	36,8 %	33,8 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica incompleta	102 (100%)	4,9 %	26,5 %	41,2 %	27,5 %
	Secundaria, media, técnica completa	226 (100%)	5,3 %	23,5 %	43,8 %	27,4 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	5,4 %	25,0 %	41,1 %	28,6 %
	Superior completa	47 (100%)	8,5 %	23,4 %	44,7 %	23,4 %
2006		1193 (100%)	16,1 %	31,8 %	34,4 %	17,8 %
Educação entrevistado	Analfabeto	58 (100%)	43,1 %	29,3 %	17,2 %	10,3 %
	Básica incompleta	568 (100%)	20,6 %	30,5 %	32,2 %	16,7 %
	Básica completa	131 (100%)	10,7 %	31,3 %	37,4 %	20,6 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	101 (100%)	12,9 %	26,7 %	44,6 %	15,8 %
	Secundaria, media, técnica completa	205 (100%)	6,8 %	36,1 %	37,6 %	19,5 %
	Superior Incompleta	66 (100%)	10,6 %	34,8 %	34,8 %	19,7 %
	Superior completa	64 (100%)	3,1 %	37,5 %	35,9 %	23,4 %
2007		1195 (100%)	9,7 %	25,3 %	39,0 %	26,0 %
Educação entrevistado	Analfabeto	107 (100%)	23,4 %	26,2 %	24,3 %	26,2 %
	Básica incompleta	491 (100%)	11,2 %	25,1 %	38,9 %	24,8 %
	Básica completa	131 (100%)	8,4 %	19,8 %	47,3 %	24,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	9,3 %	21,6 %	41,2 %	27,8 %
	Secundaria, media, técnica completa	240 (100%)	4,2 %	32,5 %	37,9 %	25,4 %
	Superior Incompleta	56 (100%)	3,6 %	23,2 %	44,6 %	28,6 %
	Superior completa	73 (100%)	5,5 %	17,8 %	42,5 %	34,2 %

Continua

Continuação

2008		1194 (100%)	9,8 %	33,0 %	37,0 %	20,2 %
Educação entrevistado	Analfabeto	99 (100%)	25,3 %	30,3 %	27,3 %	17,2 %
	Básica incompleta	434 (100%)	12,0 %	34,8 %	34,6 %	18,7 %
	Básica completa	137 (100%)	4,4 %	35,8 %	39,4 %	20,4 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	114 (100%)	4,4 %	35,1 %	38,6 %	21,9 %
	Secundaria, media, técnica completa	261 (100%)	7,7 %	32,2 %	41,4 %	18,8 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	7,9 %	31,6 %	39,5 %	21,1 %
	Superior completa	73 (100%)	4,1 %	21,9 %	39,7 %	34,2 %
2009		1199 (100%)	14,9 %	32,3 %	37,4 %	15,3 %
Educação entrevistado	Analfabeto	107 (100%)	27,1 %	31,8 %	26,2 %	15,0 %
	Básica incompleta	461 (100%)	17,8 %	30,2 %	36,9 %	15,2 %
	Básica completa	111 (100%)	9,9 %	29,7 %	44,1 %	16,2 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	125 (100%)	13,6 %	31,2 %	40,0 %	15,2 %
	Secundaria, media, técnica completa	246 (100%)	9,3 %	37,8 %	36,6 %	16,3 %
	Superior Incompleta	80 (100%)	10,0 %	30,0 %	43,8 %	16,2 %
	Superior completa	69 (100%)	13,0 %	36,2 %	39,1 %	11,6 %
2010		1177 (100%)	14,1 %	42,1 %	27,3 %	16,5 %
Educação entrevistado	Analfabeto	108 (100%)	14,8 %	44,4 %	25,0 %	15,7 %
	Básica incompleta	405 (100%)	17,8 %	40,5 %	26,9 %	14,8 %
	Básica completa	124 (100%)	9,7 %	43,5 %	32,3 %	14,5 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	95 (100%)	7,4 %	47,4 %	26,3 %	18,9 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	293 (100%)	14,0 %	41,6 %	26,6 %	17,7 %
	Superior Incompleta	74 (100%)	10,8 %	43,2 %	25,7 %	20,3 %
	Superior completa	78 (100%)	12,8 %	39,7 %	29,5 %	17,9 %
	Suma	10501 (100%)	11,7 %	29,8 %	35,2 %	23,3 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet

do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.49 – Avaliação dos parlamentares/Congreso Nacional

BASE=3317 Ponderación			Evaluación: Parlamentarios / Congreso Nacional				
			Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal
Identificador de país	Brasil		3317 (100%)	3,1 %	43,3 %	40,5 %	13,1 %
	Año de investigación	2006	1114 (100%)	3,8 %	45,7 %	39,8 %	10,8 %
		2007	1085 (100%)	2,5 %	30,7 %	44,6 %	22,2 %
		2008	1118 (100%)	3,0 %	53,1 %	37,2 %	6,7 %
	Suma		3317 (100%)	3,1 %	43,3 %	40,5 %	13,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet

do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

**TABELA 6.50 – Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional
(por faixa etária)**

BASE=3317 Ponderación			Evaluación: Parlamentarios / Congreso Nacional				
			Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal
Año de investigación	2006		1114 (100%)	3,8 %	45,7 %	39,8 %	10,8 %
	Edad	15-25	316 (100%)	4,7 %	46,2 %	40,2 %	8,9 %
		26-40	360 (100%)	3,1 %	41,1 %	42,5 %	13,3 %
		41-60	297 (100%)	2,7 %	47,8 %	39,1 %	10,4 %
		61 y más	141 (100%)	5,7 %	51,8 %	33,3 %	9,2 %
	2007		1085 (100%)	2,5 %	30,7 %	44,6 %	22,2 %
	Edad	15-25	293 (100%)	3,8 %	35,5 %	41,6 %	19,1 %
		26-40	352 (100%)	1,1 %	25,6 %	50,0 %	23,3 %
		41-60	295 (100%)	2,7 %	29,8 %	44,1 %	23,4 %
		61 y más	145 (100%)	2,8 %	35,2 %	38,6 %	23,4 %
	2008		1118 (100%)	3,0 %	53,1 %	37,2 %	6,7 %
	Edad	15-25	292 (100%)	2,4 %	57,5 %	34,9 %	5,1 %
		26-40	359 (100%)	3,3 %	52,1 %	38,4 %	6,1 %
		41-60	333 (100%)	2,7 %	49,2 %	39,9 %	8,1 %
		61 y más	134 (100%)	3,7 %	56,0 %	32,1 %	8,2 %
	Suma		3317 (100%)	3,1 %	43,3 %	40,5 %	13,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

**TABELA 6.51 – Avaliação dos parlamentares/Congresso Nacional
(por escolaridade)**

BASE=3317 Ponderación		Evaluación: Parlamentarios / Congreso Nacional					
		Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal	
Año de investigación	2006	1114 (100%)	3,8 %	45,7 %	39,8 %	10,8 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	48 (100%)	14,6 %	58,3 %	25,0 %	2,1 %
		Básica incompleta	509 (100%)	4,9 %	53,8 %	31,4 %	9,8 %
		Básica completa	130 (100%)	3,1 %	40,8 %	47,7 %	8,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	100 (100%)	4,0 %	42,0 %	40,0 %	14,0 %
		Secundaria, media, técnica completa	200 (100%)	1,0 %	39,0 %	48,5 %	11,5 %
		Superior Incompleta	65 (100%)	-	40,0 %	47,7 %	12,3 %
		Superior completa	62 (100%)	-	12,9 %	66,1 %	21,0 %
	2007	1085 (100%)	2,5 %	30,7 %	44,6 %	22,2 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	86 (100%)	4,7 %	47,7 %	31,4 %	16,3 %
		Básica incompleta	438 (100%)	3,2 %	34,5 %	43,6 %	18,7 %
		Básica completa	118 (100%)	3,4 %	30,5 %	46,6 %	19,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	90 (100%)	2,2 %	40,0 %	43,3 %	14,4 %
		Secundaria, media, técnica completa	230 (100%)	0,9 %	23,0 %	50,4 %	25,7 %
		Superior Incompleta	50 (100%)	-	14,0 %	48,0 %	38,0 %
		Superior completa	73 (100%)	1,4 %	12,3 %	43,8 %	42,5 %
	2008	1118 (100%)	3,0 %	53,1 %	37,2 %	6,7 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	78 (100%)	5,1 %	59,0 %	30,8 %	5,1 %
		Básica incompleta	398 (100%)	4,0 %	54,3 %	37,2 %	4,5 %
		Básica completa	132 (100%)	1,5 %	50,8 %	43,2 %	4,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	111 (100%)	3,6 %	55,9 %	31,5 %	9,0 %

Continua

Continuação

	Secundaria, media, técnica completa	252 (100%)	2,4 %	52,8 %	37,3 %	7,5 %
	Superior Incompleta	75 (100%)	-	58,7 %	30,7 %	10,7 %
	Superior completa	72 (100%)	1,4 %	36,1 %	48,6 %	13,9 %
Suma		3317 (100%)	3,1 %	43,3 %	40,5 %	13,1 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.52 – Avaliação dos partidos políticos

BASE=3394 Ponderación			Evaluación: Los Partidos Políticos				
			Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal
Identificador de país	Brasil		3394 (100%)	1,8 %	27,6 %	49,6 %	21,0 %
	Año de investigación	2006	1133 (100%)	2,5 %	29,9 %	50,0 %	17,6 %
		2007	1119 (100%)	1,2 %	16,5 %	50,2 %	32,1 %
		2008	1142 (100%)	1,7 %	36,1 %	48,6 %	13,7 %
	Suma		3394 (100%)	1,8 %	27,6 %	49,6 %	21,0 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.53 – Avaliação dos partidos políticos (por faixa etária)

BASE=3394 Ponderación		Evaluación: Los Partidos Políticos					
		Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal	
Año de investigación	2006	1133 (100%)	2,5 %	29,9 %	50,0 %	17,6 %	
	Edad	15-25	320 (100%)	3,8 %	24,7 %	55,3 %	16,2 %
		26-40	365 (100%)	2,2 %	27,1 %	49,9 %	20,8 %
		41-60	302 (100%)	1,7 %	34,8 %	46,4 %	17,2 %
		61 y más	146 (100%)	2,1 %	38,4 %	46,6 %	13,0 %
	2007	1119 (100%)	1,2 %	16,5 %	50,2 %	32,1 %	
	Edad	15-25	304 (100%)	2,0 %	14,5 %	55,9 %	27,6 %
		26-40	365 (100%)	1,1 %	11,8 %	54,0 %	33,2 %
		41-60	302 (100%)	0,3 %	20,9 %	43,4 %	35,4 %
		61 y más	148 (100%)	1,4 %	23,6 %	43,2 %	31,8 %
	2008	1142 (100%)	1,7 %	36,1 %	48,6 %	13,7 %	
	Edad	15-25	300 (100%)	2,0 %	36,7 %	51,7 %	9,7 %
		26-40	366 (100%)	1,1 %	32,2 %	51,9 %	14,8 %
		41-60	339 (100%)	2,1 %	37,8 %	44,8 %	15,3 %
		61 y más	137 (100%)	1,5 %	40,9 %	42,3 %	15,3 %
Suma	3394 (100%)	1,8 %	27,6 %	49,6 %	21,0 %		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.54 – Avaliação dos partidos políticos (por escolaridade)

BASE=3394 Ponderación		Evaluación: Los Partidos Políticos					
		Suma	Muy bien	Bien	Mal	Muy mal	
Año de investigación	2006	1133 (100%)	2,5 %	29,9 %	50,0 %	17,6 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	49 (100%)	8,2 %	51,0 %	34,7 %	6,1 %
		Básica incompleta	527 (100%)	3,4 %	37,6 %	44,0 %	15,0 %
		Básica completa	130 (100%)	1,5 %	23,1 %	55,4 %	20,0 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	99 (100%)	1,0 %	22,2 %	52,5 %	24,2 %
		Secundaria, media, técnica completa	202 (100%)	1,0 %	23,3 %	57,9 %	17,8 %
	Suma	3394 (100%)	1,8 %	27,6 %	49,6 %	21,0 %	

Continua

Continuação

	Superior Incompleta	65 (100%)	1,5 %	16,9 %	58,5 %	23,1 %
	Superior completa	61 (100%)	-	9,8 %	63,9 %	26,2 %
2007		1119 (100%)	1,2 %	16,5 %	50,2 %	32,1 %
Educação entrevistado	Analfabeto	88 (100%)	2,3 %	39,8 %	39,8 %	18,2 %
	Básica incompleta	454 (100%)	1,8 %	19,2 %	49,1 %	30,0 %
	Básica completa	126 (100%)	-	12,7 %	54,8 %	32,5 %
	Secundária, média, técnica incompleta	93 (100%)	2,2 %	18,3 %	51,6 %	28,0 %
	Secundária, média, técnica completa	234 (100%)	0,4 %	9,8 %	55,1 %	34,6 %
	Superior Incompleta	53 (100%)	-	7,5 %	54,7 %	37,7 %
	Superior completa	71 (100%)	-	4,2 %	40,8 %	54,9 %
2008		1142 (100%)	1,7 %	36,1 %	48,6 %	13,7 %
Educação entrevistado	Analfabeto	85 (100%)	2,4 %	45,9 %	43,5 %	8,2 %
	Básica incompleta	409 (100%)	2,2 %	38,6 %	46,5 %	12,7 %
	Básica completa	133 (100%)	-	32,3 %	56,4 %	11,3 %
	Secundária, média, técnica incompleta	112 (100%)	1,8 %	33,0 %	48,2 %	17,0 %
	Secundária, média, técnica completa	257 (100%)	1,6 %	35,8 %	49,8 %	12,8 %
	Superior Incompleta	73 (100%)	1,4 %	41,1 %	37,0 %	20,5 %
	Superior completa	73 (100%)	1,4 %	17,8 %	60,3 %	20,5 %
Suma		3394 (100%)	1,8 %	27,6 %	49,6 %	21,0 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.55 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas

BASE=3287 Ponderación			Evaluación del funcionamiento de las instituciones públicas					
			Suma	muy bien	bien	regular	mal	muy mal
Identificador de país	Brasil		3287 (100%)	3,0 %	19,9 %	51,6 %	15,7 %	9,8 %
	Año de investigación	2002	956 (100%)	2,5 %	22,4 %	53,0 %	13,4 %	8,7 %
		2005	1138 (100%)	1,3 %	14,0 %	51,8 %	19,4 %	13,4 %
		2008	1193 (100%)	5,0 %	23,5 %	50,3 %	14,0 %	7,2 %
	Suma		3287 (100%)	3,0 %	19,9 %	51,6 %	15,7 %	9,8 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.56 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas (por faixa etária)

BASE=3287 Ponderación			Evaluación del funcionamiento de las instituciones públicas					
			Suma	muy bien	bien	regular	mal	muy mal
Año de investigación	2002		956 (100%)	2,5 %	22,4 %	53,0 %	13,4 %	8,7 %
	Edad	15-25	286 (100%)	4,2 %	26,9 %	45,1 %	15,4 %	8,4 %
		26-40	327 (100%)	0,9 %	20,5 %	55,0 %	13,8 %	9,8 %
		41-60	246 (100%)	2,4 %	21,1 %	56,1 %	11,8 %	8,5 %
		61 y más	97 (100%)	3,1 %	18,6 %	61,9 %	10,3 %	6,2 %
	2005		1138 (100%)	1,3 %	14,0 %	51,8 %	19,4 %	13,4 %
	Edad	15-25	332 (100%)	1,8 %	16,0 %	53,0 %	16,6 %	12,7 %
		26-40	366 (100%)	0,8 %	12,8 %	53,0 %	18,3 %	15,0 %
		41-60	304 (100%)	0,7 %	12,2 %	50,3 %	23,4 %	13,5 %
		61 y más	136 (100%)	2,9 %	16,2 %	49,3 %	20,6 %	11,0 %
	2008		1193 (100%)	5,0 %	23,5 %	50,3 %	14,0 %	7,2 %
	Edad	15-25	303 (100%)	5,0 %	25,4 %	49,5 %	13,9 %	6,3 %
		26-40	378 (100%)	4,5 %	20,1 %	50,0 %	15,9 %	9,5 %
		41-60	362 (100%)	6,1 %	25,7 %	50,0 %	11,6 %	6,6 %
		61 y más	150 (100%)	4,0 %	22,7 %	53,3 %	15,3 %	4,7 %
	Suma		3287 (100%)	3,0 %	19,9 %	51,6 %	15,7 %	9,8 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.57 – Avaliação do funcionamento das instituições públicas (por escolaridade)

BASE=3287 Ponderación		Evaluación del funcionamiento de las instituciones públicas						
		Suma	muy bien	bien	regular	mal	muy mal	
Año de investigación	Educación entrevistado	2002	956 (100%)	2,5 %	22,4 %	53,0 %	13,4 %	8,7 %
		Analfabeto	66 (100%)	4,5 %	33,3 %	50,0 %	7,6 %	4,5 %
		Básica incompleta	524 (100%)	3,4 %	22,7 %	51,5 %	13,7 %	8,6 %
		Básica completa	108 (100%)	0,9 %	19,4 %	57,4 %	15,7 %	6,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	80 (100%)	2,5 %	26,2 %	53,8 %	8,8 %	8,8 %
		Secundaria, media, técnica completa	111 (100%)	-	21,6 %	52,3 %	15,3 %	10,8 %
		Superior Incompleta	29 (100%)	-	13,8 %	58,6 %	17,2 %	10,3 %
		Superior completa	38 (100%)	-	7,9 %	63,2 %	13,2 %	15,8 %
	2005	1138 (100%)	1,3 %	14,0 %	51,8 %	19,4 %	13,4 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	48 (100%)	4,2 %	25,0 %	43,8 %	12,5 %	14,6 %
		Básica incompleta	528 (100%)	1,9 %	13,8 %	52,7 %	19,3 %	12,3 %
		Básica completa	131 (100%)	1,5 %	14,5 %	55,7 %	15,3 %	13,0 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	102 (100%)	1,0 %	14,7 %	57,8 %	13,7 %	12,7 %
		Secundaria, media, técnica completa	226 (100%)	-	11,5 %	47,3 %	26,1 %	15,0 %
		Superior Incompleta	55 (100%)	-	12,7 %	47,3 %	18,2 %	21,8 %
		Superior completa	48 (100%)	-	14,6 %	54,2 %	20,8 %	10,4 %
		2008	1193 (100%)	5,0 %	23,5 %	50,3 %	14,0 %	7,2 %
	Educación entrevistado	Analfabeto	96 (100%)	4,2 %	29,2 %	43,8 %	17,7 %	5,2 %
		Básica incompleta	436 (100%)	7,3 %	25,5 %	47,5 %	13,3 %	6,4 %

Continúa

Continuação

	Básica completa	138 (100%)	2,9 %	20,3 %	60,9 %	10,9 %	5,1 %
	Secundaria, media, técnica incompleta	114 (100%)	2,6 %	22,8 %	50,0 %	13,2 %	11,4 %
	Secundaria, media, técnica completa	261 (100%)	4,6 %	19,2 %	50,2 %	16,5 %	9,6 %
	Superior Incompleta	76 (100%)	6,6 %	26,3 %	50,0 %	15,8 %	1,3 %
	Superior completa	72 (100%)	-	23,6 %	56,9 %	9,7 %	9,7 %
	Suma	3287 (100%)	3,0 %	19,9 %	51,6 %	15,7 %	9,8 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.58 – O Estado pode solucionar problemas?

BASE=5825 Ponderación			El Estado puede solucionar?problemas					El Estado no puede resolver ningún problema
			Suma	Todos los problemas	La mayoría de los problemas	Bastante problemas	Sólo algunos problemas	
Identificador de país	Brasil		5825 (100%)	13,1 %	31,6 %	17,5 %	33,6 %	4,2 %
	Año de investigación	2003	1176 (100%)	8,2 %	27,5 %	13,6 %	43,7 %	7,0 %
		2005	1168 (100%)	9,8 %	24,5 %	14,9 %	45,5 %	5,2 %
		2007	1181 (100%)	11,6 %	29,0 %	21,2 %	34,6 %	3,6 %
		2009	1164 (100%)	15,2 %	33,1 %	19,9 %	28,1 %	3,7 %
	2010	1136 (100%)	20,8 %	44,5 %	17,8 %	15,5 %	1,4 %	
	Suma	5825 (100%)	13,1 %	31,6 %	17,5 %	33,6 %	4,2 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.59 – O Estado pode solucionar problemas? (por faixa etária)

BASE=5825 Ponderación		El Estado puede solucionar?problemas						
		Suma	Todos los problemas	La mayoría de los problemas	Bastante problemas	Sólo algunos problemas	El Estado no puede resolver ningún problema	
Año de investigación	2003	1176 (100%)	8,2 %	27,5 %	13,6 %	43,7 %	7,0 %	
	Edad							
		15-25	337 (100%)	7,7 %	28,5 %	13,9 %	44,2 %	5,6 %
		26-40	386 (100%)	7,0 %	32,4 %	13,0 %	40,9 %	6,7 %
		41-60	307 (100%)	10,7 %	23,0 %	14,6 %	45,2 %	6,5 %
		61 y más	146 (100%)	7,1 %	21,9 %	12,3 %	47,0 %	11,7 %
	2005	1168 (100%)	9,8 %	24,5 %	14,9 %	45,5 %	5,2 %	
	Edad							
		15-25	339 (100%)	7,4 %	22,7 %	15,3 %	49,6 %	5,0 %
		26-40	381 (100%)	8,7 %	25,2 %	16,3 %	45,9 %	3,9 %
		41-60	312 (100%)	11,5 %	26,9 %	14,4 %	43,3 %	3,8 %
		61 y más	136 (100%)	15,4 %	21,3 %	11,0 %	39,7 %	12,5 %
	2007	1181 (100%)	11,6 %	29,0 %	21,2 %	34,6 %	3,6 %	
	Edad							
		15-25	317 (100%)	8,2 %	29,3 %	22,7 %	36,6 %	3,2 %
		26-40	382 (100%)	13,9 %	28,0 %	18,1 %	35,9 %	4,2 %
		41-60	314 (100%)	11,5 %	29,9 %	21,0 %	34,4 %	3,2 %
		61 y más	168 (100%)	13,1 %	29,2 %	25,6 %	28,6 %	3,6 %
	2009	1164 (100%)	15,2 %	33,1 %	19,9 %	28,1 %	3,7 %	
	Edad							
	15-25	287 (100%)	13,6 %	32,8 %	23,0 %	26,5 %	4,2 %	
	26-40	374 (100%)	13,6 %	32,6 %	17,9 %	32,4 %	3,5 %	
	41-60	350 (100%)	16,6 %	37,1 %	18,0 %	25,4 %	2,9 %	
	61 y más	153 (100%)	19,0 %	25,5 %	23,5 %	26,8 %	5,2 %	
2010	1136 (100%)	20,8 %	44,5 %	17,8 %	15,5 %	1,4 %		
Edad								
	15-25	275 (100%)	17,8 %	44,4 %	17,5 %	18,2 %	2,2 %	
	26-40	363 (100%)	20,7 %	45,2 %	19,0 %	14,0 %	1,1 %	
	41-60	351 (100%)	21,1 %	45,0 %	16,5 %	16,2 %	1,1 %	
	61 y más	147 (100%)	25,9 %	42,2 %	18,4 %	12,2 %	1,4 %	
	Suma	5825 (100%)	13,1 %	31,6 %	17,5 %	33,6 %	4,2 %	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)

TABELA 6.60 – O Estado pode solucionar problemas? (por escolaridade)

BASE=5825 Ponderación		El Estado puede solucionar?problemas						
		Suma	Todos los problemas	La mayoría de los problemas	Bastante problemas	Sólo algunos problemas	El Estado no puede resolver ningún problema	
Año de investigación	2003	1176 (100%)	8,2 %	27,5 %	13,6 %	43,7 %	7,0 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	65 (100%)	10,1 %	25,0 %	14,3 %	37,6 %	12,9 %
		Básica incompleta	572 (100%)	9,2 %	25,6 %	12,0 %	44,4 %	8,9 %
		Básica completa	121 (100%)	6,6 %	30,8 %	9,9 %	50,2 %	2,4 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	116 (100%)	8,6 %	28,4 %	14,6 %	45,7 %	2,6 %
		Secundaria, media, técnica completa	159 (100%)	6,3 %	27,5 %	14,3 %	45,7 %	6,3 %
		Superior Incompleta	88 (100%)	5,7 %	34,1 %	18,1 %	36,5 %	5,7 %
		Superior completa	54 (100%)	7,4 %	31,1 %	26,4 %	31,7 %	3,5 %
	2005	1168 (100%)	9,8 %	24,5 %	14,9 %	45,5 %	5,2 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	48 (100%)	12,5 %	14,6 %	8,3 %	56,2 %	8,3 %
		Básica incompleta	556 (100%)	12,1 %	21,4 %	13,5 %	46,6 %	6,5 %
		Básica completa	134 (100%)	8,2 %	24,6 %	16,4 %	44,8 %	6,0 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	102 (100%)	4,9 %	26,5 %	13,7 %	52,0 %	2,9 %
		Secundaria, media, técnica completa	226 (100%)	8,8 %	28,8 %	17,7 %	40,7 %	4,0 %
		Superior Incompleta	54 (100%)	3,7 %	35,2 %	16,7 %	44,4 %	-
		Superior completa	48 (100%)	8,3 %	33,3 %	20,8 %	35,4 %	2,1 %
	2007	1181 (100%)	11,6 %	29,0 %	21,2 %	34,6 %	3,6 %	
	Educación entrevistado	Analfabeto	100 (100%)	28,0 %	22,0 %	18,0 %	29,0 %	3,0 %
		Básica incompleta	486 (100%)	12,3 %	30,7 %	20,6 %	34,0 %	2,5 %
		Básica completa	131 (100%)	9,2 %	32,1 %	16,8 %	37,4 %	4,6 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	97 (100%)	11,3 %	25,8 %	19,6 %	41,2 %	2,1 %
Secundaria, media, técnica completa		238 (100%)	8,8 %	25,2 %	23,1 %	38,2 %	4,6 %	
Superior Incompleta		56 (100%)	3,6 %	39,3 %	28,6 %	23,2 %	5,4 %	

Continua

Continuação

		Superior completa	73 (100%)	4,1 %	31,5 %	27,4 %	30,1 %	6,8 %
	2009		1164 (100%)	15,2 %	33,1 %	19,9 %	28,1 %	3,7 %
Educação entrevistado		Analfabeto	98 (100%)	25,5 %	31,6 %	10,2 %	26,5 %	6,1 %
		Básica incompleta	441 (100%)	15,2 %	31,7 %	19,0 %	30,2 %	3,9 %
		Básica completa	110 (100%)	15,5 %	31,8 %	24,5 %	22,7 %	5,5 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	122 (100%)	14,8 %	31,1 %	22,1 %	27,9 %	4,1 %
		Secundaria, media, técnica completa	243 (100%)	12,3 %	36,6 %	20,2 %	28,4 %	2,5 %
		Superior Incompleta	81 (100%)	9,9 %	35,8 %	22,2 %	30,9 %	1,2 %
		Superior completa	69 (100%)	17,4 %	33,3 %	24,6 %	21,7 %	2,9 %
		2010		1136 (100%)	20,8 %	44,5 %	17,8 %	15,5 %
Educação entrevistado		Analfabeto	98 (100%)	28,6 %	27,6 %	27,6 %	15,3 %	1,0 %
		Básica incompleta	383 (100%)	22,7 %	43,3 %	16,4 %	15,7 %	1,8 %
		Básica completa	120 (100%)	29,2 %	41,7 %	12,5 %	15,0 %	1,7 %
		Secundaria, media, técnica incompleta	92 (100%)	12,0 %	46,7 %	18,5 %	21,7 %	1,1 %
		Secundaria, media, técnica completa	292 (100%)	17,5 %	46,9 %	18,2 %	16,1 %	1,4 %
		Superior Incompleta	73 (100%)	15,1 %	57,5 %	16,4 %	11,0 %	-
		Superior completa	78 (100%)	16,7 %	52,6 %	19,2 %	10,3 %	1,3 %
		Suma		5825 (100%)	13,1 %	31,6 %	17,5 %	33,6 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro e da ferramenta de análise disponibilizada no sítio de internet do Latinobarômetro (<http://www.latinobarometro.org/latino/LATANalyzeSample.jsp>)